

11.^a CONFERÊNCIA FORGES

22 A 26 DE NOVEMBRO '21

ATAS A COOPERAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR DOS PAÍSES E REGIÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA PERANTE OS DESAFIOS GLOBAIS

Título: Atas da 11.ª Conferência 2021: A Cooperação no Ensino Superior dos Países e Regiões de Língua Portuguesa Perante os Desafios Globais
Autor: Associação FORGES
Editor: Associação FORGES
Edição: 1.ª
ISBN 978-989-33-2036-5

© Associação FORGES
Novembro 2021

Ficheiro otimizado para impressão frente/verso. Edição eletrónica em ficheiro PDF.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Arnaldo Brito, Universidade de Cabo Verde

Conceição Rego, Universidade de Évora

Elsa Ferreira, Instituto Politécnico de Setúbal

Joana Tomás, Instituto Politécnico de Setúbal

Joaquim Ramos de Carvalho, Instituto Politécnico de Macau

Margarida Mano, Universidade Católica Portuguesa

Raquel Pereira, Instituto Politécnico de Setúbal

Rodrigo Teixeira Lourenço, Instituto Politécnico de Setúbal

COMISSÃO CIENTÍFICA

ANGOLA

Alfredo Buza, Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda

Carlos Manuel Santos Teixeira, Universidade Agostinho Neto

José Luís Mateus Alexandre, Instituto Superior de Ciências de Educação do Lubango

Maria da Conceição Barbosa Mendes, Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela

Manuel Azancot de Menezes, Universidade Privada de Angola

BRASIL

Alda Castro, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Antonio Vico Mañas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Fernando Mota, Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do RJ

Guaracy Silva, Universidade UniCesumar

João Ferreira de Oliveira, Universidade Federal de Goiás

Josefa Sônia Fonseca, Universidade Estadual de Santa Cruz

Jusciney Carvalho Santana, Universidade Federal de Alagoas

Lígia Pavan Baptista, Universidade de Brasília

Márcia Ângela da Silva Aguiar, Universidade Federal de Pernambuco

Marcelo Bizerril, Universidade de Brasília

Simone Braz Ferreira Gontijo, Instituto Federal de Brasília

Sirlei de Lourdes Lauxen, Unicruz – Universidade de Cruz Alta

Vera Jacob, Universidade Federal do Pará

CABO VERDE

Arnaldo Brito, Universidade de Cabo Verde

Elisa Cruz Silva, Universidade de Cabo Verde

Joanita Rodrigues, Universidade Jean Piaget

MACAU

Joaquim Ramos de Carvalho, Instituto Politécnico de Macau

Maria José Reis Grosso, Universidade de Macau

Zhang Yunfeng Gaspar, Instituto Politécnico de Macau

MOÇAMBIQUE

Ana Namphule, Universidade Joaquim Chissano

Sandra Brito, Universidade Politécnica

Nobre Roque dos Santos, Universidade Pedagógica

PORTUGAL

Conceição Rego, Universidade de Évora

Elmano Margato, Instituto Politécnico de Lisboa

Hélder Cardoso Pereira, Instituto Politécnico de Santarém

João Nuno Calvão da Silva, Universidade de Coimbra

Joaquim Mourato, Instituto Politécnico de Portalegre

Jorge Adelino Costa, Universidade de Aveiro

Luísa Cerdeira, Universidade de Lisboa

Margarida Mano, Universidade Católica Portuguesa

Olímpio Castilho, Instituto Politécnico do Porto

Rodrigo Teixeira Lourenço, Instituto Politécnico de Setúbal

Tomás Patrocínio, Universidade de Lisboa

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Peregrino do Sacramento da Costa, Universidade de São Tomé e Príncipe

TIMOR-LESTE

João Soares Martins, Universidade Nacional de Timor Lorosa'e

AUTORES

Adolfo Ignacio Calderón
 Adriana Arantes
 Adriana Backx Noronha
 Adriana Cardoso
 Adriana Ferreira
 Adriane Foligno
 Agnes Novela
 Albertina Palma
 Aldovana Bata Vidade
 Alessandra Ferreira Mereles
 Alexandre Castro
 Alexandre Costa
 Alexandre Marino Costa
 Alexandrino Mpanzo
 Alexia de Oliveira
 Alfredo Gabriel Buza
 Álvaro Barbosa
 Ana Carla Hollweg Powaczuk
 Ana Claudia Fernandes
 Ana Lúcia H.S. Souza
 Ana Lúcia Ramos
 Ana Luísa Oliveira Pires
 Ana Luísa Rodrigues
 Ana Maria Carneiro
 Ana Maria Carvalho
 Ana Maria de Albuquerque Moreira
 Ana Maria de Moreira
 Ana Maria Pessoa
 Ana Maria Vasconcelos
 Ana Meireles
 Ana Qiao Jianzhen
 Ana Raquel Jantarada João
 Ana Raquel Simões
 Ana Rita Conde
 Ana Rita Garcia
 Ana Rolo
 Ana Sequeira
 Anabela Dinis
 Anabela Lopes
 Andressa Pacheco
 Angélica Nachiungue Marta Vidal
 António Augusto Baptista Rodrigues
 António Belo
 Antônio Soares
 Antonio Vico Mañas
 Beatriz Maria Eckert Hoff
 Belmiro Cabrito
 Betina Lopes
 Camila Costa de Oliveira Teixeira Álvares
 Carla Brito
 Carla Cibele Figueiredo

Carla Martinho
 Carlos Borralho
 Carolina Santos
 Catarina de Almeida Santos
 Catarina Tomás
 Cintia Denise Granja
 Clara Magalhães
 Cláudia Ramos
 Cláudia Silvestre
 Cleoni Maria Barbosa Fernandes
 Cristina Borges
 Cristina Ferreira de Oliveira
 Cristina Zhou Miao
 Dambusse Libombo
 Danielle Xabregas Nogueira
 David Hatsek
 David Tavares
 Denise Leite
 Diana Dias
 Diana Pinto
 Diana Soares
 Diego Maffazzioli Santos
 Diego Pascoal Golle
 Diego Souza
 Dora Fonseca
 Doris Pires Vargas Bolzan
 Duarte Xara-Brasil
 Dulce Leite
 Dyane Cunha
 Eduardo Eusébio
 Elizabeth Coutinho
 Elsa Ferreira
 Elzo Aranha
 Ercilia de Stefano
 Fábio Lippi Silva
 Fábio Silva
 Fátima Paixão
 Fernanda Rodrigues
 Fernando Carmo
 Fernando Martins Ferreira
 Filipe Fialho
 Filipe Rafael P. Rocha
 Filomena Novo
 Flávio Murilo de Oliveira Gouvêa
 Francisco Morais
 Gaspar Varela
 Gaspar Zhang Yunfeng
 Georgia Assumpção
 Gilmar Barreto
 Gloria Naiene
 Godwen Veremu

Hamilton Silva
Hannah de Castro
Heitor Oliveira
Helena Caçador
Helena Cristina Roque
Helena Lopes
Hugo de Almeida
Hugo Moreira
Hugo Sousa Campos
Inês Rebanda Coelho
Inês Veiga
Isabel Abrantes
Isabel Cristina dos Santos
Isabel Mourato
Iveti Caetano
Joana Silva
Joana Tomás
João Alves
João Dias
João Oliveira
João Torres
Joaquim Mourato
Joaquim Ramos de Carvalho
Jocelia Marcelino
Jorge Pinto
José Amilton Joaquim
José António Oliveira Rocha
José Jorge Dias
José Mendes
José Palma
José Ricardo Costa de Mendonça
José Vieira de Sousa
Juliana Canga
Juliana Dutra de Déos Machado
Jusciney Carvalho Santana
Kelsen Ferreira e Silva
Klaus Vargas Karnopp
Leonardo Gaist
Letícia Lopes Leite
Lidnei Ventura
Luana Moss de Oliveira
Luciana da Silva Castro
Luciano Hack
Lucir Reinaldo Alves
Luís Teixeira
Luis Vicente Gómez García
Luísa Carvalho
Luísa Cerdeira
Luiz Fernando Gomes Pinto
Lurdes Escaleira
Mageda Thomaz Villas Boas
Maihara Pereira Franco de Andrade
Manlin Lin
Manuel Matos
Manuel Silva
Manuela Dias Rezende Pinto
Mara Porfírio Moura
Marcelo Aguiar Bizerril
Marcelo Oliveira
Marco Domingues
Marco Wandercil
Marcos Carneiro da Silva
Margarida Mano
Maria Adriana Carvalho
Maria Amélia Marques
Maria Aparecida Marques da Rocha
Maria Conceição Rego
Maria da Natividade Pires
Maria de Lourdes Machado-Taylor
Maria do Rosário Rodrigues
Maria Escudeiro
Maria Estela Dal Pai Franco
Maria Fernanda Vianna
Maria Isabel da Cunha
Maria João Centeno
Maria João Escudeiro
Maria Julieta Azevedo
Maria Lima
Maria Luiza Rangel
Maria Maridalho
Maria Paula Lousão
Maria Rosário Rodrigues
Maria Teresa Costa
Mariana Alves
Mariana Figueira Fontoura
Mariano Amaral
Marilene Gabriel Dalla Corte
Marília Morosini
Marilise Sayão
Mário Barroso Baía
Marisa da Conceição Gomes da Costa Tavares
Marize Rauber Engelbrecht
Marlis Polidori
Mateus Ericson Flores
Micaela Ximenes
Michel Mott Machado
Miguel Fernandes
Miguel Figueiredo
Miguel Oliveira
Miguel Yang Nan
Mike Watts
Milena Carvalho
Milena Sun Ye
Nádia Marleny Mirrado Pinto
Nádia Paixão
Narciso Jorge Cimbolo Dumbo

Nayara Martins Silva
Nelson Casimiro Zavale
Nobre Roque dos Santos
Patricia Pacheco Rodrigues
Patrícia Pereira da Silva
Paulo Morais
Paxe Amazonas
Pedro Felício
Pedro Mares
Pedro Mucharreira
Pedro Sarreira
Rafael Galupa
Rafael Moré
Rafaela Riesemberg
Raimunda Maria da Cunha Ribeiro
Rangel de Assunção Domingos
Raquel Pereira
Regis Pasini
Renato Abreu
Ricardo Pereira Rodrigues
Ricardo Soares
Rita de Cassia Ietto Montilha
Roberto Leher
Robson Celestino Prychodco
Rodrigo Althof
Rodrigo Lourenço
Rogério Quirino
Romualdo Cruz
Rovênia Amorim Borges
Rute Agostinho
Sabrina Figueira
Samantha Pflug Marques
Samile Andrea de Souza Vanz
Sandra Marisa Nascimento Chimuco
Sandra Miranda
Sandra Nunes
Sandra Saúde
Sandra Soares
Sandrina Moreira
Sara Brito Filipe
Sara Morgado Nunes
Sarah Feitoza da Silva
Sergio Franco
Sirlei de Lourdes Lauxen
Sofia Dinis Esteves
Sofia Veiga
Solange Garces
Solange Maria Longhi
Sônia Carvalho
Sônia Fonseca
Stenio Pinheiro dos Santos
Suelene Silva
Susana Ambrósio

Susana Pinto
Talita de Almeida
Tânia Cruz
Tânia Rocha Unglaub
Tatiane Salete Mattei
Teresa Costa
Teresa Gonçalves
Teresa Neto
Teresa Patatas
Thiago Domingos Marques
Tomás Patrocínio
Vanessa Dietrich
Vanessa Woicolesco
Vaneza Peranzoni
Vitor Almeida
Vitor Manteigas
Wesley Alves Veras
Zelia Bittencourt
Zélia Santos
Zelia Zilda Lourenço de Camargo Bittencourt
Zelimar Soares Bidarra

PROGRAMA

22 DE NOVEMBRO (presencial/online)

10H00 - 11H00 **Sessão de Abertura**

Pedro Dominginhos | Presidente do Instituto Politécnico de Setúbal
Marcus Im Sio Kei | Presidente do Instituto Politécnico de Macau
Margarida Mano | Presidente da FORGES
Mensagem do Chefe do Executivo do Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China
Mensagem do Presidente da República Portuguesa
Manuel Heitor | Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior | Portugal

11H15 - 13H00 **Conferência Inaugural**

Viriato Soromenho-Marques | Universidade de Lisboa | Portugal
Comentador: Paulo Speller | Representante da OBREAL - Global Observatory | Brasil
Comentador: Arlindo Chilundo | Universidade Eduardo Mondlane | Moçambique
Moderadora: Maria Conceição Barbosa Mendes | Universidade Katyavala Bwila | Angola

13H00 - 15H00 Pausa para almoço

15H00 - 16H00 **Espaço FORGES**

15H00 - 15H30 | Revista FORGES
15H30 - 16H00 | Academia FORGES

16H00 - 18H00 **Academia FORGES | EIXO FORMAÇÃO E INOVAÇÃO PEDAGÓGICA**

Mesa Redonda: Projetos de Inovação no Ensino Superior
Luísa Carvalho e Nuno Pina | Instituto Politécnico de Setúbal | Portugal | Projeto Demola
Luis Santos | Universidade de Lisboa | Portugal | Projeto Observar e Aprender
Ana Lúcia Ramos e Ana Luísa Costa | Instituto Politécnico de Setúbal | Portugal | Projeto EUDRES I-Living Labs

23 DE NOVEMBRO (online)

10H00 - 10H45 **Conversas com tema: INTERNACIONALIZAÇÃO PARA ALÉM DA MOBILIDADE**

Ermelinda Monteiro Silva Cardoso | Vice-Reitora da Universidade Katyavala Bwila | Angola
Maria Leonor Alves Maia | Presidente da FAUBAI | Universidade de Pernambuco | Brasil
Moderador: Armando Pires | Presidente da EURASHE | Instituto Politécnico de Setúbal | Portugal

10H45 - 11H45 Sessões paralelas

12H00 - 13H00 Sessões paralelas

13H00 - 14H00 Pausa para almoço

14H00 - 16H00 **REDES DE COOPERAÇÃO**

16H00 - 18H00 **Academia FORGES EIXO SUSTENTABILIDADE NO ENSINO SUPERIOR**

Mesa Redonda: A Sustentabilidade nos Currículos do Ensino Superior
Sandra Caeiro | Universidade Aberta | Portugal
Luís Alípio Gomes | Universidade Federal do Oeste do Pará | Brasil
Ana Piedade Monteiro | Universidade Eduardo Mondlane | Moçambique
Moderador: António Gomes Martins | Universidade de Coimbra | Portugal

24 DE NOVEMBRO (online)

10H00 - 10H45 Conversas com tema:

A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NUM ENSINO SUPERIOR GLOBALIZADO

Romualdo Portela de Oliveira | Presidente da ANPAE | Universidade de São Paulo | Brasil

Maria José Grosso | Universidade de Macau | Macau

Moderadora: Ana Luísa Rodrigues | Universidade de Lisboa | Portugal

10H45 - 11H45 Sessões Paralelas

12H00 - 13H00 Sessões Paralelas

13H00 - 14H00 Pausa para almoço

14H00 - 18H00 Academia FORGES

14H00 - 16H00 | EIXO QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR

Mesa Redonda: 1.º Encontro Anual do Eixo Qualidade no Ensino Superior

Ana Nhampule | Universidade Joaquim Chissano | Moçambique

António Ramos Pires | Rede de Investigadores da Qualidade | Portugal

Dora Fonseca | Universidade de Aveiro | Portugal

Jesus António Tomé | Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior | Angola

Jorge Dias | Agência Reguladora do Ensino Superior | Cabo Verde

Márcia Ângela Aguiar | Universidade Federal de Pernambuco | Brasil

Maria Lourdes Machado-Taylor | Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior | Portugal

Olímpio Castilho | Instituto Politécnico do Porto | Portugal

Pedro Ferreira da Silva | Universidade Católica | Portugal

Rodrigo Lourenço | Instituto Politécnico de Setúbal | Portugal

Rui Franganito | Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo | Angola

Samile Vanz | Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Brasil

16H00 - 18H00 | EIXO IMPACTOS DA PANDEMIA

Mesa Redonda: Impactos da Pandemia nas Instituições de Ensino Superior dos Países e Regiões de Língua Portuguesa

Edward Madureira Brasil | Reitor da Universidade Federal de Goiás / Ex-Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior | Brasil

António Fontainhas Fernandes | Presidente do Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior / Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (2017-2020) / Reitor da UTAD (2013-2021) | Portugal

António Carlos Correia | Ministro de Ensino Superior, Ciência e Inovação (2011-2016) / Reitor da Universidade de Cabo Verde (2006-2010) | Cabo Verde

Coordenação: João Ferreira de Oliveira | Universidade Federal de Goiás | Brasil

25 DE NOVEMBRO (online)

10H00 - 10H45 Conversas com tema: O CONTRIBUTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PARA OS ODS

Carlos Mata | Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Setúbal | Portugal

Thiago Gehre Galvão | Universidade de Brasília | Brasil

Moderador: Zhang Yunfeng, Gaspar | Instituto Politécnico de Macau | Macau

10H45 - 11H45 Sessões paralelas

12H00 - 13H00 Sessões paralelas

13H00 - 14H00 Pausa para almoço

14H00 - 18H00 Assembleia Geral da FORGES (online reservado a associados FORGES)

26 DE NOVEMBRO (presencial/online)

10H00 - 11H00 Espaço FORGES

10H00 - 10H30 | Comissão de Honra FORGES

10H30 - 11H00 | Tomada de Posse dos Novos Corpos Sociais

11H00 - 12H30 Conferência de Encerramento A COOPERAÇÃO PARA A INOVAÇÃO PEDAGÓGICA

António Dias Figueiredo | Universidade de Coimbra | Portugal

Diogo Casanova | Vice-Reitor da Universidade Aberta | Portugal

Moderador: Arnaldo Brito | Universidade de Cabo Verde | Cabo Verde

12H30 - 13H00 Sessão de Encerramento

Zacarias da Costa | Secretário Executivo da CPLP

Joaquim Ramos de Carvalho | Instituto Politécnico de Macau

Rodrigo Teixeira Lourenço | Pró-Presidente do Instituto Politécnico de Setúbal

Margarida Mano | Presidente da FORGES

PROGRAMA

SESSÕES PARALELAS E SESSÕES ESPECIAIS

23 de novembro 2021 (3.ª feira): 10h45 - 11h45 (ONLINE)

MODERADOR: MARCELO AGUIAR BIZERRIL TEMA 1: SUSTENTABILIDADE E SOCIEDADE NO ENSINO SUPERIOR SESSÃO 1

N.º Artigo		
7	Godwen Veremu e Teresa Patatas	O Contributo do Ensino Superior para a Sustentabilidade da Africa Subsariana: Casos de Angola e Moçambique
14	Nayara Martins Silva e Marcelo Aguiar Bizerril	Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade: Uma Perspectiva para o Ensino Superior
111	Luana M. de Oliveira	Gestão de Resíduos em Instituição de Ensino Superior: Estudo de Caso na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa
114	Klaus Vargas Karnopp, Leonardo Gaist e Diego Pascoal Golle	Organizações Societárias Contemporâneas e as Perspectivas Ambientais no Ensino Superior

MODERADOR: ANA SEQUEIRA TEMA 2: ENSINO E INVESTIGAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR - SESSÃO 1

N.º Artigo		
3	Rogério Quirino e Gilmar Barreto	Reflexos dos Sistemas 4.0 e Pandemia nos Significados de Competência ao Ensino de Engenharia
32	Micaela Ximenes, Gaspar Varela e Dulce Leite	Aspetos de Visualização de Ambiente Natural e Social para Processos de Construção no Desenvolvimento de Habilidades Cognitivas de Crianças da Educação Pré-Escolar: Um Trabalho de Iniciação Científica do Ensino Superior em Timor-Leste
37	Ana Sequeira e Jorge Pinto	Uma abordagem interdisciplinar na formação de professores - As maquetas da comunidade
135	Sarah Feitoza da Silva e Marcos Carneiro da Silva	Aplicação da Metodologia Design Thinking no Processo de Ensino Aprendizagem: Um Ex-Post-Facto do Projeto Lapassion

MODERADOR: PEDRO FELÍCIO TEMA 2: ENSINO E INVESTIGAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR - SESSÃO 2

N.º Artigo		
16	Rodrigo Althof e Thiago Domingos Marques	A importância do desenvolvimento das competências e habilidades interpessoais no ensino da Geografia
31	Doris Pires Vargas Bolzan e Ana Carla Hollweg Powaczuk	Educação Profissional e Tecnológica: Contextos Emergentes na Educação Superior
99	Pedro Felício e Miguel Figueiredo	PRECASE - Programa de Reforço de Capacidades do Sistema Educativo da Guiné-Bissau
155	Sofia Veiga e Helena Lopes	Apoio psicológico a estudantes durante a pandemia... nas realidades da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto e da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

MODERADOR: VITOR MANTEIGAS TEMA 4: TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO ENSINO SUPERIOR - SESSÃO 1

N.º Artigo		
68	Adriana Cardoso, Vítor Manteigas, Renato Abreu, Ricardo Rodrigues, Carla Martinho e Maria Escudeiro	O Ensino a Distância no Politécnico de Lisboa: diagnóstico de necessidades de formação
106	Luciano Hack, Alexandre Costa e Andressa Pacheco	A evasão em cursos superiores a distância – contribuições do Modelo Col
117	Inês Rebanda Coelho	Ensino de Som e Imagem durante a Pandemia COVID-19
119	Alexandre Marino Costa, Rafael Moré, Antônio Soares e Hugo de Almeida	A Educação Digital como estratégia para o desenvolvimento do empreendedorismo e inovação nas universidades públicas brasileira

MODERADOR: JOSÉ DIAS

TEMA 6: GESTÃO, LIDERANÇA, GOVERNO E QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR - SESSÃO 1

N.º Artigo

15	José Dias	Ensino Superior: trajetória e ambiguidade no emprego do termo qualidade
50	Suelene Silva, Adriana Ferreira e Marcelo Oliveira	A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no ensino superior: uma experiência no Instituto Federal de Goiás, Brasil
72	Beatriz Maria Eckert Hoff	Gestão e Liderança em cenários de crise: os desafios para a Educação Superior pós-travessia pela pandemia COVID-19

MODERADOR: SÉRGIO FRANCO

SESSÃO ESPECIAL 1 - ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – EBES: UMA PERSPECTIVA TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO BRASIL

N.º Artigo

105	Sergio Franco, Denise Leite e Marlis Polidori	EBES – Políticas e Avaliação da Educação Superior
108	Marília Morosini, José Vieira De Sousa e Marilene Gabriel Dalla Corte	EBES – Internacionalização e História da Educação Superior
122	Maria Estela Dal Pai Franco e Solange Maria Longhi	EBES – Gestão da Educação Superior
124	Maria Isabel da Cunha, Doris Pires Vargas Bolzan e Cleoni Maria Barbosa Fernandes	EBES – Professor da educação superior, currículo e práticas: olhares sobre campos em diálogo

23 de novembro 2021 (3.^a feira): 12h - 13h (ONLINE)

MODERADOR: JOANA SILVA **TEMA 1: SUSTENTABILIDADE E SOCIEDADE NO ENSINO SUPERIOR - SESSÃO 2**

N.º Artigo		
1	Joana Silva e Diana Dias	Educar para uma Futuro Sustentável: O papel e a influência das Instituições do Ensino Superior
55	Mara Porfírio Moura, Wesley Alves Veras e Kelsen Ferreira E Silva	Responsabilidade Socio-Ambiental: Análise da Implementação nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Administração das Universidades Federais do Piauí
145	Patrícia Pereira da Silva, Filipe Rafael P. Rocha e Sónia Fonseca	Desenvolvimento Sustentável: O Caso da Universidade de Coimbra

MODERADOR: LUÍSA CARVALHO **TEMA 2: ENSINO E INVESTIGAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR - SESSÃO 3**

N.º Artigo		
23	Luísa Carvalho, Ana Rolo, Ana Lúcia Ramos, Rodrigo Lourenço e José Palma	Perceção da confiança criativa: Um estudo exploratório aplicado a um curso em Design Thinking
39	Romualdo Cruz, Mariano Amaral, Clara Magalhães e Diana Pinto	O Ensino da Química (Orgânica e Inorgânica) na Faculdade de Ciências Exatas da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e no ano de 2021
65	Lidnei Ventura, Tânia Rocha Unglaub e Betina Lopes	Competências Digitais de Acadêmicos de Pós-Graduação em Ensino Remoto na Pandemia COVID-19
66	Duarte Xara-Brasil, Luísa Carvalho e Adriana Backx Noronha	CONNECTA: Colaboração em rede em contexto internacional para investigadores e professores em Ciências Empresariais
118	Luis Teixeira, Karina Poli and João Roquer	Entre Mares e Redes uma experiência de aprendizagem colaborativa

MODERADOR: ANA LUÍSA PIRES **TEMA 3: ACESSO, DIVERSIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR - SESSÃO 1**

N.º Artigo		
27	Rovênia Amorim Borges	Estudantes brasileiros no ensino superior português: Reflexões sobre o despertar crítico descolonial
42	Cintia Denise Granja e Ana Maria Carneiro	A contribuição de programas de mobilidade estudantil internacional para a desigualdade social no Brasil
90	Ana Luisa Oliveira Pires e Maria do Rosário Rodrigues	Internacionalização no Ensino Superior: a experiência do Semestre Internacional da ESE-IPS
91	Jocélia Marcelino, Vanessa Woicolesco, David Hatsek e Marília Morosini	Internacionalização da Educação Superior: uma análise de estratégias de universidades brasileiras

MODERADOR: ANTÓNIO VICO MAÑAS **TEMA 5: POLÍTICAS DE ENSINO SUPERIOR - SESSÃO 1**

N.º Artigo		
6	João Oliveira	Políticas de Educação Superior e Novas Formas de Regulação
30	Antonio Vico Mañas e Luiz Fernando Gomes Pinto	A tendência da modalidade de ensino híbrido no Brasil após a pandemia do Coronavírus
102	Paulo Morais e Manuel Matos	Para um desenvolvimento do ensino superior artístico em Portugal

MODERADOR:	ELZO ARANHA	SESSÃO ESPECIAL 2 - EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA E APRENDIZAGEM ATIVA EM ENGENHARIA: FOMENTANDO A COOPERAÇÃO ENTRE OS PAÍSES DE REGIÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA
-------------------	--------------------	---

N.º Artigo		
74	Georgia Assumpção, Carolina Santos e Alexandre Castro	Capacitação Docente Voltada à Educação Empreendedora e Aprendizagem Ativa no Ensino de Engenharia a Distância
86	Elzo Aranha	Cátedra de Educação Empreendedora em Engenharia: Uma Proposta de Capacitação de Professores em Engenharia para os Países e Regiões de Língua Portuguesa
93	Elzo Aranha e Sônia Carvalho	Modelo de Negócio na Gestão Universitária: Possibilidades e Oportunidades
144	Ana Lucia H.S. Souza	Práticas Empreendedoras em Engenharia para Disciplinas Remotas em Tempos de Pandemia: Uma Alternativa de Valor

24 de novembro 2021 (4.ª feira): 10h45 - 11h45 (ONLINE)

MODERADOR: JOSÉ DIAS TEMA 1: SUSTENTABILIDADE E SOCIEDADE NO ENSINO SUPERIOR - SESSÃO 3

N.º Artigo		
17	José Dias, Ana Rita Conde e José Mendes	Pandemia COVID-19: Impacto psicológico nos jovens adolescentes, famílias e sociedade cabo-verdiana
56	Mara Porfírio Moura, Wesley Alves Veras e Kelsen Arcangelo Ferreira E Silva	Análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Administração das Universidades Federais no Piauí
130	Fernando Martins Ferreira, Maihara Pereira Franco de Andrade e Sirlei de Lourdes Lauxen	O Deficiente Visual com Cegueira Total sendo Jurado no Tribunal do Júri: A Deusa da Justiça também é Cega!
132	Luana Moss de Oliveira, Maria Paula Lousão e Inês Veiga	Recycle Lab: Análise de Impacto do Laboratório de Reciclagem na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

MODERADOR: RUTE AGOSTINHO TEMA 2: ENSINO E INVESTIGAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR - SESSÃO 4

N.º Artigo		
19	Regis Pasini e Gilmar Barreto	O ensino por competências na Engenharia e os conhecimentos necessários para as próximas décadas
92	Diana Soares, Isabel Abrantes e Mike Watts	Do modelo teórico 'Capital científico' à constituição de uma rede internacional para a Formação inicial de Professores de Ciências: contributos de uma Revisão Sistemática da Literatura
94	Rute Agostinho, Vítor Almeida, António Belo, Cristina Borges, Maria João Escudeiro, Carla Martinho, Sandra Miranda, David Tavares e Catarina Tomás	Resultados Académicos em tempos de pandemia no Politécnico de Lisboa
113	Dambusse Libombo e Anabela Dinis	Cooperação técnico-militar para a formação superior em Defesa e Segurança: Estratégia para a manutenção da Paz e combate ao terrorismo em Moçambique

MODERADOR: HELENA ROQUE TEMA 2: ENSINO E INVESTIGAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR - SESSÃO 5

N.º Artigo		
75	Lidnei Ventura e Tânia Rocha Unglaub	Perfil de egressas da Educação a Distância: travessias de identidade no curso de Pedagogia
79	Ana Meireles e Cláudia Silvestre	Os níveis de Burnout nos estudantes do Ensino Superior durante o período de aulas em regime misto
89	Rita de Cassia Ietto Montilha, Milena Carvalho, Fernanda Rodrigues, Ana Claudia Fernandes e Zelia Bittencourt	Metodologia Ativa no Ensino Superior: Opinião de Alunos de Graduação em Fonoaudiologia
103	Helena Cristina Roque, Cláudia Ramos, Sandra Nunes, Rodrigo Lourenço e Joana Tomás	Abandono no Ensino Superior: Instituto Politécnico de Setúbal

MODERADOR: ANA LUÍSA RODRIGUES TEMA 4: TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO ENSINO SUPERIOR - SESSÃO 2

N.º Artigo		
52	Carlos Borralho e Sandra Saúde	Plágio no Ensino Superior: As Tecnologias Digitais Ajudam Sempre?
62	Ana Luísa Rodrigues, Luísa Cerdeira e Tomás Patrocínio	A importância das tecnologias e transformação das metodologias de ensino-aprendizagem no ensino superior
78	João Dias, Flávio Murilo de Oliveira Gouvêa e Ana Maria Carvalho	A Transformação Digital no Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa no Horizonte 2030 da ONU (AGENDA 2030 da Organização das Nações Unidas)

MODERADOR:	JUSCINEY CARVALHO SANTANA	TEMA 6: GESTÃO, LIDERANÇA, GOVERNO E QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR - SESSÃO 2
-------------------	----------------------------------	---

N.º Artigo		
25	Jusciney Carvalho Santana	A Virtualização dos Processos de Avaliação na Educação Superior Brasileira em Função Da Pandemia
26	Camila Costa de Oliveira Teixeira Alvares e Luciana da Silva Castro	Avaliação da Educação Superior: Um Estudo sobre os Resultados do ENADE 2011, 2014 e 2017 do Curso de Licenciatura em Letras da Universidade de Brasília (UnB)
48	Diego Maffazzioli Santos, Sofia Dinis Esteves e Mateus Ericson Flores	Service Design como meio para conectar necessidades de gestores, professores e alunos em ambientes acadêmicos
95	Elizabeth Coutinho e Maria Adriana Carvalho	Modelos Diferenciados de Ensino Superior num Pequeno Estado Insular: O Caso de Cabo Verde

MODERADOR:	MAGARIDA MANO	SESSÃO ESPECIAL 3 - A COOPERAÇÃO ACADÉMICA SINO-LUSÓFONA NO CONTEXTO DA "GRANDE BAÍA"(PARTE I)
-------------------	----------------------	---

N.º Artigo		
148	Joaquim Ramos de Carvalho e Milena Sun Ye	Um guia online para a cooperação académica Sino-Lusófona no contexto da Grande Baía Guangdong-Hong Kong – Macau
149	Ana Qiao Jianzhen	Cooperação académica entre a China e o Brasil (bolsas, programas, projectos)
152	Álvaro Barbosa e Margarida Mano	Um Modelo de Integração institucional Universitária entre Portugal e a China
153	Ana Raquel Jantarada João	Finanças Verdes: Oportunidades, Desafios e Implicações Académicas no contexto da RAEM

24 de novembro 2021 (4.ª feira): 12h - 13h (ONLINE)

MODERADOR: SIRLEI LAUXEN TEMA 2: ENSINO E INVESTIGAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR - SESSÃO 6

N.º Artigo		
29	Maria da Natividade Pires, Luis Vicente Gómez García e Teresa Gonçalves	O Programa Cientificamente Provável - Ocidente e Oriente: A Literatura como porta para o conhecimento de culturas
33	Agnes Novela e Aldovanda Bata Vidade	Avaliação do Nível de Satisfação dos Docentes de Ciências Naturais, em Relação à Investigação na Universidade Pedagógica de Maputo
35	Rangel de Assunção Domingos, Nádia Marleny Mirrado Pinto e Marisa da Conceição Gomes da Costa Tavares	O rendimento académico na Faculdade de Direito da UMN: perspetivas de professores e estudantes.
136	Maria Fernanda Vianna, Sirlei Lauxen, Solange Garces e Vaneza Peranzoni	Da crise dos estados territoriais à crise dos sujeitos.

MODERADOR: PEDRO MARES TEMA 3: ACESSO, DIVERSIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR - SESSÃO 2

N.º Artigo		
51	Patricia Pacheco Rodrigues e Samantha Pflug Marques	Remição pelo estudo: a garantia do direito humano à educação da pessoa encarcerada
110	Ana Maria de Moreira, Ana Maria Vasconcelos, Danielle Xabregas Nogueira e Maria Teresa Costa	A equidade na Universidade de Brasília: uma análise do perfil dos estudantes de cursos presenciais e a distância
101	Sara Brito Filipe, Ana Rita Garcia, Sara Morgado Nunes e Marco Domingues	A realidade dos Estudantes Internacionais na ESGIN/IPCB: do acesso ao ensino superior ao (in)sucesso escolar
127	Teresa Costa, Pedro Mares e Maria Lima	Empreendedorismo e Educação Internacional: o Caso do Projeto Business Week Setúbal

MODERADOR: MIGUEL FERNANDES TEMA 4: TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO ENSINO SUPERIOR - SESSÃO 3

N.º Artigo		
45	Miguel Fernandes e Hugo Moreira	A Transformação Digital e Desmaterialização de Processos na Escola Superior de Saúde Santa Maria – Oportunidades e desafios da transformação digital no ensino superior.
85	Carla Martinho, Ricardo Pereira Rodrigues, Renato Abreu, Adriana Cardoso, Vítor Manteigas e Maria Escudeiro	O percurso de vida do primeiro MOOC do Politécnico de Lisboa na Plataforma NAU
116	Ana Maria de Albuquerque Moreira, Danielle Xabregas Nogueira, Catarina de Almeida Santos e Leticia Lopes Leite	Tecnologias digitais no ensino superior: uma análise das estratégias institucionais da Universidade de Brasília para o ensino não presencial

MODERADOR: DIEGO SOUZA

TEMA 5: POLÍTICAS DE ENSINO SUPERIOR - SESSÃO 2

N.º Artigo		
12	Georgia de Souza Assumpção e Alexandre de Carvalho Castro	Políticas públicas em educação a distância para ampliação de ensino superior no Brasil: O Cederj e a Engenharia de Produção
36	Zelia Zilda Lourenço de Camargo Bittencourt, Robson Celestino Prychodco e Rita de Cassia Ietto Montilha	Políticas como estratégias compensatórias na Universidade em tempos de COVID-19
57	Raimunda Maria da Cunha Ribeiro	Política de Ensino Superior: A Formação de Professores Frente ao Desafio da Relação Teoria-Prática
98	Maria Aparecida Marques da Rocha, Juliana Dutra de Déos Machado e Vanessa Dietrich	A percepção dos estudantes com deficiência quanto às políticas inclusivas da Instituição de Ensino Superior
128	Diego Souza e José Ricardo Costa de Mendonça	Política Nacional de Extensão Universitária no Brasil

MODERADOR: MARIA CONCEIÇÃO REGO

SESSÃO ESPECIAL 4 - AÇÕES AFIRMATIVAS PARA O ENSINO SUPERIOR

N.º Artigo		
67	Tatiane Salete Mattei e Zelimar Soares Bidarra	A Mercantilização do Ensino Superior Brasileiro como Simulacro de Ação da Política Afirmativa
69	Magueda Thomaz Villas Boas e Marize Rauber Engelbrecht	Ações Afirmativas como Instrumento de Acesso para Grupos de Minoria ao Ensino Superior Brasileiro
70	Alfredo Buza, Juliana Canga e Hamilton Silva	Ações Afirmativas para o Ensino Superior no Contexto Angolano
82	Adriana Arantes	Impacto das Ações Afirmativas no Perfil dos Estudantes da Educação Superior no Brasil
87	Tatiane Salete Mattei, Elsa Ferreira, Lucir Reinaldo Alves e Maria Conceição Rego	Brasil e Portugal: Uma Análise das Ações de Política Afirmativa para o Ensino Superior

25 de novembro 2021 (5.ª feira): 10h45 - 11h45 (ONLINE)

MODERADOR: JOAQUIM MOURATO TEMA 1: SUSTENTABILIDADE E SOCIEDADE NO ENSINO SUPERIOR - SESSÃO 4

N.º Artigo		
22	Michel Machado, Fábio Silva, Adriane Foligno, Stenio dos Santos e Dyane Cunha	Organização e Gestão de Sistemas e Unidades de Ensino e Relacionamento les-Sociedade: Educação Profissional de Nível Tecnológico em Foco Organização e Gestão de Sistemas e Unidades de Ensino e Relacionamento les-Sociedade: Educação Profissional de Nível Tecnológico em Foco
24	Alessandra Ferreira Mereles e Sandra Miranda	As instituições de ensino superior enquanto agentes formadores para uma sociedade ambientalmente sustentável
28	Paxe Amazonas, Teresa Neto e Fátima Paixão	Desenvolver a Educação para a Sustentabilidade Ambiental na Formação de Futuros Professores de Matemática do 2.º Ciclo em Angola
59	Joaquim Mourato, Isabel Mourato, Francisco Morais, João Alves e Maria Maridalho	O Contributo do Politécnico de Portalegre para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
96	Cláudia Silvestre, Ana Meireles, Vítor Manteigas, António Belo, Pedro Sarreira, Maria Julieta Azevedo e Maria Escudeiro	A Pegada Ecológica da comunidade académica do Politécnico de Lisboa, enquanto instrumento de diagnóstico e indicador de sustentabilidade

MODERADOR: RAQUEL PEREIRA TEMA 4: TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO ENSINO SUPERIOR - SESSÃO 4

N.º Artigo		
18	Georgia de Souza Assumpção, Isabel Cristina dos Santos e Hugo Sousa Campos	Os desafios da COVID-19 impulsionando a transformação digital no Brasil: a experiência da Escola Nacional de Ciências Estatísticas
97	Raquel Pereira e Sandrina Moreira	Perceção dos Estudantes sobre os Portfolios Digitais no Ensino a Distância de Economia
107	Maria Amélia Marques e Cristina Ferreira de Oliveira	Reflexões e aprendizagens realizadas num projeto de cocriação utilizando as metodologias AGILE: a perceção dos atores
126	Manuel Matos, Anabela Lopes e Eduardo Eusébio	Avaliação on-line durante a pandemia: o caso de uma grande escola de engenharia

MODERADOR: ADRIANA ARANTES TEMA 5: POLÍTICAS DE ENSINO SUPERIOR - SESSÃO 3

N.º Artigo		
58	Raimunda Maria da Cunha Ribeiro	Política de Responsabilidade Social Universitária: O Desafio da Formação Profissional em Tempos de Pandemia
83	Adriana Arantes	Qualidade no Contexto da Autoavaliação Institucional
104	Sabrina Figueira, Mariana Figueira Fontoura, Sirlei de Lourdes Lauxen e Vaneza Cauduro Peranzoni	Programa Residência Pedagógica: Ações de Políticas Públicas para a Formação Inicial de Professores
157	Angélica Nachiungue Marta Vidal, Sandra Marisa Nascimento Chimuco and Narciso Jorge Cimbolo Dumbo	Avaliação do desempenho no Ensino Superior: percepções e expectativas dos docentes

MODERADOR:	SANDRA MIRANDA	TEMA 6: GESTÃO, LIDERANÇA, GOVERNO E QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR - SESSÃO 3
-------------------	-----------------------	---

N.º Artigo

40	Stenio Pinheiro dos Santos e Michel Mott Machado	Práticas de gestão escolar à luz da Teoria dos Stakeholders: fundamentos teóricos para uma abordagem na Educação Profissional e Tecnológica
46	Miguel Fernandes e Hugo Moreira	A importância do Modelo de Transformação Digital na transformação digital das instituições de ensino superior
109	Sandra Miranda, Zélia Santos e Maria João Centeno	Sistema de garantia da qualidade na ESCS-IPL e os desafios colocados pela pandemia

MODERADOR:	GASPAR ZHANG YUNFENG	SESSÃO ESPECIAL 5 - A COOPERAÇÃO ACADÉMICA SINO-LUSÓFONA NO CONTEXTO DA "GRANDE BAÍA" (PARTE II)
-------------------	-----------------------------	---

N.º Artigo

147	Gaspar Zhang Yunfeng e Miguel Yang Nan	Grande Baía Guangdong-Hong Kong- Macau na Cooperação Sino-Lusófona
150	Cristina Zhou Miao	O Instituto Confúcio da Universidade de Coimbra (ICUC) na cooperação académica sino-lusófona: situação actual e novas ideias
151	Lurdes Escalreira e Manuela Dias Rezende Pinto	Internacionalização do Instituto Politécnico de Macau: Contexto, Estratégias e Desafios
154	Manlin Lin	Inovar, ligar, avançar para o futuro – Tradução automática Chinês-Português e tecnologia aplicada de inteligência artificial

25 de novembro 2021 (5.ª feira): 12h - 13h (ONLINE)

MODERADOR: ELSA FERREIRA TEMA 2: ENSINO E INVESTIGAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR - SESSÃO 7

N.º Artigo		
34	Rangel de Assunção Domingos, Marisa da Conceição Gomes da Costa Tavares e Nádía Marleny Mirrado Pinto	Percepções dos professores e estudantes do ISCED - HUÍLA acerca da aprendizagem e da avaliação
54	Fábio Lippi Silva e Adriane Zangiaco Foligno	Extensão: fundamentos teóricos para uma abordagem na Educação Profissional e Tecnológica
115	Dambusse Libombo e Anabela Dinis	Impacto do ensino do empreendedorismo nas Instituições de Ensino Superior em Moçambique – análise dos factores que afectam a sua eficácia
142	Elsa Ferreira, Maria Rosário Rodrigues, Ana Luisa Oliveira Pires, João Torres e Mário Barroso Baía	O desenvolvimento de competências transversais no ensino superior

MODERADOR: MIGUEL OLIVEIRA TEMA 3: ACESSO, DIVERSIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR - SESSÃO 3

N.º Artigo		
60	Betina Lopes Mariana Alves, Helena Caçador, Susana Ambrósio, Rafael Galupa, e Ana Raquel Simões	Avaliar para aprender com a Cartas com Ciência: um exemplo de parceria institucional em prol da transformação social em comunidades de língua portuguesa
112	Maria Luiza Rangel	Desafios da Cooperação/Internacionalização na Educação Superior: Um Olhar sobre o Brasil
121	Manuel Silva, Susana Pinto e Ricardo Soares	A importância da dinamização dos estágios curriculares nas IES como factor de atração dos alunos do ensino profissional para o ingresso no ensino superior
133	Miguel Oliveira e Sandra Soares	Acolher e Integrar na Universidade de Aveiro: "Programa Buddy para Estudantes Internacionais da Ua"

MODERADOR: CARLA CIBELE FIGUEIREDO TEMA 6: GESTÃO, LIDERANÇA, GOVERNO E QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR - SESSÃO 2

N.º Artigo		
49	Camila Costa de Oliveira Teixeira Alvares e José Vieira de Sousa	O Risco da Vida Política do Sinaes no Contexto da Pandemia COVID-19
73	Carla Cibele Figueiredo, Albertina Palma, Ana Maria Pessoa, Filipe Fialho e Joaquim Mourato	Aspectos facilitadores e inibidores da participação dos estudantes na governação das instituições de ensino superior
100	Manuel Matos, Fernando Carmo, Heitor Oliveira, Filomena Novo, Carla Brito e Nádía Paixão	Perfil académico dos alunos bolseiros do Politécnico de Lisboa: impactos da pandemia COVID-19
134	Iveti Caetano, Maria de Lourdes Machado-Taylor e José António Oliveira Rocha	Desafios do Ensino Superior Brasileiro diante das Restrições Orçamentárias: Um Olhar sobre Indicadores da Qualidade

MODERADOR: LUÍSA CERDEIRA **TEMA 7: FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR - SESSÃO 1**

N.º Artigo		
41	Antonio Augusto Baptista Rodrigues	Custos e Sustentabilidade Financeira dos Cursos à Distância no Ensino Superior
47	Gloria Naiene e Nelson Zavale	Reflexões Sobre o Financiamento ao Ensino Superior e à Pesquisa para o Desenvolvimento em Moçambique
61	Luisa Cerdeira, Belmiro Cabrito, Pedro Mucharreira, Alexandrino Mpanzo e José Amilton Joaquim	Financiamento do Ensino Superior Público no Atual Contexto da COVID-19 em Angola, Moçambique e Portugal: Reflexões sobre as Medidas de Apoio Contidas nos Orçamentos do Estado de 2021
129	Diego Souza e José Ricardo Costa de Mendonça	Financiamento do Ensino Superior: a terceira missão e a sua relação com a universidade empreendedora

MODERADOR: ADOLFO IGNÁCIO CALDERÓN **SESSÃO ESPECIAL 6 - EVOLUÇÃO DAS UNIVERSIDADES DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA NOS PRINCIPAIS RANKINGS MUNDIAIS E REGIONAIS: A REALIDADE DE ANGOLA, BRASIL, MOÇAMBIQUE E PORTUGAL**

N.º Artigo		
88	Alfredo Gabriel Buza, Roberto Leher, Juliana Canga e Hamilton Silva	Desempenho das Universidades Angolanas nos <i>Rankings</i> Internacionais
138	Nobre Roque dos Santos, Nobre Roque Dos Santos, Nobre Roque Dos Santos e Nelson Casimiro Zavale	As Universidades Moçambicanas nos <i>Rankings</i> de “Substâncias e de Visibilidade”
139	Samile Andrea De Souza Vanz, Adolfo Ignacio Calderón e Marco Wandercil	Desempenho das Universidades Brasileiras nos Principais <i>Rankings</i> Acadêmicos Internacionais
141	Dora Fonseca	A Evolução da Presença e Posicionamento, nos Principais <i>Rankings</i> Mundiais, das Universidades Portuguesas

ÍNDICE

TEMA 1	3
Sustentabilidade e Sociedade no Ensino Superior.....	3
TEMA 2	21
Ensino e Investigação no Ensino Superior.....	21
TEMA 3	53
Acesso, Diversificação e Internacionalização no Ensino Superior	53
TEMA 4	67
Transformação Digital no Ensino Superior.....	67
TEMA 5	83
Políticas de Ensino Superior.....	83
TEMA 6	97
Gestão, Liderança, Governo e Qualidade no Ensino Superior	97
TEMA 7	113
Financiamento do Ensino Superior.....	113
SESSÃO ESPECIAL 1	119
Enciclopédia Brasileira de Educação Superior – EBES: Uma perspetiva temática da Educação Superior do Brasil	119
SESSÃO ESPECIAL 2	125
Educação Empreendedora e Aprendizagem Ativa em Engenharia: Fomentando a cooperação entre os Países de Regiões de Língua Portuguesa	125
SESSÃO ESPECIAL 3	131
A Cooperação Académica Sino-Lusófona no Contexto da “Grande Baía” (Parte 1).....	131
SESSÃO ESPECIAL 4	137
Ações Afirmativas para o Ensino Superior	137
SESSÃO ESPECIAL 5	145
A Cooperação Académica Sino-Lusófona no Contexto da “Grande Baía” (Parte 2).....	145
SESSÃO ESPECIAL 6	151
Evolução das Universidades de Países de Língua Portuguesa nos Principais Rankings Mundiais e Regionais: A Realidade de Angola, Brasil, Moçambique e Portugal	151

TEMA 1

Sustentabilidade e Sociedade no Ensino Superior

(1) Educar para um Futuro Sustentável: O papel e a influência das Instituições do Ensino Superior

Joana Silva | joana00silva@gmail.com | Universidade Europeia
Diana Dias | diana.dias@universidadeeuropeia.pt | Cipes

A noção de sustentabilidade surgiu na literatura na década de 1960 em resposta às preocupações sobre a degradação ambiental resultante da má gestão dos recursos (Clark & Fulmer, 1973). À medida que o meio ambiente se tornava cada vez mais importante como uma questão mundial, a sustentabilidade foi adotada como um objetivo político comum (WCED, 1987). A sustentabilidade tem sido uma das preocupações mais crescentes da sociedade, dados os desafios colocados pelo século 21 e passos importantes foram dados para apoiar o desenvolvimento sustentável. O esforço mais recente foi a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, elaborada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, estabeleceu Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que indicam os desafios de desenvolvimento mais importantes para a humanidade, a fim de garantir uma vida sustentável, pacífica, próspera e igualitária para todos os indivíduos, não apenas no presente, mas também no futuro. Esses objetivos consideram uma série de necessidades sociais, incluindo educação, saúde, proteção social e oportunidades de emprego, além de mudanças climáticas e proteção ambiental (de Haan, 2010). Para alcançar um mundo mais sustentável e cumprir todas as metas estabelecidas nos ODS, os indivíduos devem se tornar agentes de mudança, adquirindo conhecimentos, habilidades, valores e adotando comportamentos que os capacitem a contribuir para o desenvolvimento sustentável por meio de competências educacionais. A educação é assim reafirmada como um objetivo crucial para contribuir para sociedades mais sustentáveis, socialmente justas e equitativas, como a UNESCO disse “é um instrumento fundamental para alcançar os ODS” (Chattaraj, 2017). Considerando que serão os estudantes de hoje, quem, no futuro, irá liderar projetos e monitorizar os respetivos processos de implementação, cabe ao Ensino Superior de hoje uma forte contribuição no desenvolvimento, não só de uma consciencialização da centralidade da sustentabilidade para o futuro civilizacional, como também de competências e ferramentas para a sua implementação real em contextos reais. A presente proposta de investigação pretende precisamente focar o papel e a influência das políticas e práticas das instituições de ensino superior para o desenvolvimento de competências relacionadas com a sustentabilidade junto de estudantes do ensino superior. Usando como dados de análise a coletânea de todos os enunciados de resultados de aprendizagem apresentados pelas IES para todos os ciclos de estudo em funcionamento em Portugal, pretende-se levar a cabo a sua exploração, recorrendo a técnicas de análise eminentemente qualitativas, procurando reconhecer as tendências que poderão emergir desta análise. Como variáveis independentes, serão consideradas não só variáveis institucionais, tais como o subsistema (universitário/politécnico), o setor (público/privado), a localização geográfica e a antiguidade, mas também variáveis caracterizadoras dos ciclos de estudo, tais como as áreas científicas e os graus. Pretende-se, pois, reconhecer quais destas variáveis estão associadas à pretensão de cada ciclo de estudos em termos do desenvolvimento de competências relacionadas com a sustentabilidade junto dos seus estudantes. Tenciona-se traçar um diagnóstico sobre a importância da sustentabilidade no ensino e na aprendizagem nas Instituições de Ensino Superior.

Palavras-chave: Sustainability, higher education, management, skills, learning outcomes.

(7) O Contributo do Ensino Superior para a Sustentabilidade da África Subsariana: Casos de Angola e Moçambique

Godwen Veremu | gsveremo@gmail.com | Instituto Superior Politécnico de Manica
Teresa Patatas | teresapatatas.angola@gmail.com | Escola Superior Politécnica do Namibe

A África Subsariana é uma região rica em recursos, por exemplo, detém 7% das reservas de petróleo do mundo e importantes reservas de fosfato, cobre e cobalto, além da indústria de turismo que está em desenvolvimento. Paradoxalmente, esta parte da África é uma das regiões mais pobres do mundo com altos índices de mortalidade infantil, analfabetismo e baixa expectativa de vida. Esta região aposta na educação para a sua sustentabilidade, destaca-se neste estudo o ensino superior (ES), que tem vindo a dar o seu contributo para o desenvolvimento regional, focando o exemplo de Angola e Moçambique. Os dois países têm especialmente em comum serem duas ex-colónias portuguesas, que começaram o ES nos seus territórios com base no mesmo decreto de lei (n.º 44.530, de 21 de agosto de 1962), ambos independentes em 1975, países de língua oficial portuguesa, e nações que passaram por um conflito armado interno pós-independência, o qual dificultou o desenvolvimento nacional que se almeja prosseguir na presente época de paz e reconstrução territorial. Nesta comunicação apresentam-se os casos de duas instituições de ensino superior (IES): Escola Superior Politécnica do Namibe - ESPtN (Angola) e Instituto Superior Politécnico de Manica - ISPM (Moçambique). O objetivo é mostrar como essas instituições têm contribuído para o desenvolvimento local e nacional, com a sua oferta formativa, evidenciando-se os trabalhos de fim de curso (TFC) de licenciatura. Fez-se uma pesquisa bibliográfica e documental para este estudo múltiplo de caso. Nesta pesquisa destaca-se os TFC que visam múltiplos destinatários e trazem vários benefícios (inclusive investigativos), assim como sugestões de melhorias exequíveis com a finalidade de melhor produtividade, qualidade, efetivação e eficácia dos variados recursos disponíveis para um maior impacto no desenvolvimento local. Destaca-se o contributo notável dessas IES em áreas de saber fazer para a formação dos quadros e apoio às entidades, organizações, empresas locais, etc. através dos TFC de licenciatura. Para o mercado de trabalho a ESPtN formou 1081 licenciados e o ISPM 829 licenciados. Na África Subsariana, o ensino superior, de um modo geral, apresenta fortes limitações relacionadas às infraestruturas, corpo docente e fatores sociopolíticos. Apesar disso, este subsistema de educação destaca-se pelo seu contributo para o desenvolvimento desta região do mundo através da sua oferta formativa, pesquisa e extensão comunitária. Os resultados deste trabalho, e sinergia entre os dois países estudados, remete-nos a recomendar as IES a criarem bases de dados sobre o enquadramento e desempenho pós-formação do seu alumni, de modo a avaliar efetivamente a qualidade e empregabilidade dos mesmos. Neste âmbito, e para melhores resultados, sugere-se uma relação ainda mais estreita e produtiva entre universidade – empresas – comunidade, aumentando nomeadamente as parcerias e a comunicação, de modo a que estes três eixos possam estar mais ligados na deteção das necessidades locais e conjuntamente procurarem modos de colmatar ou reduzir os problemas que possam ser entraves e/ou que retardam o almejado desenvolvimento regional.

Palavras-chave: África Subsariana, desenvolvimento, sustentabilidade, Ensino superior angolano, Ensino superior moçambicano

(14) Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade: uma perspectiva para o ensino superior

Nayara de Paula Martins Silva | nayaramartins.unb@gmail.com | Instituto Federal de Brasília e
Universidade de Brasília

Marcelo Ximenes Aguiar Bizerril | bizerril@unb.br Universidade de Brasília - Faculdade UnB
Planaltina

Nas últimas três décadas, muitos eventos internacionais colocaram em evidência o potencial das Instituições de Ensino Superior (IES) para influenciar a construção de sociedades mais sustentáveis. Uma das premissas para a construção de uma universidade sustentável é a elaboração de uma visão de sustentabilidade para a instituição. Embora muito utilizados na literatura do Ensino Superior, os termos desenvolvimento sustentável (DS) e sustentabilidade não apresentam um consenso conceitual e são frequentemente utilizados de forma ambígua e imprecisa. Com o objetivo de suprir essa lacuna, este trabalho propõe uma revisitação aos fundamentos dos termos DS e sustentabilidade, com o objetivo de compreender as principais concepções, bem como discutir sobre qual termo mostra-se mais adequado para a construção de uma universidade sustentável na atualidade. A origem do termo sustentável foi apresentada por Carlowitz, em 1713, que discorreu sobre a possibilidade de escassez de madeira, principal recurso natural daquele momento. Com a revolução industrial, o avanço da ciência, da tecnologia e da expansão da economia mundial, o debate sobre o conceito de desenvolvimento ganhou relevância. Devido à crise ecológica, diversas conferências aconteceram, como, por exemplo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972), que afirmou que o desenvolvimento precisava ser sustentável. A noção mais popular de DS é a divulgada no relatório de Brundtland (1987), baseada nos pilares econômico, social e ambiental. Contudo, diversos autores criticam a associação do termo sustentável com a noção de desenvolvimento, afirmando que o DS consiste em uma ideia política pautada na agenda desenvolvimentista, ou seja, na manutenção da economia neoclássica. Essa noção política contribuiu para um halo de ambiguidade, sendo um campo fértil para sua repercussão. Já a sustentabilidade surge como uma ideia diferente do DS. Ela permite uma abordagem mais complexa da relação entre o humano e a natureza. Abrange não só as dimensões social, econômica e ambiental, mas também os componentes políticos, éticos, espirituais, valores não materiais (colaboração, solidariedade e compaixão), culturais e educacionais. Além disso, os teóricos da sustentabilidade lançam novos princípios: a participação ativa das partes interessadas; o uso de abordagens holísticas no enfrentamento dos desafios socioambientais; a valorização local e regional; e a reflexão crítica do modelo de desenvolvimento vigente. Apesar dos significados de DS e sustentabilidade serem diferentes, possuem em comum a interação entre a natureza e o ser humano. Ambos os termos encontram-se num campo de disputa e são concebidos de acordo com a visão de mundo das pessoas que os utilizam. Considerando que as IES são um sistema construído por pessoas e estão inseridas num ambiente, para enfrentar as questões socioambientais atuais é necessária uma abordagem mais complexa dessas relações. E, portanto, a sustentabilidade é o termo que melhor traduz os desafios globais. Desse ponto de vista, as IES poderão colaborar de maneira mais assertiva para a conscientização dos sujeitos e a transformação da realidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, Ensino superior, Universidade sustentável.

(17) Pandemia COVID-19: Impacto psicológico nos jovens adolescentes, famílias e sociedade cabo-verdiana

José Jorge Dias | jorge.dias@ares.cv | Agência Reguladora de Ensino Superior
Ana Rita Conde | ritacondedias@gmail.com | Faculdade de Psicologia, Educação e Desporto -
Universidade Lusófona do Porto
José Mendes | jose.mendes@ares.cv | Agência Reguladora de Ensino Superior

Introdução: A situação pandémica COVID-19 veio afetar o modo de vida das pessoas, com consequências ao nível económico, social e, principalmente, ao nível psicológico e emocional. Subitamente, tudo o que estava planeado passou a ser incerto. Desde o início da pandemia que muitos estudos têm sido feitos sobre o impacto da pandemia no ajustamento psicológico e na saúde mental. Mais recentemente, tem-se chamado a atenção para atender às especificidades de cada país, cujos recursos e medidas podem mitigar ou ampliar os efeitos negativos. Cabo Verde, como o resto do mundo, não ficou imune aos efeitos da pandemia. Participaram no estudo 1.241 cabo-verdianos residentes em Cabo Verde (N= 69%) e na Diáspora (N= 31%), utilizando-se uma metodologia de investigação mista, articulando o método quantitativo com o método qualitativo. **Objetivo:** o presente estudo procura analisar e compreender a vivência e o impacto da Pandemia COVID-19 nos cidadãos cabo-verdianos. **Metodologia:** A metodologia utilizada foi quantitativa e qualitativa, da aplicação de um questionário de inquérito que foi administrado, via On-line. **Resultados:** Os resultados quantitativos revelam que os cabo-verdianos tendem a minimizar o impacto da pandemia, mas, quando se explora de forma mais qualitativa a sua experiência, verifica-se que o discurso está maioritariamente focado nas consequências negativas da pandemia, principalmente ao nível psicológico, interpessoal e laboral/económico. Por fim, descrevem a adoção de várias estratégias de coping que lhes permite mitigar ou lidar com os efeitos negativos. Tal permite-lhes ter uma perspetiva otimista, o que pode justificar a minimização do risco e impacto identificados nos resultados quantitativos. **Considerações Finais:** Do presente estudo importa realçar que, a curto prazo, os cabo-verdianos tendem a minimizar o impacto da pandemia. No entanto, quando se procede a uma análise mais aprofundada do impacto da pandemia na sua vida e no dia-a-dia, identificam problemas em 3 grandes áreas: ao nível psicológico, relacional e económico/laboral. A identificação destas problemáticas chama a atenção para a possibilidade dos reais efeitos da pandemia se poderem fazer sentir a longo-prazo, se não se forem dadas respostas atempadas que procurem mitigar estes problemas e delineadas medidas preventivas. Para já, os cabo-verdianos têm recorrido a estratégias de coping que lhes permite mitigar ou lidar com os efeitos negativos mais imediatos (estratégias distrativas, autorregulação, suporte social), no entanto, se os efeitos negativos se prolongarem ao longo do tempo antecipa-se que os efeitos se tornem mais visíveis e aumentem exponencialmente – quer ao nível da saúde mental como ao nível da tensão relacional e social.

Palavras-chave: Pandemia COVID-19, impacto psicológico, estratégias de coping.

(22) Organização e gestão de sistemas e unidades de ensino e relacionamento IES-sociedade: educação profissional de nível tecnológico em foco

Michel Mott Machado | michelmottmachado@gmail.com | Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Fábio Lippi Silva | fabio.silva9@cpspos.sp.gov.br | Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Adriane Zangiacomo Foligno | adriane.foligno@cpspos.sp.gov.br | Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Stenio Pinheiro dos Santos | stenio.santos@cpspos.sp.gov.br | Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Dyane Guedes Cunha | dyane.cunha@cpspos.sp.gov.br | Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Teve-se por objetivo discutir sobre a educação profissional de nível tecnológico, a formação profissional, a gestão de sistemas/unidades de ensino e o relacionamento Instituições de Ensino Superior (IES) e a sociedade. Para tal, realizou-se um trabalho de caráter “ensaístico”, tendo por base uma pesquisa bibliográfica em livros e artigos voltados à organização e gestão de sistemas/unidades de ensino, responsabilidade social da educação superior, stakeholders e práticas de gestão escolar, entre outros temas. Assim, com vistas ao reconhecimento da relevância da educação de nível superior, da formação profissional, da produção científico-tecnológica, da difusão do conhecimento, verifica-se a pertinente, relevante e oportuna preocupação das IES, referente a necessidade de formas mais eficazes de relacionamento com a sociedade, o que inclui a educação profissional de nível tecnológico. A educação profissional encontra-se na estreita relação entre trabalho, profissão e escolarização (Manfredi, 2016), sendo que essa modalidade de educação, no Brasil, abrange diferentes níveis de ensino (Libâneo; Oliveira & Toschi, 2012; Manfredi, 2016). Aborda-se aqui somente a educação profissional de nível tecnológico, a qual visa a formação de tecnólogos por meio de cursos superiores de tecnologia (Cortelazzo, 2012; Machado & Prados, 2018). E ao se considerar o processo de ensino-aprendizagem no âmbito da educação superior, logo pensa-se na necessária articulação entre ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista uma desejável formação profissional competente (Machado & Prados, 2018; Machado & Fittipaldi, 2021). Dentro do campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), uma das concepções é a da educação tecnológica, a qual pressupõe a formação de trabalhadores como sujeitos históricos (Manfredi, 2016). Nessa direção, é coerente considerar a unidade de ensino (escola, faculdade etc.) como uma comunidade democrática de aprendizagem, um ambiente formativo, o que inclui as práticas de organização e gestão (Libâneo; Oliveira & Toschi, 2012). Isso exige, portanto, pensar sobre as funções das instituições de ensino, sendo que a sua gestão merece atenção (Peterossi, 2014), assim como o relacionamento IES-sociedade (Machado, 2021). À concretização dessa concepção de educação profissional de nível tecnológico, faz-se necessário adotar políticas, estrutura, organização e práticas de gestão coerentes e consistentes com esses entendimentos e propósitos. Nesse sentido, argumenta-se a favor de uma gestão de sistemas educacionais e de unidades de ensino, a partir do conceito de organização como sistema social, o que implica ir além da ideia de sistema técnico, bem como admitir as suas complexas dinâmicas externa e interna (Jaime & Lúcio, 2017), além dos desafios de uma atuação organizacional digna e socialmente responsável (Teixeira; Pollon & Morais, 2021; Pollon; Morais & Teixeira, 2021). Pensa-se, também, que tal concepção de organização pressupõe práticas de gestão que considerem os diversos stakeholders (Singh; Freitas & Valadão Júnior, 2019; Vieira; Singh & De-Carli, 2020), além da adoção de um paradigma dinâmico de gestão (Lück, 2000), o princípio da gestão democrática (Lück, 2009), assim como o modo de gestão participativo (Chanlat, 2002), o que se entende ser coerente com a responsabilidade social da educação superior (RSSES) (Calderón, 2005).

Palavras-chave: Relacionamento IES-Sociedade, organização e gestão, Sistemas e Unidades de Ensino, educação profissional.

(24) As instituições de ensino superior enquanto agentes formadores para uma sociedade ambientalmente sustentável

Alessandra Ferreira Mereles | 12136@alunos.escs.ipl.pt | Escola Superior de Comunicação Social

Sandra Miranda | smiranda@escs.ipl.pt | Escola Superior de Comunicação Social

Nas últimas décadas, as preocupações com a sustentabilidade do planeta têm estimulado diversas iniciativas em prol da diminuição dos impactos negativos no meio ambiente. Uma das mais significativas deu origem ao conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS), sustentado na visão de que os recursos naturais são limitados, devendo ser considerados e geridos diante do progresso económico. Neste sentido, desenvolver sustentavelmente é um dos maiores desafios para as mais distintas organizações. É neste contexto que, considerando o papel influenciador das instituições de ensino superior (IES) e a importância que estas têm na formação de futuros líderes, a literatura da especialidade vem apontando a responsabilidade das IES na construção de um futuro ambientalmente mais sustentável. Ademais, na Declaração de Talloires, 1990, França, formalizou-se a obrigação do ensino superior para com as questões socioambientais, sublinhando o papel fundamental que este deve assumir diante da prática e divulgação da sustentabilidade ambiental. No Brasil, 52 universidades são signatárias desta Declaração e o Governo assume que tem adotado estratégias com vista ao DS e incutido a educação sustentável no ensino superior. Em Portugal, apenas a Universidade Nova de Lisboa assinou a mesma Declaração, e, o Governo promoveu a autonomia destas instituições para com as questões ambientais. Assim, as IES surgem como um dos motores para promover, incentivar e desenvolver o conceito de responsabilidade socioambiental não só no contexto local, mas na sociedade como um todo. Tendo como elemento norteador a questão de partida: Como as Instituições de Ensino Superior têm cumprido com os seus papéis na edificação de comportamentos ambientalmente sustentáveis? esta investigação tem como principal objetivo aferir, junto de duas IES (uma portuguesa - Universidade Nova de Lisboa, e outra brasileira - Universidade Federal de Minas Gerais. Ambas igualmente posicionadas no grupo da terceira melhor colocação, no ranking das melhores universidades do mundo em 2020, pela empresa Times Higher Education), como os alunos percebem e assimilam as ações e os conteúdos de sustentabilidade ambiental ministradas e, em que medida, elas estão orientadas com a Agenda 2030. Para o efeito, recorreu-se a uma metodologia mista, operacionalizada por via da aplicação de inquéritos por questionários aos estudantes das IES, tal como entrevistas aos diretores das instituições em estudo. Os dados postos em evidência, para além de nos traçarem um retrato esclarecedor de como as IES assimilam nas, suas práticas, esta temática, alertam-nos para a necessidade da existência de uma rede de comunicação mais coesa e estruturada que dissemine as ações adotadas pelas IES, de modo a barrar possíveis resistências e contribuir para o conhecimento de possíveis melhorias para a continuidade do bom desempenho socioambiental destas organizações.

Palavras-chave: sustentabilidade ambiental, Instituições de Ensino Superior, Ensino, Ambiente

(28) Desenvolver a Educação para a Sustentabilidade Ambiental na Formação de Futuros Professores de Matemática do 2.º Ciclo em Angola

Paxe Amazonas | paxe1@ua.pt | Escola Superior Pedagógica do Kwanza Norte
Teresa Neto | teresaneto@ua.pt | Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro
Fátima Paixão | mfpaixao@ipcb.pt | Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro

Um dos objetivos do desenvolvimento sustentável para 2015-2030 é garantir a sustentabilidade ambiental através da proteção dos ecossistemas, e, nesse sentido, a legislação em Angola tem vindo a refletir preocupações com o meio ambiente. O reconhecimento de práticas de ensino da Matemática que favoreçam a Educação para a Sustentabilidade Ambiental (ESA) é considerado como uma competência necessária a desenvolver na formação inicial de professores. É nessa senda que o nosso estudo teve como objetivo geral desenvolver um programa de formação inicial de professores de Matemática do 2.º Ciclo de Ensino Secundário de Angola, que favoreça a ESA explorando a Educação Matemática Realista (EMR). O desenho e a implementação de uma intervenção didático-matemática, com o objetivo de favorecer a preservação do Centro Botânico do Kilombo, em Cuanza Norte-Angola, conjugaram esta intenção com práticas de ensino e formação teoricamente enquadradas na Educação Matemática Realista, apoiada pela linha de orientação Ciência, Tecnologia, Sociedade e Inovação (CTS+I) e assentes em temáticas centrais para a ESA. Os participantes da investigação eram estudantes/futuros professores da licenciatura em Ensino de Matemática da Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte. Trata-se de uma investigação com uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, na modalidade de estudo de caso, o que permitiu organizar e interpretar os dados recolhidos através de notas de campo, inquéritos por questionário, observação direta e produções dos estudantes analisadas através dos indicadores constantes das grelhas de análise da Educação Matemática Realista e da Educação para a Sustentabilidade Ambiental. Na primeira intervenção, apresentaram-se os conceitos sobre Ciência, Tecnologia, Sociedade e Inovação, Educação Matemática Realista e Educação para Sustentabilidade Ambiental. As formulações dos problemas de contexto pelos estudantes desenvolveram-se em dois momentos, sendo que, num primeiro momento, os estudantes formularam e resolveram problemas de contexto do Kilombo, mas não conseguiram, de forma clara, explorar modelos matemáticos que permitissem fazer previsões e generalizar resultados; no segundo momento, melhoraram as suas formulações e procedimentos de resolução de problemas após discussões entre os grupos e com a orientação do professor-investigador. A segunda intervenção serviu para aprofundar os conceitos sobre ESA e EMR, apresentou-se um exemplo de uma situação concreta do Centro Botânico do Kilombo, que lhes permitiu fazer previsões e generalizações do crescimento das espécies botânicas, modelando o problema com recurso a ferramenta GeoGebra. Os dados recolhidos mostram como os estudantes identificaram no Centro Botânico situações-problema que foram objeto de modelação matemática, em diversos tópicos, como Geometria, Funções, Álgebra, Cálculo e Estatística. Os resultados indicam evolução no desenvolvimento de conhecimentos e ações, que possibilitaram, na sala de aula e no quotidiano, resolver problemas de contexto, articulando questões de Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente, embora com algumas limitações identificadas no domínio das ações empreendidas. Sentimos que este estudo mostra potencial em contribuir para a construção do conhecimento na área de Educação para a Sustentabilidade Ambiental com vista a favorecer práticas e políticas de formação de professores, em Angola, no sentido de formar cidadãos informados e conscientes da inter-relação entre Ciência, Tecnologia, Sociedade e Inovação com o apoio da Educação Matemática Realista.

Palavras-chave: Formação Inicial de Professores, Educação para Sustentabilidade Ambiental, Ciência Tecnologia Sociedade e Inovação, Educação Matemática Realista.

(55) Responsabilidade socioambiental: análise da implementação nos projetos pedagógicos dos cursos de administração das Universidades Federais do Piauí

Mara Aguida Porfirio Moura | maraaguida@hotmail.com | Universidade Federal do Delta do Parnaíba

Wesley Alves Veras | veras.wesleyalves@gmail.com | Universidade Federal do Delta do Parnaíba

Kelsen Arcangelo Ferreira e Silva | kelsen@ufpi.edu.br | Universidade Federal do Piauí

Responsabilidade Socioambiental (RSA) é o conceito utilizado por organizações para expressar como são responsáveis e conscientes das questões socioambientais, visando diminuir ou compensar os riscos e danos onde estão inseridas. Tais discussões acerca da temática ganharam força, inserindo as Instituições de Ensino Superior (IES), pois nelas estão presentes futuros formadores de opiniões e gestores do ambiente profissional. Nesse contexto se insere as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do estado do Piauí, Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), que possuem em seus campus o curso de administração, e devido os impactos causados pelas empresas ao meio, torna-se necessário que o assunto seja enfatizado. Para guiar a pesquisa foi elaborada a pergunta: Como as IFES do Piauí implementam em suas grades curriculares o ensino da Responsabilidade Socioambiental? Buscando responder à pergunta, foi elaborado o objetivo: verificar como as IFES do Piauí implementam o ensino em suas grades curriculares o ensino da Responsabilidade Socioambiental. Historicamente, a Responsabilidade Social (RS) possui raízes em teólogos e religiosos que viram necessidade de aplicar nas organizações princípios de caridade e mordomia, visando o bem da população carente da sociedade. Inicialmente, a preocupação estava ligada somente ao social, no entanto observou-se a necessidade da inclusão do meio ambiente. A inclusão de disciplinas que contemplem a temática RSA no curso de administração é importante, visto o papel que organizações possuem para o movimento da sociedade e, devido a cobrança das práticas das organizações e como elas podem afetar a sociedade estarem em crescimento. Foi utilizado o método de análise comparativo, com abordagem qualitativa, com base em documentos e bibliografias. A UFPI possui no estado do Piauí quatro Campus, após a delimitação dos que ofertam o curso de administração restaram três; por outro lado, a UFDPAr possui apenas um. Foi analisado o PPC dos cursos de modo a identificar disciplinas que contemplem a RS e RSA de maneira direta, sendo disciplinas voltadas somente para o tema; e, indireta, que são disciplinas de outras áreas que abordem o tema. Foi observado que a UFPI não possui disciplinas que abordem A RSA ou RS de maneira direta, no entanto, quando são indiretas, ela possui três disciplinas que abordam a RS e três que abordam a RS e o Meio Ambiente. Enquanto que a UFDPAr de maneira direta possui uma disciplina que envolve a RS, abordando temas da RSA; quando se trata de maneira indireta, possui apenas uma que envolve a RSA de maneira indireta e apenas uma que envolve a RS. Com base no proposto, foi verificado que as instituições buscam incluir os temas de RSA em suas grades curriculares, buscando criar a consciência nos alunos com a sociedade e o meio ambiente. Se faz necessário que o ensino da RSA seja efetivo no que se refere à criação da consciência, sendo necessário envolver diversos setores da sociedade, entre elas as organizações e entidades de ensino.

Palavras-chave: Responsabilidade Socioambiental, Meio Ambiente, Piauí

(56) Análise dos projetos pedagógicos dos cursos de administração das Universidades Federais no Piauí

Mara Aguida Porfirio Moura | maraaguida@hotmail.com | Universidade Federal do Delta do Parnaíba

Wesley Alves Veras | veras.wesleyalves@gmail.com | Universidade Federal do Delta do Parnaíba

Kelsen Arcangelo Ferreira E Silva | kelsen@ufpi.edu.br | Universidade Federal do Piauí

As Instituições de Ensino Superior (IES) são consideradas essenciais na resolução do problema ambiental. Nesse contexto, se insere as instituições federais de ensino superior do estado do Piauí (IFES), Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr) e Universidade Federal do Piauí (UFPI), que possuem o curso superior em Administração, e devido as novas discussões, as IES devem contemplar em suas grades a temática ambiental, visando fomentar o pensamento e reflexão do tema. Para guiar o estudo, foi elaborada a pergunta: Como a temática ambiental é implementada nas grades curriculares dos cursos de administração das IFES do Piauí? Buscando responder à pergunta, foi elaborado o objetivo geral: Analisar os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de administração das IFES do Piauí com base na temática ambiental implementada.

A agenda 21 enfatiza a importância do ensino da Educação Ambiental (EA), determinando que esteja disponível em todos os graus de ensino, visto que é dever do Estado promover a EA em todos os níveis de ensino, sendo multidisciplinar entre governo, empresas e diversos conhecimentos. Devido o apoio ao conhecimento e tecnologia, as IES influenciam as regiões onde atuam e são base para novas práticas, inserindo o conhecimento de gestão ambiental e a sua importância na formação da consciência da sociedade. Devido à pressão global, legal e do conselho da profissão, é urgente incluir a EA nos cursos de administração, visto que os alunos podem tornar-se gestores de empresas que utilizam dos recursos naturais, sendo necessário despertar a consciência ainda na academia. Foi utilizada a análise comparativa, com abordagem qualitativa, sendo elaborada com base em fontes bibliográficas e documentais e foi utilizado o método de análise comparativa que permite investigar fenômenos ou fatos. A UFPI possui quatro campus, após a delimitação restaram três que ofertam o curso de administração, a UFDPAr possui apenas um. Foi analisado o PPC dos cursos de administração e verificado como é abordada a temática ambiental nas disciplinas, e para melhor visualização foram organizadas da seguinte maneira: modo direto, são as que tratam somente do meio ambiente; e, de modo indireto, são disciplinas de outras áreas que abordam o tema em suas ementas. Foi constatado que a UFPI possui apenas uma disciplina em cada campus que aborda a temática ambiental de modo direto, no entanto, em um Campus a disciplina disponível é optativa; na UFDPAr, há duas disciplinas que abordam o tema, sendo uma optativa e outra obrigatória. De modo indireto, não foram identificadas disciplinas nos Campus da UFPI, na UFDPAr há seis disciplinas que contemplam o tema. Com base no proposto, a UFPI dispõe as disciplinas apenas de modo direto, sendo em um Campus optativa, ao contrário da UFDPAr. Foi constatado que há a deficiência na UFPI quando se trata da temática ambiental, ao contrário da UFDPAr que busca estruturar o curso baseado no que é exigido, por meio do ensino da boa gestão sustentável, por meio do conhecimento multidisciplinar entre as diversas áreas da administração.

Palavras-chave: Meio Ambiente, Sustentabilidade, Piauí

(59) O contributo do Politécnico de Portalegre para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Joaquim Mourato | amourato@ipportalegre.pt | Instituto Politécnico de Portalegre
Isabel Mourato | isabelmourato@ipportalegre.pt | Instituto Politécnico de Portalegre
Francisco Morais | fmorais@ipportalegre.pt | Instituto Politécnico de Portalegre
João Alves | j.alves@ipportalegre.pt | Instituto Politécnico de Portalegre
Maria Maridalho | maridalho@ipportalegre.pt | Instituto Politécnico de Portalegre

A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, adotada pelas Nações Unidas e explicitada nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) tem proporcionado um interesse generalizado na sociedade, motivando a alteração de comportamentos e estratégias, de modo a contribuir em termos efetivos para o cumprimento desses objetivos. As Instituições de Ensino Superior (IES) enquanto agentes incontestáveis de desenvolvimento, não só pela construção de conhecimento, mas também pela sua influência na comunidade, fruto das relações de parceria que estabelecem, são organizações determinantes no contributo para o cumprimento dos ODS. Desde a sua fundação que a preocupação social tem sido uma aposta do Politécnico de Portalegre. De forma coerente com os seus princípios, esta IES desenvolveu um sistema de gestão certificado pelas normas da Qualidade (2008) e da Responsabilidade Social (2011), estando atualmente a preparar a certificação na norma da Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal. No âmbito da sua atividade, e enquadrado nestas certificações, tem desenvolvido várias ações e programas que contribuem de forma evidente para diversos ODS, designadamente, ensino de qualidade e garantia de acesso a educação inclusiva; no combate à fome, pobreza, redução de desigualdades; saúde e bem-estar; trabalho digno e crescimento económico; reforço de parcerias para o desenvolvimento sustentável, entre outros. Na componente da Investigação o Politécnico criou o centro de investigação – Valoriza, que está organizado em 3 áreas temáticas: energia e valorização de resíduos; produção sustentável e ambiente; valorização de territórios transfronteiriços de baixa densidade. No âmbito da atividade normal do centro têm sido desenvolvidos diversos projetos na área da sustentabilidade. No Plano Estratégico do Politécnico para o quadriénio 2018/2021, esta IES identifica as questões da Sustentabilidade como um dos seus objetivos: Objetivo estratégico 4 – Ter um Politécnico inclusivo e sustentável, seguindo uma estratégia que promove a participação ativa na comunidade envolvente, pela prestação de serviços e participação em projetos, bem como nas preocupações com a igualdade de oportunidades para todos os seus colaboradores, com particular atenção para a gestão de carreiras. Sendo incontestável a participação do Politécnico no cumprimento dos ODS, nem sempre essa realidade é visível e mensurável. Torna-se assim essencial a definição de uma metodologia que, enquadrada no sistema de gestão de qualidade, responsabilidade social e conciliação, possa evidenciar, de forma sistemática, estes contributos. Assim, pretendemos criar um modelo de monitorização fundamentado numa metodologia já experienciada por outras Instituições que consiste em cinco fases: 1 – analisar o que já fazemos; 2 – desenvolver a liderança interna em torno dos ODS; 3 – identificar prioridades, oportunidades e fraquezas; 4 – integrar e incorporar os ODS nas estratégias e política da Instituição; 5 – monitorizar, avaliar e comunicar as ações que contribuem para os ODS. Esta metodologia é operacionalizada em torno das quatro principais áreas de atuação do Politécnico: ensino, investigação, intervenção na sociedade e liderança interna. Nesta comunicação, apresentaremos os resultados da primeira fase, com o mapeamento das ações que contribuem para o cumprimento dos ODS na vertente de investigação.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, Instituição de ensino superior

(96) A Pegada Ecológica da comunidade académica do Politécnico de Lisboa, enquanto instrumento de diagnóstico e indicador de sustentabilidade

Cláudia Silvestre | csilvestre@escs.ipl.pt | ESCS – Escola Superior de Comunicação Social, IPL
 Ana Meireles | ameiros@escs.ipl.pt | ESCS – Escola Superior de Comunicação Social, IPL
 Vítor Manteigas | vitor.manteigas@estesl.ipl.pt | ESTeSL - Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, IPL

António Belo | abelo@sp.ipl.pt | ESCS – Escola Superior de Comunicação Social, IPL
 Pedro Sarreira | pedros@eselx.ipl.pt | ESELx – Escola Superior de Educação de Lisboa, IPL
 Maria Julieta Azevedo | mjazevedo@iscal.ipl.pt | ISCAL – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, IPL

Maria Escudeiro | mjescudeiro@sp.ipl.pt | ISCAL – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, IPL

É reconhecido que a atividade humana tem contribuído para a degradação ambiental. Os estilos de vida atuais são responsáveis pelo aumento do consumo dos recursos naturais, a uma taxa consideravelmente mais elevada do que aquela que a natureza consegue regenerar. Cientes deste facto e de que o planeta não tem recursos ilimitados, em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (comissão criada pela Organização das Nações Unidas) apresentou uma nova visão de sustentabilidade – o desenvolvimento sustentável. Este novo paradigma tem vindo a ganhar cada vez maior número de adeptos em muitos países e, conseqüentemente, tem havido uma preocupação, em termos mundiais, para mudar mentalidades e comportamentos, de forma que o desenvolvimento económico não coloque em risco as necessidades das gerações vindouras. Já no decurso de 2021, sob a égide da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, foi aprovada a proposta de primeira Lei Europeia do Clima que tem como objetivo a neutralidade climática até 2050 para a economia e sociedade europeias, estabelecido no Pacto Ecológico Europeu. Acompanhando as tendências europeias e mundiais, também Portugal tem evidenciado preocupações a este nível. De forma complementar, a inclusão da educação ambiental, com enfoque na ação climática, nos currículos escolares, desde os níveis de ensino básico, tem sido uma estratégia utilizada como forma de sensibilizar as famílias, em particular, e a sociedade, em geral, com a finalidade de criar estratégias e hábitos de consumo que garantam uma sustentabilidade ambiental. As instituições de ensino, e em particular as de ensino superior, têm um papel decisivo na formação da sociedade, porquanto estão a formar aqueles que serão os futuros decisores, razão pela qual também devem ter um plano estratégico de sustentabilidade, bem como promover a sensibilização da comunidade académica para esta temática. O Politécnico de Lisboa (IPL) tem percorrido o caminho da sustentabilidade, que se crê ser de sucesso. Contudo, um dos primeiros passos para que se tomem decisões fundamentadas, passa por garantir o diagnóstico da situação e conhecer a realidade. Neste sentido, foi realizado um inquérito por questionário, com o objetivo de medir a Pegada Ecológica (frequentemente usada como indicador de sustentabilidade ambiental) da comunidade IPL. Na proposta de comunicação pretende-se apresentar os resultados do estudo que envolveu 2975 estudantes e funcionários de todas as Unidades Orgânicas (UO) e dos Serviços do IPL. Será apresentada a metodologia usada e far-se-á a análise da Pegada Ecológica, comparando resultados entre as diferentes UO; estudantes, docentes e não docentes; população feminina versus masculina; e entre diferentes faixas etárias, bem como as perceções. Os resultados denotam algumas variações entre as diferentes UO e os Serviços do IPL e a Pegada Ecológica global da comunidade IPL (varia entre 6 e 8 gha) é superior à de Portugal (4,4 gha). Este processo revelou-se particularmente relevante porque se percebeu o impacto ambiental dos nossos hábitos, sendo que partilhar este tipo de resultados é essencial para alertar a comunidade para a necessidade de se reavaliarem os estilos de vida, assim como promover a mudança de atitudes e comportamentos.

Palavras-chave: Pegada Ecológica, Politécnico de Lisboa, Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável

(111) Gestão de Resíduos em Instituição de Ensino Superior: Estudo de Caso na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Luana M. de Oliveira | luanamosss@gmail.com | Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

A produção de lixo para descarte alcança níveis cada vez maiores, superando a capacidade de recuperação natural do ambiente. Sendo assim, considera-se fundamental os estudos e adaptação das Instituições de Ensino Superior para que este seja um tema cotidiano a ser abordado, a fim de gerar consciência de alunos, professores, funcionários e futuros profissionais que ocuparão o mercado de trabalho. O projeto aqui desenvolvido é um estudo acerca da Gestão de Resíduos em Instituição de Ensino Superior e tem como estudo de caso a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FAUL). Diante das novas necessidades e mudanças globais para o desenvolvimento sustentável e grandes acordos mundiais focados em problemas ambientais, é possível observar, cada vez mais, a necessidade de uma gestão estratégica programada e adequada para esta realidade. Os ambientes educacionais, como local de desenvolvimento profissional, devem estar atentos às responsabilidades enquanto agentes de formação e mudança, principalmente para o futuro. Com o uso de revisão da literatura, seguida pela análise de casos de estudo e do trabalho de campo que contou com entrevistas exploratórias e aplicação de questionários com 193 indivíduos ligados à Faculdade, foi possível caracterizar o público-alvo, seus hábitos fora e dentro da Instituição, as diferenças destes comportamentos, a relação sazonal ao longo do período letivo e as principais questões a serem investigadas. A partir disso, executou-se a sistematização do ambiente e desenvolvimento de um plano de ação para a gestão de resíduos específica para a FAUL. Dividindo o espaço em três esferas (macro, média e micro), foram definidas propostas para fomentar o desenvolvimento sustentável a partir do endomarketing e de esforços conjuntos resultantes da interação planeada entre os indivíduos, Instituição e sociedade. Apesar da separação estabelecida durante a pesquisa, a correlação entre as esferas mostrou-se indispensável para atingir-se mudanças significativas e o comprometimento e apoio da Instituição neste processo é fundamental. A Gestão de Resíduos, para atingir níveis de excelência, precisa estar inserido em uma grande ação de Gestão Estratégica que é capaz de comunicar, proporcionar meios e criar caminhos para novas pesquisas e soluções. Ressaltam-se, ainda, as rápidas mudanças observadas em um curto espaço de tempo, que reforça a necessidade de um desenvolvimento sistemático, documentado e analisado de forma a entender as mudanças e impactos a curto, médio e longo prazo e, principalmente, que possibilite ao refinamento das ações e a reprodução destas em outras Instituições.

Palavras-chave: Gestão em Design, Gestão de Resíduos, Endomarketing, Sustentabilidade, Gestão Estratégica, Design de Serviço

(114) Organizações Societárias contemporâneas e as perspectivas ambientais no Ensino Superior

Klaus Vargas Karnopp | klaus.karnopp@sou.unicruz.edu.br | Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ

Leonardo Gaist | leonardogaist12@gmail.com | Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ

Antonio E. de Souza | asouza@unicruz.edu.br | Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ

O espaço urbano na contemporaneidade torna-se cada vez mais complexo, frente às diversas transformações resultantes da intensificação do processo de urbanização. Dentre inúmeros aspectos, podem-se destacar os impactos decorrentes dos intensos fluxos migratórios do campo para as cidades, principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970, bem como do desenvolvimento de modernas técnicas de transporte e telecomunicações, que conceberam profundas transformações nas cidades e nas suas relações na escala regional, nacional e até mesmo internacional. De acordo com Lefebvre (1999) que ilustra muito bem esta questão, quando trabalha o tema sociedade urbana, salientando o papel da industrialização nas transformações da sociedade que, com seus valores, ideias e ações, tornam-se cada vez mais urbana. Instituições educacionais em todos os níveis de organização também estão neste contexto. Porém, seus propósitos educacionais lhes conferem uma peculiaridade que dificulta o alcance de seu objetivo de respeitar plenamente suas responsabilidades sociais e ambientais em relação a outras organizações. Nesse contexto, a Declaração de Talloires em 1990 na França, a Declaração de Halifax no Canadá em 1991, a Declaração da Suécia em 1993, a Carta Copernicus de 1994, um programa interuniversitário de cooperação ao meio ambiente, a constituição da Organização Internacional de Universidades pelo Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente em 1995 na Costa Rica, o projeto europeu Ecocampus de 1997 e o Projeto do Mar Báltico, em 2000, constituem importantes eventos de disseminação e incorporação da perspectiva ambiental em IES (TAUCHEN & BRANDLI, 2006). Este estudo se justifica pelo fato de a responsabilidade socioambiental estar se transformando num preceito e referencial de excelência para as instituições de ensino superior do mundo globalizado, pois estas, como organizações sociais com fins de lucro ou não, têm uma responsabilidade para com a natureza e o cidadão, para a sociedade como um todo. Diante do exposto, pretende-se chamar a atenção para o seguinte aspecto: Que perspectivas ambientais podem vislumbrar nas instituições de ensino superior em termos de organização societária? O presente trabalho, com abordagem qualitativa de caráter descritivo tem por objetivo identificar e caracterizar as principais perspectivas ambientais nas instituições de ensino superior na atual organização societária contemporânea, através de levantamento bibliográfico em artigos, manuais, dicionários, dissertações e teses, incluindo as publicações em língua inglesa.

Palavras-chave: Espaço, ambiente, compreensão, educacionais

(130) O deficiente visual com cegueira total sendo jurado no tribunal do júri: a deusa da justiça também é cega!

Fernando Martins Ferreira | fferreira63@unicruz.edu.br | Unicruz
Maihara Pereira Franco de Andrade | maiah_franco@hotmail.com | Unicruz
Sirlei de Lourdes Lauxen | slauxen@unicruz.edu.br | Unicruz

O trabalho objetiva uma reflexão sobre a possibilidade de inclusão do deficiente visual (DV) com cegueira total na condição de jurado no Tribunal do Júri, como exercício de cidadania e observação ao princípio da igualdade entre homens e mulheres, previsto na Constituição Federal de 1988. O Tribunal do Júri está previsto no art. 5º, XXXVIII, da Magna Carta, competente para julgar os crimes dolosos contra a vida e seus conexos (Capez, 2019). O julgamento será realizado por 07 pessoas sorteadas que, de forma incomunicável, irão dar seus veredictos (Lopes Jr, 2012). Esse rito procedimental, cuja decisão final advém da sociedade, constitui-se como importante elemento de participação social e efetivo exercício de cidadania no auxílio para a resolução dessas demandas, especialmente, na busca pela realização da justiça. Em razão disso, preenchidos os requisitos legais, essa participação deve ser estendida a todos os cidadãos, inadmitindo-se a exclusão de qualquer pessoa, em que pese, alguns doutrinadores advirtam que para integrar esse conselho não se possa ter alguma deficiência. A cegueira total define-se como a falta de um sentido sensorial, ou seja, a visão inexistente, a DV não sendo associada a outra deficiência, como exemplo a intelectual, jamais impossibilitará o cidadão de responder por seus atos, apenas necessitará de adaptações como a utilização do sistema Braille para poder exercer plenamente o seu papel como cidadão. O Braille é um sistema de leitura e escrita tátil elaborado para pessoas cegas ou com baixa visão, e é através deste sistema que as pessoas com DV, tem acesso à informação, educação, cultura, escolha de governantes e demais atividades que fazem parte do desenvolvimento social do cidadão. Contudo, o art.436 do Diploma Processual Penal, aduz que nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor, etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução (Brasil, 1941). O exercício da cidadania constitui-se como garantia de direitos aos indivíduos, permitindo-lhes ser atores sociais do processo político de seu meio, exercendo o direito ao voto e, a partir disso, estender seu envolvimento a outros processos que estabeleçam canais de interlocução com o poder público (Costa, 2008). Na sociedade atual, verifica-se deficientes visuais desempenhando atividades de natureza pessoal e profissional com extrema habilidade e competência, tomando decisões com segurança e independência, concorrendo a cargos eletivos, escolhendo os gestores públicos de todas as esferas, razão pela qual justifica sua efetiva participação no Conselho de Sentença do Tribunal do Júri.

Palavras-chave: Cidadania, cegueira, tribunal, júri.

(132) Recycle Lab: Análise de Impacto do Laboratório de Reciclagem na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Luana Moss de Oliveira | luanamosss@gmail.com | Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Maria Paula Lousão | mlousao@escs.ipl.pt | Escola Superior de Comunicação Social - IPL

Inês Veiga | inesveiga@fa.ulisboa.pt | Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

O chamado “Dia de Sobrecarga da Terra” (Overshoot Day), que este ano acontece no dia 29 de julho, marca a data em que a demanda da humanidade por recursos biológicos em um determinado ano excede o que o Planeta pode regenerar naquele ano. Isto se dá, sobretudo, pela base da economia atual, que se alicerça na extração, utilização e descarte de recursos: esta forma de consumo é denominada “Economia Linear”. Todos os indicadores apontam que esta é uma forma insustentável de viver, ao mesmo tempo que o mundo está nos estágios iniciais de uma “Revolução da Sustentabilidade” da magnitude da Revolução Industrial e da velocidade da Revolução Digital (Blood, David, and Al Gore. 2018). Uma das grandes mudanças é a transição da Economia Linear para uma Economia Circular, onde é possível projetar e viver dentro dos limites planetários, ao eliminar resíduos e poluição, manter produtos e materiais em uso e regenerar sistemas naturais (Ellen Macarthur Foundation). Para o sucesso desta transição, são necessários níveis maiores de investimento para produtos e serviços mais sustentáveis, não apenas vindos das lideranças empresariais, mas também do envolvimento de outras partes da sociedade, como as Instituições de Ensino Superior (IES). Estas últimas, como entidades formadoras de indivíduos, têm uma responsabilidade acrescida e um papel preponderante na construção de uma sociedade mais sustentável. O Recycle Lab é um laboratório de reciclagem de plástico fundado em 2019 por estudantes da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Globalmente, apenas 9% do plástico produzido é reciclado (Geyer et al, 2017) e, portanto, o laboratório foca-se na recolha, tratamento e criação de novos produtos feitos com termoplásticos. A localização dentro de uma IES de uma unidade de reciclagem de plástico como esta, não só contribui para a promoção do pensamento crítico e consciência ambiental na comunidade universitária, é também um passo concreto em direção à Economia Circular. No contexto da Revolução da Sustentabilidade, a reciclagem emerge como uma proposta de solução para a reutilização e valorização de materiais e ganha grande impulso de uma nova geração de consumidores que exige produtos mais ecológicos e éticos. De acordo com Ribeiro e Kruhlianskas (2014): “(...) quanto menor o ciclo a ser percorrido por um material no sistema econômico, maiores os ganhos e a agregação de valor (...). Assim, quanto mais próximo do ponto de geração da cadeia de valor estiver o reaproveitamento, maiores os ganhos de energia, emissões e outras externalidades, principalmente considerando as perdas em cada etapa”. Nesse sentido, com esta pesquisa, pretende-se medir o impacto, do Laboratório de Reciclagem já suprarreferido, gerado nos discentes da Faculdade de Arquitetura de Lisboa. A metodologia adotada para a recolha de dados será o inquérito por questionário, divulgado online. Pretende-se ainda, analisar o perfil dos discentes e, no âmbito da sustentabilidade, medir também a sua pegada ecológica, por forma a analisar a relação entre variáveis ligadas ao impacto do laboratório com variáveis ligadas à pegada ecológica. Os dados serão analisados através do software SPSS versão 27.

Palavras-chave: Economia Circular, Ensino Superior, Reciclagem de Plástico, Questionário

(145) Desenvolvimento Sustentável: o caso da Universidade de Coimbra

Patrícia Pereira da Silva | pro.reitora.ppsilva@uc.pt | Universidade de Coimbra

Filipe Rafael P. Rocha | ods@uc.pt | Universidade de Coimbra

Sónia Fonseca | ods@uc.pt | Universidade de Coimbra

O tema não é novo na Universidade de Coimbra; pelo contrário, podemos afirmar que a UC respira sustentabilidade: para uma universidade com mais de 730 anos, é algo que lhe é intrínseco! E ainda que a palavra “sustentabilidade” não esteja explicitamente incluída na sua missão, estatutariamente definida, o conceito está claramente subjacente (<https://www.uc.pt/planeamento/missao>). A aplicação do conceito de sustentabilidade na estratégia inicia-se em 2011, mas de forma dispersa e com uma componente fortemente económica; posteriormente (2015), alarga-se o âmbito, assume-se uma perspetiva integrada e um papel mais relevante. Finalmente, passa a ser central na estratégia, assumido na visão plasmada no Plano Estratégico 2019-2023 – Ser internacionalmente reconhecida como uma universidade de investigação, em que a produção de conhecimento de elevada qualidade influencie o processo educativo e aumente a partilha de conhecimento com a sociedade, dando resposta aos problemas que são de todos/as e de cada um/a e contribuindo sem reservas para o desenvolvimento sustentável. A afirmação da UC em patamares de excelência pressupõe uma perspetiva de gestão sustentável das suas atividades e recursos e de responsabilidade social na sua atuação, permitindo-lhe responder às necessidades do presente, sem comprometer o futuro, reforçando a consciência e a ação cívica, o que constitui um firme compromisso para com os ODS da Agenda 2030 das Nações Unidas. Este compromisso, claramente espelhado no Plano Estratégico, na(s) sua(s) visão(ões) e suas linhas orientadoras, é uma premissa diária que conta com o contributo empenhado da comunidade académica. Assim, a sustentabilidade e a responsabilidade social não são vistas como áreas isoladas, mas representam antes atitudes, comportamentos e ações transversais, sempre presentes em todos os pilares e eixos. Com este papel central do desenvolvimento sustentável na UC, tem-se desenvolvido um intenso trabalho, evoluindo-se para um modelo em que a informação se encontra sistematizada, mapeada, estruturada e, principalmente, planeada de forma integrada, conforme espelhado na nova página www.uc.pt/sustentabilidade e nos conteúdos e documentos aí divulgados. Na UC acreditamos que a sustentabilidade é a resposta para o desafio das nossas vidas: o de deixarmos um Mundo mais justo e seguro, a nível ambiental, económico e social, para as gerações futuras.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, ensino superior, planeamento estratégico.

TEMA 2

Ensino e Investigação no Ensino Superior

(3) Reflexos dos Sistemas 4.0 e Pandemia nos Significados de Competência ao Ensino de Engenharia

Rogério Quirino | rb_quirino@hotmail.com | UNEMAT Sinop - Campus Imperial
Gilmar Barreto | gbarreto@dsif.fee.unicamp.br | UNICAMP

O sistema de ensino de graduação em engenharia brasileiro sofre com abordagens baseadas na filosofia “caixas-pretas”, inerentes e constituintes das plataformas dos sistemas 4.0, já há muito tempo antes da pandemia e atualmente com seu agravamento por conta dela. A filosofia de ensino baseada em pacotes meramente passíveis de alimentação de dados e de posterior devolução de resultados para análise, sem que o acadêmico tenha a compreensão teórica em profundidade suficiente do cerne sobre o qual o pacote foi construído, prejudica significativamente a formação desses acadêmicos ao desenvolvimento, manutenção e utilização adequada de tais pacotes, indispensáveis à formação “competente” para inserção profissional na era dos sistemas 4.0, tornando-os meros “pilotos de programas” com conhecimentos teóricos superficiais, despreparados ao desenvolvimento real da ciência e tecnologia. O cenário dos sistemas 4.0 aliado às demandas de ensino alternativo em regimes especiais a distância, em decorrência da pandemia têm contribuído fortemente para esta realidade na medida em que distorce e se afasta ainda mais de um importante e imprescindível significado de competência em educação em engenharia que se estabelece na ótica da formação do engenheiro com fundamentos e visão para a criação, domínio e desenvolvimento da ciência. Inegavelmente, existe um crescente aprofundamento no conceito de aprendizagem por competências em várias áreas da educação, formação e desenvolvimento profissional. Principalmente na aplicação das metodologias ativas, as competências são comumente consideradas para superar os níveis de conhecimento e habilidades, enquanto seu excedente é pensado para responder pela aplicação efetiva dos conhecimentos e habilidades disponíveis em um contexto específico. Infelizmente, junto com essa tendência, o termo “competência” tem sido utilizado de muitas maneiras diferentes na educação em engenharia, sem que nenhuma delas incorpore a formação do engenheiro com perfil científico. Como subsídio, há necessidade de se utilizar uma abordagem de como as competências são pensadas para se relacionar com conhecimentos, habilidades e atitudes, e analisar o significado e a validade das visões sobre competências. O termo precisa ter significado adicional para o termo habilidades, o que é imprescindível à formação do engenheiro cientista. O principal aspecto a ser ressaltado aqui é o de formação do engenheiro cientista em que se faz premente pensar numa “competência” no sentido de não necessariamente satisfazer uma expectativa de requisito. Além disso, deve se introjetar profundamente a explicação teórica do termo competência, aqui compreendida e denominada como “competência acadêmica-científica”. Sabidamente, a construção de um processo pedagógico inovador não se coaduna com os dos sistemas 4.0 e os de limitados recursos de infraestrutura, distanciamento e tempo de ensino de caráter emergencial a distância. Deve-se procurar discutir essa questão com base numa abordagem de competência que não define padrões cognitivos para comportamentos que essencialmente não podem ser padronizados, exatamente como demandado no processo de desenvolvimento e domínio da ciência e tecnologia. Nessa abordagem, do ponto de vista científico, as competências são tratadas como para compor uma classe de sub-habilidades cognitivas que estão envolvidas no enfrentamento de problemas complexos e processos abstratos.

Palavras-chave: Ensino de Engenharia, Competências, Metodologias Ativas

(16) A importância do desenvolvimento das competências e habilidades interpessoais no ensino da Geografia

Rodrigo Althof | eng.rodrigoalthoff@gmail.com | Instituto Federal Catarinense
Thiago Domingos Marques | thiago.marques@ifc.edu.br | Instituto Federal Catarinense

A educação é um tema que, devido às constantes transformações estruturais, tecnológicas e dos sujeitos envolvidos no processo (alunos e professores), precisa estar sempre sendo repensada e estudada, de modo que sejam propostas práticas pedagógicas significativas e que realmente proporcionem processos de ensino e de aprendizagem. A formação dos estudantes de Geografia deve também fazer uso de metodologias inovadoras que ultrapassam o treinamento puramente técnico e tradicional. O mercado de trabalho tem exigido dos novos profissionais além destes conhecimentos técnicos, outras habilidades e competências, em específico a formação de um sujeito ético, crítico, reflexivo, transformador e humanizado. Nesta acepção, o presente trabalho tem por objetivo avaliar quais as competências necessárias ao estudante de graduação em geografia e como estas competências podem ser desenvolvidas pelos professores durante as práticas de ensino aprendizagem. Para isto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e de abordagem qualitativa, verificando o disposto na diretriz curricular da Geografia no Brasil e o desafio para as competências comuns a qualquer área profissional possam complementar a formação dos estudantes de Geografia. E o geógrafo deve ter a habilidade de compreender os elementos e processos concernentes ao meio natural e ao construído, com base nos fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos da Geografia; dominar e aprimorar as abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento geográfico, o que chamamos de habilidades técnicas (hard skills), mas sem nunca se esquecer da sua responsabilidade em deixar um legado positivo no entorno de seu trabalho, seja para as pessoas ou para a paisagem, e neste contexto a importância de desenvolver as habilidades gerenciais e habilidades comportamentais (soft skills). Para o Geógrafo do século XXI não basta apenas ter o domínio das ferramentas teóricas, além de compreender os processos, deve saber lidar com pessoas, assim com estar disposto a novos desafios. O estudante que anseia uma ocupação na mencionada área tem a necessidade de ser hábil na criação de novos modelos e onde seja capaz de transferir a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos em sala de aula. A utilização das metodologias ativas, como laboratórios de aprendizagem e do uso das tecnologias podem ser um componente tático de inovação das práticas pedagógicas, direcionando a formação da identidade dos alunos de modo a desenvolver as habilidades e competências necessárias para os desafios sociais e profissionais aos quais estarão expostos. Assim, o contexto profissional da atualidade em qualquer carreira já exige, e, continuará exigindo para além das competências técnicas o desenvolvimento das soft skills, desta forma, se mapeou as habilidades e competências inerentes ao curso de Geografia.

Palavras-chave: Metodologias ativas, Soft Skills, Ensino da Geografia

(19) O ensino por competências na Engenharia e os conhecimentos necessários para as próximas décadas

Regis Pasini | rpasini@faap.br | Faculdade Armando Alvares Penteado - FAAP
Gilmar Barreto | gilmar@unicamp.br | Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

O ensino baseado em competências nos cursos de Engenharia tem ocupado lugar nos fóruns de discussão sobre reformulação curricular dentro e fora das instituições de ensino em diversos países e no Brasil não é diferente, em especial porque em 2019 foram publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o ensino da Engenharia. Nestas DCNs, a ênfase é o ensino baseado em competências e significa uma quebra de paradigma de mais de um século e meio cuja ênfase era o ensino baseado em conteúdos. Até mesmo antes da publicação das DCNs, as discussões sobre a implantação de um ensino com estas características eram frequentes. Percebeu-se que não há um único modelo de curso que se aplica a todas as instituições. Se por um lado as novas DCNs trazem flexibilidade para as instituições de ensino elaborarem um curso de Engenharia considerando características próprias, por outro, trazem incertezas e dúvidas pois nem sempre é possível usar outras instituições como parâmetros. No Brasil, as instituições públicas e privadas possuem regimentos distintos e são estruturadas de formas diferentes. Mesmo entre as instituições privadas, há exemplos de instituições mais conservadoras e outras mais arrojadas ou inovadoras. Enquanto as antigas DCNs baseadas em conteúdos vigoravam, as estruturas curriculares guardavam uma semelhança razoável, porém, com as DCNs atuais, já começamos a encontrar exemplos de estruturas bastante diferenciadas, tendo como objetivo, o ensino por competências. O ensino baseado em competências, por sua vez, é um tema cujas discussões e propostas parece ser inesgotável por algumas razões e cabe citar duas: 1) não há um consenso do que são competências o que dificulta a implantação de um curso cujo processo de ensino e aprendizagem seja baseado em competências; 2) levar a prática da engenharia para o ambiente escolar ou proporcionar experiências práticas aos alunos durante a sua formação é uma forma de desenvolver competências, mas ainda insuficiente diante das possibilidades que os alunos irão encontrar logo que ingressarem no mercado de trabalho. Uma pergunta que parece ficar sem resposta é quais competências e habilidades precisam ser desenvolvidas, além das soft skills, para que o profissional formado em engenharia saiba não apenas “o que fazer”, mas saiba também “por que fazer” e, acima de tudo, “como fazer da melhor forma”. Isso não é de todo mal, ao contrário, desafia as instituições de ensino e professores a buscarem constantemente melhorias. Buscando abordar o ensino baseado em competências, este texto se propõe a fazer uma breve reflexão sobre o tema e apresentar uma proposta de estruturação de disciplinas que aproxima o contexto da prática da engenharia ao ambiente da sala de aula, estratégia esta que combinada com práticas como metodologias ativas, por exemplo, podem potencializar a formação do aluno, pautada em uma educação analítica para uma economia do conhecimento e não mais para uma economia da industrialização em que era suficiente a transmissão do conhecimento do professor para o aluno e práticas baseadas em repetições.

Palavras-chave: Educação em engenharia, Formação do engenheiro, Ensino por competências.

(23) Perceção da confiança criativa: Um estudo exploratório aplicado a um curso em Design Thinking

Luísa Carvalho | luisa.c.carvalho@esce.ips.pt | CICE - Escola Superior de Ciências Empresariais - Instituto Politécnico de Setúbal

Ana Rolo | ana.rolo@esce.ips.pt | CICE - Escola Superior de Ciências Empresariais - Instituto Politécnico de Setúbal

Ana Lúcia Ramos | ana.ramos@ess.ips.pt | NURSE 1N-UIESI, Instituto Politécnico de Setúbal – Escola Superior de Saúde

Rodrigo Teixeira Lourenço | rodrigo.lourenco@estsetubal.ips.pt | CICE-ESTS, Instituto Politécnico de Setúbal

José Palma | jose.palma@estsetubal.ips.pt | ESTS, Instituto Politécnico de Setúbal

Este trabalho pretende avaliar o pensamento criativo dos estudantes que integraram o projeto “Escola de verão em Design Thinking”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Este projeto adotou uma metodologia de cocriação para promover uma aprendizagem colaborativa e aplicada em parceria com empresas e outras organizações. O conceito de cocriação é ainda considerado um conceito emergente no âmbito das instituições de ensino superior e implica o desenvolvimento de abordagens interativas entre diversos stakeholders, que pressupõem um diálogo, seja para o encontro e desenvolvimento de soluções inovadoras seja para a resolução de problemas. No que respeita ao processo de cocriação, do ponto de vista dos estudantes pode incluir vários contextos, nomeadamente: sala de aula, alguma tarefa associada a uma unidade curricular, ou no âmbito de um curso ou programa (Bryson & Hand, 2007) ou ainda em comunidades de aprendizagem partilhada (Healey et al., 2014). A criatividade desempenha um papel crucial em todo o processo de inovação que se pode associar à cocriação. Esta perspetiva justifica a introdução recorrente, nos últimos tempos, de novos modelos de aprendizagem direcionados para o desenvolvimento do pensamento criativo nos estudantes. Uma das metodologias mais utilizadas assenta no ensino experimental do Design Thinking (DT), que se assume como um processo criativo de resolução de problemas, e que tem como principal objetivo estimular a criatividade. A importância da criatividade e do pensamento criativo já descrita anteriormente, conduziu à necessidade de construir instrumentos capazes de a medir ou avaliar. Ao longo da história foram várias as tentativas de construção de tais instrumentos, contudo, ao tratar-se de um construto demasiado complexo, cuja avaliação depende essencialmente de critérios subjetivos, mais ou menos valorizados pelo examinador, dificultou a definição de um padrão de medição robusto (Rolo et al, 2021). Para o desenvolvimento do estudo empírico foram criadas equipas multidisciplinares de estudantes e de tutores de modo a privilegiar uma abordagem transdisciplinar dos problemas e a co-criação de conhecimento num ambiente colaborativo entre as equipas e os parceiros organizacionais, num contexto de investigação aplicada e em rede entre os vários parceiros envolvidos. Adoptou-se para esse efeito a a “Escala de autoavaliação de confiança criativa nos estudantes”, (adaptada de Royalty, Oishi & Roth, 2014). Os resultados do estudo sugerem níveis de autoavaliação da confiança criativa, com valores médios iguais ou superiores a 4, o que revela um elevado nível de segurança dos estudantes em relação à sua capacidade criativa. Este estudo pretende contribuir para a melhor perceção de como se poderá estimular o pensamento criativo em estudantes utilizando o DT num processo de cocriação.

Palavras-chave: Cocriação, Design Thinking, Ensino Superior, Pensamento Criativo, Estudantes.

(29) O Programa Cientificamente Provável - Ocidente e Oriente: A Literatura como porta para o conhecimento de culturas

Maria da Natividade Pires | natividadepires@ipcb.pt | Instituto Politécnico de Castelo Branco
Luis Vicente Gómez García | lgomes@ipcb.pt | ESE - Instituto Politécnico de Castelo Branco
Teresa Gonçalves | teresa.gon@ipcb.pt | ESE - Instituto Politécnico de Castelo Branco

Apresenta-se nesta comunicação o resultado de um Projeto experimental que propôs a organização, em 2019, de workshops mensais, na biblioteca da ESE de Castelo Branco e nas Bibliotecas de Agrupamentos de Escolas da cidade, sobre literatura chinesa, timorense e portuguesa, tendo algumas das atividades assumido uma perspetiva comparativa. Foram dinamizadas pelos professores dos alunos envolvidos, portugueses, chineses e timorenses, os quais frequentavam o 3.º ano do curso de Licenciatura em Educação Básica e o 2.º ano da Licenciatura em Português, no IPCB. O Projeto enquadra-se no “Programa Cientificamente Provável”, lançado em 2018, pela Secretaria de Estado da Educação, através da Rede de Bibliotecas Escolares, e da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com o objetivo geral de enriquecer os percursos formativos dos jovens e aumentar o seu conhecimento sobre múltiplas vias de formação no ensino superior. No caso particular do projeto que apresentamos, os objetivos específicos foram, por um lado, divulgar junto das crianças e jovens de Ensino Básico aspetos das culturas e literaturas chinesa e timorense, e, por outro lado, fomentar, a partilha de aspetos culturais portugueses entre as crianças e os estudantes estrangeiros. Este projeto enquadra-se também nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da UNESCO, em particular, o n.º 4, que preconiza uma Educação de Qualidade. Em termos metodológicos, em cada workshop os alunos da ESE apresentaram duas lendas do seu país de origem, usando estratégias diferenciadas, nomeadamente, leitura expressiva, reconto, dramatização, recurso a materiais audiovisuais, música e gestualidade. Por seu turno, os alunos do Ensino Básico fizeram leitura expressiva de textos líricos e dramatizaram textos narrativos e dramáticos portugueses. No que concerne os instrumentos de recolha de dados, imediatamente, no final de cada workshop, foi passado um questionário escrito a todos os participantes, constituído por questões abertas e fechadas, com o objetivo de recolher uma avaliação pessoal sobre a relevância das atividades levadas a cabo, dentro da perspetiva intercultural. Os dados recolhidos permitem constatar que todos os participantes foram de opinião que as atividades em que estiveram envolvidos se revelaram muito interessantes na promoção de relações interculturais. Também todos fizeram uma valorização muito positiva da descoberta de culturas diferentes e do convívio com pessoas originárias dessas outras sociedades. As respostas ao questionário revelam ainda a curiosidade das crianças em relação à língua chinesa (mandarim e cantonês) e a dialetos timorenses.

Palavras-chave: Educação, Interculturalidade, Lendas, Portugal, Timor, China

(31) Educação Profissional E Tecnológica: Contextos Emergentes na Educação Superior

Doris Pires Vargas Bolzan | dbolzan19@gmail.com | Universidade Federal de Santa Maria
Ana Carla Hollweg Powaczuk | apowaczuk@gmail.com | Universidade Federal Santa Maria

A expansão das ofertas e a conquista de melhores níveis de qualificação da educação básica e tecnológica tem exigido a formação de quadros de pesquisadores e de docentes das diversas áreas profissionais. Neste sentido, a formação docente para a educação profissional é um contexto emergente na educação superior que tem desafiado a constituição de um percurso formativo que considere a especificidade deste campo de atuação. Os pressupostos que orientam a problematização proposta pauta-se na formação na perspectiva do desenvolvimento profissional docentes e sua repercussão no campo da educação profissional técnica e tecnológica. Compreendemos o desenvolvimento profissional docente como um processo capaz de proporcionar a ampliação de referentes acerca do campo específico para o qual o docente se dirige, tendo como pano de fundo as redes de relações e conhecimentos caracterizados pela diversidade de demandas que mobilizam à docência (BOLZAN e ISAIA, 2019). Parte-se do estudo comparado envolvendo dois programas de universidades de América Latina, no Brasil e no Chile que desenvolvem uma proposta de formação de professores para a educação profissional e tecnológica. O estudo tem como objetivo identificar as competências profissionais necessárias a atuação docente neste nível educativo e sua relação com os desenhos curriculares propostos. A pesquisa compõe os estudos desenvolvidos pela Rede Sul Brasileira de Investigadores da Educação Superior, via Programa de Apoio a Núcleos de Excelência em CT & I - PRONEX. A rede busca identificar e compreender as tensões e estratégias que a educação superior aciona frente aos contextos emergentes, analisando os movimentos produzidos no interior das IES. Neste trabalho problematizamos os documentos e diretrizes dos programas de formação para educação profissional e tecnológica de duas instituições da América latina. Tecemos a argumentação em torno dos desafios da formação, destacando a superação de uma perspectiva dualista da educação profissional, colocando-se como necessário aprofundar os debates sobre as concepções de educação tecnológica e profissional, como construção social que seja, a um só tempo, processo de qualificação profissional e de educação científica e ético-política. Neste sentido, os profissionais que buscam atuar neste contexto precisam ser estimulados a construir estratégias capazes de promover a recombinação criativa de experiências e conhecimentos necessários a uma atuação profissional autônoma e crítica. A perspectiva crítica revela-se pela capacidade de criar novos sentidos e (trans)formar o exercício pedagógico, a partir da ação-reflexão-ação, capaz de questionar o contexto que se apresenta aos sujeitos desse processo, para promover mudanças sociais. Assim, o professor, além de trabalhar com os conhecimentos acadêmicos, precisa engajar-se no processo formativo, gerando conhecimentos pedagógicos e conhecimentos próprios ao campo profissional, levando em conta as demandas do mundo do trabalho. Consideramos que a expansão e democratização do acesso no ensino superior, via inclusão da formação para educação profissional no contexto universitário, implica a assunção da indissociabilidade entre formação geral e profissional, revelando possíveis tensões entre a tradição acadêmica e as exigências da educação profissional e tecnológica.

Palavras-chave: formação, desenvolvimento profissional, contextos emergentes, educação, profissional, ensino superior.

(32) Aspectos de Visualização de Ambiente Natural e Social para Processos de Construção no Desenvolvimento de Habilidades Cognitivas de Crianças da Educação Pré-Escolar: Um Trabalho de Iniciação Científica do Ensino Superior em Timor-Leste

Micaela Ximenes | micaelaximenes@gmail.com | Universidade Nacional de Timor Lorosae
Gaspar Varela | gasparzitov@gmail.com | Universidade Nacional de Timor Lorosae
Dulce Leite | dulcecamposleite@gmail.com | Universidade Nacional de Timor Lorosae

O presente artigo é baseado na monografia de licenciatura de Micaela Ximenes (2019), que aponta para aspectos relacionados com o desenho livre e como estes podem potenciar a preparação da criança na educação pré-escolar para ingressar com sucesso na educação escolar de Timor-Leste, nomeadamente, no primeiro ano do Ensino Básico. Para discutir tais processos colocamos a nossa questão: Que aspectos de visualização de ambiente natural e social das crianças podem permitir possibilidades de desenvolvimento de processos de raciocínio ou de competências cognitivas baseados em processos de construção? O objetivo é identificar as potencialidades de aspectos de visualização para os processos de desenho livre no desenvolvimento de habilidades cognitivas. As discussões foram baseadas nas conceções de Castro e Rodrigues (2008) sobre sentido de número; de Raquel Reis (2003) sobre educação pela arte e de Vygotsky (2001) sobre pensamento e linguagem. De uma turma de trinta e seis alunos foram intencionalmente selecionadas oito crianças para serem sujeitos deste estudo. Através da ação de observar os arredores da escola, as crianças expressaram as suas perceções acerca do entorno meio circundante à da sua escola por meio do desenho livre. No entanto, nesta atividade de visualização de aspectos reais que pudessem possibilitar as referidas crianças a expressar através do desenho livre e da sua linguagem artística, esta desenvolve processos de construção. E, elementos de processos de construção podem carregar determinados significados que caracterizem processos de literacia e numeracia como processos de desenvolvimento de ideia de produção ou construção de conhecimento referente ao desenvolvimento de competências cognitivas, inclusive o desenvolvimento de competências afetivas dessas mesmas crianças. Com as informações obtidas por meio de atividades de observação; com o desenho livre, através das entrevistas realizadas às oito crianças, e pelas discussões feitas acerca das mesmas informações, consideramos que estas atividades funcionam como um instrumento pedagógico que possibilitou às crianças a oportunidade de demonstrarem curiosidade; a promoção da motivação nas crianças da educação pré-escolar para desenvolver suas habilidades básicas de conhecer, identificar, pintar, memorizar, contar, classificar, indicar quantidade de objetos e distinguir as diferenças e semelhanças como caminhos de as formar para ingressar no primeiro ano do Ensino Básico. Assim sendo, sugerimos que as instituições de magistério do ensino superior de Timor-Leste, tanto da rede pública quanto rede privada, preparem e capacitem os professores (em formação ou em exercício de funções) com conhecimentos e caminhos metodológicos apropriados para criar um ambiente de aprendizagem que envolva situações de aprendizagem como atividades/estratégias despertando a curiosidade, o interesse e a motivação das crianças com possibilidades de fazer-funcionar como materiais que podem auxiliá-los a melhorar e desenvolver as habilidades de escrita, leitura e outras competências das crianças da educação pré-escolar. Esperamos que esta investigação possa despertar curiosidade, interesse e a motivação por parte dos investigadores compromissados com a educação pré-escolar de Timor-Leste, e potencializá-la, levando adiante os elementos identificados para que sejam essenciais ao processo de formação de professores da educação pré-escolar e relevante ao desenvolvimento das crianças em Timor-Leste.

Palavras-chave: Linguagem nos ambientes de aprendizagem, Desenvolvimento cognitivo e psicomotor, Educação pré-escolar, Timor-Leste.

(33) Avaliação do nível de satisfação dos docentes de ciências naturais, em relação à investigação na Universidade Pedagógica de Maputo

Agnes Novela | agnescloilde@gmail.com | Universidade Pedagógica de Maputo
Aldovanda Bata Vidade | aldovandabata@yahoo.com.br | Universidade Pdagógica de Maputo

A Universidade Pedagógica de Maputo (UP-Maputo), recentemente recriada da então Universidade Pedagógica de Moçambique, é uma instituição Pública de Ensino Superior, vocacionada à formação de professores para actuarem a todos os níveis do Sistema Nacional de Educação. De há alguns para cá, com a criação de novas faculdades, tais como as de Economia e Gestão e de Engenharias e Tecnologia, tem oferecido cursos técnicos virados à Economia e gestão, bem como às Engenharias respetivamente, para além dos novos cursos técnicos criados nas antigas faculdades. Embora a sua tradicional missão fosse a formação de professores nas diferentes áreas, a sua principal missão, tal como de outras universidades, foi o Ensino, a pesquisa e a Extensão, tendo como visão elevar a qualidade e a excelência, nestes três pilares a nível nacional, regional e internacional. É em volta do sentimento dos docentes da Faculdade de Ciências Naturais e Matemática, sobre a investigação nesta instituição, que nos debruçamos nesta comunicação, com o principal objectivo de avaliar o nível de satisfação dos docentes das áreas de Ciências Naturais em relação à conjugação prática dos três pilares da Universidade, mas fundamentalmente sobre a Investigação e produção científica, num contexto em que há uma luta pelas universidades em ocuparem as melhores posições nos rankings nacionais, regionais e até internacionais, sendo a produção científica, que é fruto da investigação um dos principais critérios.

A UP-Maputo foi recentemente designada, entretanto os currículos dos cursos oferecidos pelas suas faculdades continuam os mesmos, desde a última reforma. Pela dinâmica da própria universidade e da sociedade em que esta se encontra inserida, vê-se a necessidade de uma reforma curricular periódica, cujo processo já inciou. Foi à luz desta reforma, que foi aplicado um inquérito online com recurso ao google form, com o principal objetivo de avaliar o nível de satisfação dos docentes em relação ao currículo vigente, aos programas de ensino e à pesquisa e produção científica. As respostas à este inquérito, serviu de base de dados para o presente estudo. Para os cursos que funcionam na Faculdade de Ciências Naturais e Matemática, foram selecionados os três que correspondem a área das Ciências Naturais, nomeadamente Ensino de Química, Física e Biologia, incluindo o curso de Ciências Ambientais. O inquérito foi aplicado ao universo de docentes que atuam nos cursos indicados. Responderam ao inquérito, 09 docentes de Química, 10 de Física, 13 de Biologia e 13 do CIAMB. Como resultado, percentagens que variam de 50 a 92% mostram a insatisfação dos docentes em relação às condições criadas para a pesquisa, com a disponibilidade de recursos financeiros para a investigação, bem como com o nível de publicação dos resultados das pesquisas realizadas na Universidade.

Palavras-chave: Satisfação, docentes, investigação.

(34) Percepções dos professores e estudantes do ISCED - HUÍLA acerca da aprendizagem e da avaliação

Rangel de Assunção Domingos | rangeldomingos@reitoria.umn.ed.ao | Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Marisa da Conceição Gomes da Costa Tavares | marytavares21@hotmail.com | Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Nádia Marleny Mirrado Pinto | alethabita@hotmail.com | Instituto Superior de Ciência da Educação da Huíla ISCED- HUÍLA

A aprendizagem e a avaliação são processos que no contexto educativo deverão ser trabalhados para que contribuam para o processo de autorregulação e crescimento do Processo Docente Educativo (PDE). Assim, esta pesquisa tem como tema “Percepções dos professores e estudantes do ISCED-Huíla acerca da aprendizagem e da avaliação”. Com base neste tema, levantou-se a seguinte questão de investigação: qual é a percepção dos professores e dos estudantes do ISCED-Huíla acerca da aprendizagem e da avaliação? O objetivo geral deste trabalho é: descrever as percepções dos professores e dos estudantes do ISCED-Huíla acerca da aprendizagem e da avaliação. Elaboraram-se os seguintes objetivos específicos: Conceptualizar a aprendizagem e a avaliação, descrever a aprendizagem e a avaliação no contexto educativo e diagnosticar os processos de aprendizagem e de avaliação no ISCED-Huíla. O objecto de estudo consiste na aprendizagem e na avaliação e o campo de acção insere-se nos marcos da Psicologia Pedagógica concretamente no ISCED-Huíla. O modelo de investigação foi descritivo, de natureza quantitativa. Para recolha dos dados fez-se recurso ao Inquérito por questionário tanto para os professores como para os estudantes. A análise estatística dos dados foi utilizado o programa estatístico SPSS Win (Statistical Program For Social Sciences). A população desta investigação esteve circunscrita a todos professores e estudantes do ISCED – Huíla, durante o ano de 2019. Assim sendo, a população de professores é de 109 e de estudantes é de 6700. Assim sendo, constitui a amostra de professores desta investigação 31 professores e 48 estudantes escolhidos ocasionalmente, ou seja, foram aqueles que estavam disponíveis e que aceitaram preencher os questionários. A amostragem sobre o qual incidiu a pesquisa foi do tipo não probabilística ocasional. Como resultados da pesquisa, em geral, os estudantes consideram que o ambiente na maioria das aulas não favorece o desenvolvimento das aprendizagens. Por outro lado, os professores afirmam que os estudantes nem sempre são envolvidos em situações de auto-avaliação e/ou co-avaliação (avaliação dos seus colegas). Pelas respostas dadas, percebeu-se também que professores e estudantes consideram a avaliação como um processo que se limita sobretudo à atribuição de notas. pode-se concluir que as percepções dos professores em relação a aprendizagem indicam que uma percentagem elevada dos professores inquiridos, considera que o envolvimento e o acompanhamento dos estudantes no processo de aprendizagem são deficientes. Por outra, em termos de avaliação a maioria dos professores afirma que esta serve sobretudo para atribuir notas e não implementam a autoavaliação nem a coavaliação. Assim, recomenda-se que se desenvolva no ISCED-Huíla um processo de aprendizagem mais interativo e motivacional, que desperte no estudante maior envolvimento, e por parte dos professores, um melhor acompanhamento dos seus estudantes; que se promovam práticas avaliativas que procuram retirar o professor do centro do processo avaliativo, envolvendo o estudante como parte deste e conhecedor dos critérios avaliativos a que é submetido. Assim sendo, concebe-se que a heteroavaliação, coavaliação e a autoavaliação sejam integradas no processo avaliativo da Instituição em causa.

Palavras-chave: Avaliação, aprendizagem, percepções, Ensino Superior.

(35) O rendimento académico na Faculdade de Direito da UMN: perspetivas de professores e estudantes

Rangel de Assunção Domingos | rangeldomingos@reitoria.umn.ed.ao | Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Nádia Marleny Mirrado Pinto | alethabita@hotmail.com | Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla ISCED- HUILA

Marisa da Conceição Gomes da Costa Tavares | marytavares21@hotmail.com | Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Esta investigação surge da preocupação inerente ao rendimento académico em algumas disciplinas do curso de Direito, ministrado na Faculdade de Direito da Universidade Mandume Ya Ndemufayo (FDUMN). Neste caso formulou-se o tema: o Rendimento Académico na FDUMN: Perspectivas de Professores e Estudantes. O mesmo levantou como questão de investigação “Quais os fatores que interferem no rendimento académico dos estudantes da FDUMN na perspectiva de professores e estudantes?” O objetivo geral da pesquisa consistiu em descrever o rendimento académico na FDUMN na perspectiva de professores e estudantes. Definiram-se como objetivos específicos: fundamentar teoricamente as abordagens sobre o rendimento académico, teorias e modelos acerca do mesmo; caracterizar o rendimento académico no processo de ensino/aprendizagem da FDUMN; diagnosticar o rendimento académico na perspectiva de professores e estudantes da FDUMN. Na presente investigação utilizou-se uma metodologia descritiva. Para recolha de dados recorreu-se ao inquérito por questionário e, para análise dos mesmos utilizou-se o programa estatístico SPSS (Statistical Program For Social Sciences). A população da pesquisa foi constituída por 38 professores e 1109 estudantes e contou com uma amostra de 31 professores e 68 estudantes selecionados de acordo com a disponibilidade. A amostra foi ocasional pois procurou estudar um estrato da população de forma ocasional, por isso é não probabilística. Instrumentos de Recolha de Dados para esta pesquisa, foi adaptado à realidade angolana a partir de um inquérito por questionário para recolha de opinião da Universidade de Évora (2007). Como resultados verifica-se que, relativamente ao motivo de reprovação, a maioria dos professores afirma que os estudantes reprovam devido à falta de vocação relativamente às matérias leccionadas, enquanto a maioria dos estudantes afirma que o fraco desempenho pedagógico dos docentes é o motivo para que estes reprovem. Ainda os professores afirmam que os estudantes apenas estudam na altura dos exames, mas os estudantes afirmam que estudam diariamente. Finalmente, os professores afirmam que a assiduidade dos estudantes, o acompanhamento das matérias e a leitura dos textos de apoio são insuficientes, enquanto os estudantes afirmam que são suficientes e realçam que o apoio pedagógico por parte dos professores é insuficiente. Como recomendações, sugerimos que a FDUMN invista na criação de equipas interdisciplinares. É um dos passos fundamentais para que se criem aprendizagens significativas, mas também um espaço de auscultação dos êxitos e fracassos dos estudantes e dos professores; que aposte mais na formação prática simulando defesa de casos ou mesmo um tribunal simulado conforme recomenda o autor Azevedo et al. (2017, p.183); que se faça um acompanhamento mais personalizado aos estudantes que apresentem mais dificuldades de aprendizagem e menor rendimento académico; e para finalizar que se façam cursos de agregação pedagógica e científica para capacitação e atualização dos professores.

Palavras-chave: Rendimento académico, percepções das aprendizagens, Ensino Superior.

(37) Uma abordagem interdisciplinar na formação de professores - As maquetas da comunidade –

Ana Sequeira | ana.sequeira@ese.ips.pt | Escola Superior de Educação de Setúbal
Jorge Pinto | jorge.pinto@ese.ips.pt | School of Education Polytechnic Institute of Setúbal

A Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal (ESE/IPS) em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian e o Ministério de Educação de Angola participa, desde 2016, no Projecto Aprendizagem para Todos (PAT) destinado à formação de professores de Língua Portuguesa e Matemática das escolas dos magistérios primários, sendo estes, por sua vez, formadores num processo formativo em “cascata”, com o objetivo de reforçar competências pedagógicas de professores primários das 18 províncias de Angola. Na participação da ESE destacam-se diversos tipos de atividade, nomeadamente ações de formação, supervisão, conceção de manuais e de instrumentos de apoio à formação. Todo o trabalho desenvolvido aponta para metodologias de ensino alternativas em relação a um modelo exclusivamente transmissivo. Mudar as dinâmicas de gestão curricular e de sala de aula era um dos objetivos. Neste quadro, procurou-se trabalhar numa perspetiva de integração dos saberes das diferentes áreas disciplinares, de modo que estes adquirissem sentido e significado na compreensão dos diferentes contextos sociais e culturais de cada comunidade. Assim, optou-se por tomar como objeto de trabalho situações decorrentes dos contextos, de forma que os conteúdos a trabalhar ganhassem um maior sentido para as aprendizagens a realizar, bem como, fossem impulsionadores de novas aprendizagens para as crianças, beneficiárias últimas deste processo formativo. Normalmente as crianças têm ideias sobre o mundo que as rodeia. Partir destas ideias pode ser uma boa estratégia para desenvolver o trabalho em sala de aula. O trabalho de construção de maquetas da comunidade pode ser uma forma de operacionalizar esta estratégia. Para tal, uma metodologia adequada é a do trabalho de projeto, pois este: (i) parte de um acontecimento ou interesse real da(s) criança(s); (ii) cria uma dinâmica de pesquisa de informação; (iii) potencializa uma organização da informação mobilizando conteúdos de várias áreas disciplinares; (iv) propicia a divulgação da informação à comunidade. O desenvolvimento desta metodologia centrada num projeto da comunidade (maquetas) implica que o professor conheça a comunidades de modo a identificar locais ou acontecimentos a vivenciar pelos alunos que irão servir de “pano de fundo” ao trabalho a desenvolver em sala de aula. A nossa comunicação incidirá sobre uma experiência formativa – as maquetas da comunidade - com professores dos magistérios primários de Angola, percorrendo as várias etapas no desenvolvimento de um projeto desta natureza, bem como, as formas da sua exploração em sala de aula.

Palavras-chave: formação de professores, trabalho de projeto, maquetas da comunidade.

(39) O Ensino da Química (Orgânica e Inorgânica) na Faculdade de Ciências Exatas da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e no ano de 2021

Romualdo Cruz | romualdolopesacruz@gmail.com | Universidade Nacional de Timor Lorosa'e
Mariano Amaral | mariano.amaral@ua.pt | Universidade Nacional de Timor Lorosa'e
Clara Magalhães | mclara@ua.pt | Universidade de Aveiro
Diana Pinto | diana@ua.pt | Universidade de Aveiro

A cooperação entre a Faculdade de Ciências Exatas da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e e o Departamento de Química da Universidade de Aveiro remonta ao início daquela faculdade em 2014. Docentes dos Departamentos de Física, Matemática e Química da Universidade de Aveiro estiveram diretamente envolvidos na criação da Licenciatura em Ciências Exatas com habilitação final em Matemática, Física ou Química que funciona na Faculdade de Ciências Exatas desde 2015. No ano letivo de 2020, as aulas presenciais estiveram suspensas entre 24 de Março e finais de Julho de 2020, como resultado do confinamento social e encerramento das instituições universitárias originados por sucessivos Estados de Emergência decretados em Timor Lorosa'e, para conter a contaminação provocada pelo COVID-19 (coronavírus SARS-CoV-2). Todas as disciplinas de Química foram lecionadas na modalidade à distância, incluindo as aulas práticas, tendo sido utilizados para o efeito diversas plataformas de trabalho remoto ou aplicações como Zoom, WhatsApp, telefone (móvel ou fixo) ou Messenger. Naquele ano letivo, e como estavam todos os intervenientes à distância, docentes e alunos, ensaiou-se a lecionação de parte das aulas teóricas da disciplina de Química Inorgânica a partir de Portugal. Nesta comunicação pretende-se mostrar como, ainda em tempo de confinamento social, se tem vindo a desenvolver e consolidar a cooperação entre a Faculdade de Ciências Exatas da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (UNTL) e a Universidade de Aveiro. No primeiro semestre do ano letivo de 2021, como resultado da nomeação do docente doutorado em Química para o cargo de Vice-Reitor da UNTL, as disciplinas de Química Orgânica e de Química Inorgânica foram lecionadas conjuntamente por docentes da Universidade de Aveiro e da Faculdade de Ciências Exatas da UNTL. As docentes da Universidade de Aveiro lecionaram as componentes teóricas das disciplinas e as componentes práticas foram lecionadas pelos docentes da Faculdade de Ciências Exatas. A responsabilidade da componente teórico-prática foi partilhada pelos vários docentes de cada disciplina. Far-se-á uma descrição e análise desta experiência, que utilizou os recursos, físicos (laboratórios, equipamentos, outros materiais de laboratório e reagentes), digitais e humanos, disponíveis na UNTL e as ferramentas desenvolvidas e testadas nos anos letivos anteriores para a consecução dos objetivos do processo de ensino-aprendizagem dos alunos timorenses.

Palavras-chave: Ensino a Distância, Química, Universidade de Aveiro, Cooperação Institucional, Portugal.

(54) Extensão: fundamentos teóricos para uma abordagem na Educação Profissional e Tecnológica

Fábio Lippi Silva | fabio.silva9@cpspos.sp.gov.br | Centro Estadual de Educação Tecnológica
Paula Souza - CEETEPS

Adriane Zangiacomo Foligno | adriane.foligno@cpspos.sp.gov.br | Centro Estadual de
Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS

Teve-se por objetivo mapear os fundamentos teóricos referentes à extensão e sua relação com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a qual abrange diferentes níveis de ensino (Libâneo; Oliveira & Toschi, 2012; Manfredi, 2016). A pergunta que norteou essa reflexão foi a seguinte: quais influências teóricas sobre a extensão contribuem para uma abordagem desta missão acadêmica no âmbito da EPT? Utilizou-se a pesquisa bibliográfica por meio de livros, capítulos de livros e artigos – estes últimos disponíveis em bases de dados abertas – voltada às temáticas da extensão e da EPT. A construção da educação profissional, no Brasil, se deu em meio a uma dualidade entre essa modalidade de ensino e a educação propedêutica (Manfredi, 2016). Contudo, as transformações econômicas, sociais e da própria reorganização do trabalho identificadas nas últimas décadas, tiveram influência sobre a sua concepção, que passa a basear-se entre a preparação para o trabalho como mais uma dimensão da vida em sociedade (Pacheco, 2011; Manfredi, 2016). Essa visão coaduna-se à ideia de Educação Tecnológica, a qual orienta-se à formação de trabalhadores como sujeitos coletivos/históricos (Manfredi, 2016). Entende-se que também na esfera da EPT, principalmente no que se refere a educação profissional de nível tecnológico, por meio da qual são oferecidos os cursos superiores de tecnologia que visam a formação de tecnólogos (Batista, 2012; Machado; Prados & Martino, 2018), a extensão pode ser vista como uma oportunidade de integração da teoria à realidade social do estudante. Isso requer, portanto, refletir sobre as funções de instituições dedicadas a essa modalidade de educação/ensino (Peterossi, 2014). Como função formativa inerente à educação superior, a atuação de estudantes em atividades de extensão permite que na sua formação sejam contempladas a preparação para o trabalho (tecnicamente) e a instrução para a vida social e cultural do indivíduo (Tavares & Freitas, 2016; Machado; Prados & Martino, 2016). Ademais, a extensão serve como elo entre a instituição de ensino superior (IES) e a comunidade, o que possibilita a troca de conhecimentos de forma cidadã e socialmente responsável (Calderón; Pessanha & Soares, 2007; Tavares & Freitas, 2016). Com vistas a contribuir para a compreensão do papel da extensão na formação de profissionais tecnicamente capacitados e aptos ao exercício da cidadania – inclusive no âmbito do trabalho – conhecer como ela é abordada na literatura se torna relevante diante da atual realidade do mundo do trabalho e de sua influência na formação do caráter e nas relações humanas (Delgado, 2018). Nessa direção, observa-se o interesse acadêmico voltado à extensão – principalmente no âmbito das universidades –, além de se constatar, concomitantemente, a necessidade de ampliar a reflexão sobre os seus aspectos históricos, conceituais, filosóficos, operacionais, regulatórios e de gestão e avaliação, especialmente na abrangência da EPT (Foligno; Silva & Machado, 2020). De um modo geral, vê-se na extensão uma dimensão formativa aliada ao ensino e à pesquisa, assim como uma das formas de interação IES-sociedade e de cumprimento da responsabilidade social da educação superior, o que deve incluir, portanto, a educação profissional de nível tecnológico (Machado, 2021).

Palavras-chave: Extensão, Ensino Superior, Educação Profissional e Tecnológica, Educação Tecnológica.

(65) Competências Digitais de Acadêmicos de Pós-Graduação em Ensino Remoto na Pandemia COVID-19

Lidnei Ventura | llventura@gmail.com | Universidade do Estado de Santa Catarina/Brasil

Tânia Rocha Unglaub | taniaunglaub@gmail.com | Universidade do Estado de Santa Catarina/Brasil

Betina Lopes | blopes@ua.pt | Universidade de Aveiro

A Pandemia causada pela COVID-19 afetou a comunidade mundial em 2020 e todas as áreas de atuação humana foram duramente atingidas, principalmente a educação, desde à educação infantil ao ensino superior. Tais impactos não se restringiram somente às impossibilidades materiais de oferta de aulas presenciais, mas se estenderam ao campo conceitual, fazendo-se repensar formas tradicionais de ensinar e aprender, que agora requerem intensa mediação de tecnologias digitais. Em nossas experiências de professores universitários, ficou evidente que não basta ter disponível a tecnologia, mas é preciso que os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem tenham/adquiram competências digitais para usá-las. Nossa pesquisa se restringiu ao âmbito da pós-graduação e está ainda em andamento enquanto projeto de pós-doutoramento envolvendo duas instituições de ensino superior públicas de Portugal e Brasil). A proposta consistiu em investigar como se deu a relação dos acadêmicos da pós-graduação em educação com as tecnologias digitais em meio a Pandemia COVID-19, quando as aulas foram transpostas do ensino presencial para o remoto. O objetivo e a relevância dessa investigação consistem em descrever e analisar as condições em que estudou um grupo de alunos da pós-graduação em educação da UDESC e identificar seu perfil quanto às competências digitais requeridas nesse processo. A abordagem da pesquisa é quali-quantitativa e a coleta de dados foi efetuada por meio de questionário online no Google Forms com um grupo de acadêmicos pós-graduandos acerca de suas percepções sobre migração das aulas presenciais para o modelo remoto. Elaborado com questões fechadas e abertas, o questionário perguntou aos alunos sobre seu desempenho/performance nas aulas e cursos, perfil midiático, competências digitais entre outras questões de interesse dos pesquisadores. A análise e interpretação dos dados fundamentou-se nos princípios da análise de conteúdo quali-quantitativa apoiada pelo software WebQDA®. Dados preliminares apontam que a variável de maior dificuldade para trabalho dos estudantes, em 2020, foi de ordem técnico-instrumental [falta de rede de internet, computadores pessoais, local adequado para atividades acadêmicas e outras]. Esse quesito foi apontado pela maioria dos respondentes [dados ainda em tabulação]. Seguido deste, a falta de domínio de algumas competências digitais foi indicada pelos respondentes como fatores complicadores no desenvolvimento das atividades desenvolvidas nas disciplinas cursadas. Muitos [dados ainda em tabulação] respondentes afirmaram não saber usar editores de compartilhamento de produção escrita coletiva, tais como o Google Drive, trabalhar coletivamente online, trabalhar com editores de apresentação e trabalhar na plataforma moodle do curso [responder a fóruns, publicar mensagens, enviar tarefas etc.]. Embora em andamento, a pesquisa contribui para mapeamento do perfil dos estudantes e desenvolvimento de políticas institucionais educacionais de qualificação do corpo docente e discente.

Palavras-chave: Ensino Superior, Ensino Remoto, Competências Digitais, Portugal, Brasil.

(66) CONNECTA: Colaboração em rede em contexto internacional para investigadores e professores em Ciências Empresariais

Duarte Xara-Brasil | duarte.brasil@esce.ips.pt | Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal

Luísa Carvalho | luisa.c.carvalho@esce.ips.pt | Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal

AdrianaBackx Noronha | backx@usp.br | Universidade de São Paulo - FEA/USP

Sendo a língua portuguesa uma das mais faladas no mundo, sendo o meio de comunicação em diversos países de diversos continentes para centenas de milhões de pessoas. Assim, as interações entre pesquisadores e professores da área das ciências empresariais poderia ser intensificada, com benefícios para todas as partes. A cooperação em termos de atividades letivas, de investigação, publicações conjuntas é ainda muito limitada. Em pelo menos alguns dos países de língua oficial portuguesa, muitos professores gostariam de aprofundar a internacionalização da sua atividade de pesquisa e de ensino, mas sentem dificuldade em saber como iniciar o processo e como contruir uma rede de relacionamentos. Para além de algumas dificuldades linguísticas, têm poucas experiências profissionais internacionais, seja em projetos de investigação ou de lecionação e partilha de atividades e projetos. O projeto CONNECTA, nas suas vertentes Teaching e Research é um evento académico que teve a primeira edição em 2020, com o objetivo de colocar em contato pesquisadores de diferentes países que procuram parcerias em torno de projetos pedagógicos (Teaching) ou de projetos de pesquisa (Research). Os participantes deste evento tiveram a oportunidade de apresentar propostas de projetos de investigação em curso, em preparação, ou em fase de candidatura a financiamento, procurando eventuais parceiros para pesquisas internacionais (Research). Numa vertente pedagógica vários professores procuraram parcerias internacionais para partilhar atividades letivas, professores visitantes, elementos para júris de doutoramento ou mestrado, organização de workshops, entre outras atividades que permitem a cooperação pedagógica internacional. Em 2020 o evento decorreu de forma integrada com o SemeAD – que é um dos maiores eventos científicos brasileiros da área das Ciências Empresariais - que reúne anualmente cerca de 2000 investigadores na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, no Brasil, tendo contado com 34 propostas de Pesquisa, provenientes de 6 países (Research) e 16 oportunidades de carácter pedagógicas, proveniente de 5 países (Teaching). Os resultados foram muito interessantes, uma vez que 97% dos participantes consideraram que “a internacionalização vai no futuro assumir um papel tão ou mais importante do que atualmente” sobretudo na investigação, mas também nas atividades pedagógicas. Dos participantes nas sessões do CONNECTA, 66% consideraram que a experiência foi motivante (5 em 5) e 17% consideraram relevante (4 em 5): uma análise posterior, permitiu verificar que existiram efetivos casos de cooperação, especialmente nas áreas pedagógicas, com participações de professores em aulas, mesas redondas, organização de workshops conjuntos, etc. Em suma, o Connecta permitiu lançar um modelo diferenciado de cooperação entre Instituições de Ensino Superior internacionais num formato a distância possibilitando a criação de redes e parcerias para investigação e ensino.

Palavras-chave: Ciências Empresariais, Internacionalização, Cooperação, Investigação, Ensino.

(75) Perfil de egressas da Educação a Distância: travessias de identidade no curso de Pedagogia

Lidnei Ventura | llventura@gmail.com | Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
Tânia Rocha Unglaub | tania.unglaub@udesc.br | Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

A presente comunicação defende o argumento de que a imersão sistemática de estudantes em ambientes virtuais de aprendizagem, e em outras formas de mediação técnica virtual, caracterizados por processos de letramento multimidiático, alterara e potencializa suas percepções sensoriais e visão de mundo. Neste cenário, tanto o ensino quanto a investigação no ensino superior, de forma global, se vê diante de novos desafios. Parte-se da pesquisa de doutorado que investigou travessias de identidades das egressas de um curso de Pedagogia, na modalidade a distância, oferecido por uma universidade brasileira, entre 2014 e 2017. A metodologia utilizada de pesquisa narrativa, com enfoque hermenêutico-interpretativo, foi implementada em três momentos distintos e integrados: 1º Momento: questionário para levantamento de perfil de egressas; 2º Momento: Seleção dos participantes e realização de entrevistas (auto)biográficas; 3º Momento: Realização de formação continuada para coleta de memorial autobiográfico. O primeiro momento foi de coleta de informações via questionário no Google Docs, com população aleatória e adesão espontânea dos sujeitos. O segundo momento foi a oferta de um curso de extensão denominado “Narrativa, autobiografia formação de educadores”, oferecido na modalidade a distância para os respondentes do questionário interessados. O terceiro momento foi a realização de entrevistas livres, realizadas remotamente pelo aplicativo Hangout On Air, com 12 indivíduos convidados pelo pesquisador. Nesta comunicação, apresentaremos apenas os dados obtidos na primeira etapa da pesquisa. O questionário foi dividido em duas partes: a primeira com informações pessoais e, a segunda, com informações sobre a graduação a distância. O convite para responder o questionário foi enviado através de uma lista de e-mails do pesquisador com mais de 300 endereços particulares. Destes, retornaram 46 questionários respondidos, todos de egressas, isto é, indivíduos do gênero feminino. A pesquisa revelou aspectos importantes da EaD para a travessia de identidades pessoais e profissionais das egressas do curso de Pedagogia, principalmente no que se refere à indicadores de empoderamento pessoal e profissional. Para maioria das respondentes a realização desta formação influenciou significativamente a vida profissional (90,6%) e a vida familiar (88%). Embora não fosse possível dimensionar o alcance dessas mudanças, algumas declarações são indícios de que alguma coisa importante aconteceu, pois muitas sentiram a necessidade de comentar as respostas objetivas do questionário neste item. Ainda segundo as respondentes, 97% delas dizem ter sofrido alterações em suas percepções de mundo, de identidade de gênero e de vida profissional. Outros aspectos como a construção de autonomia e independência pessoal, aumento da autoestima e abertura de novas perspectivas profissionais e pessoais indicam elementos de mobilidade nas identidades pessoal e profissional dessas mulheres. Pelo conjunto dos dados levantados, pode-se perceber a relevância social dessa modalidade educativa, atualmente em plena expansão, no Brasil, mas controlada pela iniciativa privada, que detém quase 90% das matrículas. O estudo indica que no cenário contemporâneo, marcado pelo uso intenso de artefatos multimidiáticos e informacionais, junto às identidades tradicionais, mais uma identidade móvel se volatiliza: a do/a estudante da EaD, apresentando-se como novos desafios de interpretação para o ensino e para a pesquisa no ensino superior.

Palavras-chave: Ensino superior, Educação a distância, Egressas, Identidade, Pedagogia.

(79) Os níveis de Burnout nos estudantes do Ensino Superior durante o período de aulas em regime misto

Ana Meireles | amireles@escs.ipl.pt | Escola Superior de Comunicação Social - IPL
Cláudia Silvestre | csilvestre@escs.ipl.pt | Escola Superior de Comunicação Social - IPL

Desde o início de 2020 que os efeitos da pandemia COVID-19 se têm vindo a manifestar quer nas rotinas diárias quer nas diferentes áreas profissionais, agravando os níveis de depressão populacional. As instituições de ensino também foram largamente afetadas pelo efeito desta pandemia. A necessidade de uma adaptação repentina ao ensino online e a falta de interação social têm sido apontados como principais contributos para o aumento dos níveis de depressão tanto entre estudantes como entre docentes do ensino superior. Esta degradação da saúde mental dos jovens foi uma das conclusões do relatório "Youth and COVID-19: impacts on jobs, education, rights and mental well-being". O estudo refere que um em cada dois jovens entre os 18 e os 29 anos estão, possivelmente, sujeitos à ansiedade ou à depressão, e que provavelmente 17% já sentem o efeito destas perturbações. Embora até há poucos anos, o Burnout fosse incluído numa das categorias da depressão, a Organização Mundial de Saúde (OMS) não reconhece o Burnout como uma doença mental, mas sim como uma síndrome de exaustão caracterizada por sintomas como stress, desgaste emocional e cansaço excessivo, como consequência de pressão profissional ou estudantil. Vários estudos têm revelado que a síndrome de Burnout académica se manifesta sobretudo entre os estudantes dos primeiros anos do ensino superior. Este facto é associado não só às novas responsabilidades com que os estudantes são confrontados quando transitam do ensino secundário para o superior, mas também pelas elevadas expectativas académicas, por vezes irreais, criadas pelos estudantes. O Burnout académico tem consequências graves entre a população estudantil, sendo apontada como responsável não só pelo fraco desempenho académico dos estudantes, mas também pelo aumento do absentismo académico ou mesmo pelo abandono escolar. A pandemia agravou a saúde mental dos estudantes universitários, sendo reconhecida como uma questão de saúde pública. Desta forma é crucial que as instituições de ensino recorram a métodos de despistagens sistemáticas desta síndrome, entre a população estudantil do ensino superior, sobretudo quando afetados por situações de pandemia. Esta apresentação pretende ser um contributo nesta área. Exploramos o efeito da pandemia no stress de estudantes da Escola Superior de Comunicação Social (ESCS) do Instituto Politécnico de Lisboa (IPL). Neste sentido, no final do primeiro semestre de 2021 foi aplicado o instrumento desenvolvido por Maslach - Maslach Burnout Inventory–Student Survey (MBI-SS) - frequentemente utilizado para avaliar os níveis de stress estudantis. Neste estudo, que envolveu 316 estudantes, foi feita a comparação entre as três subescalas da MBI-SS: Exaustão, Cinismo e Eficácia e também entre géneros. Concluiu-se que, em termos gerais, os nossos estudantes estão a conseguir adaptar-se a esta nova modalidade de ensino. Ainda assim, os resultados foram úteis para estabelecer estratégias de ensino mais adequadas, que permitam maximizar o bem-estar dos estudantes e minimizar os efeitos desta situação pandémica.

Palavras-chave: Níveis de Burnout, stress, ansiedade, depressão, estudantes, Ensino Superior Ensino à distância.

(89) Metodologia ativa no ensino superior: opinião de alunos de graduação em fonoaudiologia

Rita de Cassia Ietto Montilha | rcietto@unicamp.br | Universidade Estadual de Campinas
Milena Carvalho | milenacarvalho3007@gmail.com | Universidade Estadual de Campinas
Fernanda Rodrigues | feeernandarodrigues@gmail.com | Universidade Estadual de Campinas
Ana Claudia Fernandes | ana.claudia2221@gmail.com | Universidade Estadual de Campinas
Zelia Zilda Lourenço de Camargo Bittencourt | zeliz@unicamp.br | Universidade Estadual de Campinas

Metodologia ativa (MA) é um método ativo que promove a inclusão do aluno na própria construção e elaboração de sua aprendizagem, onde o aluno é ativo na construção do próprio saber. O objetivo deste estudo foi conhecer o uso da metodologia ativa de ensino e o papel do aluno de pós-graduação inserido no Programa de Estágio Docente da Unicamp (PED) na percepção de alunos de terceiro e quarto anos do curso de graduação em fonoaudiologia da mesma Universidade. O Método utilizado foi quantitativo e qualitativo, tendo sido aplicado questionário semiestruturado com alunos do 3º e 4º anos do referido curso. A disciplina que constituiu o campo de estudo foi a FN 304 - Relações interpessoais e Dinâmica de Grupo. A mesma busca estudar as relações interpessoais, abordagens grupais e principais teorias de forma ativa e dinâmica. Amostra foi composta por 42 alunos (21 do 4º ano e 21 do 3º ano). Em relação aos aspectos éticos, a pesquisa foi submetida e aprovada pelo CEP da Unicamp, CAAE nº93673718500005404 e parecer nº 2.810.686. Todos os participantes assinaram TCLE (Termo de Conhecimento Livre e Esclarecido). A coleta de dados se deu por meio de Questionário (Formulário Google). Foi realizado pré-teste e análise estatística descritiva e análise de conteúdo. Os resultados obtidos evidenciaram que a maioria dos alunos considerou o uso da MA e atuação do PED com importante impacto à sua formação na disciplina FN304. Observou-se que a interação entre a participação do PED e o uso da MA produz significados e significações ao aluno que constrói seu percurso no saber/ ciência com autonomia. Com este estudo foi possível verificar o papel fundamental do professor ao esclarecer as estratégias metodológicas de sua aula, para construir com os alunos da graduação uma relação horizontal e, para além disso, construir junto ao aluno de pós-graduação que participa do PED, exemplo de docência e postura profissional ética. Conclusões: Segundo a percepção dos alunos, é possível inferir que o PED e o uso da Metodologia Ativa são estratégias inovadoras para a formação profissional e reforça a necessidade de ampliar os estudos na área, considerando a formação do fonoaudiólogo e demais profissionais da saúde. O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) do Brasil.

Palavras-chave: ensino superior, metodologia ativa de ensino, inovação.

(92) Do Modelo Teórico ‘Capital Científico’ à Constituição de uma Rede Internacional para a Formação Inicial de Professores de Ciências: Contributos de uma Revisão Sistemática da Literatura

Diana Soares | dianarsoares@ua.pt | Universidade de Aveiro - CIDTFF
Isabel Abrantes | isabel.abrantes@uc.pt | Universidade de Coimbra - CFE
Mike Watts | Mike.Watts@brunel.ac.uk | Brunel University London

Esta Revisão Sistemática de Literatura insere-se no projeto de doutoramento intitulado “Formação de futuros professores de Biologia numa perspetiva glocal: recomendações sustentadas na investigação”. O projeto tem como finalidade: contribuir para estratégias de reflexão e inovação na formação de futuros professores de Biologia a partir da envolvimento de três instituições de ensino superior públicas (portuguesa, angolana e do reino unido) numa perspetiva global e local (glocal) e à luz das Agendas 2030 da UNESCO e 2065 da União Africana, almejando a construção de uma rede de cooperação internacional/ institucional. Neste estudo apresentam-se os principais resultados emergentes de uma Revisão Sistemática da Literatura focada na formação inicial de professores de ciências, nomeadamente em África e no conceito ‘capital científico’, proposto em 2015 por Louise Archer e a sua equipa, num esforço de valorização do conhecimento a nível transcontinental, incluindo em países com menor tradição investigativa, motivações patentes quer na Agenda 2030 das Nações Unidas, quer na Agenda 2063 da União Africana. A análise incluiu um total de 45 artigos das bases de dados Web of Science (WoS), Scopus e ERIC num intervalo temporal de 2000-2021. As conclusões indicam uma falta de conhecimento, ou menos visibilidade, da investigação focada na formação inicial de professores de países africanos, em particular de países em desenvolvimento. No que respeita à formação de professores realizada em países africanos, emerge uma divisão entre a educação de ensino que é "baseado no contexto" e aquele que utiliza "teorias universais" (como Vygotsky e Bandura). Relativamente ao conceito ‘capital científico’, verifica-se que a maioria dos estudos são de filiação anglo-saxónica. Os estudos enfatizam que o desenvolvimento do capital científico dos alunos é influenciado pelo contexto, nomeadamente familiar e escolar. Evidências apontam que as relações com os professores do ensino secundário são a forma mais importante de capital social, estando diretamente implicadas na construção do ‘capital científico’ dos alunos. De destacar que não foi identificado nenhum estudo realizado em contexto africano, o que poderá indicar a (ainda) pouca extensão do conceito ‘capital científico’. Os estudos consultados apontam para uma crescente necessidade de formar e desenvolver professores como promotores de uma educação científica enquanto agente de mudança social. Neste sentido, importa investir em estratégias de cooperação institucional/internacional no âmbito da educação de professores para, por exemplo, promover a problematização do modelo de ‘capital científico’ enquanto referencial teórico e prático em emergência no domínio de (uma nova) Educação em Ciências equitativa e inclusiva.

Palavras-chave: Formação inicial de professores de Ciências, Capital Científico, Cooperação internacional, África.

(94) Resultados Académicos em tempos de pandemia no Politécnico de Lisboa

Rute Agostinho | ragostinho@sp.ipl.pt | Instituto Politécnico de Lisboa
 Vítor Almeida | valmeida@sp.ipl.pt | Instituto Politécnico de Lisboa
 António Belo | abelo@sp.ipl.pt | Instituto Politécnico de Lisboa
 Cristina Borges | cristina.borges@isel.pt | Instituto Politécnico de Lisboa
 Maria João Escudeiro | mjescudeiro@sp.ipl.pt | Instituto Politécnico de Lisboa
 Carla Martinho | cmartinho@iscal.ipl.pt | Instituto Politécnico de Lisboa
 Sandra Miranda | smiranda@escs.ipl.pt | Instituto Politécnico de Lisboa
 David Tavares | david.tavares@estesl.ipl.pt | Instituto Politécnico de Lisboa
 Catarina Tomás | ctomas@eselx.ipl.pt | Instituto Politécnico de Lisboa

A pandemia provocada pelo SARS-CoV-2 e as consequentes medidas de confinamento decretadas em Portugal, originaram uma reconfiguração e uma reorganização dos processos de ensino e aprendizagem nos vários níveis de ensino, do qual o ensino superior não é exceção. A alternância entre o ensino presencial e o ensino remoto de emergência - envolvendo formas de ensinar, de aprender e de avaliar distintas, que se sucederam nos anos letivos de 2019/2020 e 2020/2021, conduziram-nos à necessidade de refletirmos e avaliarmos os efeitos destas realidades distintas nos resultados e no (in)sucesso académico dos/as estudantes. A presente comunicação tem como principal objetivo efetuar uma análise comparativa entre os resultados académicos obtidos pelos/as estudantes que compõem o universo das oito Unidades Orgânicas do Politécnico de Lisboa, no primeiro semestre do ano letivo de 2019/2020 (período em que as avaliações foram realizadas presencialmente) e o seu período homólogo do ano letivo de 2020/2021 (período em que as avaliações foram realizadas online). Assumindo-se neste estudo uma metodologia do tipo quantitativo, pretende-se, por um lado, aferir se existem diferenças significativas entre os resultados académicos das avaliações realizadas presencialmente e das que foram implementadas em regime a distância e, por outro lado, medir o eventual impacto das avaliações efetuadas em período de confinamento, nas oito Unidades Orgânicas do Politécnico de Lisboa: Escola Superior de Comunicação Social; Escola Superior de Dança, Escola Superior de Educação de Lisboa, Escola Superior de Música de Lisboa, Escola Superior de Teatro e Cinema, Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa e Instituto Superior de Engenharia de Lisboa. Dada a riqueza dos dados postos em evidência, espelhada na diversidade de unidades orgânicas, cursos, unidades curriculares e resultados académicos envolvidos neste estudo, esperamos contribuir, de forma inequívoca, para um conhecimento mais aprofundado dos efeitos da pandemia, e das suas consequentes medidas de confinamento, nas avaliações e resultados académicos do ensino superior. Para além disso, esperamos envidar um conjunto de reflexões e pistas sobre o modo como o cenário do ensino online implica, inevitavelmente, adaptações e ajustamentos no processo de ensino aprendizagem, mais especificamente, na forma como se avaliam os/as estudantes.

Palavras-chave: Resultados académicos, Avaliação online, Avaliação presencial, Análise comparativa, Ensino superior.

(99) PRECASE - Programa de Reforço de Capacidades do Sistema Educativo da Guiné-Bissau

Pedro Felício | pedro.felicio@ese.ips.pt | Escola Superior de Educação - IPSetúbal / CIEF-IPS - Centro de Investigação em Educação e Formação do IPSetúbal

Miguel Figueiredo | miguel.figueiredo@ese.ips.pt | Escola Superior de Educação - IPSetúbal / CIEF-IPS - Centro de Investigação em Educação e Formação do IPSetúbal

O Programa de Reforço de Capacidades do Sistema Educativo (PRECASE) da Guiné-Bissau visa o aumento dos padrões de qualidade da educação e da aprendizagem nos subsistemas pré-escolar, ensino básico e secundário na Guiné-Bissau. Pretende contribuir para a melhoria do sistema educativo, em particular a partir de processos de formação de profissionais do setor da educação. A implementação decorre numa escola piloto, em Bissau, entre dezembro de 2019 e dezembro de 2023. Neste contexto, será realizada a reformulação dos planos curriculares do curso do Bacharelato em Educação da Infância e do curso do Bacharelato de Formação de Docentes do 1.º e 2.º CEB. Após uma análise detalhada aos programas em vigor, foi apresentada uma proposta de reformulação com alterações significativas, num quadro de inovação e contextualização à realidade do país, tendo por objetivo que os programas das diferentes disciplinas espelhem não só o rigor científico-pedagógico, como também, as orientações expressas pelo MENES | Ministério da Educação e Ensino Superior da Guiné-Bissau. Recorreu-se a uma metodologia participativa com os diversos atores envolvidos, para o que contribuiriam decisivamente um conjunto de reuniões de trabalho. A situação resultante da pandemia COVID-19 impossibilitou a realização de viagens, pelo que as reuniões têm vindo a realizar-se a distância. Foi a solução de recurso, de modo a que o processo não ficasse suspenso, e que permitiu chegar a um acordo geral sobre as alterações a serem implementadas no 1.º ano de cada um dos cursos de bacharelato, já no ano letivo 2020-2021. Posteriormente, foram produzidos materiais de apoio à lecionação dos novos programas das disciplinas dos cursos. Assim, num diálogo com os responsáveis institucionais e, em especial, com os professores das diferentes áreas curriculares, esses materiais foram apresentados e discutidos, por área curricular, num trabalho colaborativo. Refira-se que a instituição coordenadora deste projeto, FEC| Fundação Fé e Cooperação, tem sido fundamental no estabelecimento de condições de funcionamento para que as reuniões tenham ocorrido. No que se refere quer a equipamentos informáticos, ligação a Internet e a competências digitais básicas notamos grandes lacunas ao nível da escola e dos docentes, pelo que o apoio dos profissionais da FEC, no terreno, tem sido essencial. As apreciações dos professores da escola em Bissau, manifestadas nas reuniões a distância, têm sido globalmente positivas quer em relação às propostas curriculares e programas, quer no que diz respeito à adequação dos materiais de apoio à sua implementação. Sente-se, no entanto, uma necessidade de se proceder ao acompanhamento mais próximo destes docentes no terreno, nas suas salas de aula, algo que tem sido difícil de concretizar até ao momento. Numa outra dimensão, está a ser desenhado, nos mesmos moldes de cooperação entre ESE-IPS, FEC e MENES, um curso de complemento de formação em Educação a realizar em modelo misto, com sessões presenciais e a distância. Pretende-se reforçar as competências de 30 professores com grau de Bacharelato das escolas de formação de professores da Guiné-Bissau, nas áreas das ciências da educação, didática assim como a língua portuguesa, numa perspetiva de aperfeiçoamento em termos de proficiência.

Palavras-chave: Formação docente, Ensino superior, Cooperação internacional, Qualificação de docentes, Desenvolvimento curricular.

(103) Abandono no Ensino Superior: Instituto Politécnico de Setúbal

Helena Cristina Roque | helen.roque@esce.ips.pt | Polytechnic Institute of Setubal
Cláudia Ramos | claudia.ramos@estsetubal.ips.pt | Polytechnic Institute of Setubal
Sandra Nunes | sandra.nunes@esce.ips.pt | Polytechnic Institute of Setubal
Rodrigo Lourenço | rodrigo.lourenco@estsetubal.ips.pt | Polytechnic Institute of Setubal
Joana Tomás | joana.tomas@ips.pt | Polytechnic Institute of Setubal

Nos últimos anos, os estudantes que frequentam o ensino superior, são cada vez mais, constituídos por grupos heterogêneos em função da idade, da classe social de origem, dos próprios objetivos e projetos vocacionais (Porto e Soares, 2017). Verifica-se que as instituições de ensino superior, para além dos estudantes considerados tradicionais, têm vindo a receber um novo grupo de estudantes constituído por estudantes que ingressam pelo regime de maiores de 23 anos, através dos CTeSP, estudantes com necessidades educativas especiais, estudantes que provêm de sistemas estrangeiros e também pelos estudantes que ingressam por outros regimes previstos legalmente (Fragoso e Valadas, 2018). A entrada no ensino superior revela-se muito importante para os estudantes dado que é interpretada como uma hipótese de obter um melhor enquadramento profissional e, também, uma maior proteção do desemprego durante a vida adulta (Eurostat, 2018). No entanto, para alguns estudantes o percurso e muito concretamente à adaptação ao ensino superior não é linear podendo envolver alguns constrangimentos levando, em última instância, ao abandono. O abandono no ensino superior é um fenómeno complexo estando envolvidas diversas causas. O objetivo principal deste estudo foi identificar os motivos subjacentes ao abandono (dropout e optout) nos estudantes de licenciaturas do Instituto Politécnico de Setúbal. Participaram no estudo 317 sujeitos selecionados aleatoriamente, garantido a representatividade das diferentes áreas de formação do IPS. Foi utilizado um questionário sobre o abandono, previamente validado através de pré-teste. Verificou-se que 60% estavam em situação de dropout e 40% em situação de optout. Os resultados revelaram que em dropout, a idade de entrada no curso não se apresentou como fator significativo de distinção. Relativamente ao optout, é mais significativo nos escalões etários mais baixos. Verificou-se que a maior parte dos participantes quer em dropout quer em optout são do sexo masculino. O regime de ingresso pelo concurso nacional de acesso foi o mais prevalente, quer no dropout quer no optout. Contudo, no dropout verifica-se uma maior prevalência de abandono oriundo de outros regimes de acesso, ao passo que no optout a grande maioria é oriunda do regime geral de acesso. Os dados revelaram que 31% dos estudantes que se inserem no dropout exerciam uma atividade profissional, ao passo que no optout foi de 16%. Relevante o facto de apesar dos referidos 31% exercerem atividade profissional, apenas 22% usufruíram do estatuto de trabalhador-estudante. Na análise das razões que conduziram os estudantes ao abandono surgem a incompatibilidade com os horários da atividade profissional (19%), o desinteresse face ao curso/preferência por outra área (10%) em situação de dropout. Em optout, o desinteresse face ao curso/preferência por outra área representa a maior parte das respostas (22%) sendo a incompatibilidade com os horários da atividade profissional o segundo fator mais relevante (5%). Quando questionados sobre a altura em que consideram pela primeira vez interromper os estudos, os dados apontam para o primeiro ano de frequência do curso. Os resultados obtidos ajudam na caracterização do abandono, podendo ser úteis para a definição de estratégias de promoção do sucesso e combate ao abandono.

Palavras-chave: Dropout, optout, causas de abandono, Ensino Superior.

(113) Cooperação técnico-militar para a formação superior em Defesa e Segurança: Estratégia para a manutenção da Paz e combate ao terrorismo em Moçambique

Dambusse Libombo | dambusse.libombo@ubi.pt | Universidade Eduardo Mondlane/UBI
Anabela Dinis | adinis@ubi.pt | Universidade da Beira Interior

Após o fim da Guerra da independência, em 1975, da posterior Guerra Civil Moçambicana e de um longo processo de apaziguamento que durou 4 anos, o acordo Geral de Paz assinado em 1992, poderia perspetivar-se como o início de um período de estabilidade política, social e económica. No entanto, desenvolvimentos posteriores mostraram que a paz em Moçambique é um percurso com avanços e recuos. Em 2012, vinte anos após a assinatura deste acordo, a tensão entre o Governo Moçambicano e o maior partido político da oposição moçambicana, a Renamo, conduziram ao reacender da Guerra Civil, ao qual se juntou, desde 2015 e com agravamento recente, a ameaça terrorista ligada a seitas religiosas radicais. Estas situações mostram como a paz não é ainda um dado adquirido e que desenvolver mecanismo que permitam a manutenção da paz e o combate ao terrorismo é uma estratégia essencial para a estabilidade e desenvolvimento do país. Um dos instrumentos possíveis é a Cooperação Técnico-Militar (CTM) com outros países, que pode passar, por missões específicas de envio de tropas especializadas para formação do exercito moçambicano, como por exemplo, a que foi aprovada recentemente (dia 12/07) pela União Europeia (UE) para ajudar na luta contra o terrorismo no norte do país, ou o estabelecimento de outras formas mais permanentes de CTM. Apesar da importância desta formação em Defesa e Segurança (DS) em Moçambique, pouco se sabe sobre como esta formação se processa e articula ao nível do ensino superior. Este estudo tem como objetivo analisar as dinâmicas e os processos da CTM estabelecidos ao nível do ensino superior em Moçambique. Com base num estudo qualitativo baseado em entrevistas e análise documental, centrado nas duas instituições de ensino superior em Defesa e Segurança (DS) - o Academia Militar "Marechal Samora Machel e o Instituto Superior de Estudos de Defesa, pretende-se com o presente estudo compreender quem são os principais parceiros de CTM de Moçambique, quais as atividades e conteúdos e os formatos da formação; quais as principais realizações, barreiras e desafios desta cooperação, bem como os fatores determinantes para uma CTM bem sucedida. Os resultados evidenciam que as dinâmicas de cooperação são distintas de acordo com os países em causa e que assentam em fatores como a confiança, fatores histórico-geográfico, financeiros, políticos entre outros. Conclui-se também que a cooperação contribuiu para a melhoria da qualidade do ensino e da formação, para a melhoria dos sistemas tecnológicos e de informação. Os principais desafios da CTM relacionam-se com questões de soberania nacional e autonomia, conservação da cultura nacional e capacitação das comunidades locais em DS. Do ponto de vista teórico, o estudo contribui, para uma melhor compreensão de como, em países em desenvolvimento e a través da CTM, o sistema de ensino superior pode contribuir para a manutenção da paz e o combate ao terrorismo. Na prática o estudo contribui para sistematizar e apurar as circunstâncias atuais da CTM e fundamentar e/ou conceber formas mais eficazes de cooperação.

Palavras-chave: Cooperação técnico-militar, Defesa e Segurança, Ensino Superior, Moçambique.

(115) Impacto do ensino do empreendedorismo nas Instituições de Ensino Superior em Moçambique – análise dos factores que afectam a sua eficácia

Dambusse Libombo | dambusse.libombo@ubi.pt | Universidade Eduardo Mondlane/ UBI
Anabela Dinis | adinis@ubi.pt | Universidade da Beira Interior

Com a actual globalização e intensa competitividade, o empreendedorismo é visto como fundamental para a criação de riqueza, mais postos de trabalho e sobretudo para o desenvolvimento socioeconómico. Por essa razão, nos países em vias de desenvolvimento, o empreendedorismo tem suscitado um crescente interesse por parte das comunidades académicas e político. As escolas e em particular, as Instituições de Ensino Superior (IES), são vistas como instrumentos para o desenvolvimento da cultura empreendedora e promotoras de um empreendedorismo sistémico inovador. Este é o caso de Moçambique, onde se multiplicaram iniciativas de apoio ao empreendedorismo por parte do Governo e organizações da sociedade civil e onde o Programa Quinquenal do Governo (PQG,2020-2024) centra uma das acções governativas na promoção do empreendedorismo e inovação ao nível das IES, incluindo a incubação de empresas. Apesar destas iniciativas, poucos estudos descrevem e se focam no ensino, promoção e impacto ensino do empreendedorismo por via das IES no contexto dos países em desenvolvimento. O objectivo do estudo é analisar, neste contexto, o impacto do ensino do empreendedorismo nos estudantes das IES, compreender quais os factores que determinam a sua (in)eficácia. Especificamente, procura compreender a influência do género, história familiar, recursos financeiros e redes nos resultados da aprendizagem do ensino do empreendedorismo, em termos de atitudes empreendedoras, percepções e características psicológicas e também como esses factores e essas atitudes/percepções/características afectam as intenções empreendedoras. O estudo empírico, de natureza quantitativa, baseou-se numa amostra de estudantes de 10 estabelecimentos de IES, seleccionadas do universo de 34, com ensino de empreendedorismo. A recolha de dados baseou-se em questionários a estudantes (n=721) do segundo, terceiro e quarto ano, incluindo dois grupos: um que frequentou um curso de empreendedorismo (n=572); o outro grupo de controlo (n=149) que nunca teve formação em empreendedorismo. A análise estatística, inclui teste de diferenças e regressões lineares múltiplas. Os resultados mostraram que i) a atitude pessoal e a percepção de controlo comportamental influenciam as intenções empreendedoras; ii) o ensino do empreendedorismo tem uma influência positiva sobre a percepção de controlo comportamental. Relativamente aos estudantes com ensino de empreendedorismo, conclui-se que iii) existem diferenças significativas em termos de atitudes empreendedoras dos estudantes, percepções e intenções entre as IES. iv) o género, antecedentes familiares empreendedores e redes empreendedoras afectam as atitudes empreendedoras, percepções e intenções dos estudantes.

Palavras-chave: Ensino do empreendedorismo, Instituições de Ensino Superior, Intenção empreendedora, Países em Desenvolvimento, Moçambique.

(118) Entre Mares e Redes uma experiência de aprendizagem colaborativa

Luis Teixeira | lteixeira@porto.ucp.pt | Universidade Católica do Porto
Karina Poli | karinapolilc@gmail.com | Centro de Estudos Latino Americano de Comunicação e Cultura da Universidade de São Paulo
João Roquer | joaoroquer@gmail.com | Centro de Estudos Latino Americano de Comunicação e Cultura da Universidade de São Paulo

Pretendemos com essa comunicação apresentar os resultados do programa Entre Mares e Redes, desenvolvido no primeiro semestre de 2021 pelo Centro de Estudos Latino-Americano de Comunicação e Cultura (Celacc), da Universidade de São Paulo, e pelo Centro de Investigação em Ciência e Tecnologias das Artes (Citar), da Universidade Católica do Porto. A atividade teve 3 meses duração e envolveu aproximadamente 30 estudantes do Mestrado em Gestão de Indústrias Criativas (Citar) e 15 estudantes do curso de Especialização em Gestão de Projetos Culturais (Celacc). Como metodologia principal, optou-se pelo Collaborative Online International Learning (COIL), o que possibilitou criar ambientes de aprendizagem colaborativos e interativos por meio das plataformas online. O objetivo foi o de promover o intercâmbio de ideias, experiências e técnicas de pesquisa em nível de pós-graduação, com alunos residentes em Portugal e Brasil, sobre temas contemporâneos relacionados aos impactos da pandemia COVID-19 no campo de produção cultural. A partir de um plano de ensino flexível e inclusivo, os discentes foram divididos em equipes mistas, a partir das quais puderam elaborar perguntas de investigação, estratégias para coletar dados, com o intuito de descrever, sistematizar, analisar e refletir sobre os processos de consumo, produção e monetização de bens e serviços culturais durante a pandemia. Para tanto, foram realizados quatro encontros de três horas, além de atividades offline. Em cada encontro os alunos conversaram com um produtor cultural convidado, seguindo de duas horas de trabalho em grupo na plataforma Miro. Entre os resultados mais significativos, destaca-se que o uso da metodologia COIL, embora seja uma bastante flexível e de amplo alcance, parece que certas rotinas do modelo tradicional de aprendizagem ainda precisam ser trazidas para o ambiente digital. Um outro aspecto significativo foi a dificuldade para conciliar os horários das duas turmas, seja pelo fuso, seja pelos cronogramas de ensino. Esse fator impossibilitou a integração da atividade na grade curricular dos alunos brasileiros, o que resultou na redução da participação dos alunos. Assim, supõe-se que a formalização das atividades de aprendizagem nos programas dos cursos é fundamental de planejamento para o bom desempenho da metodologia colaborativa em ambiente digital.

Apesar desses pontos mencionados acima, os encontros proporcionaram uma maior compreensão dos contextos socioculturais e o desenvolvimento de uma consciência intercultural. Foi possível promover um aumento do conhecimento dos alunos sobre os processos de produção, distribuição e consumo de produtos e serviços culturais e incentivar o intercâmbio de experiências e ideias entre estudantes de pós-graduação. Ao final do programa foi os alunos produziram materiais coletivos, um levantamento de produções culturais realizadas durante o período de pandemia e um relatório sobre os impactos do projeto entre os estudantes dos dois países.

Palavras-chave: Collaborative Online International Learning, intercâmbio cultural, pós-graduação, indústrias culturais e criativas.

(135) Aplicação da Metodologia Design Thinking no Processo de Ensino Aprendizagem: Um Ex-Post-Facto do Projeto Lapassion

Sarah Feitoza da Silva | sarahfeitoza2@gmail.com | Instituto Federal do Amazonas
Marcos Carneiro da Silva | marcos.carneiro@ifam.edu.br | Instituto Federal do Amazonas

Este projeto de pesquisa tem por objetivo estudar a metodologia Design Thinking (D.T.) como instrumento de apoio ao processo de ensino aprendizagem. O artigo responde ao seguinte questionamento: em que medida a aplicação da metodologia Design Thinking promove uma melhoria contínua no processo de ensino aprendizagem. O projeto se desenvolverá a partir das conclusões verificadas no projeto LAPASSION (Latin-America Practices and Soft Skills for an Innovation Oriented Network). O tema foi escolhido para compartilhar um dos métodos de ensino aplicado no LAPASSION realizado no Instituto Federal do Amazonas no ano de 2020 - o Design Thinking - bem como demonstrar sua relevância de estudo para a melhoria do processo educacional. O processo de ensino aprendizagem diz respeito a um movimento de ideias, subdividido com os principais termos: ensino e aprendizagem, contribuindo para a personalidade do aluno e de forma significativa no resultado (ARAUJO; SANTOS, 2016). Segundo os autores [Viana et al. (2012), Nielsen e Stovang (2015), Brown (2017) e Pinheiro (2017)] o D.T. trata-se do modelo mental usados pelos designers para dar vida a ideias. Podendo ser aplicado e aprendido em qualquer cenário social ou de negócio por qualquer pessoa. A metodologia aplicada procede de um ex-post-facto de carácter exploratório e bibliográfico utilizando uma abordagem quanto-qualitativa. Como técnica de coleta de dados foi aplicado um questionário para alguns participantes do LAPASSION, em que se angariou um total de 28 respostas. Para análise dos resultados, aplicaram-se gráficos, a escala de Likert, o Key Performance Indicator e a análise de conteúdo de Laurence Bardin no qual a metodologia foi até definida como algo libertador, conforme resultado da pesquisa em que a entrevistada afirma que por meio da mesma "dá para escolher como você vai trabalhar a sua problemática". Por fim, é possível concluir que o Design Thinking se adequa de maneira agregadora para a melhoria da qualidade do ensino. Neste sentido, propõe-se que seja incluída nos Projetos Pedagógicos dos Cursos do Instituto Federal do Amazonas, podendo ser aplicado nas demais Instituições de Ensino Superior. Em suma, propõem-se estudos aplicativos da metodologia nas salas de aula para corroborar ou retificar parte dos resultados, uma vez que a pesquisa foi de natureza laboratorial.

Palavras-chave: Design thinking, Ensino aprendizagem, Metodologia.

(136) Da crise dos estados territoriais à crise dos sujeitos

Maria Fernanda Piovesan Vianna | asmariafernanda@gmail.com | Universidade de Cruz Alta
Sirlei de Lourdes Lauxen | slauxen@unicruz.edu.br | Universidade de Cruz Alta
Solange Beatriz Billig Garces | sgarces@unicruz.edu.br | Universidade de Cruz Alta
Vaneza Cauduro Peranzoni | vperanzoni@unicruz.edu.br | Universidade de Cruz Alta

O referido texto surge a partir de reflexões provocadas pela leitura do livro “A nova des-ordem mundial”, realizada junto à disciplina de Desenvolvimento Social e Emancipação do Programa de Pós-Graduação (Doutorado) em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta (Unicruz) - Brasil. Tem por objetivo realizar um breve diálogo entre Haesbaert e Porto-Gonçalves (autores do referido livro) e outros autores atuais, acerca da reestruturação do papel do Estado, das novas conformações de território e de como esses processos repercutem à emergência de novos sujeitos. Cabe destacar a importância de suscitar este debate no meio acadêmico, pois os adventos da globalização, bem como suas consequências, não podem ser ignoradas por nenhuma área do conhecimento. Para isso, realizou-se o levantamento bibliográfico de referenciais sobre a temática, especialmente em repositórios online, durante o período de maio a junho de 2021, buscando responder resumidamente a seguinte questão deixada por Haesbaert e Porto Gonçalves (2006, p. 10): “Que processos e sujeitos instituintes é possível identificar na des-ordem mundial atual, apontando para novas conformações territoriais?” Pretende-se trazer elementos que possam respondê-la provisoriamente, visto a dinamicidade das relações sociais. O processo de desmantelamento do Estado de proteção social é um fenômeno da globalização e a partir desta entrega do Estatal em nome do lucro, emergem novos agentes sociais e seus territórios vão se reconfigurando, surgindo, desaparecendo e resistindo. Se faz necessário compreender inicialmente qual o papel assumido pelo Estado na organização social da des-ordem mundial, desvelando a partir disso novos arranjos e sujeitos. Essa mudança de concepção de Estado travestida em aparente perda de espaço frente à novas instituições, parece estratégia orquestrada pelo capitalismo neoliberal. Os territórios e suas novas conjecturas, emergem especialmente quando se é gestado um novo mapa do mundo, pois enquanto novas fronteiras são criadas, outras se findam, algumas se fragmentam e outras se unem para opor-se aos novos blocos de poder. Acima disso, estes territórios são atravessados por diferentes fluxos, como aqueles ligados à velocidade das informações e às mercadorias, estas redes nem sempre legalizadas, sujeitos nem sempre vistos como adequados à “ordem”, mas que “flertam” com a anuência velada dela. Embora alguns autores apontem que os efeitos gerados pela globalização possam ser irreversíveis, abrem-se espaços para movimentos de resistência; deste esperar, ancorado no potencial transformador da educação como ação política. Assim, configuram-se fatores necessários para se pensar uma outra globalização, a globalização da dignidade, da justiça social e da sustentabilidade.

Palavras-chave: Estado, Território, (Des)Ordem.

(142) O desenvolvimento de competências transversais no ensino superior

Elsa Ferreira | elsa.ferreira@estsetubal.ips.pt | Escola Superior de Tecnologia de Setúbal - Instituto Politécnico de Setúbal

Maria Rosário Rodrigues | rosario.rodrigues@ese.ips.pt | Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Setúbal

Ana Luisa Oliveira Pires | ana.luisa.pires@ese.ips.pt | Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Setúbal

João Torres | joao.torres@ese.ips.pt | Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Setúbal

Mário Barroso Baía | mario.baia@ese.ips.pt | Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Setúbal

No mundo globalizado e com a tecnologia a usar novos modelos de produção e organização, com base na digitalização e na automatização de tarefas, impõem-se desafios às sociedades contemporâneas, a que estas têm de dar resposta. Um dos desafios é capacitar as pessoas para se adaptarem à evolução sucessiva e contínua a que o mundo está exposto. As Instituições de Ensino Superior (IES) têm que, através dos processos de ensino e aprendizagem, qualificar os estudantes, não só nas áreas científicas em que estudam, mas também dotá-los de competências necessárias para as novas relações sociais e de trabalho, em que são exigidas capacidade de: aprender autonomamente, resolução de problemas, criação de inovação e de pensamento crítico, colaboração e cooperação em grupos internacionais, bem como de utilização de meios tecnológicos e digitais. O projeto “The system of support for academic teachers in process of shaping soft skills of their students”, no âmbito do Erasmus+ KA2 da União Europeia, desenvolvido entre dezembro de 2018 e janeiro de 2021, visou apoiar os docentes de ensino superior no desenvolvimento as competências transversais, soft-skills, junto dos seus estudantes. O projeto reuniu professores de ensino superior de quatro países europeus: Alemanha, Eslovénia, Polónia (que coordenou) e Portugal. O projeto teve duas fases: na primeira identificaram-se as grandes áreas de competências necessárias aos estudantes e foi feito um diagnóstico das necessidades de formação aos docentes tendo em vista o desenvolvimento de competências “soft-skills” nos seus estudantes. O diagnóstico foi concretizado através de um inquérito realizado aos docentes das quatro instituições participantes. Cada país ficou responsável por uma área de competências, tendo o inquérito incidido em quatro grandes áreas de competências: 1) O uso da tecnologia digital no processo de ensino aprendizagem, 2) Como ensinar e aprender - através da experimentação, 3) Como ensinar criatividade, inovação, pensamento crítico e para o trabalho em grupo, 4) O estado do empreendedorismo intercultural—questões interculturais nas aulas. A partir das respostas ao questionário, concebeu-se um programa de formação para docentes do ensino superior em cada uma das áreas identificadas. Na segunda parte do projeto, cada IES participante desenvolveu a formação na área da sua responsabilidade, de acordo com um plano comum a todas áreas e com metodologia semelhante. A formação foi testada nos quatro países, através de cursos piloto. Foi recolhida a opinião dos formandos sobre a qualidade e o modelo da formação adotados e obtiveram-se respostas muito positivas, pelo que a formação foi considerada validada e disponibilizada on-line para os docentes do ensino superior. O projeto foi concluído com êxito e foi dada uma importante contribuição para a promoção de “soft-skills” nos estudantes de ensino superior. É ainda de realçar que o projeto foi realizado em forte colaboração entre a equipa internacional, com o uso das tecnologias digitais, com práticas inovadoras e, na parte final, num contexto pandémico, constituindo uma forte experiência para os intervenientes. O projeto tem tido continuidade na instituição portuguesa, uma vez que integra plano de formação da instituição.

Palavras-chave: competências transversais, estudantes, docentes, internacional, projeto.

(155) Apoio psicológico a estudantes durante a pandemia... algumas das respostas nas realidades da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto e da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Sofia Veiga | sofiaveiga@ese.ipp.pt | Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto

Helena Lopes | helenasofialopes@gmail.com | Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

A situação de emergência e de pandemia devido à COVID-19 provocou um cenário de grande volubilidade. A suspensão das atividades letivas presenciais, nos períodos de maior contágio pandémico, e a opção por um modelo de ensino misto (presencial e/ou a distância) trouxe novos e intensos desafios à comunidade estudantil. Estes desafios foram particularmente difíceis de gerir para os/as estudantes internacionais que vieram ou se mantiveram em Portugal. Estes/as viram-se confinados/as, numa terra estranha, a um contexto/ habitação, muitas vezes sem quaisquer referências, nem rede de apoio social, por limitações das interações, da livre circulação e dos espaços a que podiam aceder. A mudança acontecida e as vicissitudes desta nova realidade geraram sentimentos de perda, de angústia motivada por um panorama de incertezas e de limitações, de apreensão quanto ao modo como o seu percurso na realidade académica e no seu dia-a-dia iria acontecer. Por outro lado, muitos/as destes/as estudantes viram-se impedidos/as de regressar ao seu país, alguns/algumas estiveram privados/as de notícias de familiares e amigos/as por períodos mais ou menos longos, que foram vividos com grande apreensão. A necessidade de recriar e adaptar os processos de ensino-aprendizagem e de avaliação às exigências da situação vivida foi vivenciada por muitos/as alunos/as com dificuldades várias, particularmente para aqueles/as que se encontravam pela primeira vez na realidade (Portuguesa) do Ensino Superior. Tudo era novo e, com o ensino feito essencialmente à distância, muitos/as estudantes não conseguiram adquirir os referenciais e os relacionamentos necessários para se adaptarem e se orientarem nos corredores do Ensino Superior. Apesar de ter sido uma oportunidade de se adquirirem novas ferramentas e formas de estar, de aprender, de trabalhar e de se relacionar, a exigência de (uma maior) distância e o congelamento das iniciativas várias promotoras da integração académica, levaram a que muitos/as estudantes se tivessem sentido sós, desamparados/as e desiludidos/as, num ensino que pouco os/as cativava, numa realidade estranha e não raras vezes sentida como ameaçadora. Neste enquadramento, muitos/as estudantes viram-se obrigados/as a reequacionar expectativas, a gerir tensões (internas e externas), a repensar as suas opções (designadamente de continuar ou suspender a sua frequência no Ensino Superior; a manter-se na cidade da Instituição Educativa ou a regressar a casa; a reorganizar e dar sentido ao seu quotidiano; a gerir tempos, tarefas e relações). Como referido no estudo promovido pela task force de Ciências Comportamentais, apesar de ter havido uma preocupação, por parte das Universidades e dos Politécnicos, em reforçar ou criar serviços e medidas de apoio psicológico aos/às estudantes durante este período, apenas uma minoria recorreu pela primeira vez aos serviços de apoio psicológico das Instituições de Ensino Superior. A presente comunicação procura abordar algumas das respostas disponibilizadas aos/às estudantes em tempos de Pandemia pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto e pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, especialmente as dadas pelos seus serviços de apoio psicológico - o Centro de Intervenção Psicopedagógico (ESE.IPP) e o Gabinete de Orientação e Integração (FEUP).

Palavras-chave: Pandemia, ensino superior, serviços de apoio psicológico.

TEMA 3

Acesso, Diversificação e Internacionalização no Ensino Superior

(27) Estudantes brasileiros no ensino superior português: Reflexões sobre o despertar crítico descolonial

Rovênia Amorim Borges | roveniaa@gmail.com | Universidade do Minho

O desejável advento do tempo pós-pandemia parece anunciar a tendência para um modelo híbrido de internacionalização (b-learning) com impulso para a modalidade e-mobility (ou mobilidade virtual). Essa nova ou mais intensificada dinâmica no espaço da educação superior tem suscitado múltiplas questões, entre as quais destacamos a interculturalidade e a diversidade. Pode a e-mobility compor uma via mais democrática (inclusiva e plural) e um sentido mais humanizador da internacionalização? Ou, ao contrário, pode a e-mobility compor uma via que limita os diálogos críticos descoloniais que se constroem ou se enriquecem a partir de (des)encontros nas interações interculturais? Nesta comunicação, os resultados de investigação que serão apresentados dizem respeito à mobilidade de estudantes brasileiros para Portugal no contexto pré-COVID-19, que se processava de modo mais intenso e socialmente mais abrangente na sequência de políticas voltadas para a internacionalização e o acesso ao ensino superior. Neste último caso, há se levar em consideração na análise do fenómeno as chamadas políticas das quotas sociais/raciais implementadas pelo governo brasileiro e que permitiram, nas últimas duas décadas, uma maior presença nas universidades portuguesas de estudantes pertencentes a estratos de menor capital económico e historicamente marginalizados pela condição étnico-racial. Todavia, para muitos desses estudantes e dessas estudantes, a experiência de estudar em Portugal foi marcada por (des)encontros interculturais e constrangimentos que interseccionaram género, raça e nacionalidade, mas potenciaram a formação de um pensar crítico sobre as relações coloniais de poder. Metodologia – Neste sentido, destacamos de uma investigação mais ampla, a nível de doutoramento no domínio das ciências da educação e concluída em março de 2021, a seguinte questão: Como a interseccionalidade (de género, raça, classe/renda, origem nacional) aproxima-se das teorias da modernidade/colonialidade para explicar o despertar crítico descolonial de brasileiros na experiência da mobilidade estudantil em Portugal? Para respondê-la, partimos de uma amostra com 394 estudantes brasileiros que, entre janeiro de 2012 e maio de 2020, frequentaram instituições portuguesas de ensino superior. A análise estatística teve o suporte do software IBM SPSS Statistics 25. Resultados – A interseccionalidade nos permitiu visibilizar que a mobilidade para Portugal é mais do que um privilégio de classe, é um privilégio de raça. Os estudantes negros tiveram uma menor participação na mobilidade, especialmente em modalidades de acesso que não contavam com subsídios financeiros. De outra parte, vimos que estudantes da raça negra (sobretudo as mulheres) relataram, com mais frequência do que os brancos, experiências de discriminação pela condição de género, raça ou nacionalidade em Portugal. De um modo geral, a experiência da mobilidade permitiu a esse grupo de estudantes um “despertar” ampliado sobre o racismo e outras expressões de colonialidade (epistémica e capitalista) que operam no espaço do ensino superior português. Portanto, com alguma medida, este estudo, concluído às vésperas da suspensão das aulas presenciais no ensino superior em Portugal em função do avanço e agravamento da pandemia, nos induz a pensar sobre os limites do fenómeno e-mobility Brasil-Portugal: Um despertar crítico descolonial será possível?

Palavras-chave: Internacionalização, Mobilidade estudantil, Brasil-Portugal, Despertar descolonial, Interseccionalidade.

(42) A contribuição de programas de mobilidade estudantil internacional para a desigualdade social no Brasil

Cintia Denise Granja | granja@merit.unu.edu | UNU-MERIT, Maastricht University
Ana Maria Carneiro | anamacs@unicamp.br | Núcleo de Estudos de Políticas Públicas,
Universidade de Campinas

Programas de mobilidade estudantil internacional contribuem para aumentar a desigualdade social? Neste trabalho, verificamos se os programas de mobilidade internacional no Brasil estão sendo direcionados aos grupos mais privilegiados, e fornecemos recomendações para o desenho de futuros programas. Pesquisas apontam que existe uma alta desigualdade no acesso a programas de mobilidade estudantil, causada por vários fatores. Por exemplo, pode estar relacionada aos altos custos de se estudar fora; à formação acadêmica e pessoal dos alunos; às diferentes percepções sobre os benefícios da mobilidade; e às discrepâncias no acesso às instituições de ensino e cursos. Nosso trabalho contribui com a literatura sobre desigualdade social ao identificar os perfis dominantes de estudantes de intercâmbio, considerando a interseção entre cor de pele/raça, gênero e renda familiar. Aplicamos uma metodologia denominada Análise Interseccional de Perfil, utilizando uma amostra de mais de 2 milhões de estudantes brasileiros de ensino superior entre 2013 e 2019. A pesquisa focou no Brasil, um dos países mais desiguais do mundo, que implementou recentemente um ambicioso programa de intercâmbio, enviando mais de 90 mil brasileiros para estudar no exterior em um curto período. Apesar disso pouco ainda se sabe sobre mobilidade internacional em países Latino-Americanos. A relevância do tema na formulação de políticas é clara: caso haja um acesso desigual aos programas de mobilidade, em favor de grupos já privilegiados, os formuladores de políticas devem agir para garantir uma distribuição mais igualitária de oportunidades. Isso porque, dada a crescente evidência de efeitos positivos de estudar no exterior na vida pessoal e profissional dos alunos, a desigualdade social no acesso a esses programas pode ser um mecanismo transferindo a desigualdade do sistema educacional para o mercado de trabalho. Nossos resultados mostraram uma grande discrepância na composição dos alunos de mobilidade no Brasil em comparação com todos os alunos de ensino superior no mesmo período. Enquanto o segundo grupo era composto em sua maioria por mulheres (brancas e pretas/pardas/indígenas) de menor renda, os alunos de mobilidade eram predominantemente homens e mulheres brancos com maior renda familiar. Nosso trabalho discutiu várias explicações para essas discrepâncias, tais como deficiência de recursos financeiros, informações insuficientes sobre as oportunidades e benefícios de estudar no exterior, tipo de escola de ensino secundário e concentração de oportunidades de intercâmbio em poucas instituições de elite brasileiras. Esses resultados levantam aspectos relevantes para o desenho de programas de mobilidade. Mesmo que estes não visem necessariamente resolver a desigualdade social no país, eles ainda podem ajudar a expandir as discrepâncias entre diferentes grupos. Tendo isso em mente, propusemos três sugestões para a concepção de programas de mobilidade: 1) selecionar os alunos considerando outros fatores que não apenas o desempenho acadêmico prévio dos alunos; 2) disseminar informações sobre os benefícios de estudar no exterior para alunos com perfis menos representados; e 3) assegurar uma representação igual de diferentes tipos de instituições educacionais na distribuição das oportunidades.

Palavras-chave: intercâmbio estudantil, desigualdade social, políticas públicas, internacionalização do ensino superior, mobilidade internacional, análise interseccional de perfil.

(51) Remição pelo estudo: a garantia do direito humano à educação da pessoa encarcerada

Patricia Pacheco Rodrigues | doutoradoppr@outlook.com | Universidade Nove de Julho
Samantha Ribeiro Meyer Pflug Marques | samanthameyer@uol.com.br | Universidade Nove de Julho

Busca-se ressaltar a importância da efetivação do direito humano à educação da pessoa encarcerada, como instrumento ressocializador por excelência, estimulada e apoiada pela jurisprudência dos Tribunais Superiores Brasileiros. Objetiva-se demonstrar que a Justiça brasileira vem por meio de suas decisões implementando esse direito nacionalmente, desde 2008 principalmente, após o julgamento da ADPF n°347 em 2015, pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no qual ele considerou a situação prisional no Brasil um “estado de coisas inconstitucional”, com “violação massiva de direitos fundamentais” da população prisional, por omissão do poder público. Ficou consignado o desrespeito ao Pacto dos Direitos Cívicos e Políticos e da Convenção Americana, uma vez que o país se mantém com a terceira maior população carcerária do mundo. Em 2017, pelo STF fixou-se o entendimento de responsabilidade civil do Estado na violação dos direitos fundamentais de detentos. Para tanto foi utilizado o método dedutivo e pesquisa documental, para se concluir que 75% da população prisional não chegou ao ensino médio e, menos de 1% possui graduação, assim como apenas 12% está envolvida em algum tipo de atividade educacional. Assim, também merecem destaque as ações do Departamento Penitenciário Nacional junto ao Ministério da Educação nas políticas de promoção e acesso à educação no âmbito do sistema prisional. Em 2019, promoveram a participação de pessoas presas no Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos e no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), na seleção do Sistema de Seleção Unificada para o qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos com melhor classificação no Enem, entre outras ações para remição da pena, além de projetos e serviços de atenção à pessoa egressa do sistema prisional. A remição de pena pela leitura é prática que “ocupa o tempo de ócio do custodiado de forma útil, reflexiva, educativa e mais eficaz” e deve ser desenvolvida por meio de um projeto pedagógico, executado preferencialmente em cooperação com as Secretarias Estaduais de Educação ou de convênio com instituições parceiras, quais sejam, Universidades, Institutos Federais e organismos da sociedade civil organizada. O Superior Tribunal de Justiça uniformizou o entendimento na remição por estudo em aprovação nos exames nacionais do ensino fundamental e do ensino médio e, em 2020, permitiu a saída temporária de reeducando para frequentar curso de nível superior. Em 2021, o STF possibilitou a cumulação de remição da pena por estudo e trabalho realizados de forma concomitante, estabelecendo o entendimento de independência entre os limites máximos diários, para a jornada de trabalho de oito horas e, de frequência escolar de quatro horas. Assim, destaca-se também a parceria do Poder Judiciário com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o cumprimento da Agenda 2030 da ONU, dos ODS 3 e 16, assim como a Declaração Universal dos Direitos Humanos que estipula que toda pessoa tem direito à educação e as Regras de Nelson Mandela para a efetivação do direito à educação da pessoa encarcerada.

Palavras-chave: Remição, Jurisprudência, Educação, Ressocialização, Encarcerado.

(60) Avaliar para aprender com a Cartas com Ciência: um exemplo de parceria institucional em prol da transformação social em comunidades de língua portuguesa

Betina Lopes | blopes@ua.pt | Centro de Investigação em Didática e Tecnologia Educativa na Formação de Formadores, UA

Mariana Alves | mariana.alves@cartascomciencia.org | Cartas com Ciência

Helena Caçador | helena.cacador@ua.pt | Departamento de Educação e Psicologia, Universidade de Aveiro

Susana Ambrósio | sambrosio@ua.pt | Centro de Investigação em Didática e Tecnologia Educativa na Formação de Formadores, UA

Rafael Galupa | rafael.galupa@cartascomciencia.org | Cartas com Ciência

Ana Raquel Simões | anaraquel@ua.pt | DEP & CIDTFF, Universidade de Aveiro

Neste trabalho pretende apresentar-se os programas educacionais da Cartas com Ciência. O presente trabalho envolve a colaboração entre a Cartas com Ciência e voluntários de diversas instituições de ensino superior nos países de língua portuguesa, tais como da Universidade de Aveiro, nomeadamente do Centro de Investigação em Didática e Tecnologia Educativa na Formação de Formadores (CIDTFF). A Cartas com Ciência quer inspirar estudantes de comunidades de baixos rendimentos nos países de língua portuguesa a considerar o ensino superior e carreiras em ciência. Estudos mostram que alunos de comunidades de baixos rendimentos têm menos probabilidade de ingressar no ensino superior e de escolher carreiras científicas, em parte devido a terem menos acesso a iniciativas científicas e a profissionais de ciência (Watts & Salehjee, 2020; Archer, et al., 2015). Através de programas de trocas de cartas entre estudantes nos países de língua oficial portuguesa e cientistas falantes de língua portuguesa espalhados pelo mundo, pretende-se ajudar os estudantes a construir uma identidade científica e um sentimento de pertença em Ciência. Cada programa é desenvolvido juntamente com professores ou mentores, e inclui uma turma inteira, em escolas ou associações locais. Desde o lançamento da Cartas com Ciência (maio 2020), cerca de uma centena de estudantes já participou em trocas de cartas em Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Quase 90% dos estudantes conheceram um ou uma cientista pela primeira vez através dos programas da Cartas com Ciência. Para medir o impacto das suas atividades assim como possibilitar um maior apoio a todos os atores envolvidos, a Cartas com Ciência tem vindo a estabelecer parcerias com diferentes instituições de investigação, nomeadamente com o CIDTFF. Esta parceria, envolvendo mais de 20 investigadores do CIDTFF, traduz-se, por um lado, ao nível da definição de uma metodologia de avaliação assente na referencialização (Hadji, 1994; Figari, 1996), por outro lado ao nível da construção de uma estratégia de apoio aos docentes envolvidos na iniciativa, e ainda na articulação entre investigação e formação, envolvendo um projeto de doutoramento. Nesta comunicação serão apresentados alguns resultados preliminares à luz do Referencial de avaliação que integra um total de quatro dimensões: (i) Relação Ciência e Sociedade, (ii) Educação (em Ciências) equitativa e de Qualidade; (iii) Língua Portuguesa (como) língua de conhecimento, de cooperação e de solidariedade e (iv) Reforço de parcerias no âmbito da cooperação para o desenvolvimento. A recolha de dados no âmbito desta avaliação implica a análise de conteúdo das cartas trocadas entre estudante-cientista, inquéritos por questionário e entrevistas aos alunos e professores.

Palavras-chave: Capital Linguístico, Capital científico Colaboração intersectorial (ONG e Instituições de ensino superior), Países de língua oficial portuguesa, Colaboração pluricontinental, Articulação ciência-sociedade, Comunicação de ciência.

(90) Internacionalização no Ensino Superior: a experiência do Semestre Internacional da ESE-IPS

Ana Luisa Oliveira Pires | ana.luisa.pires@ese.ips.pt | Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Setúbal

Maria do Rosário Rodrigues | rosario.rodrigues@ese.ips.pt | Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Setúbal

Desde a implementação do Processo de Bolonha que a internacionalização do Ensino Superior tem vindo a manifestar um crescimento significativo a nível europeu. Nas últimas duas décadas e meia, a internacionalização evoluiu de um factor marginal para uma componente global e estratégica do ES (Knight & De Witt, 2018). Nos anos mais recentes (pré-pandemia), a internacionalização foi marcada por um período de expansão, a par do crescimento de mobilidade académica com o apoio de programas europeus, do alargamento de acesso ao ES a novos públicos e da diversificação da oferta formativa, de forma a responder às exigências de uma sociedade globalizada. A internacionalização da educação, enquanto fenómeno, articula-se com aspectos de natureza política, económica, cultural e social, para além das dimensões de natureza académica e pedagógica. Apesar de ser uma área de investigação relativamente nova, a literatura existente identifica um conjunto de dimensões e de significados da internacionalização do ES (Terra & Lengler, 2016), evidenciando que esta se tem tornado cada vez mais multidimensional e multifacetada. Apesar de pouco explorada na literatura, particularmente a nível nacional, torna-se fundamental conhecer os benefícios e contributos da internacionalização para estudantes, professores e instituições educativas, bem como as tensões e desafios daí decorrentes. É com a finalidade de compreender a especificidade das dinâmicas de internacionalização que apresentamos esta comunicação, na qual analisaremos e faremos o balanço crítico de uma estratégia de internacionalização desenvolvida pela Escola Superior de Educação (ESE) do Instituto Politécnico de Setúbal (IPS): o Semestre Internacional da ESE. Esta é uma oferta formativa construída intencionalmente para estudantes internacionais, no âmbito do 1.º ciclo, é oferecida no 2.º semestre do ano lectivo, e pretende ser transversal a várias áreas e cursos. O Semestre Internacional da ESE teve início no ano de 2016/17, contando assim com 5 anos de implementação. Com a finalidade de avaliar essa formação, bem como identificar as perspectivas dos estudantes relativas às dimensões mais positivas e aos aspectos a melhorar, realiza-se, no final de cada ano lectivo, um inquérito por questionário aos estudantes. A análise do inquérito tem evidenciado que a formação é entendida de forma muito positiva pelos estudantes — tanto do ponto de vista dos conteúdos e dos processos pedagógicos desenvolvidos, como da relação estabelecida com colegas e docentes. Nos últimos dois anos, recolhemos também a apreciação dos estudantes sobre a adequação da formação ao contexto de pandemia. No global, a experiência do Semestre Internacional tem sido identificada pelos estudantes como muito relevante, particularmente para aprender, conhecer e experienciar diferentes culturas. É principalmente a partir da análise das respostas aos inquéritos dos estudantes e da reflexão dos docentes envolvidos que discutiremos os contributos e os desafios decorrentes desta prática de internacionalização, procurando identificar criticamente futuras linhas de intervenção.

Palavras-chave: internacionalização, estudantes internacionais, oferta formativa

(91) Internacionalização da Educação Superior: uma análise de estratégias de universidades brasileiras

Jocelia Marcelino | joceliamarcelino@gmail.com | Pontifícia Universidade Católica do RGS
Vanessa Woicolesco | vanessawoicolesco@gamil.com | Universidade Federal da Integração Latino-Americana

David Hatsek | david.hatsek@edu.pucrs.br | Pontifícia Universidade Católica do RGS
Marília Morosini | marilia.morosini@pucrs.br | Pontifícia Universidade Católica do RGS

O imperativo da Internacionalização vem se alterando ao longo do tempo. Há uma mudança no ethos da Internacionalização, e as Instituições de Educação Superior tem buscado desenvolver propostas que busquem abarcar toda a comunidade universitária. Esta perspectiva alinha a Internacionalização da Educação Superior aos movimentos contemporâneos que pretendem alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (UNESCO), por meio de uma educação inclusiva, equitativa, de qualidade e ao longo da vida para todos. No contexto brasileiro, o Programa Institucional de Internacionalização da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES PrInt promove avanços na direção de tornar a Internacionalização da Educação Superior mais robusta, acompanhando as tendências internacionais. Entre seus objetivos estão o fomento da implementação e a consolidação dos planos estratégicos das instituições contempladas, o estímulo a formação de redes de conhecimento, a promoção da mobilidade docente e discente com ênfase no nível de pós-graduação. Com o objetivo de analisar o atual desenvolvimento da internacionalização da Educação Superior no Brasil, este trabalho investigou as estratégias de internacionalização adotadas pelas universidades da região sul do país, que congrega os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. que participam desse programa. O corpus de pesquisa foi constituído pelas estratégias direcionadas para a internacionalização do ensino, pesquisa e extensão, contidas no plano institucional ou estratégico de internacionalização, de oito universidades, classificadas no CAPES PrInt. A análise foi realizada por meio da Análise Textual Discursiva com o auxílio do software Iramuteq. O software identificou cinco classes textuais com base no corpus, que deram origem a três categorias definitivas: 1) Parcerias Internacionais; 2) Pesquisa; e 3) Ações estratégicas. Nas análises realizadas, observou-se que o processo de elaboração de documentos estratégicos voltados a internacionalização é marcado por muitos desafios, e que não há o consenso sobre o paradigma da internacionalização que deve embasar esse processo, mesmo estes documentos estando inseridos no bojo de um programa nacional de Internacionalização da Educação Superior. Compreende-se que o amadurecimento e ampliação dos processos de Internacionalização no país, incluindo a articulação de políticas públicas, poderão contribuir para a definição desses paradigmas. Os dados da pesquisa demonstraram que os objetivos do programa, que tem como foco a pós-graduação e a pesquisa, estão fortemente evidenciados nessas instituições. Foi possível perceber que a internacionalização da Educação Superior no Brasil está se desenvolvendo a partir de premissas alinhadas aos valores e missão de cada universidade, que reafirmam o compromisso com os desafios contemporâneos da Educação Superior através de ações de Internacionalização articuladas e planejadas para toda a instituição. Para que o esperado protagonismo da internacionalização no atendimento do Desenvolvimento Sustentável seja exitoso e promova uma transformação institucional, as ações estratégicas deverão ser monitoradas e avaliadas ao longo do tempo.

Palavras-chave: Internacionalização, Programa CAPES PrInt, Educação Superior, Iramuteq.

(101) A realidade dos Estudantes Internacionais na ESGIN/IPCB: do acesso ao ensino superior ao (in)sucesso escolar

Sara Brito Filipe | sarafilipe@ipcb.pt | Instituto Politécnico de Castelo Branco
Ana Rita Garcia | anarita@ipcb.pt | Instituto Politécnico de Castelo Branco; Age. Comm
Sara Morgado Nunes | sara@ipcb.pt | Instituto Politécnico de Castelo Branco
Marco Domingues | mdomingues@ipcb.pt | Instituto Politécnico de Castelo Branco; Age. Comm

Nos últimos anos tem sido promovida uma política de atração de Estudantes Internacionais, por parte das Instituições de Ensino Superior (IES), incentivada por recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), encarando-se a internacionalização como uma característica importante em Portugal, dada a dimensão do país, a capacidade formativa instalada e a sua tradição de abertura internacional. Verifica-se, porém, que uma parte significativa destes estudantes, acaba em situação de abandono, tornando-se por isso fundamental compreender os motivos que levam os estudantes a abandonar as suas formações. Considerando o Decreto-Lei n.º 62/2018 de 6 de agosto que altera o estatuto do estudante internacional, publicado pelo Decreto-Lei n.º 36/2014, de 10 de março e alterado pelo Decreto-Lei n.º 113/2014, de 16 de julho e as recomendações associadas, procurou-se identificar, analisar e emitir recomendações que contribuam para o combate ao abandono no ensino superior, através da experiência da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova (ESGIN), do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB). O IPCB assumiu no seu Plano de Atividades, como objetivo institucional na dimensão internacionalização, promover a captação de Estudantes Internacionais. Nesse âmbito, a ESGIN, uma das suas seis Unidades Orgânicas, tem acolhido vários Estudantes Internacionais, oriundos, em particular, de países de língua oficial portuguesa. No âmbito das suas atividades, a ESGIN tem procurado identificar e analisar as causas do abandono académico. Para o efeito elaborou, nos dois últimos anos letivos (2019/2020 e 2020/2021), um estudo com base em informação recolhida junto dos Serviços Académicos, relativa aos alunos de CTeSP, Licenciatura e Mestrado que não renovaram a sua matrícula, contactando-os posteriormente, por via telefónica ou por email, de forma a perceber quais os motivos subjacentes à não renovação da matrícula e se existe, ou não, intenção de retomar os estudos. Os resultados obtidos evidenciam que o abandono ocorre maioritariamente em alunos do 1.º ano, após o seu ingresso, tratando-se, na maioria dos casos, de Estudantes Internacionais. Esta acentuada incidência de abandono junto dos Estudantes Internacionais, motivou a realização de um outro estudo, que envolveu os Estudantes Internacionais a frequentar a ESGIN durante o ano letivo 2020/2021 por forma a caracterizar a sua situação e condição de vida, conhecer as suas expectativas, motivações, dificuldades e principais problemas enfrentados. Para isso, procedeu-se à construção de um questionário e inquiriram-se todos os Estudantes Internacionais matriculados na ESGIN. Os resultados indicam que, na maioria dos casos, são estudantes que não costumam faltar às aulas e, até ao momento, nunca pensaram em desistir do curso. Não obstante, ponderam desistir do curso que frequentam por se encontrarem com sérias dificuldades económicas. Os dados revelam, ainda, que a maior parte destes estudantes considera que o Ensino Secundário no seu país os preparou pouco ou o suficiente para as matérias que estudam atualmente. A maioria afirma estar à procura de trabalho e identifica como principais dificuldades os problemas económicos e de acesso tecnológico. Com base nos dados do inquérito realizado, apresenta-se um conjunto de recomendações de combate ao abandono no ensino superior, em particular junto dos Estudantes Internacionais.

Palavras-chave: Estudantes Internacionais, Ensino Superior, Abandono.

(110) A equidade na Universidade de Brasília: uma análise do perfil dos estudantes de cursos presenciais e a distância

Ana Maria de Moreira | ana_moreira@hotmail.com | Faculdade de Educação - Universidade de Brasília

Ana Maria Vasconcelos | nogales@unb.br | Departamento de Estatística Universidade de Brasília

Danielle Xabregas Nogueira | daniellen@unb.br | Faculdade de Educação - Universidade de Brasília

Maria Teresa Costa | mtleao@unb.br | Departamento de Estatística - Universidade de Brasília

A educação como direito social traz consigo o desafio histórico da equidade, sobretudo na educação superior no Brasil, onde o crescimento das matrículas não eliminou desigualdades de acesso, permanência e conclusão dos cursos. Por isso, políticas para a equidade necessitam ser analisadas por diferentes dimensões e fatores que influem na sua qualidade no ambiente universitário. Nesse sentido, torna-se relevante para a instituição identificar situações de vulnerabilidade e nelas perceber as oportunidades à promoção de mecanismos proativos de proteção, conservação ou restauração das condições de equidade. Sob essa ótica, apresentamos uma análise comparativa sobre o perfil demográfico e socioeconômico dos estudantes de cursos nas modalidades presencial e à distância da Universidade de Brasília. Essa análise integra as atividades do Observatório Institucional de Equidade (OIE), vinculado ao Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de Brasília (NESUB) e associado ao Observatório Regional para la Calidad de la Equidad em la Educación Superior (ORACLE). E foi realizada por meio de um survey aplicado a estudantes de cursos de graduação presenciais nos quatro campi da universidade, em 2019, e a estudantes ingressantes em cursos de licenciatura e uma especialização lato sensu à distância em 2020. Nos resultados, observamos a mudança do perfil sociodemográfico dos estudantes com as políticas de democratização do acesso à Universidade. Estudantes do sexo feminino estão em mais de 50% nos cursos presenciais e a distância; negros (pretos e pardos) também perfazem a maioria nos cursos presenciais e a distância. Em relação aos estudantes das graduações presenciais, os estudantes de cursos à distância são mais velhos, trabalham e residem com cônjuges, com ou sem filhos. Nos antecedentes escolares, mais de 70% dos estudantes dos cursos à distância estudaram o ensino fundamental e o ensino médio em escolas públicas. Na graduação presencial, 50% estudaram em escolas públicas – toda a etapa da educação básica e em parte dos ensinos fundamental e médio. Apesar de aparecerem em percentuais mais baixos, a opção atual de graduação é o segundo curso para um grupo de respondentes. Para os cursos de formação de docentes a distância esse percentual chega a 18,6%. Em conclusão, em atendimento à maior diversidade que hoje caracteriza o corpo discente em cursos presenciais e à distância, constatamos a necessidade de a Universidade implementar políticas institucionais para a equidade, entendendo que esta compreende o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico.

Palavras-chave: Equidade, Perfil dos estudantes, Cursos presenciais e à distância.

(112) Desafios da Cooperação/Internacionalização na Educação Superior: Um olhar sobre o Brasil

Maria Luiza Rangel | maria.rangel@ueg.br | UnB

O presente estudo tem como objetivo analisar de forma crítica o processo de internacionalização e cooperação da educação superior no Brasil, destacando os principais programas e ações, sua evolução e desafios. Procura, ainda, compreender as tensões entre o público e o privado face a esse movimento. A reflexão proposta considera que a internacionalização da educação superior foi intensificada por uma agenda global, mas também é fruto da atuação do estado na perspectiva do desenvolvimento nacional e regional. Reconhecendo sua importância para aprimorar a qualidade do ensino, da pesquisa e na atualidade dos processos de inovação. Segundo Morosine e Nascimento (2017, p. 2) “a internacionalização da educação superior vem se constituindo em um dos principais motes da universidade na contemporaneidade”. Com efeito, ela reverbera na qualidade, pesquisas, inovação e dessa forma, interfere inclusive na economia dos países que cooperam entre si. Afinal, a modernização do aparelho científico-tecnológico que impacta no desenvolvimento econômico nacional e regional pode ser impulsionado pelo conhecimento compartilhado entre as universidades. Como podemos observar a transferência de conhecimento além das fronteiras, especialmente para os países em desenvolvimento, pode ajudar a encontrar soluções comuns para promover a “circulação de cérebros” e atenuar o impacto negativo da “fuga de cérebros”. Nesse sentido, a importância crescente do tema pode ser observada em movimentos distintos: (i) na publicação de artigos e livros que abordam a temática; (ii) nos documentos, conferências e diretrizes dos organismos multilaterais; (iii) nos discursos, ações e programas implementados pelo Governo Federal; (iv) nos planos estratégicos de cooperação acadêmica e científica entre as universidades; e (v) na internacionalização como indicador de qualidade das universidades nos programas de avaliação nacional e internacionais. Estes movimentos que demonstram a importância do tema, também revelam a tensão implícita, contraditoriamente, entre um modelo cooperativo e um modelo competitivo (DE WITT, 2011) ou transnacional “mercado de serviços universitários” (SANTOS, 2004, p.26). Para tanto, a questão que norteia a reflexão proposta é: considerando as tensões entre um modelo cooperativo e um modelo competitivo, os programas e as ações promovidas pelos governos Lula e Dilma (2003-2015), que tendências mais gerais são evidenciadas no processo de internacionalização da educação superior e quais são os desafios do presente? Para alcançar os objetivos e questionamento apresentados contamos com as contribuições de (KNIGHT, 2005) que conceitua e discute o papel central desempenhado pela internacionalização no mundo atual do ensino superior. Os diferentes estudos de (MOROSINI, 2006, 2017, 2018) entre outros autores que abordam a internacionalização da educação superior no contexto da globalização (SANTOS, 2001; DALE, 2004; ALTBACH, 2007; SANTOS e ALMEIDA FILHO, 2012; DE WITT, 2017).

Palavras-chave: Cooperação, Internacionalização, Globalização.

(121) A importância da dinamização dos estágios curriculares nas IES como factor de atração dos alunos do ensino profissional para o ingresso no ensino superior

Manuel Silva | mdasilva@iscap.ipp.pt | CEOS.PP | ISCAP | P. PORTO
Susana Pinto | susanap@iscap.ipp.pt | CEOS.PP | ISCAP | P. PORTO
Ricardo Soares | rasoares@iscap.ipp.pt | CEOS.PP | ISCAP | P. PORTO

As Instituições de Ensino Superior (IES) têm um papel importante no desenvolvimento local e nacional, visando a criação e agregação de valor para a comunidade envolvente. As IES assumem, diariamente, um compromisso com as organizações inseridas no seu meio envolvente, que passa por contribuir para uma sociedade melhor, mais qualificada e preparada para os diferentes desafios impostos, ao nível organizacional e social. Um dos objetivos das IES consiste na definição de uma estratégia dirigida ao combate ao abandono escolar e atração de novos estudantes, nomeadamente após o término do 3º ciclo, tendo em vista o aumento do número de alunos que ingressam no ensino superior. De acordo com o relatório da OCDE, o número de alunos que terminam o 12º ano de escolaridade e ingressam no ensino superior está ainda aquém da média internacional. Este organismo internacional alertou, ainda, para o perigo do aumento do abandono escolar venha a crescer como consequência da pandemia COVID-19, sobretudo no ensino superior. Neste âmbito, o ISCAP, como instituição de ensino superior pública, tem vindo a desenvolver ou a reforçar parcerias institucionais com escolas do ensino secundário e profissional, que são reforçadas pelo estabelecimento de relações com os gabinetes de orientação vocacional, contacto direto com professores e alunos, ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento de várias atividades conjuntas – eventos, participação em atividades e projetos extracurriculares, visitas, etc. Por outro lado, anualmente, recebe um conjunto substancial de alunos que estão a desenvolver o seu estágio curricular de modo a proporcionar-lhes uma experiência profissional na área da comunicação, marketing e empregabilidade, bem como a apoiar o desenvolvimento de Projetos de Aptidão Profissional (PAP) relacionados com as diferentes áreas de atuação. Neste estudo pretende-se, assim, analisar a importância daquelas parcerias e da realização de estágios curriculares para alunos que frequentam o ensino profissional nos diferentes gabinetes de uma IES e qual o seu contributo efetivo para o processo de atração e incentivo ao prosseguimento de estudos. A análise de resultados deste trabalho será feita com base na caracterização e apresentação de casos de estudo de estudantes que - após a realização de um estágio curricular no ISCAP e vivendo em pleno o ambiente de uma IES, a cultura e interagindo com estudantes e docentes -, decidem prosseguir os seus estudos e procuram ingressar no Ensino Superior junto da entidade que os acolheu no estágio e recorrendo à oferta formativa de TeSP e Licenciaturas.

Palavras-chave: ensino superior, estágios, comunicação, atratividade, ingresso, estratégia.

(127) Empreendedorismo e Educação Internacional: o Caso do Projeto Business Week Setúbal

Teresa Costa | teresa.costa@esce.ips.pt | Escola Superior de Ciências Empresariais - Instituto Politécnico de Setúbal

Pedro Mares | pedro.mares@esce.ips.pt | Escola Superior de Ciências Empresariais - Instituto Politécnico de Setúbal

Maria Lima | maria.lima@esce.ips.pt | Escola Superior de Ciências Empresariais - Instituto Politécnico de Setúbal

A sociedade do conhecimento valoriza o papel da inovação e do empreendedorismo, contribuindo, assim, para uma sociedade mais empreendedora, que cria um maior crescimento económico, mais emprego e mais competitividade. Deste modo, a educação para o empreendedorismo torna-se cada vez mais importante, e a aquisição de atitudes e competências empreendedoras pelos alunos torna-se um fator diferenciador cada vez mais valorizado pelo mercado de trabalho. Por outro lado, a educação internacional também desempenha um papel muito importante, porque permite aos alunos superar as barreiras culturais e linguísticas e promover o conhecimento e compreensão de outras culturas, línguas, comportamentos e realidades, preparando os alunos para serem líderes e empreendedores globais eficazes. O presente artigo encontra-se organizado em duas partes, a primeira parte apresenta uma breve reflexão sobre o empreendedorismo e a importância da educação para o empreendedorismo e da educação internacional para o desenvolvimento das intenções empreendedoras. A segunda parte apresenta um programa internacional de empreendedorismo: a Business Week Setúbal. O projeto Business Week Setúbal oferece um programa internacional intensivo em Empreendedorismo (PIIE), cujo objetivo é permitir que alunos e instituições desenvolvam aptidões, atitudes e competências para aumentar as oportunidades para ambos. A Business Week Setúbal foi organizada por professores e alunos e na sua 13^a edição (2018) contou com a participação de 55 alunos e 9 professores, provenientes de 8 países (Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Países Baixos, Portugal e República Checa). Neste programa os alunos foram organizados em grupos internacionais para que pudessem ter uma experiência de trabalho multicultural, permitindo-lhes desenvolver competências necessárias à vida e ao trabalho, nomeadamente em: i) melhorar as habilidades sociais (comunicação, trabalho em equipe, criatividade, pensamento crítico); ii) aumentar a autoconfiança, iniciativa e flexibilidade em ambiente multicultural; e iii) expandir e aplicar os conhecimentos de gestão. A análise da Business Week – PIIE permitiu confirmar a importância deste programa para o desenvolvimento das habilidades, comportamentos e atitudes dos alunos. As motivações e expectativas dos alunos durante a participação na Business Week - PIIE foram satisfeitas, uma vez que tiveram a oportunidade de melhorar as suas competências através deste programa, conhecer outras pessoas e trabalhar num ambiente multicultural. A análise dos resultados revelou ainda a eficácia da metodologia “learning by doing”, que permitiu aumentar os conhecimentos e uma competitividade justa entre os alunos, comprovada também pela forma como os grupos trabalharam em conjunto, revelando uma importante coesão.

Palavras-chave: Ensino superior, Empreendedorismo, Intenção empreendedora, Educação internacional, Programa internacional.

(133) Acolher e Integrar na Universidade de Aveiro: “Programa Buddy Para Estudantes Internacionais da UA”

Miguel Oliveira | miguel.oliveira@ua.pt | Universidade de Aveiro

Sandra Soares | sandra.soares@ua.pt | Universidade de Aveiro

A internacionalização desempenha um papel central no plano estratégico de muitas instituições de ensino superior. A Universidade de Aveiro (UA) assume-a como um dos eixos principais do seu processo de desenvolvimento e afirmação da sua Missão, sendo a mobilidade académica uma das suas facetas mais visível. Uma instituição que aposte na sua dimensão internacional, que estimule e valorize a diversidade e se distinga pelo seu contexto multicultural, vivencia um ambiente académico mais rico e criativo, cria conhecimento e potencia o estabelecimento de redes colaborativas gerando um mundo de novas experiências e oportunidades. Contudo, os desafios são muitos e diversos quer para quem aposta num percurso internacional, quer para as próprias instituições. Viajar para um novo país implica mudanças, reajustamentos e acarreta frequentemente incertezas e ansiedade. Proporcionar as melhores condições de acolhimento é um exercício de grande responsabilidade que deve ter início num momento prévio à chegada a Portugal e que poderá ser decisivo para uma integração plena. Assegurar um registo de proximidade e disponibilidade afigura-se como crucial nesta fase de transição. É nesse âmbito, com o objetivo de contribuir para mitigar as dificuldades iniciais e auxiliar os novos estudantes em toda a fase de preparação da viagem, que foi implementado o “Programa Buddy para Estudantes Internacionais da Universidade de Aveiro”. Esta iniciativa, assente no apoio por pares (estudantes mais velhos e preferencialmente da mesma nacionalidade e curso), recorre a ferramentas digitais e novas tecnologias para promover e otimizar a comunicação à distância entre as partes envolvidas. Os princípios do programa têm por base o trabalho voluntário, que decorre em estreita articulação com as estruturas centrais da instituição, que o supervisiona, em particular com o UA_Intercultural responsável por todo o processo de acolhimento, integração e acompanhamento da comunidade internacional da UA. Pretende-se, com este trabalho, evidenciar os resultados preliminares da implementação do Programa Buddy para apoio aos novos estudantes internacionais matriculados nos diversos ciclos de estudo no ano letivo 2021/2022. Com base nos contributos dos diversos intervenientes (após preenchimento de um questionário de avaliação criado para o efeito) será apresentada e analisada a avaliação que os mesmos fizeram do programa e eventuais sugestões de melhoria.

Palavras-chave: Acolhimento, Apoio à Distância, Estudantes Internacionais, Integração, Internacionalização, Intercultural.

TEMA 4

Transformação Digital no Ensino Superior

(18) Os desafios da COVID-19 impulsionando a transformação digital no Brasil: a experiência da Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Georgia de Souza Assumpção | georgiasa@gmail.com | Escola Nacional de Ciências Estatísticas e Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Isabel Cristina dos Santos | isabel.c.santos@ibge.gov.br | Escola Nacional de Ciências Estatísticas e Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Hugo Sousa Campos | hugo.campos@ibge.gov.br | Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Faz parte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), promovendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. Em seu programa de Pós-graduação stricto sensu preocupa-se em ampliar o acesso a estudantes estrangeiros, em especial os oriundos dos países da América Latina e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). A ENCE também integra a Rede Nacional de Escolas de Governo do Brasil, engajando-se na capacitação, formação e desenvolvimento de servidores e agentes públicos. Uma de suas ações mais consolidadas é o Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa (CDHP) que, adotando uma metodologia baseada em projetos, reproduz as etapas de uma pesquisa domiciliar por amostragem, sendo desenvolvida em condições reais e propiciando a vivência do trabalho em equipe. A cada edição do CDHP são reservadas vagas para participantes dos PALOP. É possível observar que a Escola tem potencial para contribuir nacional e internacionalmente com a formação de cidadãos que atuarão profissionalmente para o desenvolvimento da sociedade. Acompanhar as rápidas mudanças do mundo no século XXI é um desafio constante e árduo, que requer aperfeiçoamento constante e depende de recursos financeiros. Os impactos que a pandemia COVID-19 gerou em todos os sistemas de ensino do mundo, também não passaram despercebidos na ENCE e, nesse contexto, o objetivo desta pesquisa é analisar a experiência dos professores do ensino superior, graduação e pós-graduação, com a adoção do ensino remoto emergencial. Dentre as IES públicas brasileiras, que suspenderam suas aulas por meses a partir de março de 2020, por causa da determinação de medidas protetivas contra a propagação da doença, a ENCE foi uma das primeiras a conseguir retomar suas atividades e tal situação parece ter sido impulsionada pela colaboração interna entre coordenações da Escola. Com uma experiência de 14 anos em educação a distância na capacitação de servidores espalhados por todo território brasileiro, foi possível utilizar o conhecimento acumulado e as TIC disponíveis para auxiliar a estruturação das aulas remotas. Inicialmente, idealizou-se uma solução de capacitação cuja proposta central era promover o aperfeiçoamento dos professores para usar a plataforma educacional Moodle. Além disso, visava-se a divulgação e a disseminação de uma nova cultura de utilização da Escola Virtual IBGE - Plataforma Moodle - baseada em princípios do design instrucional para ambientes virtuais de aprendizagem. Utilizando a curadoria de conteúdo, os principais recursos do Moodle foram apresentados e, além disso, foi proposta uma discussão e reflexão sobre o planejamento de atividades, a organização de materiais e estratégias de avaliação. Juntamente com os recursos e materiais, foi disponibilizado um laboratório virtual com propostas de atividades similares às que o professor realizaria cotidianamente com seus alunos, tudo mediado por desenhistas educacionais. Além dos recursos do Moodle, esses docentes tiveram outras TIC à disposição como WEBEX e Microsoft Teams para a realização de atividades síncronas. Dessa forma, entende-se que os desafios vividos em 2020 aos poucos estão promovendo uma transformação digital nas atividades realizadas por professores e estudantes da ENCE.

Palavras-chave: transformação digital, ensino superior, ENCE.

(45) A Transformação Digital e Desmaterialização de Processos na Escola Superior de Saúde Santa Maria – Oportunidades e desafios da transformação digital no ensino superior.

Miguel Fernandes | miguel.fernandes@santamariasaude.pt | Escola Superior de Saúde Santa Maria

Hugo Moreira | hugo.moreira@santamariasaude.pt | Escola Superior de Saúde Santa Maria

A Escola Superior de Saúde Santa Maria (ESSSM) iniciou este ano um projeto de transformação digital e desmaterialização de processos com o objetivo de reduzir a impressão e a circulação de papel, digitalizar e automatizar processos, melhorar a gestão documental e difusão de informação assim como de aumentar a eficiência dos processos. O projeto possui um propósito mais vasto que passa por tornar a ESSSM numa escola verde, onde a transformação digital e desmaterialização de processos constituem apenas um passo para ser mais amiga do ambiente, verde e sustentável. A ESSSM consciente da sua necessidade em modernizar os seus processos e das oportunidades proporcionadas pela transformação digital, tinha já implementado algumas medidas antes do início do projeto. Contudo, existe ainda um caminho a percorrer para a tornar mais digital, com processos mais eficientes e com a entrega de mais valor aos seus estudantes e colaboradores. A transformação digital no ensino superior abrange o desenvolvimento de novas infraestruturas e a integração de tecnologias digitais no ensino, investigação, serviços de suporte, administração e na comunicação. As tecnologias digitais permitem alavancar o desempenho global das IES, porém a sua implementação é um desafio que tem de ser cuidadosamente abordada para terem um impacto positivo no desempenho das IES. A transformação digital não é um processo igual para todas as instituições, cada uma tem o seu nível de conforto e tolerância ao risco, os seus processos operacionais, os seus sistemas de informação e plataformas tecnológicas e a sua cultura organizacional. A presente comunicação tem como objetivo relatar a experiência vivida até ao momento pela ESSSM no processo de transformação digital e desmaterialização de processos, dando ênfase às oportunidades e desafios que as instituições de ensino superior (IES) enfrentam no processo de transformação digital. As oportunidades e desafios foram identificadas na fase inicial do projeto através da realização de uma gap analysis. Neste projeto, depois de decorrida a análise e a identificação dos objetivos, foi realizado um estudo sobre o estado da arte relativo à transformação digital e desmaterialização de processos em IES. A compilação do conhecimento adquirido no estado da arte e na gap analysis permitiu identificar as oportunidades e desafios que as IES enfrentam para entregarem mais valor e manterem-se competitivas no paradigma tecnológico vigente nos dias de hoje.

Palavras-chave: Transformação Digital no Ensino Superior, desmaterialização de processos no Ensino Superior, oportunidades, desafios.

(52) Plágio no Ensino Superior: Aas Tecnologias Digitais ajudam sempre?

Carlos Borralho | cmlborralho@gmail.com | IP Beja
Sandra Saúde | ssaude@ipbeja.pt | IP Beja

Este artigo tem como objetivo discutir o papel das tecnologias digitais na prevenção e/ou potenciação do plágio em instituições de ensino superior. Numa sociedade globalizada, com sistemas de ensino massificados, alicerçada no uso de tecnologias digitais, e com crescimento exponencial, o acesso e a cópia de informação tornou-se mais simples e rápida. Mas dados e informação nem sempre acarretam conhecimento. E, na atualidade, a utilização indevida e fraudulenta de informação constitui uma prática atrativa pelo aumento exponencial de recursos disponíveis, nomeadamente, na internet e em regime de acesso livre. A internet é atualmente um recurso fundamental para quem pesquisa, ao permitir aceder aos inúmeros acervos digitais. Trouxe, adicionalmente, um efeito disruptivo: o acesso rápido à informação, aumentou a probabilidade de fraude académica constituindo para muitos a via mais fácil para compor trabalhos. Desde o desconhecimento total ou parcial ao domínio deficiente das normas de citação e referência bibliográfica; ao desconhecimento do conceito de plágio; à cultura de escola (não suficientemente vigilante e penalizadora face a estas práticas); às fracas competências de escrita; à pressão para não demonstrar fragilidades perante os pares; à preguiça; à má gestão do tempo; às fracas competências de pesquisa; à falta de critérios éticos... estes, entre muitos outros, podem ser identificados como potenciais fatores associados às práticas de plágio. Nos últimos anos, tem sido crescente a atenção dada a esta prática ao nível do ensino superior, através da adoção de diversas estratégias como a constituição de conselhos de ética, à ênfase dada na formação no domínio das regras de citação e referência, na aplicação de penalizações graves aquando da identificação de trabalhos com plágio, e/ou na definição de estratégias anti plágio a aplicar a nível institucional tendo por base a aquisição e aplicação de softwares específicos para análise dos trabalhos académicos produzidos pelos estudantes na academia. Face a relevância crescente desta problemática no âmbito do ensino superior interrogamo-nos sobre qual é o estado da arte atual desta problemática, isto é, de que forma o plágio está a ser combatido e/ou prevenido tendo por base os diversos recursos tecnológicos existentes atualmente para o efeito. Será que as tecnologias digitais ajudam mais a detetar ou a potenciar as práticas de plágio? Procurou-se resposta às questões orientadoras através de uma revisão sistemática de literatura, adotando o protocolo PRISMA (Principais Itens para Relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises). Tendo por base os artigos indexados na SCOPUS, na EBSCO e no GOOGLE Académico, procurou-se identificar qual o papel das tecnologias digitais nas estratégias e práticas aplicadas nas instituições de ensino superior para combater o plágio. Assumi-se como horizonte temporal para a revisão da literatura os artigos científicos publicados nos últimos 10 anos, permitindo assim caracterizar o que de mais atual tem sido feito e/ou refletido neste domínio. O trabalho conclui existirem diferentes estádios de maturidade no combate ao plágio, realça o papel das tecnologias digitais na deteção da apropriação fraudulenta de conteúdos e propõe a partilha de experiências e de recursos, como forma de minimização do problema.

Palavras-chave: Plágio, tecnologias digitais, Ensino Superior, internet.

(62) A Importância das Tecnologias e transformação das metodologias de Ensino-Aprendizagem no Ensino Superior

Ana Luísa Rodrigues | alrodrigues@ie.ulisboa.pt | Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Luísa Cerdeira | luisa.cerdeira@ie.ulisboa.pt | Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Tomás Patrocínio | patrocínio.tomas@gmail.com | Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

A importância das tecnologias digitais nos processos de ensino-aprendizagem é na atualidade indiscutível, assumindo-se a necessidade de analisar formas de promover o desenvolvimento de competências digitais e pedagógicas no ensino superior. As tecnologias digitais podem ser úteis ao nível da organização, gestão do tempo, disseminação e promoção do conhecimento, resolução de problemas, e permitem o aumento da eficiência, maior conectividade e comunicação, gestão da informação, trabalho à distância, e adaptação a um mundo em constante mudança. O desenvolvimento de competências digitais é uma das questões centrais a ter em linha de conta na definição das políticas educativas de um país, tanto por parte dos estudantes como dos docentes, dada a sua relevância na vida pessoal, social, académica e profissional. Assim, a integração das tecnologias digitais pode influir na mudança da organização do trabalho académico, nas relações entre alunos, professores e instituições, e também nas novas formas de ensino e aprendizagem. Neste sentido, pretende-se efetuar uma reflexão teórica sobre o papel e a importância das tecnologias e competências digitais, sobretudo no que respeita à sua influência nas metodologias de ensino-aprendizagem, que se pretendem inovadoras e centradas nos estudantes de forma a contribuírem para a sua aprendizagem ativa. Devido à pandemia do COVID-19, com um elevado impacto em todo o sistema educativo, constatamos a necessidade de desenvolver as competências digitais e o papel desempenhado pelas IES (Instituições de Ensino Superior) na adaptação ao designado ensino remoto de emergência por parte de todos os intervenientes. Foi necessário definir prioridades em termos de conteúdo curricular e, simultaneamente, concentrar esforços educacionais nas diversas competências transversais que permitem pensar, compreender e transferir conhecimentos, promovendo designadamente a autonomia dos estudantes. Tratou-se de uma mudança muito rápida, em resposta a uma situação de crise, em que se passou em mais do que um momento de aulas presenciais para uma “tentativa” de ensino a distância. No pós-pandemia já diversos estudos e relatórios de organizações internacionais foram realizados sobre como as tecnologias foram utilizadas no ensino superior especialmente neste período, por exemplo, ao nível da mudança curricular, da motivação, dos métodos de ensino, da sua integração no processo pedagógico, dos sistemas de aprendizagem utilizados, ou da gestão das IES. Deste modo, perspectiva-se que as IES terão de reinventar os seus ambientes de aprendizagem, adaptar a gestão e formas de trabalho organizacional, flexibilizar conteúdos e currículos, promover o desenvolvimento de competências digitais de estudantes e docentes, e ainda, refletir como poderão desenvolver um ensino híbrido num futuro próximo, com metodologias de ensino-aprendizagem mais inovadoras.

Palavras-chave: tecnologias digitais, competências digitais, metodologias de ensino-aprendizagem, ensino superior.

(68) O Ensino a Distância no Politécnico de Lisboa: diagnóstico de necessidades de formação

Adriana Cardoso | acardoso@eselx.ipl.pt | ESELx – Escola Superior de Educação de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa

Vítor Manteigas | vitor.manteigas@estesl.ipl.pt | ESTeSL – Escola Superior de Tecnologia da Saúde, Instituto Politécnico de Lisboa

Renato Abreu | renato.abreu@sp.ipl.pt | IPL – Instituto Politécnico de Lisboa

Ricardo Pereira Rodrigues | rprodrigues@escs.ipl.pt | ESCS – Escola Superior de Comunicação Social, Instituto Politécnico de Lisboa

Carla Martinho | cmartinho@iscal.ipl.pt | ISCAL – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa

Maria Escudeiro | mjescudeiro@sp.ipl.pt | IPL – Instituto Politécnico de Lisboa

No contexto da situação pandémica associada à COVID-19, o Politécnico de Lisboa (IPL) criou a Unidade de Ensino a Distância (EaD@IPL), que tem como principal objetivo promover a inovação pedagógica e a competência digital, em permanente sintonia com os avanços da ciência e da tecnologia da comunicação. Decorrente da missão da EaD@IPL – contribuir para o desenvolvimento e implementação de novas metodologias pedagógicas para promover e impulsionar a inovação de ensino/aprendizagem/formação na Comunidade IPL, e tendo por base três linhas essenciais de atuação, nomeadamente: (i) desenvolvimento de iniciativas de formação dirigidas aos docentes; (ii) apoio na conceção e implementação de projetos na modalidade e-Learning; e (iii) promoção da investigação e inovação na área do ensino a distância, foi, em abril de 2021, aplicado um inquérito por questionário online aos docentes do IPL que visava identificar as necessidades de formação no domínio do Ensino a Distância. No que se refere à construção, distribuição e monitorização do questionário, trabalhou-se com o software REDCap versão 5.7.1, da Universidade de Vanderbilt (<http://redcap.estesl.ipl.pt/>). O REDCap é uma aplicação web segura, para desenvolver e gerir bases de dados e inquéritos online. Este aplicativo fornece procedimentos de exportação automatizada para downloads das bases de dados para o Excel e pacotes estatísticos comuns (SPSS, SAS, Stata, R), bem como um calendário do projeto embutido, um módulo de agendamento, relatórios, ferramentas e recursos avançados. A obtenção dos dados necessários decorreu somente após o consentimento informado dos sujeitos, onde se explicitou o destino dos dados recolhidos, bem como o facto da participação ser voluntária, assegurando-se a total confidencialidade das informações pessoais. O consentimento informado decorreu em formato online, sendo que a partir do momento da aceitação, era dado acesso imediato ao questionário. Responderam ao inquérito 316 sujeitos, correspondendo a 37,67% do total de docentes do IPL, sendo que 44,30% dos inquiridos correspondem a indivíduos do sexo feminino. Dos resultados apurados, concluiu-se que os docentes do IPL identificam a necessidade urgente de formação nas seguintes áreas: (i) criação de testes na plataforma Moodle; (ii) edição e publicação no serviço de gestão de vídeo EDUCAST; (iii) mecanismos de segurança no serviço Colibri/Zoom; e (iv) competências nas aplicações Teams (Microsoft) e Classroom (Google Suite). Tendo em conta a análise do diagnóstico das necessidades de formação, a EaD@IPL elaborou um plano de formação para o 2.º semestre do ano letivo 2020/21, por forma a que os docentes possam superar as suas fragilidades e suprir as lacunas identificadas. As dinâmicas criadas nas sessões de formação já realizadas, assim como os dados relativos à participação e feedback dos participantes, serão igualmente considerados na reflexão sobre o plano de formação desenhado para os docentes do IPL na área do ensino a distância.

Palavras-chave: COVID-19, IPL, EaD, Docentes.

(78) A Transformação Digital no Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa No Horizonte 2030 da Onu (Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas)

João Dias | joao.dias@ares.cv | ARES

Flávio Murilo de Oliveira Gouvêa | flavio.murilo@estacio.br | Universidade Estácio de Sá

Ana Maria Carvalho | profa.ana.carvalho@gmail.com | Universidade Estácio de Sá &
Universidade Veiga de Almeida

Esta comunicação tem por objetivo promover uma reflexão sobre “A Transformação Digital no Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa no Horizonte 2030 da ONU (Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas)”, face aos desafios globais a serem enfrentados. O tema tem se mostrado relevante e urgente, principalmente pelo fato de que, a transformação digital, vista como um processo de integração das NTICs (Novas Tecnologias da Informação e Comunicação), pode servir como fator facilitador do alcance dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis) da Agenda 2030 da ONU, instituída em 2012, como forma de melhoria de vida e garantia de um futuro melhor para todos. Mais ainda, um melhor desenvolvimento humano, de fato. Principalmente por sua natureza inovadora e integradora, a Transformação Digital tem sido fortemente evidenciada e necessária nesses últimos anos. E, no Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa, essa “Transformação Digital” poderá atuar também como um processo de integração da tecnologia digital, necessária a esse crescimento, promovendo o alcance desses objetivos, em escala global, desenvolvendo uma humanidade mais justa. É bem certo que todos os desafios dessa agenda, são importantes, porém, destacamos alguns desses ODSs, como o de Nº 4, que trata da Educação de qualidade, o de Nº 8, que se refere ao Trabalho decente e crescimento econômico, o de Nº 10, que diz respeito a Redução das desigualdades, o de Nº 16, sobre Paz, justiça e instituições eficazes, e o de Nº 17, que trata das Parcerias e meios de implementação. Tais ODSs demonstram a necessidade de se assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, além de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, para todos. A chamada lifelong learning, fundamental para a evolução de qualquer sociedade. Também, promover o crescimento econômico sustentável, emprego pleno e produtivo, reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles, bem como promover sociedades pacíficas e inclusivas. Ainda, fortalecer os meios de implementação e revitalização de uma parceria global, fundamental para o enfrentamento dos desafios globais atuais e futuros. E, uma vez que estamos falando de um universo de 300 milhões de pessoas que falam português, tais desafios podem ser mais bem trabalhados, através de uma cooperação no Ensino Superior entre esses países, transformando essa agenda da ONU, num verdadeiro legado a ser alcançado de forma cooperativa, tendo o Ensino Superior como agente facilitador do alcance desses desafios globais. E ainda, tendo a comunidade que “fala português”, como uma parceira protagonista nessas ações de cooperação.

Palavras-chave: Cooperação, Transformação Digital, Agenda 2030, ONU (Organização das Nações Unidas), ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis).

(85) O percurso de vida do primeiro MOOC do Politécnico de Lisboa na Plataforma NAU

Carla Martinho | cmartinho@iscal.ipl.pt | ISCAL – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa

Ricardo Pereira Rodrigues | rprodrigues@escs.ipl.pt | ESCS – Escola Superior de Comunicação Social, Instituto Politécnico de Lisboa

Renato Abreu | renato.abreu@sp.ipl.pt | IPL – Instituto Politécnico de Lisboa

Adriana Cardoso | acardoso@eselx.ipl.pt | ESELx – Escola Superior de Educação de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa

Vítor Manteigas | vitor.manteigas@estestl.ipl.pt | ESTeSL - Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa

Maria Escudeiro | mjescudeiro@sp.ipl.pt | IPL – Instituto Politécnico de Lisboa

A educação tem vindo a passar nos últimos tempos por mudanças significativas sobretudo no que diz respeito ao crescimento exponencial das modalidades de Educação a Distância. Entre essas mudanças, destaca-se a criação de MOOC (Massive Open Online Course), aulas massivas, abertas, online que visam fornecer um formato educacional abrangente. Em 2011, Sebastian Thrun e outros docentes da Universidade de Stanford ofereceram um curso académico gratuito sobre inteligência artificial para fornecer uma oportunidade educacional para qualquer pessoa interessada em estudar este assunto. O curso foi frequentado por cento e sessenta mil participantes de 190 países. Em 2013, Waldrop observou que, em menos de dois anos, foram lançados 328 cursos MOOCs por 62 instituições de ensino, tendo-se matriculado 2,9 milhões de formandos de 220 países. Os MOOCs têm vindo a refletir tendências de desenvolvimento significativas na educação introduzidas por várias organizações, como a Coursera, Udacity e EDX. Nesta dinâmica de desenvolvimento, o Politécnico de Lisboa associou-se ao Projeto NAU como parceiro e constituiu-se como responsável pela produção de conteúdos formativos. A plataforma NAU é um serviço desenvolvido e gerido pela Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN) da Fundação para a Ciência e a Tecnologia que permite a criação de cursos em formato MOOC, produzidos por entidades reconhecidas e relevantes na sociedade, que contam com a participação de milhares de pessoas. As Instituições de Ensino Superior Portuguesas passam a dispor, com a plataforma NAU, de um meio com grande impacto que permite chegar a novos alunos, fazer divulgação científica e aumentar a visibilidade internacional. A parceria com a Plataforma NAU posiciona estrategicamente o Politécnico de Lisboa no objetivo de proporcionar cursos gratuitos acessíveis a todos que desejam aprender sem restrições, com níveis de satisfação elevados para estes “consumidores”, que podem ser simultaneamente o público-alvo das Unidades Orgânicas que compõem o Politécnico de Lisboa. Nesta sequência, o Politécnico de Lisboa lançou o seu primeiro MOOC, “Introdução à Epigenética”, na plataforma Nau, em novembro de 2019, sendo que até ao momento já se inscreveram cerca de 2000 formandos. Nesta comunicação, apresentam-se as diferentes etapas de produção do MOOC e indicadores referentes ao perfil dos formandos, nível de satisfação dos utilizadores, taxas de abandono e de finalização do curso.

Palavras-chave: Ensino a Distância, MOOC, NAU, Politécnico, Indicadores.

(97) Perceção dos Estudantes sobre os Portfólios Digitais no Ensino a Distância de Economia

Raquel Pereira | raquel.pereira@esce.ips.pt | Instituto Politécnico de Setúbal
Sandrina Moreira | sandrina.moreira@esce.ips.pt | Instituto Politécnico de Setúbal

No âmbito do contexto pandémico que estamos a vivenciar, a necessidade de reconfigurar as metodologias de ensino e os processos de avaliação para a modalidade de Ensino a Distância (EaD) trouxe às Instituições de Ensino Superior, aos docentes e aos estudantes, enormes desafios, mas também oportunidades de melhoria do processo de ensino-aprendizagem no Ensino Superior. Procurou ser esse o caso nas Unidades Curriculares (UC) de Economia e Microeconomia dos cursos de primeiro ciclo oferecidos pela Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal (ESCE/IPS). Nelas aplicámos a ferramenta intitulada “Portfólio Digital” (PD), inicialmente implementada no contexto do EaD no 2º semestre do ano letivo 2019/2020 e, posteriormente, adaptada para o modelo de ensino híbrido implementado no corrente ano letivo (2020/2021). O PD referido é de realização individual pelo estudante, sendo composto por diversas atividades para avaliação contínua, desenvolvidas nas aulas lecionadas à distância. A principal razão para a adoção desta prática de avaliação prendeu-se em motivar os estudantes, não só para a frequência mais assídua e participativa nas aulas teóricas, dadas em sessões síncronas através da plataforma Teams, mas igualmente ao acompanhamento contínuo da UC, para melhor se prepararem para as atividades do PD. O balanço feito da estratégia adotada, quer pela equipa docente, quer pelo feedback recolhido junto dos estudantes, foi desde o início globalmente positivo. Neste terceiro semestre foi também utilizada uma abordagem quantitativa na avaliação pelos estudantes em relação à utilidade de alguns dos aspetos de funcionamento destas atividades, bem como uma apreciação que delas fizeram em termos globais e considerando determinados benefícios concretos. Um pequeno questionário foi preparado para o efeito – compreendendo 13 questões com opções de resposta numa escala tipo Likert de cinco pontos e três questões em aberto – e preenchido pelos estudantes no final do 2º semestre do ano letivo 2020/2021. A presente comunicação tem por objetivo apresentar os principais resultados obtidos através da aplicação deste inquérito por questionário. Em termos de caracterização da amostra, podemos antecipar que 164 estudantes responderam anonimamente ao inquérito, a totalidade dos quais frequentaram as UC em apreço (Economia ou Microeconomia) em regime de avaliação contínua. 73% dos estudantes inquiridos são do sexo feminino e 70% com idade compreendida entre os 18 e os 21 anos. 34% dos estudantes identificaram-se como trabalhadores-estudantes (com ou sem estatuto) e, relativamente à assiduidade às aulas teóricas da UC, 82% indicaram estar presentes na maioria das aulas. Os resultados preliminares permitem concluir que a utilização do Portfólio Digital, enquanto instrumento de ensino-aprendizagem, se revelou eficaz na promoção do sucesso académico, cumprindo os seus dois objetivos inicialmente propostos: a motivação dos estudantes e a efetiva aprendizagem e avaliação contínua. Com a análise dos resultados desta experiência de avaliação de conhecimentos da UC sob o olhar do estudante fica, naturalmente, a expectativa de um balanço mais aprofundado com adoção de eventuais medidas corretivas, que permitam a melhoria contínua do processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Portfólio Digital, Sucesso Académico, Ensino a Distância, Ensino Superior, Questionário.

(106) A evasão em cursos superiores a distância – contribuições do Modelo Col

Luciano E. Hack | luciano.hack@udesc.br | Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Alexandre M. Costa | alexandre.marino@ufsc.br | Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Andressa S. V. Pacheco | andressa.pacheco@ufsc.br | Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Os cursos de nível superior, especialmente aqueles na modalidade a distância, continuam em expansão, caracterizando uma importante transformação digital no ensino superior. No entanto, na mesma medida em que há esse crescimento, percebe-se que a evasão em cursos superiores também tem aumentado. Apesar de não haver um número geral no Brasil, pois existem diferentes formas de calcular esses dados, na literatura a evasão na educação superior é uma temática que está na pauta das universidades há algum tempo e ainda deve permanecer, independente da modalidade presencial ou a distância. Assim, o objetivo desse artigo é apresentar reflexões a evasão estudantil sob a ótica do modelo teórico de aprendizagem, denominado Comunidade de Inquirição – Col. Quanto aos procedimentos metodológicos desta pesquisa, caracteriza-se como descritiva, básica e bibliográfica. Tratar a evasão na Educação a Distância - EaD, pela sua característica, é uma tarefa que apresenta desafios ainda maiores do que na modalidade presencial, mas também algumas oportunidades que não observamos no presencial. A EaD evoluiu para o uso exclusivo de materiais on-line, disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA que passou a ser o principal local onde ocorre o processo de ensino-aprendizagem. Essa maior utilização do AVA proporciona um conjunto de informações e sinais que podem auxiliar na permanência de alunos, uma vez que há o registro de cada ação realizada pelos alunos e professores no processo de ensino-aprendizagem. Considerando o modelo teórico de aprendizagem, denominado Comunidade de Inquirição – Col, que pode ser aplicado aos ambientes virtuais de aprendizagem e tem como premissa determinar que o sucesso do processo ensino-aprendizagem on-line passa pela forma como acontece o relacionamento entre professores e alunos, e também a relação desses com as atividades e recursos disponibilizados no AVA. O Col entende que o processo ensino-aprendizagem acontece através de três componentes principais: presença social, presença cognitiva e presença de ensino. Esses componentes são independentes, mas é por meio do relacionamento entre eles que acontece o processo de ensino-aprendizagem. Um grande número de estudos referente a evasão tem feito suas análises sob a ótica dos alunos e sua realidade e isso tem agregado melhorias no sistema. No entanto, parece que há um outro fator não se tem dado muita atenção nessa análise complexa, que é a atuação e intervenção por parte do professor nesse processo. Aqui busca-se a forma como acontece a ação do professor como facilitador no processo de ensino-aprendizagem, abrangendo a elaboração do material, as intervenções no ambiente e a instrução direta, neste nível quanto maior for o envolvimento do professor maior será a percepção do ensino por parte dos alunos, conforme destaca a literatura.

Palavras-chave: evasão, ensino superior, educação a distância, educação digital, Comunidade de Inquirição.

(107) Reflexões e aprendizagens realizadas num projeto de cocriação utilizando as metodologias AGILE: a perceção dos atores

Maria Amélia Marques | amelia.marques@esce.ips.pt | IPS-ESCE
Cristina Ferreira de Oliveira | cristina.oliveira@estbarreiro.ips.pt | IPS-ESTB

O processo de Bolonha permitiu a emergência de novos paradigmas no ensino superior através da proposta de um conjunto de medidas, das quais se salientam: a preconização do ensino mais centrada no estudante; a promoção da flexibilização dos currículos; a promoção da mobilidade; etc. A concretização destas propostas veio salientar a necessidade de formação dos docentes deste nível de ensino (Ramos et al., 2013). Com a pandemia veio ainda salientar-se mais a necessidade de formação para a utilização de ferramentas digitais. A presente comunicação centra-se num curso de formação de docentes, promovido por uma organização finlandesa, desenvolvido exclusivamente online. O curso envolveu a participação de docentes de diferentes instituições na qual também participaram estudantes de diferentes países e organizações da envolvente. O curso teve a duração de 24 semanas de formação, 8 das quais de cofacilitação de um projeto de cocriação com uma equipa multidisciplinar de estudantes e um partner. Todo o curso e projeto são desenvolvidos online, recorrendo a diferentes ferramentas digitais, tendo como suporte as metodologias AGILE. Há muito disseminadas em empresas e até consideradas por alguns como filosofia de trabalho (Eloy-Garcia, 2020), as metodologias AGILE têm vindo a ser introduzidas como metodologias ativas no ensino superior (Sharp e Lang, 2018; McAvoy e Sammon, 2005). Neste quadro, a presente comunicação tem como objetivo geral caracterizar as aprendizagens realizadas por uma equipa de projeto, constituída por duas docentes cofacilitadoras e cinco estudantes de diferentes instituições e países. Como objetivos específicos pretendemos analisar: as ferramentas digitais utilizadas; a autoavaliação de cada membro da equipa; a perceção de cada membro sobre a equipa; a autoavaliação das docentes sobre as aprendizagens realizadas; a perceção das aprendizagens realizadas. Os objetivos foram concretizados recorrendo a um conjunto diversificado de técnicas de recolha de informação, nomeadamente: os inquéritos por questionário; os portefólios elaborados pelas cofacilitadoras; as reuniões de equipa; um inquérito aplicado após a conclusão do curso. O projeto de cocriação sobre o qual incide esta comunicação tinha como objetivo a atração de público para um museu do território. A metodologia proposta e o recurso a várias ferramentas digitais permitiram criar o que Lave e Wenger (1990) designam de uma comunidade de prática e concretizar uma proposta de ação ou protótipo. Como principais resultados deste processo salientamos que a participação aumentou a perceção de curiosidade, a empatia e a capacidade de trabalhar em equipa dos membros. Também revelaram que houve uma apreciação positiva do trabalho em equipa e de relacionamento com os diferentes membros da equipa. Como principais aprendizagens das estudantes salientam-se a capacidade de concretização de um projeto de criação e o domínio de metodologias de investigação-ação; a gestão do tempo, a melhoria do domínio de línguas estrangeiras e a capacidade de trabalhar em equipas multidisciplinares. No que respeita às docentes, salientou-se a aprendizagem de trabalhar em conjunto na facilitação de um projeto, a gestão de equipas multidisciplinares e o domínio de novas ferramentas informáticas, bem como de novas metodologias de ensino-formação.

Palavras-chave: Agile, aprendizagens, multidisciplinaridade, cofacilitação.

(116) Tecnologias digitais no ensino superior: uma análise das estratégias institucionais da Universidade de Brasília para o ensino não presencial

Ana Maria de Albuquerque Moreira | ana_moreira@hotmail.com | Faculdade de Educação -
Universidade de Brasília

Danielle Xabregas Nogueira | daniellen@unb.br | Faculdade de Educação - Universidade de
Brasília

Catarina de Almeida Santos | cdealmeidasantos@gmail.com | Faculdade de Educação -
Universidade de Brasília

Letícia Lopes Leite | lllite@unb.br | Departamento de Ciência da Computação - Universidade
de Brasília

Neste trabalho, analisamos as ações implementadas para ampliação do uso das tecnologias digitais para o ensino não presencial na Universidade de Brasília (UnB), Brasil, durante a pandemia COVID-19. A realidade do ensino não presencial obrigou as instituições de ensino superior a repensarem suas estruturas de forma geral: metodologias e tecnologias de ensino, infraestrutura, características constitutivas de seus professores e estudantes, ocasionando um verdadeiro processo de reflexão acerca da função do ensino na universidade. Esse processo trouxe, também, enormes desafios ao se planejar o uso das tecnologias digitais como recurso único para o ensino: as condições de acesso pelos estudantes, a capacidade do ambiente virtual utilizado pela universidade e o domínio de ferramentas digitais por mais de 2.500 professores de diferentes áreas, departamentos e institutos que formam a UnB. Com essa perspectiva, desenvolvemos nossa análise em três etapas: identificação de prioridades para o uso das tecnologias digitais, ações implementadas e avaliação dos resultados. Utilizamos dados da pesquisa social com a comunidade universitária e relatórios de gestão da UnB e do Centro de Educação à Distância (CEAD), unidade responsável pela gestão dos ambientes virtuais de aprendizagem na universidade e que coordenou as ações e os processos de suporte ao ensino não presencial, referentes ao ano de 2020. Nas análises, observamos que houve uma mudança significativa no que diz respeito ao uso de tecnologias digitais na UnB, envolvendo distintas dimensões: acesso pelos estudantes; infraestrutura, com ampliação da capacidade do ambiente virtual de aprendizagem, e inovação didática, que orientou o Projeto de Rotas de Inovação Universitária (RIU) e o Programa de Aprendizagem para o 3º Milênio (A3M). As ações implementadas com o uso das tecnologias digitais formaram um ecossistema de ensino e aprendizagem para o professor em uma rede de aprendizagem aberta, incluindo: cursos de formação continuada; oficinas e seminários virtuais em formato de lives síncronas, e desenvolvimento de um repositório com conteúdos orientadores para subsidiar o planejamento e a execução do ensino não presencial. Concluímos que o movimento institucional da UnB para a oferta do ensino não presencial evidenciou a configuração de estratégias para a garantia da equidade e da qualidade no ensino superior.

Palavras-chave: Ensino não presencial, tecnologias digitais, Ensino Superior, Acesso e formação com qualidade.

(117) Ensino de Som e Imagem durante a Pandemia COVID-19

Inês Rebanda Coelho | insclh@gmail.com | Universidade Católica Portuguesa (CECC)

Como Professora Auxiliar convidada da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, deparei-me com certos desafios face ao ensino da unidade curricular Som e Imagem durante esta pandemia. Som e Imagem é uma área bastante abrangente, que aborda a criação de obras dentro das vertentes de artes gráficas, captura e edição de obras fotográficas, videográficas e fonográficas. Porém, em todas elas houve duas dificuldades que se apresentaram como constantes em todas as turmas, não tanto em relação ao domínio e compreensão dos programas profissionais de edição ou das funcionalidades dos aparelhos de captação, incluindo quando as aulas eram lecionadas via online, mas relativa a questões ligadas a direitos de propriedade intelectual e estabelecimento de uma boa estética na obra que criassem. É importante salientar que, apesar da disciplina em questão ser direcionada a estudantes de Comunicação Social e Cultural, este é um curso mais teórico e com pouco espaço para a criatividade na maioria das unidades curriculares. Para além disso, os estudantes constituintes das turmas nasceram na era digital, dominada pela internet e pela evolução constante da tecnologia e comunicação digital, sendo que muitos deles possuem uma grande ligação a redes sociais e profissões digitais próprias da sua geração, como a de Youtubers e Influencers. Estas realidades têm impacto na forma como os discentes veem e consomem obras dentro de Som e Imagem, mas também na maneira como moldam o seu modo de se expressarem e criarem, tanto em termos de inspiração usada como de práticas normalizadas, que, por vezes, infringem as legislações vigentes. Recorreu-se, assim, a uma metodologia de ensino ativa, que tem como propósito que o estudante não seja apenas um recetor de conhecimento e informação, mas também o seu condutor, adaptando-se às necessidades e interesses de aprendizagem dos formandos dentro das diversas áreas de Som e Imagem. Na complementação do uso da metodologia de ensino ativo, recorreu-se à metodologia híbrida, onde foi conjugado o melhor das práticas tradicionais e das práticas ágeis, de modo a que os discentes tivessem mais opções, se tornassem mais maleáveis na resolução de problemas e que ganhassem a capacidade de no futuro conseguirem adquirir e aperfeiçoar conhecimentos dentro da área de forma autónoma. Este artigo pretende expor os diversos passos dados na busca por um método de ensino que pudesse colmatar as dificuldades mais proeminentes dos estudantes nas vertentes de artes gráficas, vídeo, fotografia e som. Iremos focar-nos nas estratégias usadas que ajudaram a uma maior simplificação da noção de estética nestas áreas (que envolveu o recurso a conceitos como harmonia visual, contraste e hierarquia visual) e de práticas legais essenciais aos profissionais das áreas de comunicação.

Palavras-chave: Metodologia ativa, metodologia híbrida, som e imagem, ensino superior, estética, propriedade intelectual.

(119) A Educação Digital como estratégia para o desenvolvimento do empreendedorismo e inovação nas universidades públicas brasileira

Alexandre Marino Costa | alexandre.marino@ufsc.br | Universidade Federal de Santa Catarina

Rafael Moré | rafamore@gmail.com | Universidade Federal de Santa Catarina

Antônio Augusto dos Santos Soares | toninho.bb@terra.com.br | Faculdade de Itanhaém -
FAITA

Hugo Márcio Rodrigues de Almeida | hugodealmeida@ua.pt | Universidade de Aveiro

No Brasil, a transformação digital relacionada à educação digital é considerada como uma das mega tendências da indústria e do setor público. O governo brasileiro instituiu em 2018 o Sistema Nacional para a Transformação Digital que estabeleceu uma estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital. Um dos setores com potencial de transformação digital é o ensino superior público universitário, em que muitas universidades desenvolveram estratégias de informatização e de novos tipos de ofertas de cursos para os seus estudantes tradicionais e para os novos estudantes universitários. O objetivo do artigo é analisar as estratégias de educação digital desenvolvidas pelas universidades públicas brasileiras no âmbito da formação empreendedora e de inovação dos estudantes. Considera-se que a educação superior de hoje percebe os nativos digitais nascidos a partir de 1990 e que apresentam características como familiaridade com o computador, com os recursos da internet e a capacidade de receber informações rapidamente, processar em vários assuntos simultaneamente e desempenhar em múltiplas tarefas. Terminou o tempo em que os estudantes conseguiam ficar cerca de cinco horas frente a uma lousa, em silêncio, ouvindo as explicações do professor. Dentre as diversas características digitais, pode-se destacar que o atual perfil dos estudantes está relacionado com o uso de tecnologias móveis, em especial: eles são multitarefas e realizam várias atividades ao mesmo tempo; são engajados em novidades e não aceitam velhas ideias; são motivados por jogos e desafios; e gostam de velocidade e querem tudo para agora. Toda essa dinâmica construída dentro das universidades públicas pode refletir positivamente na formação empreendedora dos estudantes, assim como no potencial deles em inovar, e conhecer estratégias desenvolvidas nas universidades públicas brasileiras é importante para traçar um horizonte de possibilidades na formação dos estudantes e de crescimento das instituições de ensino. Por meio da pesquisa pretende-se aprimorar, implantar e divulgar novas estratégias educacionais online ou digitais; propor capacitações de professores nas tecnologias e metodologias educacionais online ou a distância; promover o desenvolvimento de projetos pedagógicos de cursos, disciplinas de graduação com a oferta na modalidade digital e/ou a distância; identificar a oferta de cursos na modalidade digital e/ou a distância; identificar a oferta de cursos de especialização Digitais e/ou a distância; e fortalecer a formação empreendedora e inovadora dos estudantes com cursos voltados a esses temas.

Palavras-chave: transformação digital, educação digital, educação a distância, formação empreendedora, inovação no ensino superior.

(126) Avaliação on-line durante a pandemia: o caso de uma grande escola de engenharia

Manuel Matos | mmatos@deq.isel.pt | ISEL-IPL
Anabela Lopes | alopes@sp.ipl.pt | ISEL-IPL
Eduardo Eusébio | eaeusebio@deea.isel.ipl.pt | ISEL-IPL

Com a imposição do ensino on-line em Março de 2020 todo o processo educativo no ensino, nomeadamente no Ensino Superior, sofreu uma rápida e drástica mudança. Sem aviso e sem preparação, professores e estudantes passaram para a lecionação on-line. Numa semana as aulas que eram lecionadas presencialmente passaram a ser lecionadas on-line com toda uma série de novas aprendizagens para ambos os intervenientes. O acompanhamento deste processo numa grande escola de Engenharia, o Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, uma escola do Politécnico de Lisboa, permitiu recolher as reflexões mais importantes. Conjuntamente com a análise das classificações obtidas pelos cerca quatro mil e cem alunos do ISEL, foi possível estabelecer os principais padrões de apreciação das aulas e da avaliação on-line. Para avaliar a apreciação das aulas foi elaborado um questionário on-line com o apoio da Associação de Estudantes do ISEL (AEISEL). Neste questionário os alunos indicavam as limitações mais relevantes nas aulas on-line e sugestões para as melhorar. Foram recebidas cerca de 500 respostas o que face à população estudantil do ISEL (4100 alunos) representa um erro de 4% com uma margem de confiança de 95%. Da análise global dos dados, há a salientar que 92% dos alunos dispõe de computador para uso exclusivo. O portátil é o tipo de computador mais usado e na maioria dos casos este dispõe de câmara, microfone e colunas a funcionar. Os alunos referem como principal motivo para não assistirem às aulas a falta de interesse das mesmas. 45% dos alunos prefere que no futuro as aulas retomem o formato presencial, 33% prefere um modelo misto e 16% prefere aulas on-line. Em termos de aprovações, verificou-se que os dados de 2019/20, quando comparados com os dados de 2018/19, mostram um acréscimo médio de 17% na taxa de aprovações. Em termos de obtenção de aprovação a UC constatou-se um aumento de 6% das UC que o aluno consegue concluir. Tal demonstra que a realização de avaliações on-line permitiu que mais estudantes realizassem as suas provas remotamente. O ISEL é uma escola com bastantes trabalhadores-estudantes e esta forma de avaliação permite a participação dos alunos a partir do local em que estão a trabalhar, onde moram ou onde estudam. As classificações finais obtidas pelos alunos é uma preocupação de todos os professores e em todos os níveis de ensino. O receio latente seria a inflação das notas obtidas pelos alunos devido a classificações enviesadas pelas eventuais práticas fraudulentas. No entanto, constatou-se que as classificações obtidas aumentaram em média apenas 0.26%. Mostram-se, felizmente, infundados os receios de prática generalizada de fraude durante as avaliações on-line, a acontecer, deveria observar-se inevitavelmente a um aumento das classificações finais.

Palavras-chave: Avaliação on-line, aulas online, estudantes, COVID-19.

TEMA 5

Políticas de Ensino Superior

(6) Políticas de educação superior e novas formas de regulação

João Oliveira | joao.jferreira@gmail.com | Universidade Federal de Goiás

São analisadas as políticas de educação superior no Brasil, bem como as novas formas de regulação que vem sendo implementadas a partir do impeachment da Presidente Dilma Rousseff (2011-2016), destacando as alterações, as tensões e os desafios. Desde então observa-se intensamente a (des)regulação ou (des)regulamentação da educação superior, assim como tem se ampliado a mercantilização, privatização e mercadorização desse nível de educação. No Brasil, o Estado tem papel fundamental na regulação dos diferentes campos sociais e não é diferente quanto ao campo da educação superior ou campo científico-universitário. Na condição de ser um super campo, com um meta capital, o Estado tem a capacidade de regular os demais campos sociais, sobretudo porque nomeia, financia, avalia, define normas, estabelece matrizes curriculares, interfere na gestão das instituições públicas, estabelece leis que alteram o funcionamento das instituições nos diferentes campos sociais, podendo inclusive exercer, muitas vezes, algum tipo de violência, como estamos vendo na questão do não respeito às eleições para dirigentes nas universidades e institutos federais ou, ainda, na nomeação de interventores para essas instituições. Esse processo de reconfiguração da educação superior vem ocorrendo já há algum tempo, mas se intensifica mais ainda agora com as reformas neoliberais em curso: congelamento dos gastos primários com a Emenda Constitucional n.95/2016, cortes orçamentários, redução dos recursos para programas sociais, reforma trabalhista, com desregulamentação do trabalho, perda de direitos sociais e precarização do trabalho, além de reforma da previdência, que reduz os direitos previdenciários e induz a um processo de privatização das aposentadorias. Essas reformas têm ampliado as condições para ampliar o lucro, ou seja, aumento da força de trabalho, com alto índice de desemprego, além de tornar o trabalho mais flexível, intermitente, temporário ou informal; trabalhar até o fim da vida, sem perspectiva de aposentadoria; mão de obra abundante, barata e altos índices de desemprego; diminuição dos empecilhos nos impostos e contribuições visando a ampliar a margem de lucro das empresas. Isso tudo, junto com a deserção social do Estado, tem contribuído para o aumento da miséria e da fome, o que se agravou a partir do contexto da pandemia do Corona Vírus.

Palavras-chave: Políticas de educação superior, estado e regulação, educação superior.

(12) Políticas públicas em educação a distância para ampliação de ensino superior no Brasil: O Cederj e a Engenharia de Produção

Georgia de Souza Assumpção | georgiasa@gmail.com | Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

Alexandre de Carvalho Castro | o.aken@uol.com.br | Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

O impacto da pandemia COVID-19 gerou novas discussões em relação ao ensino superior e suscitam importantes desafios. Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa foi analisar a história recente do cenário brasileiro a fim de identificar iniciativas das políticas de ensino superior que possam servir como referencial para avanços futuros. A modalidade de educação a distância tem sido uma das políticas públicas adotadas como forma de ampliação do ensino superior no Brasil. Desde 1996, um grande número de legislações favoreceu a oferta de cursos por Instituições de Ensino Superior (IES), com destaque para um decreto que possibilitou um rápido crescimento de cursos, que foi promulgado ainda antes do período da pandemia, em 2017. Do ponto de vista das políticas de ensino superior, o aumento desses cursos precisa ser acompanhado porque no país há grande predominância de instituições privadas, representando 88,4% do total. Esta pesquisa focou a formação em engenharia de produção, já que, em pouco mais de uma década, a partir de 2008, percebeu-se um aumento de mais de 450% no número total de novos cursos autorizados no país. E dentre as principais habilitações em engenharia, a engenharia de produção é uma das que mais cresceu na modalidade a distância, principalmente a partir de 2018, com grande elevação no número de matrículas. Em 2019, houve um maior aumento de cursos a distância em relação aos presenciais, se comparados com 2018. Tal crescimento, como já destacado, foi anterior à pandemia COVID-19 e não teve relação com as mudanças que as instituições brasileiras precisaram implementar de forma emergencial em 2020. Nesse período estudado, um forte exemplo de cooperação entre instituições de ensino foi o consórcio Cederj, formado por universidades públicas do estado do Rio de Janeiro que tem colaborado na formação de milhares de pessoas ao longo dos últimos 20 anos. O Cederj adota um modelo de educação a distância (EAD) semipresencial, mais recentemente entendido como blended learning, valendo-se de estruturas municipais para realizar atividades presenciais como avaliações, seminários e atividades de laboratório. Através do Cederj, pessoas que não teriam acesso ao ensino superior conseguem permanecer estudando em localidades afastadas geograficamente. As estatísticas de 2019 de um importante instrumento de avaliação do ensino no Brasil — o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), do curso de engenharia de produção — permitem exemplificar o sucesso do projeto Cederj. Do ENADE da engenharia de produção participaram alunos de 654 cursos presenciais e a distância. Deste total de cursos, 113 eram de instituições públicas, o que representa apenas 17,3%. O conceito 5, máximo na avaliação, foi atingido por 40 cursos, representando 6,1%. E desses 40 cursos com conceito máximo, 33 eram de instituições públicas, ou seja, 82,5% dos cursos de engenharia de produção. E dentre esses, os dois únicos cursos a distância com nota máxima eram do Cederj. Os resultados da pesquisa, portanto, indicam um aumento de cursos a distância, mas igualmente ressaltam que o destaque de qualidade recai nas iniciativas públicas, como o Cederj, fato relevante diante dos desafios globais atualmente suscitados.

Palavras-chave: ensino superior, engenharia de produção, políticas públicas, educação a distância, Cederj.

(30) A tendência da modalidade de ensino híbrido no Brasil após a pandemia do Coronavírus

Antonio Vico Mañas | avicomanas@gmail.com | Pontifícia Universidade Católica (PUC) - São Paulo

Luiz Fernando Gomes Pinto | luizfgpinto@gmail.com | Centro Universitário Senac - São Paulo

O ensino híbrido (do inglês, blended learning) caracteriza-se por mesclar encontros presenciais em sala de aula a encontros virtuais mediados por tecnologias digitais. Apesar da maioria das instituições de ensino superior (IES) já apresentarem em suas matrizes curriculares disciplinas ministradas presencialmente e a distância, a modalidade de ensino híbrido ainda não é regulamentada no Brasil. Oficialmente, são regulamentadas apenas as modalidades de ensino presencial e a distância, sendo que esta última foi regulamentada somente em 2005. Os cursos de graduação “híbridos” oferecidos no Brasil usualmente são credenciados no Ministério da Educação (MEC) como sendo da modalidade presencial, devido a Portaria nº 1.428, de 2018, que permitiu que até 20% da carga horária total dos cursos de graduação presenciais fosse composta por disciplinas ministradas a distância, ampliada para 40% pela Portaria 2.117, em 2019. As disciplinas ministradas a distância ganharam ainda mais destaque com o início da pandemia do Coronavírus, a partir de março de 2020, devido a substituição das aulas presenciais por aulas mediadas por tecnologias digitais. Em março de 2020, o MEC publicou as Portarias nº 343 e 345, que dispõem sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais por um prazo de trinta dias. Essas portarias foram prorrogadas em mais trinta dias pelas Portarias nº 395 e 473, até que em junho de 2020, foi publicada a Portaria nº 544, que estendeu até o final de 2020 a autorização da substituição das disciplinas presenciais por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais. A autorização da substituição das aulas presenciais por aulas remotas se manteve em 2021, com a homologação pelo MEC do Parecer nº 19 do Conselho Nacional de Educação (CNE). É importante destacar que a educação a distância (EaD) apresentou um crescimento mais acentuado a partir de 2014, devido a diminuição da disponibilidade de crédito estudantil provenientes do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e, em 2015, em razão da retração econômica do País. Segundo dados do Censo da Educação Superior, apesar de 71,5% dos alunos do ensino superior estarem matriculados em cursos presenciais, há uma tendência de aumento de alunos ingressantes na modalidade a distância, que apresentou um crescimento de 15,9% entre os anos de 2018 e 2019, considerando-se IES privadas e públicas. O crescimento do uso da tecnologia como meio de aprendizagem nos últimos anos, reforça a tendência de crescimento do ensino híbrido após o término da pandemia. Em junho de 2021, o CNE deu o primeiro passo para a regulamentação do ensino híbrido no País, ao iniciar a discussão sobre o papel estratégico dessa modalidade no processo de aprendizagem, assim como para moldar modelos pedagógicos. O objetivo deste estudo é investigar o cenário atual do ensino híbrido no Brasil. Para isso, será realizado um estudo de abordagem qualitativa, por meio da realização de pesquisa bibliográfica e documental para avaliar as ações que estão sendo realizadas para a regulamentação dessa modalidade, bem como uma pesquisa de campo junto as IES privadas para identificar os tipos de cursos que estão sendo criados.

Palavras-chave: Blended learning, ensino superior, Políticas educacionais.

(36) Políticas como estratégias compensatórias na Universidade em tempos de COVID 19

Zelia Zilda Lourenço de Camargo Bittencourt | zeliz@unicamp.br | Universidade Estadual de Campinas

Robson Celestino Prychodco | robsilcel@gmail.com | Universidade Estadual de Campinas

Rita de Cassia Letto Montilha | rcietto@unicamp.br | Universidade Estadual de Campinas

Nos dois últimos anos o mundo foi submetido a mudanças profundas devido à pandemia planetária que impôs desafios e exigiu transformações globais em todas as áreas da vida humana. A área da Educação, em especial o Ensino Superior, foi grandemente penalizada por ter que rapidamente se reinventar e criar novas políticas para cumprir o programa letivo. Uma das maiores dificuldades, sem dúvida, foi transformar o ensino presencial em remoto e híbrido, a despeito das dificuldades de professores que não tinham familiaridade com ferramentas tecnológicas bem como os vários problemas de acesso à internet enfrentados pelos alunos. A presente comunicação objetiva apresentar as políticas criadas pela Universidade Estadual de Campinas para reduzir impactos negativos gerados pela pandemia à aprendizagem dos estudantes. Diante dessa nova realidade, a Universidade adotou uma série de políticas como estratégias compensatórias para a comunidade universitária, que podem ser classificadas em três grupos de ações voltadas: 1- para a reorganização didática; 2 – para alunos carentes; 3- para alunos em programa de internacionalização. No grupo 1 as políticas adotadas visaram a reorganização didática com a alteração do calendário escolar e a adaptação das disciplinas da Graduação para atividades não presenciais (Resolução 35/2020, de 24/03/2020); prorrogação da suspensão das atividades presenciais por tempo indeterminado (Resolução 072/2020, de 29/06/2020); criação de Grupo de Trabalho para planejar e implementar um programa de formação docente que permita qualificar o processo remoto de ensino-aprendizagem (Portaria 67/2020, de 15/07/2020); criação de um Grupo de Trabalho para planejar e implementar o Programa Sala Virtual (Portaria 65/2020 de 13/07/2020). No grupo 2 as políticas com ações voltadas a alunos carentes, mediante o pagamento adicional de auxílio financeiro aos participantes dos programas de formação pedagógica PAD e PED no primeiro semestre letivo de 2020 (Resolução 83/2020, de 05/08/2020); o empréstimo de equipamentos e disponibilização de acesso à internet para atividades não presenciais, durante a quarentena (Resoluções 34/2020, de 22/03/2020 e 35/2020, de 24/03/2020). No grupo 3 estão políticas voltadas à alunos em programa de internacionalização, que estabeleceu uma bolsa mensal para que os alunos do Programa AUGM (Asociación de Universidades do Grupo Montevideo) realizem intercâmbio durante um semestre (Resolução 81/2020, de 29/07/2020); instituiu o Programa de Bolsa Auxílio Permanência ao Estudante em Condição de Refúgio da UNICAMP (Resolução 45/2020, de 06/04/2020). As políticas adotadas na universidade por meio de ações compensatórias privilegiaram a inclusão, a redução da desigualdade, a manutenção do acesso e a permanência na universidade e a equidade, propiciando a igualdade de oportunidades e o acesso a cidadania.

Palavras-chave: Ensino Superior, COVID 19, políticas compensatórias, Ferramentas Tecnológicas.

(57) Política de Ensino Superior: a formação de professores frente ao desafio da relação teoria-prática

Raimunda Maria da Cunha Ribeiro | raimundamaria@cte.uespi.br | Universidade Estadual do Piauí

Este estudo tem como objetivo apresentar os resultados oriundos da implantação de um programa de formação inicial de professores, mediante do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a Fundação Universidade Estadual do Piauí e a Prefeitura Municipal de Corrente/Secretaria Municipal de Educação de Corrente-PI/Brasil, denominado Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIID), referente ao ano 2019. A pesquisa adotou princípios das abordagens qualitativa e quantitativa. Utilizamos a técnica survey para o levantamento de dados especificamente utilizada na abordagem quantitativa, embora a análise dos dados aconteceu, predominantemente, pela análise de conteúdos, mais que pela análise estatística. Para a realização do estudo, adotamos as seguintes etapas: i) estudo detalhado do Termo de Cooperação Técnica n. 02/2017, celebrado entre a Fundação Universidade Estadual do Piauí e a Prefeitura Municipal de Corrente-PI-Brasil; ii) plano de aplicação de coleta de dados (survey), por intermédio do qual exploramos as seguintes variáveis: avaliação das atividades desenvolvidas no âmbito do programa no ano de 2019, razões apontadas pelos respondentes para justificar a escolha na questão sobre a avaliação do PIID, atividades que o professor acompanhou o piidiano, desafios a serem superados a fim de existirem avanços no PIID, relação entre os objetivos do programa e as atividades pedagógicas desenvolvidas pelo bolsista, razões que justificam a escolha na questão anterior, atividades pedagógicas em que o piidiano atuou; iv) critérios de seleção dos respondentes: serem participantes do PIID/UESPI; v) número de respondentes: 40 (17 professores, 6 gestores e 17 bolsistas). A pesquisa na perspectiva empírica analisou a política de formação de professores e identificou alguns aspectos: baseia-se na ideia de uma concepção emergente de formação de professores; um dos princípios balizadores consiste em considerar que o professor é construtor de saberes, competências e habilidades de sua profissão, como também construtor de sua identidade profissional. A avaliação do programa em estudo é satisfatória, sendo os dados advindos da pesquisa empírica os principais indicadores. Destacamos dois pontos de importância para a compreensão de que o programa é uma parceria, uma iniciativa, que deu certo e que alcançou os objetivos propostos: satisfatoriamente as atividades desenvolvidas no âmbito do PIID são muito adequadas; os desafios apontados pelos professores, diretores e bolsistas sujeitos da pesquisa referem-se muito mais ao processo de ensino-aprendizagem na educação básica do que propriamente à metodologia e à logística do programa.

Palavras-chave: Universidade, formação, docência.

(58) Política de Responsabilidade Social Universitária: o desafio da formação profissional em tempos de pandemia

Raimunda Maria da Cunha Ribeiro | raimundamaria@cte.uespi.br | Universidade Estadual do Piauí

Em razão da multidisciplinaridade dos conceitos de responsabilidade social sob o olhar de diversos campos, entendemos que se trata de uma constituição social, histórica e política. Para Herrera (2009), a responsabilidade social das universidades forma o elo entre o conhecimento gerado no contexto de sua aplicação e as necessidades locais, nacionais e globais. Na esteira dessa discussão, trazemos o enfoque da responsabilidade social universitária na formação de professores em tempos de pandemia. O que significa, pois, formar o professor? Dizemos que não há uma resposta totalizadora para tal pergunta. Importa saber, que a formação do professor é uma tarefa em processo e, no exercício da formação, a relação teoria-prática é imprescindível. A suspensão repentina do ensino presencial nas universidades e também em estabelecimentos de educação básica, a fim de conter a rápida propagação da COVID-19, trouxe muitos desafios, dentre eles: a necessidade de adaptação de um modelo de ensino presencial para um novo formato, qual seja, o ensino remoto emergencial. Buscamos na parceria institucional um esforço conjunto na busca de soluções para os problemas mais urgentes no campo do ensino e da formação de professores. As universidades estão nesta dinâmica de adotar boas práticas, como ferramentas da gestão socialmente responsável, por meio do diálogo com a sociedade e outras instituições, firmando compromisso em continuar suas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. Trazemos, pois, como objeto deste estudo, a política de formação de professores, destacando o curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Piauí: Programa Institucional de Iniciação à Docência – PIID/UESPI, e os respectivos desdobramentos em meio a uma pandemia. Trata-se uma parceria entre a Fundação Universidade Estadual do Piauí e a Prefeitura Municipal de Corrente-PI/Brasil, referente ao ano de 2021. Este estudo traz como objetivo apresentar uma experiência voltada para a formação inicial de professores, atuando no campo da educação básica, sob a responsabilidade social da Universidade e da Prefeitura Municipal, com destaque para as aulas remotas e atividades complementares remotas. Nesta esteira, destacamos as atividades acadêmicas e pedagógicas e as formas de interação entre as instâncias: escola, família, secretaria de educação e universidade. A interação tem acontecido, mediante ferramentas de tecnologias digitais aplicadas ao ensino remoto emergencial: planejamento de ensino, docência, atividades remotas e avaliação de desempenho no formato remoto.

Palavras-chave: Responsabilidade, universidade, formação, professores, pandemia.

(83) Qualidade no contexto da Autoavaliação Institucional

Adriana Arantes | adrianararantes@gmail.com | UnB/UEG

Pós-graduação em Educação (PPGE), na Universidade de Brasília (UnB), e tem como objetivo analisar o discurso de qualidade em prol da melhoria da educação superior no contexto da autoavaliação institucional, com o que preconiza o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela Lei nº 10.861/2004 (BRASIL, 2004). O conceito de qualidade pode ser algo complexo, polissêmico; seu entendimento é subjetivo, pode se referir ao modo de ser, pode estar relacionado à propriedade de qualificar os mais diversos serviços, objetos, indivíduos. No contexto do Sinaes, a autoavaliação surge como instrumento capaz de gerar um olhar reflexivo da IES sobre si mesma, revelando as potencialidades e fragilidades desta e, por conseguinte, impulsionando tomadas de decisões em prol da qualidade. Nas últimas décadas, o discurso de qualidade nas políticas públicas de avaliação da educação vem sendo globalmente reorganizado a partir das recomendações políticas voltadas para o mercado e orientadas pela eficiência, qualidade, parcerias público-privadas, redes de governança. Os caminhos metodológicos se fazem à luz dos pressupostos do materialismo histórico-dialético, com base na pesquisa bibliográfica. Os estudos apontam que o discurso de qualidade no campo educacional sofre influências tanto de valores e de visões de mundo quanto das interferências governamentais e, ainda, de agências e órgãos internacionais, principalmente do Banco Mundial. Ou seja, as políticas educacionais configuradas na década de 1990 foram notoriamente influenciadas pelos delineamentos econômicos e sociais propostos pelo paradigma neoliberal. A autoavaliação se tornou a base de todo esse sistema no discurso oficial, que busca analisar, de forma detalhada, as instituições de ensino, em dimensões como: missão, políticas de ensino, pesquisa e extensão, infraestrutura, responsabilidade social, sustentabilidade financeira, entre outras, objetivando identificar o compromisso dessas instituições em oferecer um ensino de qualidade para a população. Os resultados analisam que, à medida que a Lei do Sinaes foi sendo regulamentada pelos atos normativos do poder executivo, o processo de avaliação foi tomando contornos mais regulatórios e se valendo de um processo avaliativo mais quantitativo que qualitativo, privilegiando mais as técnicas da econometria em detrimento de uma avaliação mais participativa por parte da sociedade civil e das Instituições de Educação Superior (IES).

Palavras-chave: Sinaes, avaliação institucional, autoavaliação, qualidade.

(98) A percepção dos estudantes com deficiência quanto às políticas inclusivas da Instituição de Ensino Superior

Maria Aparecida Marques da Rocha | mamrocha@unisinis.br | Unisinis

Juliana Dutra de Déos Machado | juliana_deos@outlook.com | Unisinis

Vanessa Dietrich | nessavd89@gmail.com | Unisinis

O estudo apresentado é um recorte da pesquisa “Estratégias de Gestão das Instituições de Ensino Superior: inclusão de estudantes com deficiência”, cujo objetivo geral: analisar a concepção dos estudantes com deficiência, quanto aos processos e práticas de inclusão na IES. O foco desse estudo envolve o segmento dos estudantes com deficiência de uma Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul. O Estatuto da Pessoa com Deficiência - LEI Nº13.146/2015, assegura os direitos nas diferentes políticas públicas no Brasil. O Art. 27 refere-se ao Ensino Superior e trata a educação como um direito à pessoa com deficiência em todos os níveis de aprendizado. Na IES pesquisada, no segundo semestre de 2020, período de Pandemia COVID-19, a Instituição tinha em torno de 14.000 estudantes matriculados, sendo que 142 eram estudantes com deficiência, que representa 1,01%, o dobro da média nacional. Os cinco cursos com o maior número de estudantes da IES: Direito, Arquitetura, Administração, Jogos Digitais, Psicologia e Pedagogia. Estavam matriculados, no período, 57 estudantes com deficiência física, 50 estudantes com deficiência intelectual, 23 estudantes com deficiência visual, 9 estudantes com deficiência auditiva e 3 estudantes com dupla deficiências. A IES respalda-se no PDI (2019-2024) na política de atendimento que trata das necessidades de acessibilidade, de recursos especiais de aprendizagem, do acolhimento e a inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais. Dispõe do Núcleo de Assistência Estudantil – NAE, formado por uma equipe multidisciplinar que busca garantir as condições de acesso ofertando serviços e recursos que promovam a inclusão aos estudantes com deficiência. A metodologia utilizada é a pesquisa qualitativa, estudo de caso (YIN 2015). Inicialmente foi feito o estudo e análise de legislações nacionais e documentos institucionais, sobre a política de acessibilidade para estudantes com deficiência da IES. Num segundo momento, foram contatados os 5 coordenadores de curso, com o maior número de estudantes com deficiência, a participarem da pesquisa, e indicarem estudantes com deficiência que estão a mais tempo no curso a participarem de entrevistas semiestruturadas. Posteriormente, os alunos indicados foram contatados por e-mail ou por telefone e convidados a participarem da pesquisa. As entrevistas foram realizadas na forma online, bem como, também, foi realizada entrevista online com a coordenadora do NAE. Os procedimentos seguiram as resoluções éticas do comitê institucional. As entrevistas foram transcritas e analisadas através da análise de conteúdo. A pesquisa encontra-se em andamento, devido a isso não há, ainda, resultados conclusivos. As considerações são preliminares: percebe-se, com as análises, que os estudantes com deficiência encontram-se, muitas vezes, em situações de invisibilidade perante outros discentes, expõem que há um preconceito estrutural dentro e fora da universidade; por outro lado, narrativas revelam uma grande vontade de estar nesse meio acadêmico. Observou-se nas narrativas dos entrevistados uma certa dificuldade por parte dos professores, quanto a necessidade de mudança de didática na sala de aula, para atender aos estudantes com deficiência. O estudo pretende colaborar na análise e aprimoramento de processos e práticas inclusivas na Universidade, objetivando maior qualidade na formação.

Palavras-chave: Estudante com deficiência, Instituição de Ensino Superior, políticas inclusivas.

(102) Para um desenvolvimento do ensino superior artístico em Portugal

Paulo Morais | pmorais@estc.ipl.pt | ISEL-IPL

Manuel Matos | mmatos@sp.ipl.pt | ISEL-IPL

O RJIES (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, Decreto-Lei n.º 74/2006), que orienta e regula a organização do ensino superior realça a especificidade da área artística e promete a realização de «uma reflexão aprofundada, tendo em vista criar as condições mais favoráveis ao seu desenvolvimento no quadro do ensino superior. » Acresce que no seu artigo 1.º este diploma legal define taxativamente que «São objecto de lei especial, a aprovar no quadro dos princípios fundamentais da presente lei, o ensino artístico [...]». Esta lei não foi, até ao presente, aprovada. Sendo o ensino artístico dependente da sobreposição do «desenvolvimento das capacidades de conceção, de inovação e de análise crítica» e da «investigação aplicada», propõe-se que o ensino artístico, embora operacionalizado através de unidades orgânicas pertencentes aos subsistemas universitário ou politécnico, se reja por normas regulamentares específicas que abranjam os dois subsistemas, abrindo a possibilidade de colaboração entre os dois e, a prazo, a criação de uma Universidade das Artes e um Instituto das Artes, como referido no Relatório Hassan. As áreas de intervenção serão várias para a concretização deste necessário objetivo: Ao nível legislativo com legislação que preveja a especificidade do ensino artístico superior, mas onde seja feita uma meditação sobre o sentido de dois sistemas, quando há formações semelhantes em ambos. Ao nível da estruturação das escolas e dos institutos, dos cursos, do recrutamento de professores, do próprio currículo destes que não pode ser meramente “científico”, importando o reconhecimento de uma taxonomia das atividades artísticas e da sua validação. Será também importante refletir sobre uma política de produção de evidências específicas às áreas das artes e o seu armazenamento em repositórios específicos. Será esta estruturação que permitirá desenvolver um processo completo, adequado e sobretudo justo de avaliação a vários níveis que abarque: a instituição; os cursos; a investigação, onde deve ser privilegiada a pesquisa baseada na prática e não a mera teoria; o envolvimento e avaliação dos estudantes. Urge, pois, definir uma política própria para o ensino superior artístico em Portugal, pretendendo esta comunicação avançar com algumas propostas e sobretudo com soluções viáveis. O Politécnico de Lisboa elaborou a designada “Taxonomia das Artes” que se constitui como referencial para a classificação e avaliação das atividades artísticas. Ficam os cursos e os docentes da área das artes com um enquadramento paralelo ao aplicado ao ensino superior de componente científica e poderão ser plenamente avaliados. Este é um dos passos que os concretizar desde 2006 e quando a publicação do regias daqui deixamos: a taxonomia de certos. Paralelamente esta taxonomia alia-se a um outro instrumento que define mais do que a mera quantificação das atividades desenvolvidas. Define a forma de evidenciar a relevância da investigação baseada nas artes e da produção de arte baseada na investigação, num paralelo com a avaliação científica.

Palavras-chave: Ensino Superior Artístico, taxonomia das artes, acreditação.

(104) Programa Residência Pedagógica: ações de políticas públicas para a formação inicial de professoresSabrina Figueira | sabrinafiga@hotmail.com | Universidade de Cruz AltaMariana Figueira Fontoura | mariana.figueira.fontoura@sou.unicruz.edu.br | Universidade de Cruz AltaSirlei de Lourdes Lauxen | slauxen@unicruz.edu.br | Universidade de Cruz AltaVaneza Cauduro Peranzoni | vperanzoni@unicruz.edu.br | Universidade de Cruz Alta

Este estudo teve como objetivo geral analisar as contribuições do Programa Residência Pedagógica no processo de formação docente. O Programa de Residência Pedagógica é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso, contemplando regência de sala de aula, intervenção pedagógica, com acompanhamento de professores na escola e orientação de docentes da instituição formadora. O presente estudo, trata-se de uma pesquisa descritiva de estudo de caso com abordagem qualitativa. Os sujeitos da pesquisa foram sete bolsistas que participaram do Programa Residência Pedagógicas e que aceitaram realizar a pesquisa. O instrumento de coleta de dados foi o questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas. A partir dos dados coletados foi possível realizar uma análise e organizar os resultados por categorias a partir da matriz de análise. Assim sendo, as reflexões levantadas ratificam as contribuições do Programa Residência Pedagógica na formação docente e constatam que a formação de professores necessita ser contínua e permanente. Considerando que a pesquisa teve sua importância marcada nas contribuições do Programa Residência Pedagógica na formação inicial de professores, foi possível constatar que o Programa é de fato significativo para a formação docente. Diante da participação dos bolsistas na pesquisa constatou-se que os mesmos realizam reflexões acerca dos espaços escolares bem como possibilita que esses construam estratégias para melhorias na qualidade da educação nas escolas. Ratifica também a importância do compromisso dos professores com os alunos, permitindo que os licenciandos (re) constituam seus conceitos acerca do contexto escolar. A escola é um espaço de vivências significativas, que se move de maneira flexível, um espaço de saberes diversos, de situações que não se repetem na mesma ordem nem com o mesmo sentido, com isso, esse lócus, é permeado por inúmeras trocas de saberes, e o Programa Residência Pedagógica surge como uma oportunidade para o acadêmico construir novos saberes por meio da formação de novos professores. Ao findar esse estudo percebe-se que o Programa Residência Pedagógica deve permanecer como ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores, para contribuir na formação de futuros licenciandos, pois traz em sua proposta à aprendizagem por meio da prática em locais concretos, que são as escolas públicas, com isso alicerçando novos conhecimentos para os acadêmicos que buscam uma formação docente com qualidade.

Palavras-chave: Docência, formação Inicial, residência pedagógica.

(128) Política Nacional de Extensão Universitária no Brasil

Diego Souza | bobsheron@hotmail.com | Programa de Pós-Graduação em Administração
PROPAD - Universidade Federal de Pernambuco

José Ricardo Costa de Mendonça | jose.mendonca@ufpe.br | Programa de Pós-Graduação em
Administração PROPAD - Universidade Federal de Pernambuco

Este ensaio objetiva ampliar o debate sobre a relevância do processo da curricularização da terceira missão para o fortalecimento da Política Nacional de Extensão no Brasil. As discussões sobre a terceira missão das Instituições de Ensino Superior têm sido intensificadas internacionalmente, sobretudo nas últimas duas décadas. As bases ontológicas da Extensão Universitária, nomenclatura utilizada no Brasil e em alguns países da América Latina para definir a terceira missão, podem ser discutidas a partir de três perspectivas diferentes: a europeia, a norte-americana e a latino-americana. A primeira baseia-se na disseminação de conhecimentos técnicos a partir de uma perspectiva dominadora para imposição dos seus saberes aos não acadêmicos, fundamentada na necessidade de ampliar o conhecimento dos setores populares. A segunda converge para a ideia de prestação de serviços de uma maneira cooperativa entre a universidade e os outros setores da sociedade (comunidades, empresas, governos, entre outros). E por fim, a perspectiva latino-americana enfatiza a função social da universidade a partir de ações que abordam problemáticas sociais. No Brasil, a agenda da Extensão Universitária e o seu reconhecimento como missão institucional têm sido abordados desde a década de 1960. Neste percurso foi possível observar uma evolução conceitual que passou por diversas fases, algumas foram reflexos de políticas internacionais, outras de demandas nacionais. Um dos resultados relevantes desta evolução foi o estabelecimento do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas que instituiu em 2012 a Política Nacional de Extensão. Através desta política houve a uniformização conceitual de extensão, identificação das suas diretrizes e a retomada do debate sobre o processo de curricularização da extensão iniciado em 2001. Este processo consiste na inclusão da extensão universitária na grade curricular dos estudantes de graduação do ensino superior, tornando obrigatório que todos os estudantes de graduação atuem em ações de extensão. Nesse sentido, foi realizada uma ampla pesquisa bibliográfica que permitiu o estabelecimento de diálogos entre autores, contribuindo para identificar a relevância do processo de curricularização como elemento potencializador da Extensão Universitária. Como consequência desta busca, foi identificado que a institucionalização da extensão universitária implica diretamente em uma resignificação da gestão educacional a partir da perspectiva local desta missão. Ademais, para que haja um redimensionamento eficaz dos processos educacionais é necessário realizar uma análise do perfil curricular, elemento inerente à primeira missão das instituições de ensino superior. Logo, a curricularização da extensão universitária no Brasil além de implicar para os estudantes uma formação acadêmica completa e integrada, corrobora para a institucionalização desta missão e um maior reconhecimento acadêmico.

Palavras-chave: Extensão universitária, Terceira Missão, curricularização.

(157) Avaliação do desempenho no Ensino Superior: percepções e expectativas dos docentes

Angélica Nachiungue Marta Vidal | agvidalag@gmail.com | Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela

Sandra Marisa Nascimento Chimuco | marisachimuco@live.com.pt | Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela

Narciso Jorge Cimbolo Dumbo | narcisodumbo@hotmail.com | Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela

Maria da Conceição Barbosa Mendes | saobarbosa67@yahoo.com.br | <http://orcid.org/0000-0003-4904-7056>

A avaliação do desempenho docente (ADD) no Ensino Superior (ES) em Angola, após vários anos, esteve condicionada a padrões imprecisos, decorrente da inexistência de instrumentos e normativos que pudessem servir de referência para a sua operacionalização. O primeiro regulamento da ADD, publicado por decreto presidencial (n.º 121/20, de 27 de Abril de 2020), levanta expectativas no seio da comunidade académica, por apresentar fundamentos substanciais que contrapõem as anteriores práticas avaliativas, harmonizando, assim, os critérios e os modos de avaliação a nível do ES. Pretende-se com este trabalho compreender as percepções e expectativas dos docentes sobre a implementação do referido normativo. Para o estudo elegeu-se uma metodologia qualitativa, de nível exploratório-descritivo, baseada na análise documental e a entrevista como técnica de recolha de dados. Compulsada a literatura e documentos, analisados os resultados conclui-se que os docentes visibilizam a existência de normativo para avaliação do desempenho como um elemento reitor da práxis; valorizam os parâmetros estabelecidos, dada a sua clarificação e contextualização. É expectável, por parte dos docentes, o cumprimento dos critérios que regulam a efetivação da avaliação, de modo que não sejam apenas consignações normativas, mas sim, referenciais optimizadores do seu desenvolvimento profissional.

Palavras-chave: avaliação do desempenho docente, ensino superior, regulamento de avaliação do desempenho docente.

TEMA 6

Gestão, Liderança, Governo e Qualidade no Ensino Superior

(15) ENSINO SUPERIOR: trajetória e ambiguidade no emprego do termo qualidade

José Dias | jorge.dias@ares.cv | Agência Reguladora de Ensino Superior

A definição de qualidade do Ensino Superior (ES), dada a sua natureza multidimensional, apesar dos avanços conquistados, continua a ser alvo de discórdia e ambiguidade no emprego do termo controversia. Três décadas depois, há quem defenda que a qualidade não pode ser definida nem quantificada e outros, ainda, argumentam que a qualidade é subjetiva e dependente de perspectivas individuais, pelo que a definição de qualidade do Ensino Superior (ES), dada a sua natureza multidimensional, continua a ser alvo de controversia. O presente trabalho pretende discutir as diferentes correntes da discórdia e ambiguidade no emprego do termo qualidade e analisar as propostas orientadoras que visem a garantia de qualidade efetiva no Ensino Superior.

Conceito de Qualidade. O conceito da qualidade no Ensino Superior tem sido alvo de transformações ao longo das últimas décadas. É referida a sua multidimensionalidade, significando que as concepções e objetivos no âmbito da qualidade do ensino são diversos e incluem múltiplos níveis - individual, departamental e institucional (Landon & Gordon, 2015). Recentemente, tem havido a tentativa de relacionar a “qualidade do ensino” com os “resultados de aprendizagem (Gunn & Fisk, 2014). Uma análise realizada por Fanghane e colaboradores (2016) sobre o ensino no Reino Unido concluiu que têm proliferado várias definições e concepções sobre a qualidade do Ensino Superior, o que dificulta as tentativas de avaliar, promover e melhorar a qualidade. A partir de uma revisão literária sobre avaliação e qualidade do Ensino Superior, verifica-se uma mudança de foco na literatura (Fanghane et al, 2016; Harrison et al, 2020) havendo um maior foco na política institucional e nacional, em detrimento das práticas individuais para desenvolver estruturas de qualidade e com competência. Cada vez mais a qualidade do Ensino Superior é postulada como um objetivo das políticas nacionais. Verifica-se também a discussão quanto aos parâmetros considerados para a elevada qualidade, com críticas recentes à primazia da investigação em detrimento do ensino. Considerações Finais: Considerando a variabilidade de concepções e enfoques no âmbito da qualidade do Ensino Superior pode-se considerar que a qualidade do Ensino Superior começa “desde dentro” e “para dentro”. Não pode haver “internacionalização” do ensino se o ensino superior não acarretar valor nacional - o que implica, concretamente, que as políticas educacionais de cada país devem explicitar e salientar esta componente na classificação das suas universidades, dentro e entre os sistemas nacionais de Ensino Superior (Greatbatch & Holland 2016; Harrison et al, 2020; Musselin 2018).

Palavras-chave: Trajetória, ambiguidade, qualidade.

(25) A virtualização dos processos de avaliação na Educação Superior Brasileira em função da pandemia

Jusciney Carvalho Santana | juscineycarvalho@gmail.com | Universidade Federal de Alagoas

Com a instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a partir da lei nº 10.861/2004, que vem cumprindo o objetivo de garantir a contínua melhoria da qualidade da educação ofertada, o conjunto de instituições de ensino superior (IES) brasileiras, de rede pública e privada, passaram a adotar obrigatoriamente processos de autoavaliação, através das suas Comissões Próprias de Avaliação (CPA), que contemplam avaliar anualmente os cinco eixos preconizados no SINAES: 1) Planejamento e Avaliação Institucional; 2) Desenvolvimento Institucional; 3) Políticas Acadêmicas; Políticas de Gestão e 5) Infraestrutura. Paralelamente às avaliações internas, universidades, centros universitários e faculdades também começaram a receber presencialmente comissões externas, designadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Anísio Teixeira (INEP), que é a instância responsável pelo conjunto de avaliações do Ministério da Educação (MEC), que vem permitindo o cumprimento periódico dos atos de regulação e avaliação de cursos e também os institucionais, para fins de credenciamento ou credenciamento de IES. Em 2020, no entanto, as avaliações externas foram suspensas pelo Instituto, em respeito às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), determinadas após a confirmação da pandemia do novo coronavírus SARS-CoV-2, o que resultou tanto no acúmulo de visitas a serem realizadas para o ano seguinte quanto na impossibilidade de cumprir os prazos acordados entre Inep e instituições. A retomada deste cronograma em 2021, ganhou concretude com a Portaria INEP nº 165, de 20 de abril de 2021, que instituiu a Avaliação Externa Virtual in Loco no âmbito das visitas por comissões de especialistas para avaliação externa de Instituições de Educação Superior e cursos de graduação, no âmbito do SINAES, e da avaliação das Escolas de Governo. Essa mudança estrutural no formato das visitas in loco culminou com a necessidade de atendimento de novas demandas para as instituições a serem avaliadas e, por outro lado, na proposição de novas formações para a gestão do INEP e também para o Banco de Avaliadores do SINAES (BASIS). O presente estudo, de abordagem qualitativa, apresenta uma revisão de literatura sobre as políticas de avaliação na educação superior no Brasil, considerando as contribuições de Fernandes e Freitas (2007), Dias Sobrinho (2003), Sguissardi (2008), Trindade (2012), Peixoto (2011) e Silva (2010). Também analisa desafios, limitações e tendências no campo da avaliação, em decorrência da adoção dos processos avaliativos virtuais.

Palavras-chave: Avaliação Institucional, autonomia, democracia, Educação Superior, pandemia.

(26) Avaliação da Educação Superior: um estudo sobre os resultados do ENADE 2011, 2014 e 2017 do curso de Licenciatura em Letras da Universidade de Brasília (unb)

Camila Costa de Oliveira Teixeira Alvares | camilacosta2010@gmail.com | Universidade de Brasília

Luciana da Silva Castro | lucianacastro.silva04@gmail.com | Universidade de Brasília

Este estudo corresponde a um recorte de pesquisa mais ampla realizada pelo Grupo de Estudos de Política de Avaliação da Educação Superior (GEPAES) da Universidade de Brasília (UnB) realiza com a finalidade de traçar e expor o perfil dos estudantes a partir dos resultados obtidos no questionário do Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (Enade). O estudo apresentado dialoga com a temática da avaliação da educação superior, particularmente com os resultados obtidos no Enade 2011, 2014 e 2017 pelo curso de Licenciatura em Letras da UnB. Nesta direção, procuramos primeiramente relacionar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) com os dados referentes aos resultados do desempenho dos estudantes e os conceitos do curso nos três ciclos analisados. Além disso, identificamos e discutimos o perfil dos estudantes a partir dos dados socioeconômicos e formativos dos estudantes. Do ponto de vista metodológico, os resultados discutidos neste estudo originam-se da análise de documentos institucionais e outros relacionados a avaliação do Enade: Projeto Pedagógico do Curso, Relatórios de Curso de Letras do Enade, Relatórios Enade da UnB, questionários e registros dos estudantes desse exame e as planilhas do Conceito Preliminar de Curso (CPC) nos referidos anos. Visando alcançar o objetivo proposto, analisamos algumas categorias do PPC, entre elas, o contexto da oferta, a finalidade do curso, a estrutura curricular, a organização didático pedagógica e as políticas institucionais e articulamos aos dados encontrados nos seguintes documentos: questionários do estudante, relatórios do Enade 2011, 2014 e 2017, e planilhas do CPC dos referidos anos. Também, discorreremos sobre o Enade, um dos componentes do Sinaes, e analisamos algumas categorias sobre os dados socioeconômicos e formativos dos estudantes do curso de Letras. Ressaltamos que, dos três componentes do Sinaes, os estudos apresentados evidenciam que o Enade condiciona a lógica do Sinaes à regulação para o mercado educacional e sugerem indícios de um modelo de accountability. Ao articularmos o PPC do referido curso com os Relatórios Enade dos três ciclos avaliados, os dados analisados refletem que o curso de letras da UnB avançou de 2011 para 2014, e desde então, é considerado como bom, conforme os indicadores de qualidade do Sinaes, tendo mantido o conceito 4 até 2017. O currículo do curso investigado não está de acordo com a Resolução nº 2 de 01 de julho de 2015 e está passando por reformulação. Em relação ao perfil socioeconômico dos estudantes, os dados pesquisados revelam que o curso concentra o maior número de estudantes solteiros (as), do sexo feminino e que moram com os pais ou parentes. Destacamos a variação da categoria cor/raça em cada ano analisado. Também, há um alto índice de alunos que trabalhavam durante o curso e que têm suas despesas financiadas pela família ou por outras pessoas. Há uma predominância de estudantes vindos de escolas públicas nos dois últimos ciclos; que escolheram o curso por outros motivos, que não por vocação; com experiência antes e durante o curso no magistério; e que pretendem exercer o magistério como atividade profissional, seja ela principal ou secundária.

Palavras-chave: Enade, Licenciatura em Letras, perfil socioeconômico.

(40) Práticas de gestão escolar à luz da Teoria dos Stakeholders: fundamentos teóricos para uma abordagem na Educação Profissional e Tecnológica

Stenio Pinheiro dos Santos | stenio.santos@cpspos.sp.gov.br | Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS)

Michel Mott Machado | michelmottmachado@gmail.com | Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS)

Tem-se por objetivo mapear o referencial teórico das práticas de gestão escolar baseadas na Teoria dos Stakeholders. Essa discussão faz parte de uma pesquisa mais ampla, a qual visa analisar como se configuram as práticas de gestão das escolas técnicas/faculdades de tecnologia do Estado de São Paulo/BRA, à luz da Teoria dos Stakeholders. Para tal, utilizou-se a pesquisa bibliográfica (livros/artigos), sendo a busca de artigos em bases de dados abertas (março/junho de 2021), a partir dos descritores: “Teoria dos Stakeholders”, “gestão escolar”, “educação profissional e tecnológica” (EPT). Na EPT, uma das concepções é a da Educação Tecnológica, a qual orienta-se à formação de trabalhadores como sujeitos coletivos/históricos (Manfredi, 2016). Portanto, é coerente pensar a escola como uma comunidade democrática de aprendizagem, um ambiente formativo, uma vez que as práticas de organização e gestão também educam (Libâneo; Oliveira & Toschi, 2012). Isso requer refletir sobre as funções de instituições dedicadas a EPT, sendo que a sua gestão merece atenção (Peterossi, 2014), assim como o relacionamento entre instituição de ensino e sociedade (Machado, 2021). Importante marco teórico acerca da abordagem teórica dos stakeholders, Carrol (1993) vai compreender como stakeholder um indivíduo ou grupo com quem uma determinada organização interage e que nela possui algum interesse, além de um certo sentido de direito sobre ela. Freeman (2004), por sua vez, entende como stakeholder qualquer grupo/indivíduo que pode afetar ou ser afetado pelo alcance dos objetivos da organização. O desenvolvimento da teoria dos stakeholders pode ser observado no contexto da própria história intelectual da responsabilidade social corporativa (RSC) (Birch et al., 2017), principalmente por meio do modelo tridimensional (Carrol, 1979), do contrato social (Donaldson, 1999) e stakeholder (Freeman, 1984). Não é de hoje que a responsabilidade social da educação superior (RSES) tem sido objeto de atenção das Instituições de Ensino Superior (IES) (Calderón, 2005; Vallaeys, 2006; Calderón; Pedro; & Vargas, 2011; Calderón; Gomes; & Borges, 2016; Martí-Noguera; Licandro; & Gaete-Quezada, 2018; Sousa et al., 2021; Lavor Filho et al.; 2021), tanto na perspectiva da prática de gestão quanto de pesquisa (Silva; Foligno; & Machado, 2020). No entanto, estudos especialmente na EPT, ainda são escassos e pouco representativos (Gonçaze; Carvalho; & Oliveira, 2021), o que também pode ser assumido às “práticas de gestão escolar e a teoria dos stakeholders”. No Brasil, pesquisas a partir de uma visão baseada stakeholders tem sido dirigidas, principalmente: “práticas de gestão na escola pública básica” (Singh; Freitas; & Valadão Júnior, 2019); “gestão democrática em escola pública fundamental” (Vieira; Singh; & De-Carli, 2020); “qualidade no ensino superior” (Mainardes; Deschamps; & Tontini, 2009); “formulação do Pronatec” (Bispo & Gomes, 2018); “criação de valor em IES” (Langrafe et al.; 2020); “IES e o seu desempenho social corporativo” (Langrafe et al.; 2020a); “pós-graduação no Brasil” (Costa & Paiva, 2021). Nota-se a relevância/opportunidade acerca da abordagem de stakeholders à pesquisa voltada para sistemas e/ou unidades educacionais dedicadas à EPT do Estado de São Paulo, de modo a subsidiar as discussões em uma modalidade de ensino ainda pouco contemplada na literatura, para dizer o mínimo.

Palavras-chave: Práticas de Gestão Escolar, Teoria dos Stakeholders, Educação Profissional e Tecnológica, Ensino Superior.

(46) A importância do Modelo de Transformação Digital na transformação digital das instituições de ensino superior

Miguel Fernandes | miguel.fernandes@santamariasaude.pt | Escola Superior de Saúde Santa Maria

Hugo Moreira | hugo.moreira@santamariasaude.pt | Escola Superior de Saúde Santa Maria

A transformação digital é uma realidade que atinge todas as instituições de ensino superior. A evolução tecnológica e social impulsiona a sua adaptação a este novo paradigma de forma a manterem-se competitivas e a entregarem mais valor à sua comunidade. Neste contexto de transformação do ensino superior, a definição da estratégia digital é essencial para todas as organizações, uma vez que o sucesso de um projeto de transformação digital depende da formulação de uma estratégia digital que sirva de bússola do projeto. A delineação da estratégia digital constitui o primeiro passo no processo transformativo de integração de tecnologias digitais na modernização do ensino superior. O Modelo de Transformação Digital surge como uma ferramenta de definição das linhas orientadoras de todo o processo de transformação digital, estabelece a visão estratégica que servirá de guia para o planeamento e implementação das soluções tecnológicas e das mudanças que elas implicam. A formulação do Modelo de Transformação Digital auxilia também as instituições de ensino superior no processo de reflexão sobre a transformação digital através de uma abordagem estruturada, dinâmica e visual. As instituições de ensino superior podem construir o seu Modelo através de diferentes formas, no entanto todos eles abordam as oportunidades que o digital proporciona na sua atividade, as tecnologias e capacidades digitais necessárias para cumprir a estratégia idealizada tal como as dimensões de negócio a transformar digitalmente. A presente comunicação tem como principal objetivo contribuir para a adoção do Modelo de Transformação Digital nas instituições de ensino superior, realçando a sua importância e pertinência no processo de transformação digital. Outro objetivo é dar a conhecer a iniciativa de transformação digital em curso na Escola Superior de Saúde Santa Maria através da apresentação do modelo utilizado para definir as linhas estratégicas do projeto. De forma a cumprir os objetivos desta comunicação foi realizada uma revisão da literatura para sistematizar as noções fundamentais relativas ao conceito de Modelo de Transformação Digital. A revisão da literatura foi complementada com a experiência retirada do projeto de transformação digital da Escola Superior de Saúde Santa Maria que permitiu aplicar os conhecimentos obtidos na revisão.

Palavras-chave: Transformação digital no Ensino Superior, estratégia digital, modelo estratégico da transformação digital.

(48) Service Design como meio para conectar necessidades de gestores, professores e alunos em ambientes acadêmicos

Diego Maffazzioli Santos | contatododiego@gmail.com | Universidade Europeia - IADE
Sofia Dinis Esteves | ana.esteves@universidadeeuropeia.pt | Universidade Europeia - IADE
Mateus Ericson Flores | mef@upf.br | Universidade de Passo Fundo

O propósito do presente estudo se deu na busca por respostas às dificuldades reais de universidades em aproximar métodos de gestão eficientes às necessidades de seus alunos. Para isso, procurou-se validar a aplicação do Service Design como meio de fomento à colaboração de diferentes atores, dentre eles professores e alunos, visando entender com profundidade contextos, necessidades, desejos e objetivos, tanto destes atores, como da própria organização. O Service Design foi escolhido por permitir o redesenho de experiências aos usuários de um serviço, colocando-os no centro da tomada de decisão, na gestão e na própria arte de criar soluções e ideias, no intuito de projetar estados futuros melhores no relacionamento entre a Universidade e os Alunos. O modelo empregado foi composto por quatro etapas de execução prática na Faculdade de Odontologia da Universidade de Passo Fundo, no estado do Rio Grande do Sul, no sul do Brasil, e contemplou diferentes fases, nomeadamente, de descoberta, entendimento, ideação e validação. A consecução dos trabalhos teve o envolvimento de 108 alunos e 5 professores de diferentes disciplinas, com o emprego das seguintes ferramentas: MoSCoW para pesquisa qualitativa, pesquisa quantitativa de validação de descobertas, sprint de Service Design com duração de 16 horas, este valendo-se de métodos como Estruturas Libertadoras, OKLCD e Kano Model. Com isto, surgiu uma miríade de caminhos possíveis de melhorias em diversos âmbitos, como novos ativos de aprendizado, canais de ensino e aprendizagem, formas e formatos de avaliação continuada, sempre com a pretensão de serem úteis para impulsionar a atualização de metodologias aplicadas por professores. Já durante o processo, a comunicação e os pontos de contato entre os entes administrativos e as pessoas tornaram-se mais humanos, não só nos diferentes estágios da jornada acadêmica, mas também, após a saída dos alunos para o mercado de trabalho. A última etapa do modelo, através de uma pesquisa qualitativa/quantitativa, classificou e priorizou as soluções pensadas e propostas por professores e alunos, de maneira a apontar o melhor caminho de investimento por parte da Instituição de Ensino Superior, desta forma, com melhor aproveitamento na alocação de recursos financeiros, humanos e estruturais, e maior probabilidade de acerto frente aos anseios da comunidade acadêmica.

Palavras-chave: Service Design, inovação, experiência do consumidor, Educação Superior.

(49) O risco da vida política do Sinaes no contexto da pandemia COVID-19

Camila Costa de Oliveira Teixeira Alvares | camilacosta2010@gmail.com | Universidade de Brasília

José Vieira de Sousa | sovieira1@gmail.com | Universidade de Brasília

Estamos vivendo um período histórico mundialmente impactante provocada pela pandemia COVID-19, o que alterou profundamente o dia a dia de todas as pessoas da sociedade. Na educação superior, as mudanças ocorridas, além da introdução do ensino híbrido e da adoção do ensino remoto emergencial, se deram também no âmbito do exercício da avaliação e regulação. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo identificar os atos regulatórios, que têm efeito sobre avaliação e regulação sem, necessariamente, fazer referência ao Sinaes e à pandemia; e outros que estão diretamente relacionados com o Sinaes no contexto da pandemia. Para tanto, foi realizado um estudo bibliográfico e exploratório, entre março de 2020 até abril de 2021, a partir de uma única fonte de dados: documentos oficiais. Quanto às publicações oficiais, foram identificados 21 atos normativos que se articulavam com alterações promovidas nos processos avaliativos e regulatórios da educação superior. Em relação os documentos que abordam alteração de procedimentos de avaliação e regulação, no âmbito do Sinaes: a prorrogação do prazo para implantação de instituições credenciadas e de cursos autorizados; alteração do calendário anual de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no Sistema e-MEC em 2020; instituição de protocolo de biossegurança para realização de avaliações externas in loco; e, a adição de um ano ao prazo de implantação de novas Diretrizes Curriculares Nacionais de cursos de graduação. Em relação os documentos que tratam de procedimentos de avaliação e regulação da educação superior, mas que não fazem referência à pandemia, em virtude dos efeitos significativos sobre o desenvolvimento dessas duas funções. Especificamente em relação à avaliação, tem-se a portaria que regulamenta a gestão do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e do Banco de Avaliadores do Sistema de Avaliação de Escolas de Governo. Além da citada portaria, foi publicada a Instrução Normativa nº 3, de 18 de novembro de 2020, que vincula os integrantes do Basis a instrumento de avaliação de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação e para credenciamento e reconhecimento de IES, associando os mesmos avaliadores a dois tipos de atos autorizativos, a saber: de cursos e institucionais. Dentre os atos normativos publicados nesse cenário preocupante, a Portaria, nº165, de 20 de abril de 2021, merece destaque ao instituir a avaliação externa virtual in loco no âmbito das visitas por comissões de especialistas para avaliação externa de IES e cursos de graduação, no âmbito do Sinaes, e da avaliação das Escolas de Governo. Observa-se que essa medida tem vigência somente no período de pandemia e abrange apenas o credenciamento e autorização de cursos. No entanto, consideramos importante acompanhar os desdobramentos dessa portaria, pois esse procedimento emergencial pode se tornar permanente ou não; se sim, provavelmente abrangerá outros atos regulatórios. Concluímos que os atos normativos publicados, no período da pandemia, provocaram implicações significativas nos processos avaliativos e regulatórios da educação superior brasileira. Levando em conta que o cenário estabelecido para os próximos anos questionamos o risco da vida política do Sinaes.

Palavras-chave: Avaliação, Educação Superior, regulação, Sinaes, COVID-19.

(50) A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no ensino superior: uma experiência no Instituto Federal de Goiás, Brasil

Suelene Silva | suelene.silva@ifg.edu.br | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG

Adriana Ferreira | adriana.ferreira@ifg.edu.br | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG

Marcelo Oliveira | marcelo.oliveira@ifg.edu.br | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG

A formação superior visa agregar habilidades em diferentes áreas do conhecimento e ainda contemplar o desenvolvimento de uma visão mais crítica da sociedade. A Constituição Federal Brasileira, em relação à educação em nível superior, estabelece, no artigo 207, que “[a]s universidades [...] obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. O Instituto Federal de Goiás, Brasil, corrobora as colocações da lei maior ao postular em seu Projeto Político-Pedagógico Institucional que “[a] indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve orientar a construção das ações e definir os objetivos da instituição”, bem como que “[é] relevante também estabelecer instrumentos que favoreçam a realização de ações de extensão, pesquisa ou ensino. Esse aspecto deve estar presente nos projetos de curso e nas políticas, como um objetivo definidor de uma cultura institucional que compreende como indissociáveis as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão” (PPPI, p. 3). O projeto ‘Movimentos Migratórios em V: português para falantes de outras línguas - MoVe’ é um dos instrumentos que atendem, no IFG, às proposições dos documentos que regem o ensino superior ao promover o desenvolvimento do conhecimento científico nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão de modo coeso e sustentável. No ensino, o MoVe oferta curso de português para haitianos e venezuelanos, em situação de vulnerabilidade social, por conseguinte, o curso constitui-se como campo de formação pré-serviço para alunos do curso superior em Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa e de estágio obrigatório para os licenciandos desse curso, especificamente cumprindo a Matriz Curricular referente ao Estágio III, que visa a atuação na subárea de ensino de português como língua não materna. Na pesquisa, o MoVe é contexto de estudo para a execução de Trabalhos de Conclusão de Curso e de Iniciação Científica, e ainda para pesquisas em nível Lato Sensu e Stricto Sensu. A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional Brasileira, de 20 de dezembro de 1996 (LEI Nº 9.394, 1996) apresenta, no artigo 43, que a educação superior deve “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”. Embora a Lei não reafirme o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como postulado na Constituição Federal, é dever das instituições públicas de ensino superior cumprir com esse quesito na defesa de uma formação acadêmica teórico e prática emancipatória de seus estudantes.

Palavras-chave: Indissociabilidade, ensino-pesquisa-extensão, leis Brasileiras, emancipação acadêmica e profissional.

(72) Gestão e Liderança em cenários de crise: os desafios para a Educação Superior pós-travessia pela pandemia COVID-19

Beatriz Maria Eckert Hoff | biaeckert@gmail.com | UDF Centro Universitário

Diante dos desafios que se apresentam à Educação Superior com os adventos do século XXI, por um lado, impulsionados pela natureza inovadora da Educação 4.0, da diversidade de linguagens e das mídias sociais; por outro, pela crise que se instalou mundialmente com a Pandemia COVID-19, exige-se novos caminhos para a gestão e liderança na Educação Superior. Nossos estudos mostram que a gestão exerce influência significativa, positiva ou negativa, no processo pedagógico e na relação professor-aluno dentro da Instituição de Educação Superior. Desses estudos depreendemos que a gestão é a arte de pensar, decidir e agir, é a arte de fazer acontecer, obter resultados que podem ser previstos, analisados, mas obtidos por meio de pessoas, numa interação constante. Diante disso, e partindo do pressuposto, a partir dos estudos de Michael Crow (2015), de que os gestores e os líderes educacionais precisam dos conjuntos de habilidades de um político, de um acadêmico e de um empreendedor, objetivamos, com este trabalho, apresentar as premissas e os propósitos essenciais para que a gestão e a liderança na Educação Superior inspirem criatividade, inovação e mudanças, mesmo em tempos de crise e, mais especificamente, neste momento de pós-travessia pela pandemia. Para tal, quais seriam as competências, habilidades e atitudes necessárias para fazer uma boa gestão/liderança? Sabemos que a gestão e a liderança na educação superior são responsáveis por um conjunto estonteante de atores que constituem a Universidade: alunos, professores, corpo administrativo e a comunidade. Interessa-nos nesse campo, o papel do Reitor, que requer, dentre outras habilidades, competências e atitudes, um perfil acadêmico e de pesquisa, perspicácia administrativa e financeira e destreza relacional e política. Nossa discussão gira em torno de três grandes questões: - a de que é preciso ter forte capacidade de inovar e de criar para lidar com o desconhecido, com o randômico; a de que é preciso construir a visão e agregar a equipe em torno da visão e dos propósitos; - a de que é preciso encontrar o equilíbrio necessário entre ser estrategista e gerenciar conflitos, em busca de uma gestão com resultados e uma liderança humanizada. Discutir a complexidade, a heterogeneidade e a singularidade dessas questões para uma boa gestão/liderança num mundo pós-pandêmico, é a que se propõe o presente estudo.

Palavras-chave: gestão, liderança, educação superior, competências, crise.

(73) Aspectos facilitadores e inibidores da participação dos estudantes na governação das instituições de ensino superior

Carla Cibebe Figueiredo | cibeldefster@gmail.com | Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal

Albertina Palma | albertina.palma@ips.pt | Instituto Politécnico de Setúbal

Ana Maria Pessoa | ana.pessoa@ese.ips.pt | Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal

Filipe Fialho | filipe.fialho@ese.ips.pt | Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal

Joaquim Mourato | amourato@ipportalegre.pt | Instituto Politécnico de Portalegre

O projeto de investigação “Participação dos estudantes e qualidade das instituições de ensino superior (PEQUES)” é promovido pelo Centro de Investigação em Educação e Formação do Instituto Politécnico de Setúbal. Com este projeto pretende-se analisar e compreender a participação democrática e cívica dos estudantes na gestão das instituições do ensino superior politécnico, atendendo a que a legislação, em vigor em Portugal, a consagra formalmente em vários órgãos, em alguns deles, tal como o Conselho Pedagógico, com paridade face aos docentes. No entanto, e destacamos os últimos cinco anos, os índices de participação, nomeadamente nas eleições para os representantes do corpo dos estudantes nestes vários órgãos de governo tem vindo consecutivamente a diminuir. Assim, importa compreender as razões para tal, assim verificar até que ponto este resultado é semelhante nos vários institutos politécnicos (IP), sendo que nesta primeira fase entendemos estudar o Instituto Politécnico de Setúbal (no litoral) e o Instituto Politécnico de Portalegre (no interior). Com a escolha de uma metodologia mista (quantitativa-qualitativa) usam-se as técnicas de análise documental, entrevista individual, questionário e focus group, cada um com objetivos diferentes e complementares. Nesta fase, e para esta comunicação em particular, usaremos a informação recolhida através de 16 entrevistas realizada a estudantes com e sem cargos de gestão nos dois IP, estas foram gravadas, transcritas e sujeitas a análise de conteúdo. A escolha dos estudantes sem cargos para entrevista foi realizada através de um processo aleatório em que se sortearam respetivamente as instituições dentro de cada IP, dentro desta o curso e, por ordem, três estudantes matriculados no 3º ano do mesmo. Relativamente aos estudantes com cargos, procurou-se ter estudantes com representação em diferentes órgãos de governo, quer ao nível de escola, quer de IP e a seleção implicou, em alguns casos (quando havia mais do que um/a estudante), uma consulta opinativa junto do presidente do respetivo órgão de governo, tendo em conta a assiduidade e a participação efetiva do estudante. Dos resultados preliminares da análise de conteúdo, destacamos duas categorias: os aspetos inibidores e facilitadores de participação. Em relação aos aspetos inibidores sobressai não apenas a falta de informação sobre os órgãos de governo, mas ainda o momento e a forma como esta é transmitida pelas instituições. Destaca-se ainda a “falta de tempo” ou simplesmente o receio de não o ter e a desvalorização destas funções por parte da família, dos próprios colegas e de alguns professores. Como fatores facilitadores que de algum modo impulsionaram a participação surge o contacto com outros colegas que já exerciam essas funções, uma certa pressão por parte das instituições dos estudantes como a Associação Académica (ou similar), experiências anteriores de participação na vida associativa (por exemplo, no ensino secundário) ou a vontade de aproveitar a frequência do ensino superior para realizar este tipo de experiência. Concluímos que a influência dos pares parece ser o fator mais decisivo e que, quando esta é omissa ou não faz sentir com mais acuidade, não há estratégias institucionais que superem tal ausência.

Palavras-chave: Governo, participação, Ensino Superior.

(95) Modelos diferenciados de ensino superior num pequeno estado insular: o caso de Cabo Verde

Elizabeth Coutinho | elizabeth.coutinho@ares.cv | Cape Verde Higher Education Regulatory Agency (ARES)

Maria Adriana Carvalho | madrianacarvalho72@gmail.com | Investigadora Independente

As universidades públicas cabo-verdianas são instituições mantidas e vinculadas ao aparelho do Estado e, sendo assim, afetadas por modificações e interferências que impactam o sector público. A sujeição ao contexto da gestão pública instiga as Instituições de Ensino Superior a incorporarem novos modelos e a não prescindirem de mecanismos de gestão e governança, como a accountability e a transparência. Este desiderato justifica-se, sobremaneira, num pequeno e vulnerável país insular – caso de Cabo Verde – que deve privilegiar a criação de capacidades para aceder, captar e utilizar o conhecimento de nível superior. A configuração do ensino superior público num contexto arquipelágico, de dispersão territorial e de uma expressiva diáspora, requer uma partilha virtuosa entre o Estado e a sociedade, incluindo o setor privado, em colaboração com centros de excelência internacionais. Numa perspetiva diacrónica, situamos no marco de referência inicial – a Universidade de Cabo Verde (2006) – a primeira e, durante mais de uma década, a única universidade pública no Arquipélago e na legislação enquadradora do ensino superior. A Lei de Bases do Sistema Educativo (2010, revista em 2016), o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (2012) e o Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior (2012) propiciaram um quadro legal que procura suster tendências corporativistas das universidades, através de referenciais normativos para o setor educativo, no seu todo, e para a convergência com os sistemas internacionais, nomeadamente, o Espaço Europeu de Ensino Superior. A capacidade de regulação do ensino superior, fator de garantia da qualidade, é garantida com a criação da Agência Reguladora do Ensino Superior – ARES (2016). Nesse mesmo ano, a Universidade de Cabo Verde, introduziu alterações aos seus estatutos, que decorreram da aprovação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior. Em finais de 2019, com a criação da Universidade Técnica do Atlântico, introduziu-se um fator de mudança estrutural do ensino superior, indutor do seu reordenamento e de um novo paradigma para a educação superior em Cabo Verde. A situação atual resume-se a duas universidades, dois estatutos, duas visões de ensino superior público num pequeno estado insular. É nosso propósito, no presente artigo, analisar as convergências, complementaridades e/ou divergências patentes nos estatutos da Universidade de Cabo Verde e da Universidade Técnica do Atlântico. Pretende-se, ainda, elencar perguntas e inquietações sobre os processos de gestão em curso e as tentativas de adequação a novos modelos de gestão universitária. Em síntese, espera-se contribuir para a necessária reformulação do ainda incipiente ensino superior público.

Palavras-chave: Pequeno Estado Insular, governança, Ensino Superior Público.

(100) Perfil académico dos alunos bolseiros do Politécnico de Lisboa: impactos da pandemia COVID-19

Manuel Matos | mmatos@sp.ipl.pt | Portugal | ISEL-IPL, IT

Fernando Carmo | fcarmo@sas.ipl.pt | SAS-IPL

Heitor Oliveira | holiveira@sas.ipl.pt | SA-IPL

Filomena Novo | fnovo@sas.ipl.pt | SAS-IPL

Carla Brito | ctomaz@sp.ipl.pt | IPL - Instituto Politécnico de Lisboa

Nádia Paixão | npaixao@sp.ipl.pt | IPL - Instituto Politécnico de Lisboa

O Politécnico de Lisboa (PL) tem actualmente cerca de 14 000 alunos em que cerca de 2 700 (~20%) concorreram a Bolsas de Acção Social em cada ano lectivo. São concedidas, em média, bolsas a cerca de 1 700 alunos (~13%). As Bolsas constituem para muitos estudantes a garantia de frequência do Ensino Superior o que torna este apoio de extraordinária importância. Para uma gestão mais aprimorada dos recursos é importante saber quais as escolas e quais os cursos que concentram o maior número de bolseiros. Deverão ser esses cursos e essas escolas as prioritárias nas acções de apoio complementares às bolsas e alvo de uma atenção prioritária pelos Serviços de Acção Social (SAS). Pretende-se também avaliar o impacto da crise económica resultante da pandemia, nomeadamente o seu impacto nos estudantes e suas famílias nos pedidos de Bolsas. Verificou-se que no ano lectivo de 2020/21 se candidatam a Bolsas de Acção Social 2 612 alunos quando em 2019/20 se candidatam 2 645 alunos e em 2018/19 este número foi de 2 816. O Politécnico de Lisboa tinha inscritos 12 748 alunos em 2018/19, 13 360 em 2019/20 e 13 966 alunos no ano lectivo de 2020/21. Observando o número de bolsas solicitadas e concedidas, versus o número de alunos inscritos, constatamos que em 2018/19 foram pedidas 2 816 bolsas (22% dos alunos), foi concedida bolsa a 15.9% dos alunos. Em 2019/20 receberam-se 2 645 candidaturas a bolsas, foram aprovadas 2 029 (13.0%). Em 2020/21, receberam-se 2 764 candidaturas e foram aprovadas 1 773 bolsas (12.7% de alunos bolseiros). Não se evidencia assim um maior número de candidaturas por parte dos alunos, nem uma maior taxa de aprovação de bolsas por parte da DGES no ano de 2020/21, ano em que estávamos já imersos na pandemia COVID-19. Uma análise dos alunos bolseiro do Politécnico de Lisboa atendendo à escola que frequentam verificamos que os alunos bolseiros se distribuem uniformemente e de acordo com a dimensão da escola relativamente ao Politécnico de Lisboa. Fora deste padrão estão a Escola Superior de Educação de Lisboa que representa cerca de 14% dos alunos bolseiros quando corresponde a um total de 9% dos alunos do Politécnico de Lisboa. Idêntico comportamento se observa na Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa que representa 20% dos bolseiros do Politécnico quando a dimensão da escola é cerca de 14% do PL. No sentido oposto encontra-se o Instituto Superior de Engenharia de Lisboa com apenas 17% dos bolseiros quando representa cerca de 30% do Politécnico de Lisboa. Na posse destes números poderá ser orientada a estratégia e priorização de investimentos na área da Acção Social Escolar nas escolas atendendo ao número dos seus alunos bolseiros. Decisão sobre reforço de cantinas, bares, residências e de outros serviços poderá assim ser melhor suportado e também alicerçado por estes números. Encontrar e melhor suportar aqueles para que o ajuda é mais relevante poderá ser um factor decisivo do sucesso no Ensino Superior.

Palavras-chave: Bolsas de Acção Social, estudantes bolseiros, impacto COVID-19.

(109) Sistema de garantia da qualidade na ESCS-IPL e os desafios colocados pela pandemia

Sandra Miranda | smiranda@escs.ipl.pt | Escola Superior de Comunicação Social
Zélia Santos | zsantos@escs.ipl.pt | Escola Superior de Comunicação Social
Maria João Centeno | mcenteno@escs.ipl.pt | Escola Superior de Comunicação Social

Nos últimos anos, a preocupação com a garantia da qualidade tem ocupado um lugar central na agenda das Instituições de Ensino Superior (IES). A importância atribuída levou ao desenvolvimento e implementação de sistemas nacionais de acreditação e avaliação baseados no pressuposto de que a qualidade e a sua garantia constituem uma responsabilidade, em primeiro lugar, das próprias IES. Ciente desses reptos e integrada no Sistema Interno de Garantia da Qualidade do Politécnico de Lisboa (SIGQ-IPL), a Escola Superior de Comunicação Social (ESCS), em conformidade com os padrões estabelecidos internacionalmente (Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education), tem orientado a sua política e cultura de qualidade de acordo com a matriz e os referenciais nacionais definidos pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES). Para o efeito, pressupõe um sistema de tratamento de informação integrado que, a partir de uma recolha sistemática, coerente e abrangente, permite identificar expectativas, realidades e especificidades dos diferentes intervenientes – envolvendo estudantes, diplomados, dirigentes, funcionários docentes e não docentes e parceiros estratégicos nos processos de reflexão e análise sobre o desempenho da organização nos seus diferentes referenciais - como é o caso do ensino e aprendizagem. Tendo por base o eixo ensino e aprendizagem, a presente comunicação comporta dois objetivos principais. Por um lado, efetuar uma apresentação detalhada das especificidades do sistema interno de qualidade, no que diz respeito à estratégia, métodos e instrumentos de recolha de informação, atores envolvidos e dimensões de análise. Por outro lado, tendo em conta o contexto de pandemia provocada pelo SARS-CoV-2, as medidas de confinamento decretadas e a consequente migração para o ensino remoto de emergência, apresentar as alterações e adendas que foram efetuadas ao sistema interno de qualidade com o intuito de captar a inevitabilidade de um processo de ensino e aprendizagem que se reconfigurou, e que envolveu formas de ensinar, de aprender e de avaliar distintas. Com este trabalho, esperamos dar a conhecer e apresentar a intensa cultura de qualidade que a ESCS-IPL tem desenvolvido e aperfeiçoado nos últimos anos, demonstrando que o caminho de implementação e de recolha sistematizada de indicadores de performance e desempenho das IES pode ser uma realidade em Portugal; tal como envidar um conjunto de reflexões e pistas sobre o modo como o cenário do ensino online implica, inevitavelmente, adaptações e ajustamentos no processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: qualidade, sistema de garantia de qualidade, ensino aprendizagem, pandemia, ensino superior.

(134) Desafios do Ensino Superior Brasileiro diante das restrições orçamentárias: um olhar sobre indicadores da qualidade

Iveti Caetano | iveticaetano@gmail.com | Universidade do Minho
Maria de Lourdes Machado-Taylor | mmachadotaylor@gmail.com | Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior
José António Oliveira Rocha | jarocho@eeg.uminho.pt | Universidade do Minho

O início da década de 2020 evidencia o ensino superior público do Brasil em uma fase de notáveis desafios, marcada principalmente pelas restrições orçamentárias e pela preocupação com a qualidade do ensino ofertado, o acesso e a permanência do estudante. O momento atual vai de encontro à situação do início do mesmo século, quando o aumento dos aportes financeiros na primeira década visava à expansão e diversificação das universidades públicas, um movimento que fortalecia estas instituições e ampliava seu impacto na sociedade. Período em que se observou melhora nos indicadores de qualidade da educação superior brasileira, quando entrou em vigência o sistema de avaliação – SINAES. Com o aumento da estrutura física e da oferta de cursos o desafio era manter a qualidade no ensino, efetivando a cobertura de uma parcela crescente da população e democratizando o ensino superior. Porém, este projeto sofreu fortes golpes; além da contraditória redução de recursos que veio em seguida, do estabelecimento de um teto de gastos públicos por duas décadas (Emenda Constitucional n.º 95) e dos cortes sucessivos nos repasses federais – persistentes na situação atual – as instituições públicas também foram obrigadas a lidar com o desinvestimento contínuo na pesquisa e extensão. O cenário entre 2016 e 2021 foi caracterizado pela redução das bolsas para todas as categorias, com prejuízo da cooperação acadêmica internacional que viabilizava o trânsito formativo de pesquisadores de alto nível. Além da conhecida “fuga de cérebros”, estimulada pelo ambiente de recursos constrictos, é possível também argumentar com segurança que o quadro colocado pela pandemia do COVID-19 agravou significativamente a situação. A paralisação inicial do calendário e dos encontros entre professores e alunos foram seguidos pela substituição integral das aulas presenciais por modalidades de ensino a distância, mediadas pelas variadas Tecnologias da Informação e Comunicação que se colocam, simultaneamente, como facilitadores e obstáculos ao ensino de qualidade. Diante do quadro desenhado, as áreas de planejamento e gestão encontram-se extremamente pressionadas dentro das universidades públicas posto que o cenário, a curto e médio prazo, não apresenta expectativas de melhora. Esta comunicação é um recorte de uma investigação em andamento, cujos dados apresentados resultam de consulta a fontes bibliográficas e têm como objetivo expor algumas especificidades, a fim de sintetizar o quadro exposto. O material consultado indica que a falta de investimento público no ensino superior do Brasil poderá comprometer algumas conquistas recentes, como: acesso, permanência, qualificação do corpo docente, internacionalização, garantia de expansão e melhoria dos padrões de qualidade do ensino e da investigação nas IES.

Palavras-chave: gestão pública, ensino superior, indicadores de qualidade.

TEMA 7

Financiamento do Ensino Superior

(41) Custos e sustentabilidade financeira dos cursos à distância no Ensino Superior

Antonio Augusto Baptista Rodrigues | arodrigues67@sapo.pt | Universidade Católica Portuguesa - CESOP

O “Contrato de Confiança no Ensino Superior para o Futuro de Portugal”, apresentado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em 2010 constituiu um contributo para a adoção de programas de e-learning por um número considerável de Instituições de Ensino Superior (IES) . O Decreto-Lei n.º 133/2019, aprovou o regime jurídico do ensino superior ministrado à distância. O diploma legal estimula o ensino à distância nas IES e reconhece-o como um modelo alternativo e eficaz para a qualificação superior de estudos fora da idade de referência, devendo assumir-se como uma alternativa de elevada qualidade à modalidade presencial e não apenas uma mera reprodução ou paralelo do mesmo. Na literatura as diferentes interpretações e definições do conceito de ensino à distância convergem na caracterização do processo de ensino-aprendizagem, através da distância de espaço e de tempo, no papel do professor e do aluno e nas interações geradas suportadas em recursos comunicacionais, entre estes e os respetivos conteúdos educativos. Neste enquadramento, Lima e Capitão (2003), apresentam como características do ensino à distância - separação entre professor e alunos, mediação dos meios técnicos, processo de ensino baseado no trabalho de uma equipa multidisciplinar, autonomia e responsabilidade do aluno e a sua motivação. O novo coronavírus veio, abruptamente, romper com o paradigma do ensino presencial e lançou um desafio às IES para reforçar/aperfeiçoar outras modalidades de ensino. O crescimento da oferta de ensino à distância obriga a uma reflexão sobre a pertinência do investimento nesta modalidade de ensino pelas IES. Se a qualidade é um tema consensual no ensino, não é possível assegurá-la sem avaliar o sistema como um todo em que a componente de custos e viabilidade financeira é decisiva para a implementação de cursos à distância. A análise de custos e a sustentabilidade financeira de cursos à distância é um tema pouco abordado, encontrando-se poucas referências na literatura sobre o assunto. Neste sentido, este artigo tem como objetivo ser uma contribuição para uma melhor compreensão e gestão dos recursos financeiros afetos à implementação de cursos à distância. Para alcançar este objetivo, abordar-se-á a importância da contabilidade de custos enquanto ferramenta para a tomada de decisão aplicando a metodologia do custeio por absorção no apuramento de custos.

Palavras-chave: Instituições de Ensino Superior, cursos à distância, custos, custeio por absorção.

(47) Reflexões Sobre o Financiamento ao Ensino Superior e à Pesquisa para o Desenvolvimento em Moçambique

Gloria Naiene | gnaiene@gmail.com | Universidade Zambeze

Nelson Zavale | nelson.casimiro.zavale@gmail.com | Universidade Eduardo Mondlane

De 1980 a meados da década de 1990, as prioridades do financiamento internacional ao desenvolvimento para o sector da educação, destinada aos países de baixa renda, concentravam-se principalmente no ensino básico em detrimento do ensino superior. Por exemplo, em 1998, o financiamento do Banco Mundial canalizado para países de baixa renda atingiu 1,4 bilhões de dólares para o ensino primário, contra 120 milhões para o ensino superior em 2001. Esta filosofia de priorização do ensino primário em relação ao superior era fundamentada na ideia de que as taxas de retorno social do investimento no ensino superior, nos países de baixa renda, eram comparativamente mais baixas às do ensino primário. Ou seja, o ensino superior beneficiava apenas pequenos grupos sociais privilegiados em detrimento da maioria. No entanto, a partir de meados da década de 1990, a filosofia das agências internacionais de desenvolvimento mudou: o papel do ensino superior para o desenvolvimento dos países de baixa renda foi revitalizado e reforçado. Essa mudança deveu-se à emergência, no final do século XX, das chamadas sociedades do conhecimento. O ensino superior passou, portanto, a ser considerado crítico para a formação do capital humano necessário para o funcionamento da economia global. Esta mudança traduziu-se num maior financiamento para o ensino superior e pesquisa nos países em desenvolvimento. As evidências mostram que o financiamento do Banco Mundial para o ensino superior e pesquisa em países de baixa renda atingiu US \$ 500 milhões em 2008, sendo que 20 por cento do apoio financeiro do Banco Mundial destinado à África Subsaariana passou a ser dedicado ao ensino superior. Este artigo pretende reflectir sobre o financiamento ao ensino superior e à pesquisa para o desenvolvimento em Moçambique, a partir da perspectiva das instituições de ensino superior emergentes. Os dados disponíveis, resultantes dos estudos anteriores, estão centrados sobre o financiamento ao ensino superior nas mais antigas instituições de ensino superior existentes, no caso, a Universidade Eduardo Mondlane. Com este artigo pretende-se preencher esta lacuna, trazendo evidências de como é as instituições de ensino emergentes fazem a barganha para acesso aos fundos internacionais competitivos.

Palavras-chave: Financiamento, Ensino Superior, pesquisa para o desenvolvimento, Moçambique.

(61) Financiamento do Ensino Superior público no atual contexto da COVID-19 em Angola, Moçambique e Portugal: reflexões sobre as medidas de apoio contidas nos Orçamentos do Estado de 2021

Luisa Cerdeira | luisa.cerdeira@ie.ulisboa.pt | Instituto de Educação da Universidade de Lisboa
Belmiro Cabrito | b.cabrito@ie.ulisboa.pt | Instituto de Educação da Universidade de Lisboa
Pedro Mucharreira | pmucharreira@ie.ulisboa.pt | Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Alexandrino Mpanzo | mpanzo.mpanzo@gmail.com | Pesquisador Independente

José Amilton Joaquim | jhamyltonjoana@gmail.com | ISEG

Está globalmente reconhecido que a pandemia COVID-19 provocou uma visível crise económica e social em vários países, incluindo Angola, Moçambique e Portugal. Neste cenário de crise, circula um discurso convergente, com forte retórica na esfera pública, enunciado pelos diferentes atores que constituem os órgãos multirreguladores da educação e de coalizão de defesa da melhoria do ensino – governos, agências multilaterais especializadas, académicos e sociedade civil – defendendo que, nestes tempos de pandemia, a educação, como em nenhum outro período, carece de atenção especial para mitigar os efeitos negativos provocados pela crise pandémica da COVID-19. Deste modo, o presente trabalho analisa a forma como os Governos de Angola, Moçambique e Portugal priorizaram o ensino superior público nos seus Orçamentos de Estado de 2021. Tomando como base analítica e comparativa os Orçamentos de Estado pré-pandemia (2020), produzimos uma reflexão teórica sobre o lugar de prioridade do ensino superior público no Orçamento de Estado de 2021, ou seja, em tempos de pandemia. No que diz respeito ao ensino superior público, em virtude dos constrangimentos que se lhe colocam, teme-se a desistência de milhares de estudantes, o enfraquecimento da investigação/pesquisa científica em determinadas áreas do conhecimento, o comprometimento da qualidade do ensino e a redução dos investimentos em educação. Assim, torna-se imperioso que os decisores políticos conduzam medidas de política educativa, económica e social que previnam o crescimento das desigualdades e assimetrias no ensino superior público, com reflexos quer no regresso à escola, quer na aprendizagem e no futuro potencial de cada um e, necessariamente, no próprio desenvolvimento das economias. Assim sendo, o enfoque deste trabalho centra-se na análise das políticas de medida educativa inscrita nos orçamentos de Estado angolano, moçambicano e português que incidem sobre a manutenção/funcionamento das instituições públicas de ensino superior, a estabilidade do corpo docente, os apoios sociais aos estudantes e o desenvolvimento de modelos e instrumentos educativos alternativos ao ensino presencial. Nesse sentido, são objetivos do presente trabalho inventariar medidas direcionadas e conexas ao financiamento do ensino superior nos três países mencionados, bem como analisar os possíveis efeitos decorrentes das mesmas para proteção do ensino superior contra a atual crise social e económica, nomeadamente no que respeita a procura de ensino superior e a metodologias alternativas de trabalho em sala de aula e a distância, tendo em conta as respostas dos sistemas educativos às limitações que a pandemia COVID-19 trouxe ao ensino presencial. Neste quadro, em termos metodológicos, privilegiou-se a pesquisa documental e bibliográfica e o levantamento de dados quantitativos, para o que se utilizarão dados oficiais dos três países.

Palavras-chave: Angola, Moçambique, Portugal, financiamento do Ensino Superior, COVID-19.

(129) Financiamento do Ensino Superior: a terceira missão e a sua relação com a universidade empreendedora

Diego Souza | bobsheron@hotmail.com | Programa de Pós-Graduação em Administração
PROPAD - Universidade Federal de Pernambuco

José Ricardo Costa de Mendonça | jose.mendonca@ufpe.br | Programa de Pós-Graduação em
Administração PROPAD - Universidade Federal de Pernambuco

Financiamento do Ensino Superior: a terceira missão e a sua relação com a universidade empreendedora. Este ensaio tem o objetivo de refletir sobre o potencial da terceira missão como uma das fontes de financiamento do ensino superior a partir do conceito de universidade empreendedora. A terceira missão das Instituições de Ensino Superior (IES) surgiu no Século XIX na Europa, apesar disso foi disseminada para outros locais, como por exemplo, América do Norte e América Latina. Essa difusão resultou em diferentes concepções e diretrizes que são contextualizadas a partir da sua temporalidade e geolocalização. Hoje em dia coexistem várias concepções e aplicações desta atividade: educação continuada; inovação e transferência de tecnologia; engajamento social; comunicacional, e; parcerias entre as universidades e empresas. O primeiro indício da terceira missão iniciou através de ações de educação continuada para profissionais não acadêmicos, ou seja, ações direcionadas a transmissão do conhecimento acadêmico para jovens da classe trabalhadora. A concepção de terceira missão como um processo de inovação e transferência de tecnologia está disseminada principalmente na Europa e normalmente ocorre com a interação da entidade educacional e entidades externas. Já o engajamento social está difundido na América Latina e possui um foco na interação com a sociedade a partir de reflexões e soluções para problemáticas sociais. A concepção comunicacional vincula-se à divulgação científica, havendo a extensão dos resultados e atividades da universidade através de meios de comunicação. E por fim, as parcerias entre as universidades e as empresas que decorrem de acordos com objetivos predeterminados, mas que utilizam do conhecimento científico para os seus cumprimentos. Esta última concepção associa-se a ideia de universidade empreendedora que surgiu em meados do século XX nos Estados Unidos a partir do envolvimento de acadêmicos e docentes em atividades relacionadas com o empreendedorismo, inovação e transferência de tecnologia, entre outros elementos, com o Massachusetts Institute of Technology (MIT) e Stanford University. A universidade empreendedora relaciona-se com o conceito de Triple Helix que enfatiza a relação das IES com a sociedade e com a indústria, fortalecendo assim o conceito da terceira missão e a sua interação com a comunidade e outros setores da sociedade. Diante desse contexto, foi realizado um levantamento bibliográfico que visou a identificação da relação da terceira missão como uma fonte de financiamento para o ensino superior a partir do conceito de universidade empreendedora. Em consequência deste levantamento, foi identificado o potencial da terceira missão tem sido aplicada em diversos países, sobretudo na Europa, como uma das formas de potencializar o financiamento do ensino superior. Ademais, a captação de recursos favorece não somente o cumprimento dessa missão, mas também da primeira e da segunda missão (ensino e pesquisa). Esse favorecimento ocorre devido a articulação entre as missões que agem de maneira integrada para atender as finalidades das parcerias entre as IES e as empresas.

Palavras-chave: Terceira Missão, Universidade Empreendedora, Financiamento do Ensino Superior.

SESSÃO ESPECIAL 1

**Enciclopédia Brasileira de Educação Superior – EBES:
Uma perspectiva temática da Educação Superior do Brasil**

(105) EBES – Políticas e Avaliação da Educação Superior

Sergio Franco | sergio.franco@ufrgs.br | UFRGS
Denise Leite | denise.leite@hotmail.com | UFRGS
Marlis Polidori | marlispolidori@gmail.com | UFRGS

Nesta apresentação faremos referência a dois capítulos da Enciclopédia Brasileira de Educação Superior: As Políticas e a Avaliação da Educação Superior, numa perspectiva a partir do Sul-Global que conduz a olhares que podem abrir perspectivas para além das hegemônicas. As políticas de Educação Superior englobam o conjunto de ações que o Poder Público como representante da Sociedade promove para tornar exequível essa prática social. No caso brasileiro, a partir da Constituição de 1988, fica explícito que a Educação Superior está dentro do direito fundamental à Educação, tornando-se fundamental a compreensão dessa dinâmica abrangendo os programas, projetos e ações das decisões políticas, a estrutura institucional, o sistema jurídico e o processo político da definição das políticas. Por isso, na construção da EBES, procurou-se tratar esses três níveis do campo, buscando uma compreensão abrangente, passando pela definição dos principais termos, pelos instrumentos legislativos, os preceitos constitucionais e legais. Ainda é objeto da Enciclopédia, a organização da Educação Superior brasileira com relação. Tratar das políticas implica em tratar como o Estado Brasileiro lida com a educação superior em todas as suas dimensões: graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão, além dos principais direcionamentos políticos feitos no início do século XXI, que dão uma ideia dos encaminhamentos da política de educação superior brasileira para o futuro próximo. A abordagem a respeito da Avaliação da Educação Superior parte do entendimento de que existem impactos, relações, entre a introdução de um programa, de uma inovação, de uma intervenção em um sistema educativo. Na EBES abordamos os temas clássicos e tradicionais da avaliação da educação superior e também aqueles que se afastam dos paradigmas tradicionais. Dentre eles, vamos abordar aqui uma perspectiva latino-americana denominada Avaliação da Responsabilidade Democrática e Solidária. Nesta perspectiva, o sujeito participante é visto como alguém ativo, cooperativo e que possui uma alta capacidade de se desenvolver em uma proposta onde a autonomia e a interação passam a ter um valor significativo. Estes sujeitos podem ter suas participações em parte ou em todos os momentos da avaliação. Neste processo busca-se, além de destacar a participação, estudar a interculturalidade e seus efeitos na construção da democracia privilegiando a interação e a contribuição das pessoas aos processos avaliativos. Ainda, a identidade acadêmica e os diversos níveis que podem ser objeto de análise propiciam uma reflexão e valoração que, também, convergem para formar as bases de um autêntico sistema de qualidade. Mesmo que a avaliação possa gerar conflitos, a ideologia da participação e da autonomia privilegiará os processos interativos de autoavaliações. Outro elemento central é a titularidade da avaliação que significa deter o poder sobre o uso dos resultados e sobre os seus efeitos na IES. A titularidade da avaliação influi na concepção, nas decisões sobre a metodologia, os referentes, as operações, o futuro e continuidade da avaliação. Ter a titularidade significa deter a hegemonia dos processos. Neste sentido, a Avaliação da Responsabilidade Democrática e Solidária apresenta-se como uma proposta possível de praticar democracia e cidadania se utilizando do processo avaliativo.

Palavras-chave: educação superior, política educacional, avaliação da educação superior.

(108) Enciclopédia Brasileira de Educação Superior – EBES: uma perspectiva temática da Educação Superior do Brasil / EBES - Internacionalização e História da Educação Superior

Marília Morosini | marilia.morosini@puccrs.br | Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

José Vieira de Sousa | sovieira1@gmail.com | Universidade de Brasília

Marilene Gabriel Dalla Corte | marilenedallacorte@gmail.com | Universidade Federal de Santa Maria

Nesta proposta abordamos múltiplos fatores que concorrem para explicar a gênese, o sentido e o alcance das transformações históricas do campo da educação superior no mundo, focalizando marcos significativos para uma compreensão contextualizada de sua evolução. Caracterizamos a configuração desse campo na sociedade contemporânea, destacando a visão histórica do seu estudo, a pluralidade de atores e instituições nele envolvidos e as tendências investigativas sobre sua realidade. A reflexão proposta reconhece que no campo da educação superior manifestam-se interesses de diferentes atores e grupos de atores, e que seus dois subcampos – o público e o privado – se constroem de forma relacional, gerando muitos desdobramentos em suas respectivas configurações. A dinâmica desses subcampos revela que a compreensão da natureza de um implica o conhecimento da natureza do outro, considerando a imbricação das relações estabelecidas em sua constituição e funcionamento. Nessa esteira, analisamos a concepção e a ideia histórica de universidade, partindo da premissa que uma das diferenças mais expressivas a serem consideradas no estudo da configuração dos modelos históricos de universidade são suas matrizes epistemológicas. Problematizamos a diversidade institucional presente na educação superior, analisando acontecimentos importantes relativos ao tema, ocorridos a partir do século XXI, em especial os modelos e a expansão de internacionalização da educação superior que, frequentemente, é relacionada à mobilidade, na perspectiva cross-border ou transfronteiriça. Nesse debate, investigamos os movimentos de internacionalização, enfatizando as transformações e relações interinstitucionais na construção das redes de conhecimentos socioeducacionais. Entretanto, o contexto socioeconômico, mesmo de países emergentes e desenvolvidos não tem se constituído favorável à realização de intercâmbios para outros países. Assim, via tecnologias de informação e digitais, outras maneiras de realizar a internacionalização vêm sendo construídas e consolidadas a exemplo da internacionalização integral (CI), a internacionalização do currículo (IoC) e a internacionalização em casa (I@H ou IaH). Sobremaneira, destacamos a educação superior em contextos emergentes, considerando a internacionalização em suas perspectivas e implicações atuais, as crises e reconfigurações da universidade, o gerencialismo neoliberal sobre a ambiência dessa instituição e as disparidades que ainda persistem no acesso à educação superior em uma sociedade globalizada. Por fim, referenciamos temas que têm impactado fortemente o campo da educação superior em contextos emergentes implicado pela pandemia COVID-19 – internacionalização at home, economia do conhecimento, concepção e reações ao Processo de Bolonha, constituição da European Higher Education Area e as world-class universities como uma nova tipologia de instituição universitária no contexto do mundo globalizado e da sociedade do conhecimento.

Palavras-chave: Educação superior, internacionalização, perspectiva histórica, contextos emergentes.

(122) EBES-Gestão da Educação Superior

Maria Estela Dal Pai Franco | medalpaifranco@gmail.com | Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Solange Maria Longhi | solmalon2008@hotmail.com | Universidade de Passo Fundo UPF

A Educação Superior, no atual contexto, é alvo de demandas que primam pela complexidade o que se reflete no direcionamento e na condução dos processos de ensino, de pesquisa e de extensão nas Instituições de Educação Superior (IES) e nos sistemas educativo e científico em todos os níveis. Sob tal perspectiva o aprofundamento e a compreensão de questões cruciais do campo de conhecimento da Gestão da Educação Superior (GES) e suas implicações políticas assumem considerável importância pelas possibilidades que oferecem. O objetivo desta comunicação é apresentar a temática da Gestão da Educação Superior que constitui capítulo da EBES - Enciclopédia Brasileira de Educação Superior (MOROSINI, 2021) com destaque aos movimentos estruturantes e protagonistas de mudanças nesse nível da educação. A GES constitui um campo de conhecimento em cuja composição tem presença uma base epistêmica e ética com sua historicidade, princípios, tensões e lógicas decorrentes, os quais reconhecem a complexidade, a interdependência de conhecimentos e práticas envolvidos e substancializados pela sua expressão na contemporaneidade. Interligada à concepção de governança, engloba macrosistemas como o educativo e o científico e respectivas derivações em seus múltiplos aspectos institucionais e organizacionais, tangenciando tipos de IES, instituições, processos decisórios e arquiteturas acadêmicas. A ES como instituição e como organização têm no cerne a função educativa no preparo das novas gerações, na educação ao longo da vida, na formação profissional e científica, tendo presente a produção do conhecimento. Promove o debate na busca de alternativas face a necessidades prementes do mundo, tendo como missão maior manter em níveis dignos e sustentáveis a vida dos cidadãos e do planeta. Tais pontos são analisados no transcorrer de onze verbetes congregados em três eixos: concepções e diretrizes institucionais, organização e processos decisórios institucionais e movimentos associativos acadêmicos. Ao destacar os movimentos que perfazem o capítulo da EBES sobre Gestão da Educação Superior é possível afirmar que os seus processos institucionais no ensino, na pesquisa e na extensão articulam-se à multiplicidade de demandas que afloram no contexto atual. Tais processos, nos contornos prioritários que ressaltam o espaço da formação das novas gerações, têm e/ou podem ter fortes aliados na gestão da ES e em seus desdobramentos políticos. A visualização de possibilidades para viver num mundo melhor e sustentável é fortalecida na clarificação da missão, compromissos e responsabilidades, na articulação e na condução da gestão e de seus desdobramentos que considerem necessidades, compromissos, experiências de IES e o seu papel decisivo nos rumos da humanidade.

Palavras-chave: Gestão da Educação Superior, compromissos e diretrizes institucionais, processos decisórios.

(124) Professor da educação superior, currículo e práticas: olhares sobre campos em diálogo

Maria Isabel da Cunha | cunhami@uol.com.br | Universidade Federal de Pelotas
Doris Pires Vargas Bolzan | dbolzan19@gmail.com | Universidade Federal de Santa Maria
Cleoni Maria Barbosa Fernandes | cleofernandes@terra.com.br | Instituto Federal Sul-riograndense-IFSul

No contexto da EBES se incluem dois capítulos que aqui apresentamos e focam, respectivamente, o "Professor da Educação Superior" e "Currículo e práticas". No capítulo Professor da Educação Superior tratamos da condição do profissional docente desse nível de ensino, sua formação e desenvolvimento profissional. Destacamos um conjunto de conceitos e temáticas em torno da docência e dos processos formativos implicados na constituição docente do professor. Consideramos que a definição do campo conceitual e seus contornos precisam ser pensados e problematizados diante dos desafios vividos acerca da pesquisa científica e do papel da universidade nas últimas décadas. O docente da educação superior se caracteriza como um dos sujeitos dos processos formativos, engajando-se na formação para o mundo da vida e do trabalho, exercitando ideias, concepções, valores e crenças, expressando a postura pessoal, profissional e institucional. Afim de aprofundar e ampliar conceitualmente o campo da docência na Educação Superior, no desenvolvimento da EBES, propusemos um conjunto de verbetes e subverbetes estruturantes agrupados em dois grandes eixos: Formação docente e Desenvolvimento profissional docente. Cabe destacar que o professor da educação superior, mobiliza um conjunto de saberes específicos necessários as suas atividades que expressam as dimensões política, social e cognitiva, que se constituem na pedagogia universitária. Sua formação envolve conhecimentos no âmbito do currículo e da prática pedagógica, incluindo as formas de ensinar e de aprender, buscando articular as dimensões do ensino e da pesquisa nos lugares e espaços de formação. Envolve uma cultura acadêmica e institucional, que perpassa o conjunto de processos vividos no âmbito acadêmico. Os processos de formação requerem o trabalho interativo e envolvem as formas como os docentes compreendem o trabalho que desenvolvem, e reconhecem a cultura em seu contexto institucional. No capítulo Currículo e Práticas o foco está na compreensão acerca de sua concretização na educação superior. Abordamos o ensino superior com ênfase nos cursos com parâmetros exógenos à formação de profissionais liberais tradicionais e na criação das primeiras escolas superiores no século passado. Nesse debate, semelhante ao que já acontecia em outros níveis de ensino, é reconhecido que no currículo interferem saberes provenientes de vários campos disciplinares das Ciências da Educação, que subsidiam a interpretação de situações sociais e reclamam a responsabilidade das instituições e dos seus agentes para contribuírem na construção de uma sociedade mais desenvolvida e democrática. Refletir sobre o currículo a partir do local e das práticas implica em experiências, vividas e refletidas no contexto das diferenças sociais, a partir de movimentos que as transformam em multiplicidade e, também, as individualizam, por meio das formas sociais com a ideia de que o lugar não é um fragmento, é a própria totalidade em movimento. É possível referir que a produção em torno dos temas em destaque exige-nos uma vigilância permanente acerca de seus contornos, tendo-se a compreensão sobre o necessário diálogo entre os campos que constituem a educação superior.

Palavras-chave: Educação superior, contextos emergentes, professor universitário

SESSÃO ESPECIAL 2

Educação Empreendedora e Aprendizagem Ativa em Engenharia: Fomentando a cooperação entre os Países e Regiões de Língua Portuguesa

(74) Capacitação docente voltada à educação empreendedora e aprendizagem ativa no ensino de engenharia a distância

Georgia Assumpção | georgiasa@gmail.com | Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ)
Carolina Santos | cmaias@ymail.com | Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ)
Alexandre Castro | o.aken@uol.com.br | Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ)

Diante das aceleradas mudanças observadas no mundo e, mais recentemente, com os desafios trazidos pela pandemia COVID-19, torna-se relevante discutir o tipo de contribuição que se deseja fazer para o desenvolvimento da sociedade. Para tal, parece ser necessário ter como foco principal os seres humanos e suas relações sociais. Dessa forma, o objetivo desse trabalho é analisar possibilidades para uma capacitação docente voltada à educação empreendedora com base em uma aprendizagem ativa, no ensino de engenharia a distância. Tal enfoque mostra-se relevante à medida que vemos uma ampliação da oferta de cursos a distância no Brasil e a experiência do ensino remoto no mundo todo, que abre possibilidades para um ensino híbrido que demandará novas competências dos docentes. A metodologia empregada é eminentemente qualitativa, bibliográfica e documental, utilizando estudos sobre educação empreendedora, metodologias de aprendizagem ativa, educação a distância (EAD) e educação em engenharia como referencial teórico. É fato que o ensino deve estimular a inovação e a criatividade dos estudantes através de interações, reflexões e atividades em ações que desenvolvam habilidades analíticas, sociais, inovadoras e de liderança. Nessa perspectiva, é possível mencionar que a educação empreendedora se insere no debate sobre a reforma do ensino tanto no caráter dos novos temas requeridos pela sociedade, como também no sentido de incorporar práticas modernas de ensino e aprendizagem, em que o aluno deve assumir maior protagonismo. Para isso, é extremamente necessário preparar docentes de engenharia que sejam capazes de ensinar, aprender e reaprender em todas as aulas e que percebam os estudantes como seres ativos e possuidores de conhecimento. Ademais, a educação empreendedora não pode ser inserida como mais um conteúdo, mas sim de maneira transversal a todo o processo formativo. Certamente, estas proposições podem representar um desafio aos professores e serem ainda mais intensos para a educação a distância já que o docente precisa lidar com as condições próprias da EAD, como a diferença espaço-temporal dos processos de ensino-aprendizagem e a organização de diferentes estratégias que superem a falta de presença física. Desse modo, esta investigação traz resultados e contribuições inovadoras à estruturação de processos de capacitação docente, enquanto oferece implicações práticas relevantes para o atual contexto de pandemia COVID-19 e também para os cenários futuros. Isto porque, apesar da conjuntura incerta, é provável que a formação de engenheiros pós-pandemia demandará processos de ensino-aprendizagem mais flexíveis ou híbridos, que serão amplamente amparados por tecnologia. Um grande risco é que, ao invés de mudanças que garantam o aluno como elemento central de processo, tenha-se um retorno ao ensino centrado no professor, acrescido de recursos tecnológicos. Somente a utilização das tecnologias de informação e comunicação (TDIC) não garante uma formação mais ativa, crítica ou criativa. O método e as estratégias de ensino utilizadas serão os elementos chaves para acompanhar as mudanças requeridas na sociedade complexa em que se vive.

Palavras-chave: Educação a distância, metodologias ativas, educação empreendedora, educação em engenharia, formação de professores, ensino híbrido.

(86) Cátedra de Educação Empreendedora em Engenharia: Uma Proposta de Capacitação de Professores em Engenharia para os Países e Regiões de Língua Portuguesa

Elzo Aranha | eaaranha@unifei.edu.br | UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais de Engenharia (DCNs de Engenharia) estabelecem um novo marco legal para a formação de engenheiros no Brasil. Entre as principais diretrizes estabelecidas nas novas DCNs estão o novo perfil do egresso e novas competências, ancoradas na educação empreendedora e na inovação. Entre as competências destaca-se que o engenheiro deve ter atuação empreendedora e inovadora, sendo capaz de fornecer soluções criativas para os problemas de engenharia. As novas DCNs mencionam as soft skills balizadas na educação empreendedora como uma das competências essenciais que aliadas com as competências técnicas impulsionarão a nova formação do engenheiro. Nesta direção, a nova regulamentação impõe o desafio da atualização e capacitação do professor de engenharia para atender os requisitos da nova formação do engenheiro. No Brasil são poucos os cursos e programas de capacitação e atualização de professores em engenharia com foco em educação empreendedora. O presente estudo tem o objetivo de propor um programa de atualização e capacitação de professores de engenharia, apoiado nos pilares da educação empreendedora, para os países e regiões de língua portuguesa. Em seguida, pretende-se demonstrar a operação do programa. O estudo é de natureza exploratória apoiada em estudo de caso proposto por Robert Yin. Foi adotada a metodologia reflexiva de Kat Sköldberg e Mats Alverson. O trabalho foi desenvolvido em quatro principais etapas. Na primeira etapa foi realizada o levantamento e revisão da literatura. Esta etapa teve como foco as novas DCNs, os principais indicadores globais de inovação e competitividade e educação empreendedora, destacando os estudos de Alain Fayolle, Allan Gibb e Louis Filion. Na segunda etapa, levando em consideração os principais elementos explorados na revisão da literatura da etapa anterior, foi desenvolvido o esquema conceitual (conceptual framework) de capacitação e atualização de professores em engenharia com foco em educação empreendedora em engenharia. Na terceira a cátedra de educação empreendedora em engenharia foi desenvolvida balizada no esquema conceitual (conceptual framework). Na quarta etapa foi realizado a implantação e operação da cátedra. Os principais resultados do estudos são: a) esquema conceitual (conceptual framework) de capacitação e atualização de professores em engenharia com foco em educação empreendedora em engenharia constituído de três dimensões, a dimensão ontológica e filosófica, a dimensão didática e a dimensão disruptiva e experimentação; b) cátedra de educação empreendedora em engenharia desenvolvida levando em consideração o esquema conceitual. O esquema conceitual é constituído de sete componentes a saber: noção de educação empreendedora, objetivos, perfil do candidato, áreas/temas de abrangência, período de duração, seleção, resultados/inovadores e avaliação; c) a implantação da cátedra de educação empreendedora em engenharia-projeto de mobilidade nacional e internacional de professores/pesquisadores visitantes-Entrepreneurship Education in Engineering Visiting Fellowships deu início em agosto de 2020, por meio de convênio entre a Universidade Federal de Itajubá-UNIFEI e Associação Brasileira de Educação em Engenharia-ABENGE. Os resultados do estudo são inovadores e produzem implicações práticas para reitores, diretores e dirigentes, coordenadores de cursos, professores e estudantes de instituições de ensino superior dos países e regiões de língua portuguesa.

Palavras-chave: Educação Empreendedora, engenharia, cátedra, capacitação, professores.

(93) Modelo de negócio na gestão universitária: possibilidades e oportunidades

Elzo Aranha | eaaranha@unifei.edu.br | Universidade Federal de Itajubá
Sônia Carvalho | smarises1960@gmail.com | Universidade de Brasília

Modelo de negócio é um termo que vem crescendo a cada ano o interesse de acadêmicos e profissionais de empresa. Os artigos acadêmicos dedicam à atenção em explorar modelo de negócio nos processos de inovação, criação e captura de valor de empresas, deixando de lado a reflexão, debate e análise sobre como modelo de negócio pode fomentar à inovação na gestão universitária das instituições de educação superior. Levantamento preliminar da literatura acadêmica de modelo de negócio revelam três sinalizações. A primeira sinalização trata-se de poucos artigos acadêmicos que procuram explorar modelo de negócio na gestão universitária das instituições de educação superior. A segunda sinalização revela que no Brasil, poucos artigos dedicam à atenção em investigar modelo de negócio como ferramenta de auxílio na gestão universitária de instituições públicas brasileiras. A terceira sinalização se refere a ausência de reflexões e debates sobre potenciais benefícios de modelo de negócio na gestão universitária em congressos, conferências e encontros organizados por associações e organizações que estimulam a cooperação entre os países e regiões de língua portuguesa. As três sinalizações preliminares apontadas revelam que existem uma lacuna na produção acadêmica brasileira, internacional e principalmente, dos países e regiões de língua portuguesa. O objetivo do estudo é analisar modelo de negócio na gestão das instituições de ensino superior para fomentar a inovação. Em seguida pretende-se ilustrar a utilização da ferramenta em uma universidade da cidade de São Paulo. A pesquisa é exploratória e foi adotado o estudo de caso. Para execução da pesquisa foram realizadas três etapas. Na primeira etapa foi realizada a revisão da literatura de modelo de negócio de negócio dedicando à atenção na ferramenta Five V desenvolvida pelo centro de modelo de negócio da Universidade de Aalborg na Dinamarca. Na segunda etapa foi realizada a coleta de dados de uma universidade da cidade de São Paulo, a partir das informações existentes nos relatórios trimestrais disponibilizados no site pela administração. A terceira etapa foi a análise dos dados e obtenção dos resultados. Os resultados indicam que: a) modelo de negócio possibilita enfatizar a noção de inovação, criação e captura na gestão universitária; b) modelo de negócio oferece recursos para a compreensão de oportunidades e problemas existentes, por meio do mapeamento dos principais processos da gestão universitária; c) modelo de negócio fomenta a inovação do modelo de negócio da instituição de educação superior, a partir do mapeamento dos processos de gestão universitária. Os resultados são inovadores e produzem implicações práticas. Entre as contribuições inovadoras, destaca-se que os resultados preenchem a lacuna na produção acadêmica e internacional de modelo de negócio. Os resultados tem diversas implicações práticas e são destacados somente duas implicações. Primeiro, reitores e gestores estratégicos de instituições educacionais poderão adotar modelo de negócio para fomentar a inovação e a cultura da criação e entrega de valor na gestão universitária. Segundo, diretores e coordenadores de faculdades e cursos de graduação e pós-graduação poderão utilizar os resultados para desenvolver palestras, conferências e inserção do tema modelo de negócio nos currículos.

Palavras-chave: modelo de negócio, instituições de ensino superior, inovação.

(144) Organizações Societárias Contemporâneas e as perspectivas ambientais no Ensino Superior

Klaus Vargas Karnopp | klaus.karnopp@sou.unicruz.edu.br | Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ

Leonardo Gaist | leonardogaist12@gmail.com | Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ
Antonio E. de Souza | asouza@unicruz.edu.br | Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ

O espaço urbano na contemporaneidade torna-se cada vez mais complexo, frente às diversas transformações resultantes da intensificação do processo de urbanização. Dentre inúmeros aspectos, podem-se destacar os impactos decorrentes dos intensos fluxos migratórios do campo para as cidades, principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970, bem como do desenvolvimento de modernas técnicas de transporte e telecomunicações, que conceberam profundas transformações nas cidades e nas suas relações na escala regional, nacional e até mesmo internacional. De acordo com Lefebvre (1999) que ilustra muito bem esta questão, quando trabalha o tema sociedade urbana, salientando o papel da industrialização nas transformações da sociedade que, com seus valores, ideias e ações, tornam-se cada vez mais urbana. Instituições educacionais em todos os níveis de organização também estão neste contexto. Porém, seus propósitos educacionais lhes conferem uma peculiaridade que dificulta o alcance de seu objetivo de respeitar plenamente suas responsabilidades sociais e ambientais em relação a outras organizações. Nesse contexto, a Declaração de Talloires em 1990 na França, a Declaração de Halifax no Canadá em 1991, a Declaração da Suécia em 1993, a Carta Copernicus de 1994, um programa interuniversitário de cooperação ao meio ambiente, a constituição da Organização Internacional de Universidades pelo Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente em 1995 na Costa Rica, o projeto europeu Ecocampus de 1997 e o Projeto do Mar Báltico, em 2000, constituem importantes eventos de disseminação e incorporação da perspectiva ambiental em IES (TAUCHEN & BRANDLI, 2006). Este estudo se justifica pelo fato de a responsabilidade socioambiental estar se transformando num preceito e referencial de excelência para as instituições de ensino superior do mundo globalizado, pois estas, como organizações sociais com fins de lucro ou não, têm uma responsabilidade para com a natureza e o cidadão, para a sociedade como um todo. Diante do exposto, pretende-se chamar a atenção para o seguinte aspecto: Que perspectivas ambientais podem vislumbrar nas instituições de ensino superior em termos de organização societária? O presente trabalho, com abordagem qualitativa de caráter descritivo tem por objetivo identificar e caracterizar as principais perspectivas ambientais nas instituições de ensino superior na atual organização societária contemporânea, através de levantamento bibliográfico em artigos, manuais, dicionários, dissertações e teses, incluindo as publicações em língua inglesa.

Palavras-chave: Espaço, ambiente, compreensão, educacionais.

SESSÃO ESPECIAL 3

**A Cooperação Académica Sino-Lusófona no Contexto
da “Grande Baía” (Parte 1)**

(149) Cooperação acadêmica entre a China e o Brasil (bolsas, programas, projectos)

Ana Qiao Jianzhen | anaqiao@163.com | Universidade Normal de Hebei

O intercâmbio entre a China e o Brasil começou com os descobrimentos portugueses. As evidências indicam que durante os séculos XVI e XVII havia no Brasil viajantes brasileiros para a China e trabalhadores chineses, mas os documentos mostram que existiam grupos de lados mútuos apenas até o século XIX. Entretanto, durante o império português (1500-1822), não existiam muitas relações diretas entre o Brasil e a China. Há visitas diplomáticas depois disso, mas poucos documentos e evidências mostram o intercâmbio acadêmico entre os dois lados até muito tarde. A cooperação acadêmica entre China e o Brasil começou muito tarde, mas no século 21, há cada vez mais cooperações e intercâmbios entre estes dois países. Em 2012, durante a Rio+20, assinou o MOU de intercâmbio acadêmico pelos líderes dos dois países, iniciando assim um novo período no intercâmbio acadêmico dos dois lados. Na parte da China, oferecem-se bolsas pelo China Scholarship Council, pelo Center for Language Education and Cooperation (o ex Hanban/ Sede do Instituto Confucius), pelas outras instituições e províncias mais os programas e projetos exclusivos nas áreas diferentes. No caso do Brasil, há projetos de Intercâmbios para receber os alunos chineses via Itamaraty, projetos das universidades, Institutos, centros das pesquisas e tal. Além das bolsas mútuas também há programas como Summer Camp para os alunos adultos, Summer Camp de futebol para os alunos de ensino médio, Missão dos Educadores para os diretores dos colégios, secretários de educação nos níveis municipais e estaduais, reitores das universidades e os responsáveis na seção de educação nas empresas. Depois da início de pandemia, começaram as bolsas de cursos e projetos on-line e lançou-se o projeto de tradução dos 10 livros clássicos pelos brasileiros sobre Brasil em junho 2021. No futuro teremos mais cooperações acadêmicas com variação entre China e o Brasil para melhorar as compreensões mútuas.

Palavras-chave: Cooperação Acadêmica, China, Brasil.

(152) Um Modelo de Integração institucional Universitária entre Portugal e a China

Álvaro Barbosa | abarbosa@usj.edu.mo | Universidade de São José
Margarida Mano | margarida.mano@ucp.pt | Universidade Católica Portuguesa

A Globalização Académica permite atualmente inúmeras possibilidades colaboração e cooperação entre instituições de ensino superior, abrangendo múltiplos protocolos de intercâmbio, parcerias em investigação, graus colaborativos, partilha de docentes e recursos bibliográficos, etc. Numa modalidade alternativa, Universidades de grande impacto abordam a internacionalização por via da abertura de campus internacionais em países estratégicos, adotando a acreditação vigente no país de acolhimento, mas funcionando num formato de organização multinacional. Esta apresentação pretende dar a conhecer o caso particular da Universidade de São José (USJ) em Macau, região administrativa especial da China, que se posiciona entre estes dois modelos de internacionalização universitária, tendo como pano de fundo uma herança histórica de mais de quatro séculos de relações negociadas entre Portugal e Macau, e por inerência entre a Europa, os Países Lusófonos e a China. A USJ foi criada em 1996, três anos antes da transferência de soberania de Macau para a República Popular da China. Inicialmente fundada como Instituto Interuniversitário de Macau, a USJ foi estabelecida pela sua entidade titular – a Fundação Católica para o Ensino Superior -, participada a 50% pela diocese de Macau e pela Universidade Católica de Portugal (UCP) que assegura o necessário acompanhamento académico da USJ. A UCP foi fundada em 1967 ao abrigo do regime da concordata sendo a única universidade não pública de Portugal com assento no Conselho Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP). A UCP é uma universidade de abrangência nacional e grande impacto internacional, que se posiciona como a melhor universidade portuguesa por três anos consecutivos nos Rankings Globais do THE. Apesar da UCP e a USJ serem Universidades Independentes, estatutariamente a UCP tem um papel chave no desenvolvimento da USJ, tanto através da sua representação institucional nos órgãos de gestão da USJ, como por via de inúmeras iniciativas colaborativas que organicamente permitem à USJ um papel de referência no panorama do ensino superior em Macau e particularmente na região da Grande Baía do sul da China. Resultante deste modelo pouco comum, a USJ é hoje uma intuição que, dentro do enquadramento legal do ensino superior de Macau, segue o paradigma Universitário Europeu em conformidade com as práticas consagradas no tratado de Bolonha. Este modelo é aplicado num contexto de convergência multicultural onde estudantes e docentes de mais de 50 nacionalidades, incluído virtualmente todos os países lusófonos, participam numa experiência educativa verdadeiramente globalizante na República Popular da China. Durante o decorrer desta comunicação serão apresentados exemplos concretos de projetos e dinâmicas colaborativas, que resultam das características específicas da relação entre a UCP e a USJ, assim como os seus respetivos impactos tanto em Portugal como em Macau.

Palavras-chave: Integração Institucional, globalização académica, internacionalização.

(153) Avaliação do desempenho no Ensino Superior: percepções e expectativas dos docentes

Angélica Nachiungue Marta Vidal | agvidalag@gmail.com | Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela

Sandra Marisa Nascimento Chimuco | marisachimuco@live.com.pt | Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela

Narciso Jorge Cimbolo Dumbo | narcisodumbo@hotmail.com | Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela

Maria da Conceição Barbosa Mendes | saobarbosa67@yahoo.com.br | Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela

A avaliação do desempenho docente (ADD) no Ensino Superior (ES) em Angola, após vários anos, esteve condicionada a padrões imprecisos, decorrente da inexistência de instrumentos e normativos que pudessem servir de referência para a sua operacionalização. O primeiro regulamento da ADD, publicado por decreto presidencial (n.º 121/20, de 27 de Abril de 2020), levanta expectativas no seio da comunidade académica, por apresentar fundamentos substanciais que contrapõem as anteriores práticas avaliativas, harmonizando, assim, os critérios e os modos de avaliação a nível do ES. Pretende-se com este trabalho compreender as percepções e expectativas dos docentes sobre a implementação do referido normativo. Para o estudo elegeu-se uma metodologia qualitativa, de nível exploratório-descritivo, baseada na análise documental e a entrevista como técnica de recolha de dados. Compulsada a literatura e documentos, analisados os resultados conclui-se que os docentes visibilizam a existência de normativo para avaliação do desempenho como um elemento reitor da práxis; valorizam os parâmetros estabelecidos, dada a sua clarificação e contextualização. É expectável, por parte dos docentes, o cumprimento dos critérios que regulam a efetivação da avaliação, de modo que não sejam apenas consignações normativas, mas sim, referenciais optimizadores do seu desenvolvimento profissional.

Palavras-chave: avaliação do desempenho docente, ensino superior, regulamento de avaliação do desempenho docente.

(154) Inovar, ligar, avançar para o futuro – Tradução automática Chinês-Português e tecnologia aplicada de inteligência artificial

Lin Manlin | manlinlin@ipm.edu.mo | Instituto Politécnico de Macau

O Centro de Investigação de Engenharia em Tecnologia Aplicada à Tradução Automática e Inteligência Artificial, Ministério da Educação (designado abreviadamente por "Centro"), foi inaugurado a 26 de Dezembro de 2019 no Instituto Politécnico de Macau (IPM). As áreas de investigação do Centro incluem: Processamento de linguagem natural, Tradução automática, Reconhecimento de voz, Análise de megadados da língua, Governação electrónica, Tecnologia aplicada de inteligência artificial. O Centro desenvolveu a Plataforma de Tradução Automática da Rede Neural Chinês-Português mais precisa do mundo e um Sistema de Reconhecimento de Voz da Interpretação Simultânea Chinês-Português-Inglês, estabeleceu o maior e mais preciso corpus de línguas paralelas chinês-português e lançou uma série de produtos de investigação que têm sido amplamente utilizados por vários departamentos governamentais em Macau e nos países da iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota". Sendo o primeiro Centro de Investigação de Engenharia do Ministério da Educação em Hong Kong e Macau, o Centro irá continuar a responder ao encorajamento do Estado às instituições do ensino superior de Macau para criarem mais realizações tecnológicas, combinar a experiência prática da construção económica, do desenvolvimento social, da plataforma de intercâmbio cultural chinesa e ocidental, da gestão urbana e da indústria de serviços turísticos de Macau, para realizar uma investigação integrada em inovação aplicada e desenvolver produtos e serviços de tradução automática de inteligência artificial com direitos de propriedade intelectual independentes e com tecnologias-chave. O Centro irá continuar a promover a cooperação interdisciplinar e transregional, fornecer uma garantia de intercâmbio linguístico, e contribuir ao desenvolvimento e construção de indústrias relacionadas em Macau, na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e nos países de língua portuguesa e da iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota".

Palavras-chave: Tradução automática, inteligência artificial, tecnologia aplicada, IPM, Macau.

SESSÃO ESPECIAL 4

Ações Afirmativas para o Ensino Superior

(67) A mercantilização do Ensino Superior Brasileiro como simulacro de ação da política afirmativa

Tatiane Salete Mattei | tati_mattei@hotmail.com | UNIOESTE
Zelimar Soares Bidarra | zelimar@yahoo.com.br | UNIOESTE

A privatização e a mercantilização do ensino superior no Brasil se sustentam em dois programas governamentais cujo escopo são a ampliação do acesso e a permanência de estudantes de baixa renda em instituições privadas de ensino. O FIES tem como objetivo financiar as mensalidades dos estudantes de baixa renda em cursos superiores de instituições privadas e o PROUNI concede bolsas de estudo com vistas a assegurar a permanência em instituições privadas de educação superior de estudantes de baixa renda, egressos de escola pública, portadores de deficiência, indígenas, pretos e pardos. Com foco na expansão das vagas e no acesso ao ensino superior, o PROUNI e FIES foram criados no início dos anos 2000 e, segundo argumentos governamentais, são considerados como efetivos instrumentos de intervenção da política afirmativa educacional brasileira, pois se apresentam como que comprometidos com as alternativas de inclusão social de estudantes mais vulneráveis nesse nível de ensino. A despeito disso, os referidos Programas vêm sendo determinantes para alavancar as relações de privatização e de mercantilização do ensino superior brasileiro nessas décadas do século XXI, relações essas iniciadas no final da década de 1980. A privatização pode ser percebida analisando a proporção de estudantes matriculados em instituições privadas em comparação com as instituições públicas e a participação dos recursos públicos e dos privados no total do financiamento do ensino superior. Essa participação destinada ao privado se dá pelas isenções, subvenções e destinação direta de recursos. A mercantilização remete exclusivamente à emergência de instituições privadas com fins lucrativos, que se desenvolvem para atenderem aos propósitos exclusivamente comerciais. Diante dessa constatação, o objetivo da apresentação é fazer uma abordagem crítica do uso das relações de privatização e de mercantilização do ensino superior como instrumento de política afirmativa. A construção dessa reflexão está baseada em uma pesquisa documental e bibliográfica, mediante as quais se busca demonstrar como o FIES e PROUNI contribuem para essas relações. O FIES e PROUNI possibilitaram a expansão rápida e indiscriminada do ensino superior pela via privada, pois alicerçam normativamente e financeiramente as empresas ao oferecerem demanda garantida para seus serviços enquanto os riscos são arcados pelo setor público. Os programas fazem uma crescente transferência indireta de recursos do fundo público para o setor privado, enquanto as instituições públicas recebem cada vez menos recursos. Esse movimento trata-se de uma escolha política que expressa o avanço do pensamento neoliberal na área da política pública de educação. A lógica da educação como mercadoria implica queda na qualidade do ensino privado, com um ensino aligeirado, sem atenção à pesquisa e ainda com consequências negativas ao trabalho docente. A implicação mais preocupante desse processo é desinteresse pelo investimento e o sucateamento das instituições públicas.

Palavras-chave: Ensino superior, política afirmativa, privatização, mercantilização.

(69) Ações afirmativas como instrumento de acesso para grupos de minoria ao ensino superior brasileiro

Magueda Thomaz Villas Boas | magueda.boas@unioeste.br | Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Campus Toledo

Marize Rauber Engelbrecht | omarize@hotmail.com | Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Campus Toledo

No Brasil a promulgação da Constituição Federal em 1988 representou um grande avanço na conquista de direitos sociais, ao menos em seu aspecto formal, porque dispôs de um capítulo específico para tratar dos direitos sociais. Dentre os direitos sociais estabelecidos no artigo 6º da norma constitucional, merece destaque “a educação” (BRASIL, 1988), compreendendo que “esse direito significa, primeiramente, o direito de (igual) acesso à educação, que deve ser concedido a todos” (TAVARES 2010, p. 308), logo se pode entender que o direito a educação significa garantir a todos o acesso ao conhecimento em igualdade de condições. Apesar disso, o acesso à educação nem sempre possibilita a inclusão social aos grupos de minorias, seja pela impossibilidade de competição entre os candidatos que possuem formação básica nas mais variadas escolas públicas ou privadas cuja qualidade nem sempre é suficiente, ou seja, pela discriminação histórica no país, que advém inclusive dos primórdios de seu descobrimento com a escravidão de negros e índios. De acordo com Piovesan (2005, p.46) torna-se insuficiente tratar o indivíduo de forma genérica, geral e abstrata, sendo necessária a especificação do sujeito de direito, que passa a ser visto em sua peculiaridade e particularidade. Nessa ótica, determinados sujeitos de direito ou determinadas violações de direitos exigem uma resposta específica e diferenciada. Assim, as desigualdades e injustiças sociais não podem ser superadas no liberalismo político e econômico pela igualdade formal (CUNHA; FILHO; CUNHA, 2014, pag.70), sendo necessário que o Estado promova ações para implementar a igualdade material entre os indivíduos, ou seja, a igualdade de oportunidade e de condições. Portanto, a promoção de políticas públicas afirmativas que promovam a igualdade e a proteção dos direitos individuais é cada vez mais importante num Estado social, cuja preocupação é tentar minimizar o contraste entre os indivíduos e fortalecer a democracia. Nas palavras de Rocha (1996, p. 88), “a ação afirmativa é, então, uma forma jurídica para se superar o isolamento ou a diminuição social a que se acham sujeitas as minorias”. E mais, a sua implantação representa um grande avanço na conquista do direito a educação para os grupos de minorias ou excluídos socialmente (negros, índios, pobres, portadores de deficiência), pois permite a sua inclusão educacional na educação superior. Por outro lado, não se deve desconsiderar que as ações afirmativas por si só não são suficientes para acabar com as desigualdades educativas, isso porque não se trata apenas de ingresso no ensino superior de graduação, mas também de dar a esses alunos as condições objetivas para a permanência e a conclusão dos cursos.

Palavras-chave: Política de educação no Brasil, ações afirmativas no Brasil, Ensino Superior Brasileiro.

(70) Acções afirmativas para o Ensino Superior no contexto Angolano

Alfredo Buza | buzaalfredo@yahoo.com.br | Instituto Superior de Ciências da Educação em Luanda

Juliana Canga | jlcanga06@gmail.com | Universidade de Luanda - Faculdade de Serviço Social
Hamilton Silva | chines000.hs@gmail.com | Instituto Superior de Ciências da Educação em Luanda

Esta comunicação tem como objectivo principal abordar sobre as acções afirmativas para o ensino superior no contexto angolano, a pertinência e as formas de implementação, bem como o seu impacto na sociedade de forma geral. Assim sendo, esta é um estudo do tipo qualitativo, com recurso a pesquisa bibliográfica e documental. Também fez uso da análise de discurso e do conteúdo. Procurou-se identificar o ambiente e a pertinência de acções afirmativas, quais as acções e medidas de políticas que possam ser caracterizadas como acções afirmativas, quer por via do poder político, como da sociedade civil, com destaque para organizações não governamentais, como denominações religiosas entre outras. No contexto angolano, as acções afirmativas visam reduzir e mitigar as assimetrias regionais, as desigualdades sociais, e a discriminação e a falta de equidade do género. Os três aspectos elencados geram e criam no campo educacional no geral e do ensino superior de forma específica, diferenças de oportunidades para o acesso à educação e ao ensino superior dificultando as condições de permanência e de conclusão com sucesso, e em consequência as restrições nas possibilidades de qualificação. No aspecto das assimetrias regionais são observadas o número de instituições de ensino superior e a sua variedade, havendo então uma oferta formativa menor nas províncias do interior em relação àquelas situadas no litoral. Agrava-se à isto o distanciamento entre as localidades do interior, havendo longos percursos em relação as sedes províncias onde localizam-se as instituições e as demais cidades. Quanto às desigualdades sociais, não sendo gratuito o segundo ciclo, ou ensino médio, muitos adolescentes e jovens são afastados do prosseguimento dos estudos por dificuldades financeiras, ou são obrigados à entrar para o mercado de trabalho informal, por falta de empregos, dificultando a possibilidade de uma boa formação que poderia abrir as portas para alcançar bons resultados nos exames de acesso, estes já por si só, um obstáculo a vencer quando não se têm recursos financeiros para garantir a inscrição aos mesmos. Logo, o não ingresso numa instituição pública, onde o valor da mensalidade é menor, remete para o não acesso nas instituições privadas, onde os custos são mais elevados e as condições sociais das famílias em situação social de vulnerabilidade não cobre. Finalmente a questão do género. A falta de subsídios para a maternidade; a ausência de instituições educacionais de infância e pré-escolares públicas; o pouco tempo de licença maternidade que a legislação concede; acabam sendo obstáculos que remete para os ombros da mulher, o peso e o impacto da família, reduzindo deste modo as possibilidades desta concorrer em igualdade de circunstâncias no acesso e na permanência no ambiente escolar. Conclui-se então que, no campo educacional e do ensino superior as acções afirmativas devem procurar alcançar e oferecer igualdade de oportunidades para todos dentro do processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Acções afirmativas, políticas, educação.

(82) Impacto das ações afirmativas no perfil dos estudantes da educação superior no Brasil

Adriana Arantes | adrianararantes@gmail.com | UnB/UEG

Este estudo se insere na temática de políticas públicas para a educação superior e tem como objetivo analisar o impacto das ações afirmativas no perfil dos estudantes dos cursos de graduação no Brasil de 2010 a 2020. No início dos anos 2000, os estudos sobre as políticas públicas de ações afirmativas, com o intuito de promover a democratização da educação superior, passaram a ganhar uma centralidade no Brasil, possibilitando a afirmação de um campo investigativo a respeito da temática. O impacto dessas políticas de ações afirmativas na educação superior implicou em mudanças no perfil dos estudantes, diante de novas formas de ingresso e permanência. Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica que apresenta os resultados parciais de uma pesquisa em andamento – “Nova gestão pública e a reconfiguração da avaliação e da regulação da educação superior: análise das práticas de gestão e acadêmicas relacionadas à reconfiguração do perfil dos estudantes” –, financiada pelo CNPq e desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudos de Políticas de Avaliação da Educação Superior (GEPAES/UnB). A reflexão se faz à luz dos pressupostos do materialismo histórico-dialético, com base nos resultados obtidos em um estudo do estado do conhecimento, com os descritores “ações afirmativas”, “perfil dos estudantes”, “educação superior”, dos cursos de graduação na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com um recorte de 2010 a 2020, juntamente com os dados do Censo escola do mesmo período. Para esta análise, foram selecionados 23 trabalhos que tratam sobre o perfil estudantil e 34 que discutem as ações afirmativas dos estudantes dos cursos de graduação do período de 2010 a 2020. Os resultados demonstraram que as políticas de ações afirmativas, desde a sua criação, priorizaram a escola pública em suas políticas de acesso. A partir das análises realizadas, as evidências sugerem que as políticas de ações afirmativas na educação superior mudaram o perfil dos estudantes, sobretudo no que diz respeito à crescente utilização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a partir de 2009, à adesão das instituições federais ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e à vigência da Lei das Cotas, desde 2012.

Palavras-chave: Políticas públicas, educação superior, perfil do estudante, ações afirmativas.

(87) Brasil e Portugal: uma análise das ações de política afirmativa para o Ensino Superior

Tatiane Salete Mattei | tati_mattei@hotmail.com | Universidade Estadual do Oeste do Paraná-
UNIOESTE

Elsa Ferreira | elsa.ferreira@estsetubal.ips.pt | Escola Superior de Tecnologia de Setúbal,
Instituto Politécnico de Setúbal

Lucir Reinaldo Alves | lucir_a@hotmail.com | Universidade Estadual do Oeste do Paraná-
UNIOESTE

Maria Conceição Rego | mcpr@uevora.pt | Universidade de Évora

As ações de política pública designadas como políticas afirmativas estão entre o conjunto de medidas que visam promover a equidade no acesso e/ou na permanência no ensino superior. Estas ações buscam eliminar as desigualdades historicamente acumuladas entre grupos, advindas de motivos raciais, socioeconômicos, étnicos, religiosos, de gênero, entre outros, e garantir a igualdade de oportunidade e tratamento à toda a população. Assim, são importantes não só para assegurar o acesso ao ensino superior, mas também para garantir que os estudantes concluam as respectivas formações com sucesso e no tempo previsto. O abandono e o retardamento no ensino superior são fenômenos com repercussões negativas tanto para o próprio estudante, como para as instituições de ensino superior, e com fortes implicações financeiras, dado o elevado investimento das famílias e do Estado nesse setor. Quando os sistemas de ensino superior se expandem, diversificam e passam a permitir o acesso generalizado dos estudantes, as condições de permanência ganham maior relevância. Ainda que a ação afirmativa não seja reconhecida, com essa terminologia, em Portugal, esta comunicação tem como objetivo realizar uma análise comparada entre Brasil e Portugal, das ações da política afirmativa existentes nos dois países. Assim, partiu-se como metodologia de uma pesquisa bibliográfica de fontes secundárias e realizou-se uma análise de conteúdo. Como resultados, para ambos os países, o trabalho aponta pontos fortes e pontos fracos relacionados com essas ações. Apesar da implementação de ações afirmativas serem mais cruciais e mais claras em países com maior heterogeneidade econômica e social, bem como maior heterogeneidade na estrutura educacional, como é o caso do Brasil, em Portugal algumas ações relacionadas à inclusão e equidade foram implementadas adiantadamente em relação ao Brasil. Para ambos os países, os pontos fortes se referem principalmente à expansão do sistema e ingresso de públicos mais vulneráveis ao ensino superior. Como pontos fracos, pode-se relacionar, em ambos, a preocupação com a persistência da exclusão de pessoas mais vulneráveis e de minorias nos cursos de alto prestígio social. Esta análise comparada permitirá observar boas práticas, em ambos os países, que potenciarão a maior eficácia nos efeitos das ações de políticas afirmativas no que respeita à promoção de maiores níveis de desenvolvimento e de equidade no ensino superior.

Palavras-chave: Ensino superior, inclusão, equidade, política afirmativa, desenvolvimento.

SESSÃO ESPECIAL 5

**A Cooperação Académica Sino-Lusófona no Contexto
da “Grande Baía” (Parte 2)**

(147) Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau na Cooperação Sino-lusófona

Gaspar Zhang Yunfeng | zhangyunfeng@ipm.edu.mo | miguelyang@ipm.edu.mo
Miguel Yang Nan | miguelyang@ipm.edu.mo | miguelyang@ipm.edu.mo

A presente apresentação visa dar a conhecer, de forma abrangente, os esforços desenvolvidos pelas cidades integradas na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau na promoção da cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa. As nove cidades da Província de Cantão e as regiões administrativas especiais de Hong Kong e Macau têm-se dedicado à cooperação sino-lusófona, sendo envolvidos múltiplos sectores tais como medicina tradicional chinesa, vinho e produtos alimentares, ensino superior, empreendedorismo juvenil, entre outras. E uma boa parte destas cooperações encontra-se realizada, através da instalação de parques industriais e centros de exposição e de venda de produtos, no território da Grande Baía, nomeadamente, nas Zonas-Piloto de Comércio Livre de Hengqin (Zhuhai) e de Nansha (Guangzhou). No presente trabalho apresentar-se-á, de forma sucinta, o Plano de Desenvolvimento da Grande Baía, publicado pelo Conselho de Estado da República Popular da China, no qual se destacam a cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa e o papel que Macau tem desempenhado como ponte de ligação sino-lusófona. A par disso, pretende-se listar os principais projectos de cooperação sino-lusófona já iniciados ou a iniciar brevemente na Grande Baía, resumir e analisar com base em dados estatísticos oficiais, notícias da imprensa e estudos científicos e académicos relevantes, o andamento dos respectivos projectos e os futuros planos das principais cidades da Grande Baía em relação à cooperação sino-lusófona e à cooperação entre Guangdong e Macau.

Palavras-chave: Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, cooperação sino-lusófona, Hengqin, Nansha.

(148) Um guia online para a cooperação académica Sino-Lusófona no contexto da Grande Baía Guangdong-Hong Kong – Macau

Joaquim Ramos de Carvalho | joaquimcarvalho@ipm.edu.mo | Instituto Politécnico de Macau
Milena Sun Ye | milenasy@ipm.edu.mo | Instituto Politécnico de Macau

O Centro Internacional Português do Instituto Politécnico de Macau criou um repositório de informação atualizada sobre a cooperação académica sino-lusófona na Área da Grande Baía (AGB). Outras comunicações desta sessão abordam a relevância do plano de desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong – Macau para as relações entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Esse plano, apresentado em 2018 tem um foco muito particular na inovação, aproveitando a dinâmica tecnológica e industrial da região e apostando em áreas focais para a interação entre o sistema científico e académico a indústria e os serviços. Adicionalmente o plano individualiza uma série de iniciativas e plataformas, ligadas a Macau, que têm como objetivo a articulação com os países de língua portuguesa em algumas dessas áreas estratégicas de inovação. Para melhor facilitar o acesso por instituições académicas à informação relevante a página web fornece um sumário do plano centrado nos aspetos ligados à inovação e ao papel atribuído às instituições académicas e as áreas referidas em relação aos países de língua portuguesa. O repositório tem as seguintes secções principais: “O que é a AGB?” com informação estática sobre a região; “AGB e inovação” descreve o potencial de inovação da região e os objetivos traçados pelo plano, “Macau na AGB” enumera as responsabilidades e missões atribuídas a Macau dentro da AGB; “Língua Portuguesa na AGB” analisa as várias referências feitas aos Países de Língua Portuguesa no Plano de desenvolvimento da AGB; “Áreas de Cooperação” descreve as principais áreas identificadas como importantes para a cooperação com os Países de Língua Portuguesa e com incidência na cooperação académica; “Redes e Plataformas” apresenta as diferentes redes e plataformas existentes com interesse para a cooperação académica sino-lusófona na AGB; “Recursos” inclui ligações para os documentos oficiais, portais e materiais multimédia. A página é disponibilizada em três línguas (Chinês, Português, Inglês) e inclui uma secção de notícias de relevância para a cooperação académica, atualizada periodicamente.

Palavras-chave: Cooperação Académica, guia, Online.

(150) O Instituto Confúcio da Universidade de Coimbra (ICUC) na cooperação académica sino-lusófona: situação actual e novas ideias

Cristina Zhou Miao | cristinazhou@gmail.com | Instituto Confúcio da Universidade de Coimbra

Nos últimos anos, além de assegurar o ensino da língua chinesa na zona de Coimbra, o Instituto Confúcio da Universidade de Coimbra (ICUC) tem vindo a incentivar o diálogo académico multidisciplinar entre a China e os países de língua portuguesa. No passado ano lectivo de 2020-2021, apesar do enorme impacto da pandemia, o ICUC conseguiu promover vários workshops, conferências e outros eventos culturais, alguns em colaboração com o Centro CASS-UC e o Centro BFSU-UC (ambos integrados na plataforma da Academia Sino-Lusófona da UC).

Estas actividades culturais e académicas são especialmente importantes, no sentido em que vão ao encontro das necessidades específicas dos alunos, promovendo um contacto directo entre as culturas, não apenas entre Portugal e a China, mas envolvendo também outros países lusófonos, europeus e asiáticos. Na minha opinião, numa altura em que a União Europeia está a reavaliar as relações euro-chinesas, a considerar mais os impactos geopolíticos e a destacar a rivalidade sistémica, torna-se imprescindível promover um verdadeiro e profundo entendimento entre os povos chineses e europeus. Para este efeito, é preciso apostar no ensino de línguas, priorizando a formação de estudantes e docentes bilingues/multilingues que sejam capazes de manter a comunicação livre e eficaz entre as diferentes culturas. No que diz respeito aos Institutos Confúcio, ao longo de vários anos eles têm sido os principais promotores de língua e cultura chinesas, trabalhando na primeira linha com as comunidades locais e, ao mesmo tempo, contactando frequentemente com as comunidades chinesas espalhadas pelo mundo. Neste momento, devemos notar que os Institutos também estão a atravessar uma fase de transição devido à reforma fundacional do antigo Hanban. Como directora local do ICUC, encaro esta mudança como uma oportunidade: complementando com a divulgação de língua e cultura chinesas, somos neste momento mais ágeis na promoção de diálogos interculturais e na colaboração com instituições parceiras de outros países. Este trabalho visa dar a conhecer o recente trabalho do ICUC no desenvolvimento da cooperação académica sino-lusófona. Procurarei reflectir sobre a nossa experiência, realçando os aspectos que talvez sejam mais interessantes para os colegas da Grande Baía de Guangdong-Hong Kong-Macau. Baseando-me nessa reflexão, tentarei lançar ideias e sugestões práticas para a dinamização do diálogo académico entre a China e os países de língua portuguesa, confrontando-nos com a hipótese de ter que viver com a COVID-19 por tempo indeterminado.

Palavras-chave: Cooperação Académica, práticas, diálogo académico.

(151) Internacionalização do Instituto Politécnico de Macau: Contexto, Estratégias e Desafios

Lurdes Escaleira | salselas@hotmail.com | Instituto Politécnico de Macau

Manuela Dias Rezende Pinto | manuelafdias@gmail.com | Instituto Politécnico de Macau

A temática da internacionalização do Ensino Superior tem ganho um grande destaque nas reflexões estratégicas e agendas de Governos e Instituições de Ensino Superior (IES) a nível global. Podendo ser definida como um “processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global nos objectivos, funções ou entrega da educação pós-secundária” (Knight, 2003, p.2), a internacionalização das IES deve ser analisada e entendida não apenas a nível institucional, mas também a nível sectorial e nacional (Knight, 2004). A perspectiva institucional centra-se nos programas e estratégias organizacionais a nível da instituição; já a perspectiva sectorial e nacional compreende as políticas que afectam ou são afectadas pela dimensão internacional da educação e os respectivos programas, como instrumentos de política. A análise desta realidade implica a compreensão das motivações, contexto e objectivos dos processos de internacionalização bem como das ferramentas utilizadas. Nas últimas décadas, a internacionalização das IES a nível mundial tem acelerado e assumido formas e caminhos diversos. Por um lado, acentuou-se uma postura comercial e competitiva, em que há um maior foco em números e percentagens, esquecendo que a internacionalização não constitui um fim em si mesmo, mas sim um meio para atingir um determinado fim (De Wit, 2013). A valorização da língua inglesa como meio de ensino bem como o acréscimo no número de estudantes internacionais e actividades off-shore são disto exemplo. Por outro lado, surgiram novos actores, nomeadamente na Ásia, África e América Latina, que trouxeram novas abordagens, valores, relacionamentos e contributos. Neste âmbito, saliente-se a importância que a língua portuguesa tem vindo a ganhar no âmbito nas estratégias de internacionalização das IES dos Países de Língua Portuguesa e da República Popular da China. Simultaneamente, assiste-se hoje a um aumento do investimento e das preocupações com a qualidade do ensino, a reputação da instituição e a internacionalização do currículo. É neste enquadramento que a presente investigação analisa o processo de internacionalização do Instituto Politécnico de Macau (IPM), que se realiza num contexto catalisador único, em que a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) se afirma como uma plataforma de serviços para a cooperação comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa e um agente activo nas iniciativas da República Popular da China “Uma Faixa, Uma Rota” e “Área da Grande Baía”. O IPM tem como ambição formar profissionais de alta qualidade com foco global, cooperando com várias universidades e instituições de renome, a nível nacional e internacional, organizando intercâmbios de estudo e de investigação e planos de estágio em várias geografias. Esta investigação, ancorada numa revisão da literatura mais relevante, descreve o racional de internacionalização do IPM, as fases-chave do processo bem como as principais estratégias e ferramentas. São discutidos os desafios encontrados ao longo de todo o processo, sendo sugeridas estratégias institucionais que potenciem uma internacionalização de sucesso, centrada na qualidade da educação e da investigação.

Palavras-chave: Internacionalização, ensino superior, integração.

SESSÃO ESPECIAL 6

Evolução das Universidades de Países de Língua Portuguesa nos Principais Rankings Mundiais e Regionais: A Realidade de Angola, Brasil, Moçambique e Portugal

(88) Desempenho das universidades Angolanas nos rankings internacionais

Alfredo Gabriel Buza | buzaalfredo@yahoo.com.br | Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda

Roberto Leher | leher.roberto@gmail.com | Universidade Federal do Rio de Janeiro

Juliana Canga | jlcanga06@gmail.com | Universidade de Luanda - Faculdade de Serviço Social

Hamilton Silva | chines000.hs@gmail.com | Instituto Superior de Ciências da Educação em Luanda

O trabalho apresenta uma análise do desempenho das universidades angolanas nos principais rankings académicos mundiais, assim como nos rankings das universidades africanas no período de 2011 até 2021. Como procedimento metodológico, optou-se pela pesquisa documental, efectuada a partir da consulta aos sites dos principais rankings, nomeadamente: Academic Ranking of World Universities (ARWU/Ranking de Shanghai), CWTS Leiden Ranking, QS World University Ranking e Times Higher Education (THE). A análise dos referidos 'rankings' evidenciou que as universidades angolanas não aparecem nas classificações mundiais. Somente quando se faz a análise regional através da University Ranking (Unirank), é que se pode observar a presença de universidades angolanas e isto somente a partir de 2017 ano em que duas instituições, entre as sessenta e cinco instituições existentes no país, foram listadas, ocupando a 78^a e 132^a lugares, entre as 200 universidades elencadas no ranking. Na edição do ranking de 2019 foi observado um crescimento no número de instituições, totalizando nove universidades ranqueadas, sendo 66,6% privadas e 33,4% públicas. Como as públicas correspondiam na época 34,7% das instituições, é possível constatar que o percentual foi abaixo da participação destas instituições no país. O ano de 2021 merece uma análise mais sistemática, visto que apenas uma instituição foi listada, a Universidade Metodista de Angola. Quanto ao número de edições que as universidades aparecem, o levantamento constatou: com cinco edições, a Universidade Metodista de Angola; com quatro edições, a Universidade Católica de Angola; com três edições, a Universidade Agostinho Neto; com duas edições, a Universidade Independente de Angola, a Universidade Técnica de Angola e a Universidade Óscar Ribas; com uma edição, a Universidade Mandume Ndemufao, Universidade Katiavala Bwila e a Universidade Piaget de Angola. Conclui-se que, à primeira vista, o desempenho das universidades angolanas é negativo, posto que não representadas nos rankings mundiais examinados e estão reduzidamente presentes no ranking do continente. Os resultados sugerem a necessidade de estudos adicionais sobre a pertinência dos critérios levados em consideração pelos rankings mundiais para a avaliação da pertinência das universidades angolanas para o país e, igualmente, a verificação dos critérios do ranking africano. A pesquisa indica a necessidade de estudos sistemáticos sobre os motivos da sub-representação das instituições de Angola, como a forma de registro dos indicadores considerados, a existência de sectores responsáveis por fornecer as informações para os rankings aqui examinados e, a partir desses estudos, realizar diagnósticos da situação universitária do país que subsidiem possíveis alternativas para melhorar a situação do país nas avaliações comparativas e, se necessário, solicitar o aperfeiçoamento dos indicadores considerados nos rankings para contemplar as especificidades do país.

Palavras-chave: Ranking, universidades, Angola.

(138) As universidades moçambicanas nos rankings de substância e de visibilidade

Nobre Roque dos Santos | nobresdosantos1966@icloud.com | Universidade Pedagógica de Maputo

Nelson Casimiro Zavale | nelson.casimiro.zavale@gmail.com | Universidade Eduardo Mondlane

A nível global, o crescimento e competição entre as universidades, assim como as exigências por padrões elevados de qualidade e excelência levaram à emergência de sistemas de classificação ou rankings. Essas avaliações e classificações são, na sua maioria, realizadas por entidades privadas, sobretudo baseadas nos mídias, havendo também, embora em menor escala, rankings realizados por entidades públicas e associações profissionais. Os rankings são destinados ao público interno (comunidade universitária) e externo (consumidores) das universidades e visam, fundamentalmente, ajudar a fazer escolhas no ensino superior, fazer marketing e promover a qualidade e excelência. Os sistemas de rankings podem ser categorizados em dois grupos. Primeiro, os rankings que se baseiam sobre a substância ou conteúdo das universidades, isto é, sobre o desempenho da universidade num ou em todos os domínios do ensino, investigação e extensão: por exemplo, Academic Ranking of World Universities (ARWU/Ranking de Shanghai), CWTS Leiden Ranking, QS World University Ranking, Times Higher Education (THE) e U-Multirank. Segundo, os rankings que se baseiam sobre a “forma” ou visibilidade, muitas vezes digital (ou da Web), das universidades, como por exemplo, Webometrics e Uni-Rank. Este trabalho apresenta os resultados da avaliação do desempenho das universidades moçambicanas nos rankings referidos acima. O trabalho baseou-se na busca nos sites destes rankings de universidades moçambicanas nos últimos 10 anos, isto é, desde 2012 a 2021. Os resultados indicam que algumas universidades moçambicanas constam nos rankings de “forma e visibilidade”, mas nenhuma consta nos rankings de “substância”. Mas mesmo nos rankings de “forma e visibilidade”, menos de 10 das cerca de 50 universidades moçambicanas é que figuram de forma consistente. A Universidade Eduardo Mondlane (UEM), a maior e mais antiga universidade do país, encontra-se no topo do ranking da Uni-Rank e da Webometrics no período referido, encontrando-se geralmente entre as 100 melhores universidades de África. Além da UEM, 7 universidades também figuram na Webometrics com alguma consistência, nomeadamente a Universidade Pedagógica, a Universidade Católica de Moçambique, a Universidade São Thomas de Moçambique, a Universidade Lúrio, A Universidade Politécnica e o Instituto Superior de Relações Internacionais (actualmente Universidade Joaquim Chissano). Estes resultados sugerem, por um lado, o fraco desempenho das universidades moçambicanas nos domínios de ensino, investigação e extensão e a conseqüente necessidade de aumentar o investimento nesses domínios e, por outro lado, o facto de os rankings, sobretudo os substantivos, não estarem adaptados às condições, características e funções reais das universidades moçambicanas.

Palavras-chave: Moçambique, universidades, rankings, África.

(139) Desempenho das universidades brasileiras nos principais rankings acadêmicos internacionais

Samile Andrea De Souza Vanz | samilevanz@terra.com.br | Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Adolfo Ignacio Calderón | professoradolfoalderon@gmail.com | Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Marco Wandercil | marco.wandercil@gmail.com | Pontifícia Universidade Católica de Campinas

O trabalho analisa o desempenho das universidades brasileiras nos quatro rankings universitários internacionais league table - Academic Ranking of World Universities (ARWU/Ranking de Shanghai), CWTS Leiden Ranking, QS World University Ranking e Times Higher Education (THE), promovendo uma comparação ao longo dos anos. Esse espaço, em sua maioria, é ocupado por universidades públicas, entretanto as universidades privadas confessionais católicas brasileiras se destacam entre as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas do país. Os procedimentos metodológicos consistem em pesquisa documental, realizada a partir da consulta ao site e procedimentos metodológicos descritos no website de cada ranking. A análise das edições de 2020/2021 dos rankings identificou o crescimento no número de universidades brasileiras presentes nestas classificações, se comparado com as edições de anos anteriores. Em 2016, haviam 29 universidades brasileiras ranqueadas nos quatro rankings, e nas edições 2020/2021 há 55 universidades brasileiras, demonstrando um acréscimo de 26 universidades brasileiras nos últimos quatro anos. Observa-se que 18 universidades brasileiras foram ranqueadas pelos quatro rankings, três universidades ranqueadas em três rankings, 11 universidades ranqueadas em dois rankings e 23 universidades ranqueadas em apenas um dos rankings. A Universidade de São Paulo (USP) é a universidade com maior destaque entre as brasileiras. A 'pesquisa' é o indicador com maior peso na maioria dos rankings analisados, porém, diferentemente das universidades públicas, a maioria das católicas brasileiras possuem foco em ensino e apenas duas sobressaem nos rankings de alcance global – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Se analisadas regionalmente, observa-se a presença de universidades brasileiras provenientes de 21 estados, a maioria deles com apenas uma universidade pontuada, o que denota que o fenômeno não está concentrado em determinados pontos do país. Acompanhando o desempenho em volume de produção científica, os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais concentram o maior número de universidades ranqueadas, com sete, sete e nove universidades, respectivamente. Destaca-se também, um conjunto considerável de universidades católicas que mantêm índice de elevado desempenho nos rankings latino-americanos. Conclui que o desempenho das universidades brasileiras, em um panorama geral, pode ser considerado bom, visto que, o número de universidades presentes nestas listagens, nas últimas edições dos rankings ARWU, Leiden, QS e THE, foi o maior desde o início das publicações das classificações. Destaca-se que o grande avanço da ciência brasileira retratado em diversos relatórios mostra o resultado de um país que estava, ano após ano, aumentando seu investimento em ciência. A estagnação ou queda do atual volume de dispêndios dedicado às agências públicas de fomento à pesquisa é um fator de risco para as universidades nacionais, considerando-se que o volume da produção de artigos favorece todas elas no indicador 'pesquisa'. Aliada à escassez de recursos, o resultado do período pandêmico também pode ser fator de prejuízo nesse sentido.

Palavras-chave: Rankings universitários, universidades brasileiras, indicadores de avaliação.

(141) Presença e posicionamento das universidades portuguesas nos rankings académicos mundiais

Dora Fonseca | dorafonseca@ua.pt | Universidade de Aveiro

Os rankings académicos, que classificam e hierarquizam as instituições de ensino superior de acordo com determinados critérios considerados relevantes para medir o seu desempenho, têm vindo a ganhar importância no panorama internacional. Destacamos que Portugal seguiu essa tendência, sendo particularmente visível esse fenómeno nos últimos cinco anos, percebendo-se que os rankings QS World University Rankings, o Academic Ranking of World Universities – ARWU (mais conhecido por Ranking de Shanghai) e o Times Higher Education World University Rankings (ou o THE Ranking) assumem especial destaque. Apesar do tema dos rankings suscitar cada vez mais controvérsia na comunidade científica, sabemos que as tabelas classificatórias têm vindo a receber uma crescente atenção por parte da comunidade universitária e mantendo-se bem presentes há quase duas décadas, desde a primeira publicação do Academic Ranking of World Universities (ARWU) pela Shanghai Jiao Tong University. O fenómeno intensificou-se ao longo dos anos revelando um crescendo tanto no número de rankings regionais e mundiais, como, também, nas suas subdivisões, que procuram diversificar a natureza, foco e dimensão geográfica na análise e comparação das instituições de ensino superior. É, também, comumente aceite, na esfera académica, que as universidades portuguesas têm vindo a atribuir uma atenção especial ao ranqueamento das instituições de ensino superior, explicado, de certa maneira, pelo quadro de competitividade a que as organizações educativas estão, atualmente, expostas. No sentido de favorecer a publicitação institucional, as universidades portuguesas têm utilizado de uma forma bem visível a informação relativa aos posicionamentos obtidos nos diferentes rankings, aspeto que consideramos importante compreender. As leituras prévias sobre a problemática apontam para a apropriação discursiva produzida pelos media e também para a reprodução discursiva quer ao nível interno, quer para o exterior. Em suma, o estudo visa analisar de como as universidades portuguesas se têm posicionado nas tabelas classificatórias globais no recorte temporal de 2003 a 2021 e, ainda, de como se apropriaram dessa informação para publicitar a sua imagem no mundo académico. A metodologia neste estudo exploratório é de natureza mista partindo da revisão da literatura sobre o tema, em especial em Portugal, privilegiando a análise documental e informação constante em sites das universidades e dos media para a recolha dos dados.

Palavras-chave: Rankings académicos mundiais, universidades portuguesas, presença e posicionamentos.



**Fórum da Gestão
do Ensino Superior
nos Países e Regiões
de Língua Portuguesa**

www.aforges.org